

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**A igualdade de gênero na agenda política do Banco Mundial: pressupostos,
objetivos, contradições e limites (1995 – 2012)**

Mariana Dionísio Cavalcante da Silva

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A IGUALDADE DE GÊNERO NA AGENDA POLÍTICA DO BANCO
MUNDIAL: PRESSUPOSTOS, OBJETIVOS, CONTRADIÇÕES E
LIMITES (1995 – 2012)**

MARIANA DIONÍSIO CAVALCANTE DA SILVA

Sob a Orientação do Professor
João Márcio Mendes Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração, Relações de Poder e Cultura

Seropédica, RJ
Junho de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586i Silva, Mariana Dionísio Cavalcante da, 1991-
A igualdade de gênero na agenda política do Banco
Mundial: pressupostos, objetivos, contradições e
limites (1995-2012) / Mariana Dionísio Cavalcante da
Silva. - 2018.
148 f.

Orientador: João Márcio Mendes Pereira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
História, 2018.

1. Banco Mundial. 2. Igualdade de Gênero. 3.
Feminismos. 4. Neoliberalismo. I. Mendes Pereira,
João Márcio, 1977-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
História III. Título.

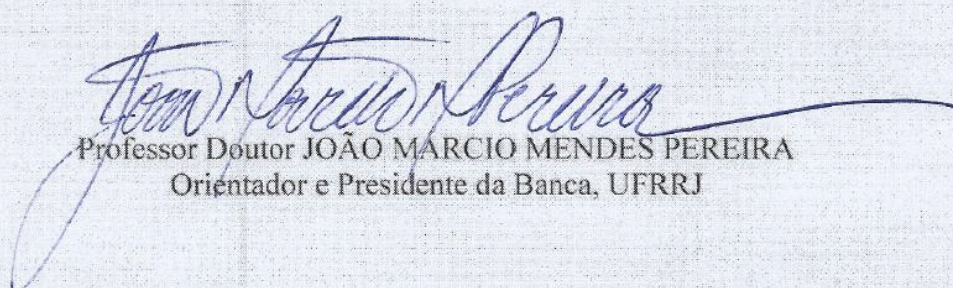
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

MARIANA DIONÍSIO CAVALCANTE DA SILVA

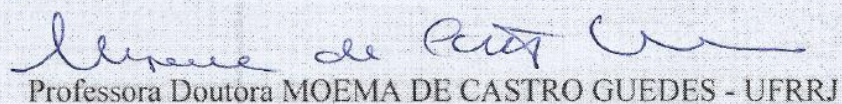
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/06/2018

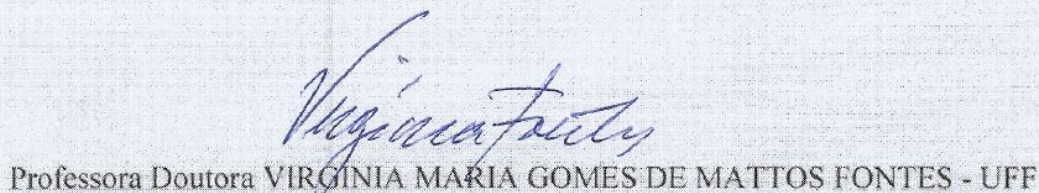
Banca Examinadora:



Professor Doutor JOÃO MARCIO MENDES PEREIRA
Orientador e Presidente da Banca, UFRRJ



Professora Doutora MOEMA DE CASTRO GUEDES - UFRRJ



Professora Doutora VIRGINIA MARIA GOMES DE MATTOS FONTES - UFF

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita tem seus entraves, primeiro por sofrer interferências de âmbito pessoal, como as questões familiares (e a necessidade de convívio, suporte e afeto), as amizades, que requerem cuidado, presença e companheirismo e, segundo, pelas inseguranças, que se potencializam em momentos de pressão, prazos estabelecidos e adversidades. Os laços de solidariedade que estabeleci foram fundamentais para o andamento desta pesquisa. Todos que de alguma forma foram presentes física ou virtualmente e suportaram meus choros e inseguranças, me motivaram a continuar esta escrita.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe e ao meu pai, pois sem o suporte afetivo e financeiro de ambos não teria ingressado em uma universidade pública. Agradeço todos os ensinamentos que me passaram, sobre empatia, solidariedade, coletividade, e, principalmente, amor. O apoio de ambos foi fundamental para cada passo que dei, cada palavra que aprendi a ler, cada texto que consegui interpretar. Mas não poderia deixar de mencionar os vários aprendizados relacionados aos papéis de gênero, pois tive dificuldades em explicar na escola primária, que minha mãe não casou de véu, e sim de jeans; que meu pai gostava dos presentes de dia das mães dados pela escola (objetos culinários); que minha mãe preferia as meias dadas no dia dos pais. Meus amigos também não entendiam por quê meu pai quase sempre cozinhava, nos vestia e levava à escola e minha mãe trabalhava o dia todo (claro, conciliando com as tarefas de casa).

Agradeço a minha irmã Júlia e ao meu irmão Daniel, mas principalmente à Julia pelo apoio, carinho, conversas e ajuda na escrita. Suas sugestões foram fundamentais na reta final desta pesquisa e acredito que sua presença, companheirismo, divisão de tarefas domésticas e coleção de vídeos engraçados aliviaram minhas tensões e tornaram esse processo mais confortável.

Agradeço ao meu orientador, professor João Márcio. Sua orientação, dicas de leitura, empréstimos de livros, a (muita) paciência sobre algumas das minhas limitações no processo de escrita foram fundamentais. Agradeço pelos incentivos nos momentos em que relatei desânimo com a escrita e, principalmente, por ter abraçado um tema tão complexo e novo como este.

Meu muito obrigada aos professores/as do PPHR/UFRRJ, em especial àqueles/as que em algum momento (e o tempo permitiu) me motivaram e trouxeram reflexões sobre a minha pesquisa, como as professoras Gláucia Montoro e Fabiane Popinigis e os professores Alain

Kaly, Pedro Henrique Campos e Ricardo Oliveira (em memória). Também agradeço ao secretário do PPHR, Paulo Longarini, pela atenção, disposição e a compreensão sobre as dificuldades com as burocracias e prazos.

Agradeço aos amigos e amigas que acompanharam mais de perto o mestrado, leram e fizeram observações sobre meu texto, me fizeram refletir, me ofereceram suas casas, colo, café, algumas cervejas e, principalmente, os ouvidos (e mensagens virtuais): Natanael Silva, Guilherme Veppo, Rafael João, Talassa Fonseca, Karina Monte, Thamires Andrade. Não posso esquecer das amigas e amigos que, mesmo distantes e em encontros esporádicos, se preocupavam em saber como eu estava e ofereciam os ouvidos (e a leitura de mensagens), Maria Eduarda, Naiana Lopes, Suellen de Moraes, Marlon Bruno, Leonam Monteiro, Giselle Magioli, Luiz Paulo, Joelmir Cabral, Wkellisson Cabral, Helga Hagen, Grazi Balieiro, Alexandre Oliveira, Isabelle Pires, Jessika Martins, Márcia Moraes, Paulo Régis. E, não menos importantes, minhas amigas (e família) do alojamento feminino (F2-205), que me acolheram e abraçaram do início ao fim, Julia, Ana Luiza, Débora, Cláudia, Livea e Keila. Às/aos professores/as e alunas/os do Pré-Vestibular Comunitário São José, que me fizeram querer mais e mais seguir a carreira docente.

Por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de Demanda Social, que transformou em possível esta pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em História PPHR/UFRRJ, seu corpo docente e funcionárias/os em geral.

RESUMO

SILVA, Mariana Dionísio Cavalcante da. **A Igualdade de Gênero na agenda política do Banco Mundial: pressupostos, objetivos, contradições e limites (1995 – 2012)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

Esta dissertação analisa a documentação do Banco Mundial, mais precisamente, os seus Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial (RDMs) e publicações setoriais, entre os anos de 1979 e 2012, a fim de perceber as formas pelas quais a instituição maneja as categorias “mulher” e “gênero” em suas abordagens mais amplas sobre o desenvolvimento. A pesquisa dá ênfase aos conflitos que rodearam as estratégias para as mulheres e/ou relações de gênero e as interações estabelecidas entre o Banco e organizações de mulheres. As abordagens do Banco sobre o tema, conforme mostrou a análise documental, variaram em meio às tensões do capitalismo contemporâneo e se tornaram limitadas frente às crises econômicas e à intensificação do conflito de classes no mundo. O Banco Mundial, em dois momentos (primeiro na década de 1970 e depois em 1990), precisou responder às crescentes contestações sociais sobre a sua atuação, a fim de garantir a sua posição como laboratório de teorias e práticas de desenvolvimento capitalista. Durante esse processo, o feminismo tornava-se um movimento de base ampla e as reivindicações das mulheres alcançaram o *status* de questão socioeconômica fundamental. Em meio aos esforços do Banco para estabelecer um marco de interpretação da pobreza e meios de aliviá-la, parcelas do feminismo faziam frente às burocracias internacionais, com o objetivo de institucionalizar as pautas e reivindicações das mulheres na agenda global de desenvolvimento. Num primeiro momento, aborda-se a aproximação de determinada agenda feminista com a agenda neoliberal, através da análise das diferenças de classe entre mulheres trabalhadoras, suas dispersões em diferentes arenas políticas e a cooptação e despolitização de pautas relacionadas às mulheres. A seguir discute-se como as ideias feministas foram manejadas por agências financeiras, que consolidaram políticas públicas para as mulheres dentro dos pressupostos da ciência econômica dominante. Por fim, analisa-se como esse processo ocorreu no interior do Banco Mundial, tanto em seu funcionamento interno, mas principalmente nas recomendações e publicações sobre o tema desde a década de 1970. O RDM de 2012, o único a abordar o tema “igualdade de gênero e desenvolvimento” foi o último relatório analisado e foi possível concluir que ele instrumentalizou as mulheres de duas formas: (i) através da apropriação e ressignificação de determinadas reivindicações feministas; (ii) a utilização das mulheres como alibis para o baixo crescimento capitalista, alegando-se a sua baixa “produtividade” no processo de acumulação.

Palavras-chave: Banco Mundial. Igualdade de Gênero. Feminismos.

ABSTRACT

SILVA, Mariana Dionísio Cavalcante da. **Gender Equality in the World Bank's Policy Agenda: premises, goals, contradictions and limits (1995 – 2012)**. 2018. Dissertation (Master Science in History, Power Relationships, Work and Cultural Practices). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

This dissertation analyzes World Bank documentation, namely its World Development Reports (WDR's) and sectoral publications, between 1979 and 2012, in order to understand how the institution handled the categories "woman" and "gender" in their broader approaches to development. The research emphasizes the conflicts surrounding strategies for women and/or gender relations and the interactions established between the Bank and women's organizations. The Bank's approaches to the subject, as documentary analysis has shown, have varied amid the tensions of contemporary capitalism and become limited in the face of economic crises and the intensification of class conflict in the world. In two moments (first at the 1970s and later in 1990s), the World Bank had to respond to growing social controversy about its performance in order to secure its position as a laboratory of capitalist development theories and practices. During this process, feminism became a broad-based movement and women's claims reached the status of a fundamental socio-economic issue. Amidst the World Bank's efforts to establish a framework for interpreting poverty and ways to diminish it, segments of feminism confronted international bureaucracies aiming the institutionalization of women's demands on the global development agenda. The first part of this research analyzes the approximation between the neoliberal agenda and feminist demands of specific sections, through the examination of class differences among working women, their dispersion in-between different political arenas and the co-optation and de-politicization of women-related matters. The following is a discussion about how feminist ideas were manipulated by financial agencies that consolidated public policies for women through dominant economic science's assumptions. Next, is an analysis of how this process occurred in the World Bank, both in its internal functioning and structure, but mainly in the recommendations and publications on the subject since the 1970s. The World Development Report of 2012, the only one that addresses the theme "gender equality and development" was the last report analyzed. It was possible to conclude that it has instrumentalised women in two ways: (i) through the appropriation and resignification of certain feminist demands; (ii) as an alibi for low capitalist growth, at the claim of its low "productivity" throughout the process of capital accumulation.

Keywords: World Bank. Gender Equality. Feminisms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sumário resumido do RDM de 2012	95
Figura 2: Elaboração do Banco Mundial: as engrenagens capazes de funcionar pela igualdade de gênero: domicílios, mercados e instituições	100
Figura 3: Elaboração do Banco Mundial sobre o aumento das exigências cerebrais e a queda das exigências de força física	110
Figura 4: “Feminismo em Perspectiva”	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Elaboração nossa sobre a trajetória das estratégias MnD/GeD	48
Tabela 2: Elaboração do Banco Mundial sobre a agenda de ação global	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID – Associação Internacional de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

CEDAW – Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CW – Consenso de Washington

GeD – Gênero e Desenvolvimento

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais

MnD – Mulheres no Desenvolvimento

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAE – Políticas de Ajuste Estrutural

PIB – Produto Interno Bruto

RDM – Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial

GS – Goldman Sachs

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – FEMINISMO, CLASSE E NEOLIBERALISMO	8
1.1 Mulheres, racismo e luta de classes: as tensões feministas na criação de uma agenda política emancipatória	12
1.1.1 <i>Feminismos e neoliberalismo: a fragmentação ainda maior da agenda feminista</i>	18
1.2 Mulheres nas burocracias internacionais: a coalizão para as estratégias Mulheres no Desenvolvimento (MnD) e Gênero e Desenvolvimento (GeD)	26
1.3 Aspectos principais a serem retidos	49
CAPÍTULO II – MULHERES E IGUALDADE DE GÊNERO NOS RELATÓRIOS DO BANCO MUNDIAL: DO PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO À BOA GOVERNANÇA	51
2.1 – Um breve histórico sobre o banco mundial (1944-1970)	52
2.1.1- <i>O Banco Mundial e a estratégia MnD/GeD (1975-1990)</i>	59
2.2 – O Banco Mundial e a agenda de Igualdade de Gênero (1995-2012)	71
2.3 Aspectos principais a serem retidos	90
CAPÍTULO III – A IGUALDADE DE GÊNERO NO RDM DE 2012: PERMANÊNCIAS E REFORMULAÇÃO SELETIVA	94
3.1 As críticas ao RDM de 2012: gênero <i>oculto</i> e gênero na <i>prática</i>	117
3.2 Discussão crítica sobre o RDM de 2012	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

INTRODUÇÃO

Os silêncios sobre as mulheres, segundo Michelle Perrot (2005), refletem as condições sociais, políticas e econômicas de determinado momento histórico, que ora as enxergava superficialmente, ora invisibilizava suas experiências. Os seus silêncios e ausências foram regras em templos religiosos, sistemas políticos, censos e estatísticas, espaços públicos e, até mesmo, na vida privada. Porém, de variadas formas isto não foi acatado, ainda que as respostas criadas pelas mulheres, por diversas vezes, passassem despercebidas. Nas palavras de Perrot (*Ibidem*: 9): “os dominados podem sempre esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História. Imagina-se, sabe-se, que as mulheres não deixaram de fazê-lo. Frequentemente, também, elas fizeram de seu silêncio uma arma”.

Pesquisar sobre as/os marginalizadas/os pela historiografia importa, cada vez mais, para compreender o seu papel como parte integrante dos processos históricos, e não figuras excepcionais ou “à frente de seu tempo”. Os estudos que pretendem dar visibilidade às mulheres não deveriam tornar-se um campo de produções do “outro” em relação às narrativas históricas estabelecidas. A emergência da história das mulheres surgiu com o objetivo de tornar o poder compartilhado, através de estudos e pesquisas que pusessem em questão as narrativas excludentes, ao mesmo tempo apropriando-se de contribuições consolidadas (BORDO, 2000).

Se parte do ofício da/do historiadora/or é questionar, problematizar, criticar as formas como são produzidos os discursos e as práticas de pesquisa na História, buscar as ausências e entendê-las faz parte desse exercício. As mulheres e as relações que estabeleceram precisam ser evidenciadas, pois as pessoas que não tiverem a oportunidade de representar a si mesmas e de serem representadas correm o risco do silenciamento, da invisibilidade e, no limite, da desumanização.

As transformações políticas e econômicas das décadas de 1960-1970 responderam às lutas políticas desses anos, principalmente aos movimentos sociais, como o estudantil, feminista e antirracista, o que impactou diretamente na historiografia. Além disso, a inserção cada vez mais expressiva das mulheres na academia impulsionou campos de estudos sobre as mulheres, seminários e cursos, que propuseram todo um escopo teórico para se analisar as relações sociais que incluísse tanto as mulheres, como segmentos sociais subalternizados e marginalizados. Esse momento alimentou as discussões acadêmicas e influenciou, em grande medida, os debates sobre a necessidade de uma história mais inclusiva.

A história do Banco Mundial tem sido abordada por diferentes perspectivas, desde o seu papel enquanto agência financeira até a sua atuação na difusão de ideias e agendas políticas para o desenvolvimento capitalista. A sinergia entre dinheiro, prescrições políticas e conhecimento econômico, conforme definiu Pereira (2010), atesta o caráter multifacetado do Banco e sua capacidade de avançar e ampliar a sua agenda pró-mercado. A identidade de “banco de conhecimento” adquirida nas últimas décadas se deve à sua consolidação como agência internacional – e líder – da assistência multilateral ao desenvolvimento. A legitimidade que angariou dentro do sistema financeiro da cooperação internacional o consolidou como prestador e ator social.

No entanto, as distintas possibilidades de se entender a história e o funcionamento do Banco Mundial não foram suficientes para motivar estudos interessados nas mulheres e nas relações de gênero, conforme notou Zabala (2005). Mesmo as referências obrigatórias sobre a história do Banco não fizeram menção a esses temas, apesar da instituição, desde a década de 1970, ter começado a dar seus primeiros passos em pesquisas e projetos sobre a condição de vida das mulheres pobres. Por outro lado, a composição de funcionárias/os, fosse em cargos menos expressivos ou em chefias, era, em sua maioria, de homens graduados em engenharia e economia, o que tornou a agência um espaço hostil às pautas feministas e, até mesmo, à existência de escritórios voltados às pesquisas e projetos para mulheres e/ou relações de gênero. Assim, é possível entender duas formas em que as relações – e tensões – entre homens e mulheres foram constitutivas do Banco: dentro de suas pesquisas e teorias sobre o desenvolvimento e na composição de funcionárias/os.

Entender a história do Banco considerando as assimetrias de poder em que ele foi constituído, como as relações de gênero, e o seu interesse (não espontâneo) por estratégias sobre esse tema, motivou a escrita desta dissertação. A presente pesquisa pretende compreender como as *mulheres* e, posteriormente, as *relações de gênero* se tornaram temas de interesse da instituição. O que discuto é a forma como as políticas para as mulheres se constituíram, primeiro, restritas ao papel reprodutivo biológico; segundo, como a pauta de igualdade de gênero foi acomodada dentro dos pressupostos e estratégias do Banco. Entendo que, na maior parte da documentação pesquisada, a categoria de gênero foi definida somente enquanto relação heterossexual entre homens e mulheres (muitas das vezes em um contrato, rito religioso ou semelhante ao casamento), enfatizando políticas públicas e pesquisas sobre a condição socioeconômica das mulheres e suas famílias.

Nesse sentido, o “gênero” se insere neste trabalho numa tentativa de não reduzir as relações entre homens e mulheres a polarização opressor *versus* vítima, o que torna a minha análise documental crítica às definições do Banco e suas recomendações sobre as relações de gênero. Segundo Andrea Cornwall e Althea-Maria Rivas (2015: 404), as narrativas do desenvolvimento sobre a igualdade de gênero “pressupõem um conjunto de relações hierárquicas e de oposição entre mulheres e homens, em que as mulheres são estruturalmente inferiores”, ou seja, uma configuração de poder estática e generalizada.

O conceito de gênero surgiu, para um grande número de pesquisadoras/es, como uma ferramenta analítica abrangente, por pensar as relações sociais e de poder, assim como questionar a rigidez conceitual dada às identidades humanas. Joan Scott (1995) criticou a utilização do conceito de gênero como sinônimo de mulher, pois circunscreveu e delimitou experiências sociais diversas a um gênero. Para a autora, quando a categoria de gênero é historicizada, renuncia a determinismos biológicos e se refere a construções históricas, sociais e culturais que evidenciam relações assimétricas nas quais homens e mulheres heterossexuais configuram uma das possibilidades de análise.

No entanto, para Raewyn Connell (2014), alguns dos usos da categoria de gênero presumem as categorias “masculino” e “feminino”, definidos em termos biológicos. Mesmo que os debates atuais apontem sobre os perigos da confusão conceitual entre gênero e relação homem-mulher, o uso unitário do conceito, ou seja, definindo apenas as mulheres, foi “historicamente necessário para o estabelecimento da voz das mulheres nas arenas políticas dominadas pelos pressupostos e práticas patriarcais” (*Ibidem*: 19). Portanto, é preciso entender os homens e mulheres como uma parte das relações que constituem as dinâmicas entre os gêneros, e não constitutivos. Por esse motivo, tornar as mulheres evidentes contribui, ainda que contraditoriamente, para estratégias políticas que pensem toda a diversidade de suas experiências, que não somente heterossexual, vinculada ao casamento e ao espaço familiar.

Heleieth Saffioti (1987) foi uma das primeiras teóricas feministas brasileiras a elaborar uma análise que incluísse o gênero, entendendo-o como uma dimensão das relações sociais e uma das variadas formas de opressão e exploração. Classe e raça foram articuladas na análise da autora, que propôs uma transformação simultânea das estruturas de poder que modulam e oprimem principalmente as mulheres, o que ela nomeou de patriarcado-racismo-capitalismo. Em sua análise sobre as relações de gênero no Brasil, Saffioti afirmou que o patriarcado não era o único estruturador da sociedade brasileira e, por esse motivo, não era possível analisá-lo isoladamente, pois as múltiplas opressões se entrelaçam. Dessa forma, as relações de gênero se

mostraram mais complexas do que a dicotomia dominador-subordinada, já que homens também podem dominar outros homens, assim como as mulheres podem dominar outras mulheres e homens. A raça, nesse sentido, é fundamental para perceber essas relações desiguais.

Crítica ao conceito de gênero, Saffioti (2004) argumentou que, apesar de ser uma ferramenta útil à teoria feminista, é ambígua, pois surgiu como forma de tornar as contribuições das mulheres adequadas academicamente. De fato, de acordo com Scott (2013), o “gênero” recebeu maior reconhecimento dentro da academia, visto que “feminismo” e “mulheres” foram considerados termos menos científicos para uma pesquisa historiográfica. Porém, isso não impediu que o “gênero” fosse utilizado como uma ferramenta crítica, que não apenas localizou as mulheres na história, mas também buscou as razões de sua invisibilidade, o que contribuiu para “a causa da emancipação das mulheres” (*Ibidem*).

O conceito de gênero foi definido na arena internacional como a construção cultural dos papéis sociais baseado nas diferenças biológicas. E, apesar desses espaços terem reconhecido as relações de poder, elas foram consideradas muitas vezes dentro das manifestações culturais de uma sociedade, e menos como parte das relações econômicas. Da década de 1990 até os dias de hoje, a atuação do Banco nessa área se expandiu, o que o fez veicular novos conceitos e ferramentas analíticas sobre temas como relações de gênero e a condição socioeconômica das mulheres. Essa virada transformou a agência em alvo de críticas e disputas por reconhecimento, tanto por movimentos de mulheres e/ou feministas como por organizações não governamentais (ONGs).

Entender a perspectiva de gênero do Banco implica observar e analisar o que é dito e como é dito sobre as mulheres e as relações de gênero, considerando os atores masculinos que engendram a produção, circulação e veiculação de diagnósticos e programas que, alicerçados numa suposta neutralidade técnico-científica, ocultam uma matriz androcêntrica na produção desse saber. Com base nisto, inicio esta discussão a partir de dois pressupostos. Em primeiro lugar, entendo o Banco Mundial como uma agência inserida dentro de uma estrutura heteronormativa e binária de gênero, que produz, reproduz e reforça, no conteúdo de suas prescrições e em seu funcionamento interno, hierarquias de gênero. O Banco, mesmo que se afirme uma agência financeira, não é neutro em relação às dinâmicas de poder. Nesse ponto, me baseio nas teses de Penny Griffin (2009) e Ferber & Nelson (2004) de que a Economia e o neoliberalismo são marcados por uma ideologia liberal e também por “um modelo de atividade humana derivado dos privilégios e experiências” etnocêntricas e heterossexuais (GRIFFIN, 2009: 5).

Em segundo lugar, o Banco Mundial, para além de um banco com objetivos financeiros, é uma agência com relevante atuação política e ideológica. Para tanto, me embaso na hipótese defendida por João Márcio Mendes Pereira (2010) de que o Banco, ao longo de sua trajetória, tem atuado como um ator financeiro e social, formulador de políticas, produtor e veiculador de ideias “sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem em matéria de desenvolvimento capitalista”. Entendo que o êxito obtido por sua condição de emprestador o fez adentrar facilmente no terreno das políticas públicas, ampliar a sua influência e difundir os seus enfoques, pesquisas e ideias, através de uma série de prescrições que abordam áreas de conhecimento diversas.

A atual condição do Banco não pode ser entendida somente através das cifras de seus investimentos e do volume de seus empréstimos. Reduzir sua atuação a transações financeiras não torna possível perceber o seu envolvimento em uma constelação de temas de grande implicação social e ambiental. O Banco foi constituído por e dentro de relações sociais de poder e, por esse motivo, não escapa às pressões de diferentes agentes à sua atuação, que ora denunciam os impactos de suas práticas, ora disputam interesses diversos sobre o seu papel, sejam eles políticos, ideológicos e financeiros.

Com o passar dos anos e a expansão de sua atuação como *think tank*, consultor técnico e ator social – e a constatação dos impactos sociais e ambientais de suas políticas – o Banco tornou-se alvo de denúncias cada vez maiores sobre a sua falta de responsabilização e transparência. Por esse motivo, o meu recorte temporal se concentra entre dois marcos da história do Banco e a sua relação com as estratégias para mulheres e a igualdade de gênero: em primeiro lugar, as Conferências Mundiais das Nações Unidas sobre as Mulheres, organizadas desde 1975, tendo sido a última no ano de 1995, em Pequim; em segundo lugar, a publicação do Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012 intitulado “Igualdade de gênero e desenvolvimento”, o primeiro dessa série de relatórios a abordar e a responder esse assunto.

Analisei os Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial (RDMs) e os documentos setoriais produzidos pelo Banco, publicados entre os anos de 1978 e 2012. Tal escolha se justifica pela importância das publicações do Banco, principalmente os RDMs, pois fazem parte dos documentos mais lidos do tipo. Esses RDMs são veiculados mundialmente e são impressos cerca de 50 mil exemplares anuais, traduzidos para sete idiomas ou mais. Essa publicação influencia formuladoras/es de políticas, instituições de pesquisa, universidades, ONGs, entre outras/os agentes especializadas/os na “promoção do desenvolvimento”.

Os RDMs possuem relevância por conta da autoridade que o Banco alcançou na indústria internacional de assistência ao desenvolvimento. Além disso, a sua expertise é procurada mesmo por representantes de países que pouco precisam de seus empréstimos e/ou economias pouco interessadas na igualdade de gênero, mas que acessam o conteúdo dessas informações (GRIFFIN, 2009). Já os relatórios setoriais foram analisados pois condensam as recomendações mais gerais do Banco para o âmbito setorial. As prescrições para as mulheres e as relações de gênero foram e ainda são atravessadas por estratégias voltadas à redução da pobreza e os objetivos mais amplos de crescimento econômico.

No primeiro capítulo me ocupei em analisar as relações pouco amistosas entre as feministas que ocupavam distintas posições de classe e os posicionamentos opostos em torno da institucionalização de suas pautas. Para tanto, considerei a reflexão de Hester Eisenstein (2009) sobre as formas como determinados feminismos estadunidenses no pós-guerra assumiram um caráter predominante, refletindo a sociedade de classes, o racismo e o sexismo de onde esses movimentos se constituíram. Por isso, sugiro que para entender a institucionalização e a apropriação da agenda feminista por determinados atores internacionais, é fundamental (também) considerar as diferenças de classe e de interesse das próprias mulheres, que vislumbravam distintas estratégias políticas, conceitos e ações.

Neste capítulo também abordo os laços estabelecidos entre ideólogos de agência internacionais e setores do movimento de mulheres e/ou feministas, que se associaram para estabelecer estratégias econômicas para mulheres em situação de pobreza. Busquei entender a construção das pautas políticas de determinado grupo de mulheres, considerando questões raciais e de classes, entendendo que esses fatores moldaram as agendas feministas. Procurei evidenciar a capacidade do capital de cooptar agendas políticas contestatórias, ressignificando críticas e aproximando-se de feminismos interessados em alargar o alcance das normas capitalistas.

No segundo capítulo localizei a história do Banco Mundial dentro da discussão estabelecida no capítulo anterior, abordando o surgimento de suas primeiras iniciativas para as mulheres e os seus pressupostos. O objetivo foi apresentar e discutir as políticas que o Banco direcionou para as mulheres e, posteriormente, a sua pauta mais ampla de “gênero e desenvolvimento”. Entender as mudanças mais gerais pelas quais o Banco passou foi importante para compreender os câmbios conceituais e o grande volume de estudos e indicadores que foi capaz de produzir a respeito das mulheres na economia global. Considerando a sua trajetória desde a teoria da modernização até o paradigma da boa

governança, mapeei quais foram as políticas e recomendações mais amplas do Banco, e a forma como pesquisadoras/es e funcionárias/os do setor de mulheres e/ou gênero responderam a essas transformações.

Os documentos analisados foram os RDMs e os documentos setoriais dedicados ao tema “mulheres” ou “gênero”. O método se baseou em filtrar conceitos, estratégias e as próprias contradições desses documentos, que não têm um direcionamento fixo sobre políticas para as mulheres e/ou gênero. Em cada uma dessas publicações existem temas que conflitam entre si e são abordados de forma diversa, mas, apesar disso, as recomendações sobre o crescimento econômico são recorrentes e de importância central. A análise dos relatórios teve como objetivo acompanhar as mudanças discursivas e conceituais da instituição que, ao longo de sua existência, passou por importantes transformações e deslocamentos de seu foco sobre a pobreza. Considerei a análise desses relatórios fundamental para entender o movimento mais amplo do Banco de alargamento da sua agenda política e de subordinação dos temas sociais à sua agenda econômica.

No terceiro capítulo realizei uma análise mais detida sobre o RDM de 2012. Esse relatório resultou de um extenso trabalho que compilou vinte anos de pesquisas e recomendações do Banco Mundial. Dividido em nove capítulos e com um grande número de páginas (458), o documento abordou os avanços e as persistências da desigualdade de gênero em diferentes âmbitos da vida social. Por vezes repetitivo, o Banco pretendeu mostrar resultados e recomendar ações que mantivessem, de um lado, o crescimento econômico e, por outro, a promoção da igualdade de gênero nos países clientes. Inicialmente fiz um resumo da publicação, trazendo os principais pontos de cada capítulo (capital humano, agência, globalização, ação pública). Posteriormente, apresentei as críticas ao RDM de 2012 feitas por autoras da literatura de gênero e desenvolvimento. Em seguida, discuti determinados pressupostos do Banco, apontando as *permanências* e as *reformulações seletivas* de sua agenda política.

CAPÍTULO I

Feminismo, classe e neoliberalismo

No presente capítulo discuto a institucionalização de pautas e reivindicações feministas, buscando entender as contradições desse processo pois, se por um lado, essa institucionalização permitiu às mulheres direitos fundamentais, por outro, delimitou e esvaziou o caráter transformador de certas pautas feministas. Para tanto, considerei a reflexão de Eisenstein (2009) sobre os processos que levaram feministas estadunidenses a assumirem uma posição predominante na arena internacional. Entender a hegemonia de determinada agenda feminista deve considerar as diferenças de classe, raça e de interesse entre as próprias mulheres, que se organizaram em torno de diferentes estratégias e objetivos de ação política. Se, conforme sugeriram Luc Boltanski e Ève Chiapello (2005: 41-42), o capitalismo depende de uma ideologia que o justifique e submeta todas as relações sociais à lógica de acumulação, podemos entender que a institucionalização da agenda feminista por determinados atores sociais e políticos teve como propósito: (i) legitimar a exploração da força de trabalho das mulheres; (ii) desmobilizar e enquadrar as lutas feministas.

No segundo momento, abordei os laços estabelecidos entre ideólogos de agências internacionais e setores do movimento de mulheres e/ou feministas, que se associaram para estabelecer estratégias econômicas sobre as condições materiais de mulheres em situação de pobreza. Entendo que a institucionalização de pautas feministas ocorreu através de grupos de mulheres interessadas em, estrategicamente, inserir reivindicações na arena internacional. No entanto, ao adentrarem nesses espaços, alguns de seus pressupostos críticos tiveram de ser disciplinados à agenda e ao *modus operandi* de agências financeiras, ONGs e organizações governamentais que respondiam às dinâmicas de poder nacionais e globais.

Primeiro, é preciso entender os interesses das mulheres dentro das sociedades racistas e de classes, que modelaram as agendas feministas e distanciaram as mulheres das tomadas de decisão política. Em segundo lugar, a capacidade do capital de cooptar agendas políticas contestatórias, ressignificando críticas e aproximando-se de parcelas interessadas em alargar a institucionalização de pautas sociais.

Nas palavras de Raewyn Connell (2014: 13), os estudos sobre gênero e identidade, como os conhecemos atualmente, são produto do Atlântico Norte e refletem a “situação cultural, política e econômica da metrópole mundial – isto é, os ricos de capital intensivo e militarmente poderosos (...)”. O recorte deste capítulo se centrou nas chamadas “economias

avançadas”, principalmente os Estados Unidos, pois entendo que estudos e pesquisas sobre relações de gênero e feminismo se disseminaram a partir desses países e influenciaram (corroborando ou distanciando) as produções científicas de outras regiões. Nas palavras de Connell (2014: 24), “há uma economia global de conhecimento que se assemelha à economia de *commodities* e finanças, que talvez seja ainda mais hegemônica pela Europa Ocidental e pela América do Norte”. Foi dessa sociedade que emergiu o que Eisenstein (2009) denominou o “feminismo hegemônico”, ou seja, discursos e práticas feministas que foram acomodados dentro dos interesses financeiros e políticos dominantes. O que nos abre outra possibilidade de reflexão: a própria disputa por reconhecimento de feminismos periféricos, frente à instrumentalização de uma agenda feminista pouco comprometida com as demandas e contribuições de feministas do chamado “terceiro mundo”.

Descrever e refletir sobre as mudanças históricas do capitalismo deve levar em consideração diversos fatores, inclusive ideológicos, entendidos dentro de processos mais amplos. No que se propõe este capítulo, o aspecto ideológico do capitalismo – ou seja, como definiram Boltanski e Chiapello (2005), o “conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade” – são de grande relevância para entender como esse sistema impactou e interferiu sobre as reflexões feministas. Analisar as mudanças no modo de produção e na composição da força de trabalho é um caminho possível para entender esse processo, pois as fases (e rupturas) do capitalismo nos informam sobre as transformações nas relações sociais de gênero e, conseqüentemente, as estratégias políticas conduzidas por mulheres.

Segundo Ellen M. Wood (2001: 14), compreender o surgimento do capitalismo, por vezes, nos leva a argumentos que afirmam que esse modo de produção “sempre” existiu, antes mesmo das datações mais comuns sobre o seu surgimento. Certa literatura clássica da economia entendeu o capitalismo, em sua fase atual, como um desenvolvimento natural da racionalidade humana, de modo que “o capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes (...) para poder crescer e amadurecer” (*Ibidem*). Isso exprime a ideia de que “a história é um processo quase natural de desenvolvimento tecnológico”, como se fosse um *continuum*; e as transformações do modo de produção seriam inerentes ao comportamento humano. As/os indivíduos/os estão, nessa lógica, a espera de chances e oportunidades para aprimorar suas relações de troca e, naturalmente, chegar ao topo da cadeia evolutiva da produção: tornarem-se capitalistas (*Ibidem*: 15).

Wood argumentou que entender o capitalismo como uma inevitável evolução humana ignorou suas especificidades históricas. Longe de representar apenas um sistema de trocas que se aprimorou, o capitalismo é um “produto tardio”, nascido dentro das interações sociais, das quais depende e converte em valor de mercado. O capitalismo transformou todas as relações sociais a partir de múltiplas formas de coerção, com o objetivo de consolidar e expandir mercados: primeiro, dentro dos países em que floresceu, através de expropriação, retirada de direitos consuetudinários, danos ambientais e imposição de leis de mercado; depois, através da capacidade que adquiriu em expandir-se, ou seja, saindo “das relações entre as classes exploradoras e exploradas para as relações entre países imperialistas e subordinados” (*Ibidem*: 206). Atualmente, tem agido através do que o Wood chamou de “novo tipo de imperialismo”, ou seja, a “disseminação dos imperativos do mercado” através de instituições capitalistas globais.

Boltanski e Chiapello (2005: 39-41) defendem que o capitalismo se move em duas frentes: por um lado, pela acumulação capitalista e a permanente obtenção de lucros e, por outro, por princípios de legitimação, difusos nos discursos e práticas de cada época. Dentro desse sistema, as classes que compõem a sua base de sustentação, até mesmo as/os profissionais menos expressivas/os na economia capitalista (e menos motivadas/os em manter-se nessa lógica), precisam de elementos que mantenham o seu “engajamento no capitalismo”. As crises que aprofundam as contradições do capital e impulsionam o ceticismo social representam uma ameaça à acumulação. Por esse motivo, esses momentos exigem um apelo maior desse sistema, que não é suprido pela coerção, mas sim por um novo conjunto ideológico que, em primeiro lugar, justifique os ganhos individuais em empenhar-se pela empresa capitalista e, segundo, que justifique as pessoas a manterem-se nessa função por uma moral justa e coletiva.

A partir da análise da literatura de gestão empresarial, Boltanski e Chiapello (*Ibidem*: 46) acompanharam a formação de um “novo espírito do capitalismo” do século XX que, no contexto das décadas de 1960-1970, não mais se validou pela propriedade, mas sim pela sistematização de ideias e práticas empresariais, o que culminou na transformação da “gestão empresarial” em disciplina. O fato de a literatura da gestão empresarial ser consumida por executivos, ou seja, assalariados e porta-vozes do capitalismo, fizeram Boltanski e Chiapello se debruçarem sobre essa produção, que foi capaz de informar a mudança de espírito do capitalismo na década de 1960. O aparato justificativo do “espírito do capitalismo” se manifestou em discursos que pretendiam agregar todas as/os indivíduos/os no objetivo de autoexpansão do capital. Essa afirmação dialoga com o que Nancy Fraser (2009) pontuou sobre

a capacidade do capitalismo de apropriar-se de críticas e reivindicações de grupos subalternizados adaptando-se e adaptando-os às suas dinâmicas sociais.

Essa capacidade de absorver em sua ideologia política elementos que o tornem mais “agregador”, do ponto de vista moral e legal, jogou um papel importante na definição do que é considerado justo e aceitável em cada momento histórico. Ou seja, o capitalismo possui a capacidade de se reinventar cada vez que ocorrem transformações históricas que modificam as estruturas sociais existentes. Em momentos de ruptura com paradigmas e modos de acumulação anteriores, esse sistema ressignifica as críticas que o deslegitimam, com o fim de manter a maximização de lucros. Se o capitalismo permanece é porque tem “justificações compartilhadas que o apresentam como ordem aceitável e até desejável, a única possível ou a melhor das ordens possíveis” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2005: 42).

O modo de produção capitalista precisa ser entendido dentro das relações sociais, pois além de mover-se pela lógica da acumulação, cria e recria condições para a sua reprodução ampliada. Pensar a história dos processos de alargamento do capitalismo, incluindo as mudanças sociais impulsionadas por movimentos feministas e/ou organizações de mulheres, não é uma tarefa simples, tampouco discutir as maneiras pelas quais o capitalismo se relacionou e disciplinou as lutas políticas dos dominados. Nesse sentido, entendo que o entrelaçamento de agendas feministas com instituições e atores engajados na expansão de mercados, ideias e relações sociais capitalistas não foi uma coincidência passiva. Na verdade, entendo essa “aproximação perigosa” – definida por Eisenstein (2009) – como uma apropriação pelo capital das lutas sociais feministas, em busca de reescrevê-las sobre seus próprios termos.

Se, conforme afirmou Silvia Federici (2012: 31), “na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação nas relações de classe”; ou seja, a “destinação” biológica das mulheres a determinadas tarefas mascarou o fato de que elas também pertencem ao processo de produção, portanto, “a história das mulheres é a história das classes”. Segundo Cinzia Arruza (2015: 53), existem teorias feministas que consideram a crítica ao capitalismo uma matéria à parte, às vezes supondo que as leis econômicas são “puras” e independem do social. Para a autora, “uma relação de exploração sempre implica numa relação de dominação e alienação”, segundo apontou a crítica marxista à economia política. Portanto, a mulher trabalhadora é um corpo que se expressa e também é submetido ao disciplinamento do processo de produção.

Nancy Fraser (2009: 13) argumentou que o feminismo, em sua segunda onda¹, involuntariamente forneceu elementos para um “novo espírito do capitalismo”. De acordo com a autora, o feminismo logrou evidenciar a necessidade de mudanças culturais sobre a condição das mulheres, mas não alcançou os mesmos resultados no âmbito estrutural, pois as propostas feministas consideradas revolucionárias em décadas anteriores foram facilmente absorvidas pelo *mainstream* capitalista da década de 1970. Portanto, pode-se afirmar que esse movimento de mudanças decorreu da capacidade do capitalismo de reinventar-se em busca de salvaguardar o imperativo da acumulação. No entanto, considero fundamental apontar quais ideais feministas e quais feministas cederam ao que Verónica Schild (2016: 76) chamou de “patrocínio dos poderes neoliberais”. Segundo Connell (2014: 24-27), nos últimos anos, vozes periféricas têm apontado a pluralidade do movimento feminista, as disputas por seus espaços e categorias de análise, as diferenças de classes entre as mulheres e, principalmente, a hegemonia de determinadas práticas e discursos feministas.

1.1 Mulheres, racismo e luta de classes: as tensões feministas na criação de uma agenda política emancipatória

Considero importante a provocação de Einsentein (2009: 48) ao observar duas mudanças geradas pelo modo de produção capitalista nos anos de 1960-1970: i) as transformações econômicas e sociais mais amplas, que tiveram reflexos na exploração da força de trabalho das mulheres e ii) até que ponto essas mudanças interferiram na dispersão de parcelas do feminismo em diferentes arenas políticas. Entendo que essas transformações não escaparam às dinâmicas de poder, tanto de gênero – pois a opressão de classe inerente ao capitalismo se combina com a dominação masculina – como da macroeconomia, pois as

¹ A definição do feminismo como um movimento de “ondas” surgiu com o objetivo de estabelecer uma identidade feminista. Para tanto, estudiosas e pesquisadoras do tema situaram essas reflexões em momentos históricos. A segunda onda do feminismo foi localizada entre as décadas de 1960 e 1980, e foi definida como o momento de politização dos âmbitos mais privados da vida. As feministas desse período afirmaram que o “privado” foi historicamente preservado de qualquer intervenção externa, o que manteve estereótipos e valores desiguais sobre as funções de cada indivíduo/o. Dessa forma, a privacidade familiar e doméstica permitiu o funcionamento e a manutenção da dominação masculina. Não à toa, as feministas norte-americanas e europeias reivindicaram reformas emergenciais no sistema legal, exigindo a descriminalização do aborto, igualdade salarial, punição da discriminação sexual e da violência física e sexual domésticas, tipificação do estupro no casamento, proteção ao emprego (licença maternidade e proteção a gestantes), etc. De forma geral, as ondas do feminismo seguem a seguinte escala: 1ª) direitos políticos (sufragismo); 2ª) politização da esfera privada; 3ª) relações de gênero e identidades. Discute-se a emergência de uma quarta onda, composta por contribuições de feminismos “periféricos” (ERGAS, 1991: 59; BIROLI, 2014: 34).

diferenças e desigualdades que fracionam as mulheres respondem a relações mais amplas de poder. Para essa discussão, me interessam menos os impactos reais do capitalismo sobre a força de trabalho (há vasta bibliografia sobre isso) e mais os processos históricos e as mudanças discursivas que levaram à vinculação do neoliberalismo com o feminismo. Noutras palavras, me interessa entender a instrumentalização da agenda feminista e a sua transformação num aparato justificativo para a exploração da força de trabalho das mulheres.

Em sua classificação sobre os processos históricos pelos quais o feminismo estadunidense passou, Eisenstein (2009: 48-49) localizou dois períodos dentro da segunda onda do feminismo: o feminismo trabalhista (de 1940 até 1960) e o feminismo *mainstream*. Segundo a autora, esses períodos corresponderam à entrada massiva de mulheres casadas na força de trabalho assalariada – as mais pobres haviam entrado primeiro (em 1940), seguidas pelas mulheres de classe média (em 1960). A partir da mudança na composição e estrutura do trabalho feminino, a autora encontrou elementos que informaram como o feminismo passou de um caráter trabalhista para um movimento de *mainstream*, e entendeu que essa transformação teve relações diretas com as diferenças de classe, ideias e interesses das mulheres trabalhadoras.

Foi no período da Segunda Guerra Mundial que as mulheres, principalmente casadas, com mais de trinta anos e mães, foram convocadas a manter a economia de guerra norte-americana, assumindo cargos considerados “masculinos”, como trabalhos manuais e/ou que exigiam força física. Com o fim do conflito, muitas dessas mulheres retornaram às funções de emprego “tradicionais” ou aos lares. Porém, segundo destacou Eisenstein (2009: 50), esse regresso não representou um “retorno à domesticidade”, mas serviu para que suas percepções sobre o trabalho e sua própria capacidade fossem estremecidas, por isso, “o sentido do que era possível e o que elas mereciam foi para sempre alterado”². Essa “nova consciência das mulheres trabalhadoras” encontrou expressão no movimento trabalhista do pós-Segunda Guerra e foi o motor da “mudança de órbita do ativismo das mulheres” (*Ibidem*).

É importante destacar que essa nova composição representou a entrada de mulheres de classe média no espaço de trabalho já ocupado por mulheres e homens não-brancos, pobres, imigrantes. Eisenstein (2009: 39) destacou que o feminismo que encontrou adesão nos círculos

² O levantamento de Eisenstein (2009: 50) sobre o crescimento total de empregos de mulheres entre 1940 e 1950 nos EUA conseguiu identificar, do total de 4,18 milhões, 3,32 milhões de empregos de mulheres e suas divisões de classe: 2,54 milhões pertenciam à classe trabalhadora (77%) e exerciam atividades no setor terciário, como artesãs/trabalhadoras manuais, secretárias, vendedoras e trabalhadoras de serviços domésticos. E 780 mil não pertenciam à classe trabalhadora e atuavam como proprietárias, gerentes, oficiais e profissionais. Entre o período de 1950 e 1960, o número total aumentou para 5,1 milhões e, deste quantitativo, 3,29 milhões foram identificáveis por classe, seguindo a mesma ordem anterior, com 2,45 milhões (74%) da classe trabalhadora e 840 mil (26%) não pertencendo à classe trabalhadora.

sociais estadunidenses na primeira metade do século XX foi o “feminismo hegemônico”, ou seja, composto predominantemente por mulheres brancas e de classe média, que defendiam propostas muito bem delimitadas e para grupos restritos. Segundo bell hooks³ (2000: 37), a emancipação feminina foi definida segundo os termos de mulheres privilegiadas e/ou brancas, que tornaram a sua própria condição como a preocupação feminista de maior relevância. O que essas mulheres diziam atraía visibilidade, o que não ocorria com as demandas das demais mulheres trabalhadoras.

Segundo Angela Davis (2016: 105), racismo e sexismo coexistiram nas classes trabalhadoras e influenciaram nas reivindicações políticas de sindicatos, partidos e demais organizações de esquerda. Trabalhadoras negras ocupavam empregos fora de casa, mais do que as mulheres brancas. Já na década de 1940, as mulheres negras tomavam as ruas em busca de empregos, aceitando trabalhos com horários maiores do que o acordado, menores remunerações e a substituição do salário por itens. De acordo com o censo de 1940, 59,5% das mulheres negras e empregadas eram trabalhadoras domésticas e outras 10,4% eram empregadas em serviços não-domésticos. Quando os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial, o trabalho de mulheres foi requisitado para manter a economia de guerra. Mais de 400 mil mulheres trabalhadoras negras retiraram-se do serviço doméstico e, de acordo com Davis:

No pico da guerra, elas tinham mais do que dobrado o seu número na indústria. Mas mesmo assim – e esta qualificação era inevitável – em 1960, um terço das mulheres negras continuavam presas aos antigos empregos domésticos. Na década de 1980, trabalhadoras negras compunham quase um milhão do total de quatro milhões da força de trabalho feminina (*Ibidem*: 73-74).

De acordo com hooks (2000: 37-38), a diferença de classe no feminismo estadunidense foi notada antes da questão racial, o que gerou conflitos entre as agendas de mulheres trabalhadoras e mulheres de classes privilegiadas, pois essas últimas previam a libertação feminina dentro da estrutura de classes existente. Para a autora, isso se justificou pelas sucessivas conquistas das mulheres e ao fato de a “classe de mulheres brancas e reformistas” ambicionarem o “poder” e a “liberdade” usufruídas pelos homens brancos. Com isso, uma perspectiva revolucionária de transformação da estrutura social deixou de ser uma preocupação fundamental para muitas parcelas do feminismo. Além disso, o domínio dos homens sobre a esfera doméstica (decisões, controle da renda, divisão desigual de funções) uniu essa classe de

³ Utilizo o nome de bell hooks na grafia que a autora considerou a mais adequada para sua identificação. O nome bell hooks é grafado em minúsculo e é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins.

mulheres, que passou a criar estratégias para a inserção da “classe” de mulheres brancas em espaços restritos à sua permanência (*Ibidem*: 38-39). Apesar desses esforços terem criado desconfiças entre mulheres trabalhadoras, os resultados impactaram de forma positiva. No entanto, manteve-se o abismo de interesses dentro do feminismo, em termos de elitismo, heterossexismo e racismo de militantes. A persistência da divisão de classes no feminismo e o protagonismo de mulheres brancas geraram descrenças sobre as possibilidades de mudanças concretas para a classe de trabalhadoras negras, lésbicas e não pertencentes à uma família nuclear burguesa (ou dependentes de um “homem provedor”).

O *best-seller* “A Mística Feminina” (*The Feminine Mystique*), publicado em 1963 por Betty Friedan, reconhecida feminista liberal norte-americana, ilustrou a centralidade dada às vozes de mulheres de classe média e alta. Apesar de trazer elementos importantes, como a crítica aos reducionismos sobre a capacidade feminina – que não se resumia em conquistar um marido, reproduzir e cuidar da casa –, o livro relacionou o “descontentamento” e o “problema sem nome” da subordinação das mulheres à esfera doméstica. Friedan lançou críticas ao método de análise funcionalista⁴, que defendia a adequação das mulheres às expectativas sociais atribuídas aos papéis de mãe, esposa e dona de casa. Argumento esse que, segundo a autora, infantilizava suas necessidades. Para ela, a constituição da identidade feminina ocorreu sem consentimento e, por isso, a repressão aplicada para a aceitação e reprodução dessa realidade era uma “questão sem nome”, porque as mulheres sentiam-se reduzidas, mas não sabiam definir ou expressar essa sensação (FRIEDAN, 1971: 112-117; PERONA, 2007: 19).

Publicado após a Segunda Guerra Mundial e a concessão de alguns dos direitos fundamentais para as mulheres, o livro de Friedan foi uma das primeiras vozes a receber destaque após o sufrágio feminino. “A Mística Feminina” foi lançada no mesmo momento em que ocorriam mudanças na composição de mulheres na força de trabalho e a reorganização do movimento feminista (PERONA, 2007: 17-19). A própria Friedan co-fundou uma das mais antigas e influentes organizações de mulheres dos Estados Unidos, a Organização Nacional de Mulheres (*National Organization for Women - NOW*), cujo interesse era a igualdade de direitos e a “inserção” das mulheres no mercado de trabalho. Segundo Ángeles Perona (2007: 17), Betty

⁴ Esse método, de acordo com Friedan (1971: 110), foi uma tentativa das ciências sociais de se tornarem uma disciplina “mais científica”, mediante a utilização da biologia em suas análises. Nesse sentido, antropólogas/os e sociólogas/os emprestaram da “(...) biologia a ideia de estudar instituições como se fossem músculos e ossos, em termos de «estrutura» e «função» no corpo social. Dessa forma, nos estudos sobre a mulher, (...) o funcionalismo colocou a americana numa espécie de profundo congelamento — a Bela Adormecida à espera de um Príncipe Encantado que a despertasse, enquanto à sua volta o círculo mágico do mundo continuava a girar” (FRIEDAN, 1971: 112).

Friedan e o conjunto de sua obra associou as barreiras às mulheres somente às restrições legais e culturais da sociedade norte-americana.

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho foi uma problemática do período, mesmo para as mulheres brancas privilegiadas. Os empregos eram escassos e a moral da época impedia mulheres casadas ou solteiras (como ocorreu com as afro-americanas e imigrantes) de adentrarem em esferas predominantemente masculinas, o que afetava sua estabilidade e capacidade de consumo. O mercado de trabalho para mulheres brancas e não brancas era precário, e mesmo mulheres bem-educadas das elites encontravam restrições, pois quando conseguiam empregos, exerciam funções abaixo de sua capacidade e sofriam com fortes oposições familiares. Foi nesse gancho que a discriminação sexual e o antipatriarcado tornaram-se temas relevantes, e essas mulheres privilegiadas passaram a pedir pelos mesmos direitos dos homens de sua classe, como acesso ao emprego e alta remuneração (EISENSTEIN: 2009: 41)⁵.

Existem dois processos que informam os desdobramentos dessa assimetria de poder dentro da classe de trabalhadoras: a profissionalização de mulheres ricas e de classe média e seu desinteresse em compor e apoiar organizações feministas; e o declínio de políticas públicas destinadas às mulheres em geral. Segundo hooks (2000: 41), a aquisição de poder econômico por mulheres privilegiadas distanciou cada vez mais setores do feminismo da discussão de classe, uma vez que “todas as mulheres foram encorajadas a ver os ganhos econômicos das mulheres ricas como um sinal positivo para todas as mulheres” (*Ibidem*). Dessa forma, a divisão de classes se fazia necessária para que um pequeno grupo de mulheres mantivesse a sua “liberdade”. O poder de classe ultrapassou os interesses feministas por transformação social, desestruturando a sua (pouca) capacidade de mobilização. Também a “inserção” das mulheres na força de trabalho, mesmo de classes média e baixa, não se deu como o esperado e a “emancipação feminina” não atingiu toda a classe de trabalhadoras (*Ibidem*).

⁵ De acordo com Angela Davis (2005: 132), data-se do período anterior às guerras a origem de uma federação de mulheres brancas nos EUA, que se organizaram após consecutivas exclusões de grupos mais amplos (dominados por homens). Os clubes de mulheres proliferaram nas cidades do nordeste do país até ser criada a *General Federation of Women's Clubs* (Federação Geral de Agremiações de Mulheres – GFWC), com cerca de 20 mil membros. Atravessada por tensões raciais, essa agremiação, criada em 1890, excluiu as mulheres negras de espaços decisórios, fazendo-as (ou forçando-as) a organizarem-se em agremiações próprias. Em contraste, as mulheres negras se reuniram menos por motivações morais e por caridades e mais como reação à onda de violências física e sexual sobre seus corpos. Conforme notou O'Neill (1969: 47 *apud* DAVIS, 2005: 133), “os clubes eram uma resposta à necessidade sentida por mulheres privilegiadas e de meia idade de fazer atividades de lazer externamente, mas ainda relacionadas à esfera tradicionalmente reservadas a elas. Assim que ficou claro, havia milhões de mulheres, literalmente, que sentiam que as tarefas domésticas e religiosas não preenchiam suas vidas. Essas mulheres, a maioria das quais eram mal-educadas e relutantes, incapazes de encontrar trabalho remunerado estável, encontraram na vida do clube uma solução para sua encruzilhada pessoal”.

Um dos exemplos de divergência profunda de interesses entre essas mulheres foi destacado por Eisenstein (2009: 53-54) acerca do debate em torno da relação trabalho-maternidade que dividiu a classe de trabalhadoras entre mulheres profissionalizadas e mulheres de baixa renda, o que criou um abismo maior dentro da classe.

O feminismo trabalhista reivindicou a sindicatos e governos direitos de proteção, mas dentro de uma lógica paternalista. As primeiras políticas públicas para as mulheres (de bem estar social) centraram no papel reprodutivo biológico, entendendo as mulheres somente enquanto mães e esposas. Por isso, essas políticas eram, também, familiares e se baseavam em uma ideia moral de proteção aos costumes. Nesse momento, mesmo com toda a crítica a esse reducionismo, era urgente e estratégico lutar pela classe de mulheres trabalhadoras com pouca especialização. Porém, chegada a década de 1970, com o aumento das críticas feministas aos estereótipos de políticas públicas, o “feminismo dominante” opôs-se ao “maternalismo”: em primeiro lugar, foi questionada a ideia de assistência às mulheres pobres, herdada dos anos de 1920 (momento do sufrágio), por entender que essas políticas serviam de amparo para que as mulheres mantivessem seus papéis de mães e esposas, e não sua independência; em segundo lugar, foi questionado o que Eisenstein denominou “maternalismo parcial” das trabalhadoras sindicalizadas, ou seja, as exigências das trabalhadoras de baixa renda por programas sociais. Nas palavras de hooks:

A mais profunda traição das questões feministas foi a falta de protestos em massa, desafiando o ataque do governo às mães solteiras, e o desmantelamento do sistema de assistência social. As mulheres privilegiadas, muitas das quais se intitulavam feministas, simplesmente se afastaram da “feminização da pobreza” (hooks, 2000: 42, tradução nossa)⁶.

Dentro desse tema se insere a legalização do aborto, importante conquista para o feminismo estadunidense em 1970. No entanto, as impulsionadoras dessa campanha eram, em sua maioria, brancas. Davis (2016: 206) afirmou que ao serem questionadas sobre a falta de representação de minorias, dois argumentos eram utilizados: mulheres de minoria étnica estavam ocupadas com a luta antirracista de seu povo e lhes faltava consciência sobre a “centralidade do sexismo”. No entanto, Davis (*Ibidem*) apontou que a falha da campanha pelo aborto estava na sua defesa do controle de natalidade, o que foi interpretado por feministas negras como uma espécie de genocídio. O que comprovou essa tese foi a prática de esterilização

⁶ No original: “*The most profound betrayal of feminist issues has been the lack of mass-based feminist protest challenging the government's assault on single mothers and the dismantling of the welfare system. Privileged women, many of whom call themselves feminists, have simply turned away from the 'feminization of poverty'*”.

involuntária defendida e praticada por fileiras dessa campanha, sob uma pregação racista de controle demográfico⁷. Antes das primeiras feministas darem visibilidade ao aborto, as mulheres não-brancas praticavam procedimentos ilegais, mas não sob uma ótica de emancipação de seus corpos e sim pela sua condição de classe e a impossibilidade de sustentarem a si e a outras crianças⁸. Em relação às mulheres negras, a prática remetia à escravidão, quando as mulheres se recusavam a conceber filhos para o trabalho forçado (*Ibidem*: 207).

Os argumentos de Friedan ilustra como determinados feminismos contribuíram para impulsionar a ideia de que a profissionalização das mulheres era um refúgio à monotonia e à subordinação doméstica (EISENSTEIN, 2009: 52-53). Embora o questionamento às opressões do âmbito privado representasse uma experiência em comum para as mulheres, o feminismo liberal de Friedan ignorou a grande maioria das trabalhadoras que compuseram, por décadas, a força de trabalho. Segundo hooks (2000: 38), “muitas dessas trabalhadoras, que dedicavam longas horas por salários baixos, enquanto continuavam a fazer todo o trabalho doméstico de seus lares, teriam visto o direito de permanecer em casa como liberdade”. Segundo a autora, a “reforma feminista” pensava em transformações dentro das estruturas existentes, e comparou a “igualdade” das feministas brancas com as inseguranças de homens privilegiados brancos e supremacistas. O temor de ambos estava em perder o poder frente às conquistas de pessoas não brancas, que poderiam disputar seus privilégios historicamente estabelecidos. Para a autora, “apoiar o que em vias de fato tornou-se o feminismo branco reformista permitiu ao patriarcado supremacista branco reforçar o seu poder, ao mesmo tempo que minava políticas radicais no feminismo” (*Ibidem*: 39-41).

1.1.1 Feminismos e neoliberalismo: a fragmentação ainda maior da agenda feminista

Desde a década de 1960 (até mesmo antes disso), as mulheres não-brancas estadunidenses e imigrantes organizavam suas próprias lutas: chicanas, porto-riquenhas,

⁷ Em Montgomery, no Alabama, casos de esterilização de mulheres negras receberam visibilidade. Os abortos involuntários ocorreram em clínicas de controle de natalidade, financiadas pelo Departamento de Saúde. Em 1972, as autoridades revelaram que 100 mil a 200 mil mulheres foram esterilizadas em programas subsidiados pelo governo (DAVIS, 2016: 219-220). De acordo com Davis (*Ibidem*: 221), o Estudo Nacional de Fertilidade do ano de 1970, feito pela Universidade de Princeton, mostrou que 20% de todas as mulheres negras casadas passaram por esterilização permanente, e o mesmo procedeu com mulheres de origem mexicana. Além disso, 43% das mulheres esterilizadas eram negras.

⁸ Segundo Davis (*Ibidem*: 207), em Nova York, nos anos anteriores à legalização do aborto, 80% das mortes causadas por abortos ilegais eram de mulheres negras e porto-riquenhas. Após a descriminalização, mulheres de minorias étnicas foram quase metade de todos os abortos.

asiáticas, negras e indígenas estavam conscientes do poder de classe das mulheres brancas (EISENSTEIN, 2009: 75). Em suas frentes políticas, organizavam-se e produziam teorias feministas em torno de suas realidades, apontando as contradições do feminismo hegemônico. Essas contribuições redefiniram o feminismo, que passou a ser reivindicado por uma gama de escritoras, pesquisadoras, ativistas de diferentes países. A histórica mobilização das mulheres foi, segundo Eisenstein (2009: 54-55), uma das mais longas e influentes dos “novos movimentos sociais”, advindos da década de 1960. Contemporâneo aos Panteras Negras nos Estados Unidos, que influenciou organizações de mulheres a se mobilizarem, o feminismo estadunidense manteve-se com grande capacidade de promover mudanças, principalmente no âmbito legislativo.

Foi no bojo de movimentos anticapitalistas, ou seja, aqueles que se contrapuseram às estruturas sociais, econômicas e políticas dominantes, e propunham suplantá-las, que Fraser (2009: 22) identificou as críticas feministas. Primeiro, a autora sistematizou quatro de suas críticas ao capitalismo do imediato pós-guerra, como o “economicismo”, o “androcentrismo”, o “estatismo” e o “westfalianismo”. A primeira crítica foi ao economicismo, por relacionar a desigualdade social somente à distribuição de renda; segundo, ao androcentrismo, presente na divisão sexual do trabalho e na distribuição sexista das funções sociais; terceiro, ao estatismo burocrático, considerado pouco flexível e masculinizado; e quarto, ao westfalianismo, com suas fronteiras delimitadas de ação política⁹ (*Ibidem*).

A partir desses conceitos, Fraser (2009: 21-22) localizou as reflexões feministas e as mudanças de seu campo de atuação. Se, na primeira onda, os direitos civis estiveram no centro das reivindicações, o momento de segunda onda reivindicou a ampliação da justiça em âmbitos mais privados da vida, e não apenas na distribuição de renda ou luta de classes. As feministas refletiram sobre outras formas de injustiça e as intersecções entre gênero, classe, raça, sexualidade e geopolítica. De acordo com Davis (2017:85), a articulação de mulheres de diferentes classes sociais coincidiu com a ascensão de governos neoliberais na Europa e nos EUA. Esse momento representou duas coisas: o mais drástico, a queda dos níveis de emprego,

⁹ De acordo com Nancy Fraser (2009: 20-22), as críticas feministas aos aspectos estatista e westfaliano do capitalismo sofreram uma ramificação. Sobre o primeiro, as feministas criticaram o que a autora definiu como o *ethos* burocrático-gerencial, um traço que expressava a masculinidade: hierarquizado, restrito e vertical. No entanto, parcela significativa do feminismo não se posicionou dessa forma e se interessou por conduzir valores feministas a esses espaços, como forma de “empoderar” cidadãos para os processos democráticos. De forma geral, pontuou Fraser, as feministas envolvidas com essas críticas não desconsideraram a participação de instituições burocratizadas no processo de emancipação das mulheres. Com relação ao westfalianismo, Fraser destacou que as feministas de países em desenvolvimento contribuíram com reflexões sobre as relações de gênero e o imperialismo, localizando seus respectivos Estados como espaços de mudanças (em um momento em que não havia redes transnacionais feministas).

habitação e a criação de um ambiente social de violência racista e discriminação sexista; por outro lado, a produção de um conjunto de reflexões sobre as distintas experiências das mulheres (*Ibidem*: 84). Tais considerações contribuíram para a ampliação do conceito de justiça e a expansão do campo de atuação feminista, como a luta pelos direitos LGBT, os questionamentos aos privilégios masculinos¹⁰ e ao trabalho doméstico, a autodeterminação dos corpos e as várias faces da violência de gênero (FRASER, 2009: 22).

Eisentein (2009: 62) observou que no âmbito acadêmico, a teoria feminista passou por divisões, desde as mais consolidadas (o feminismo socialista, o feminismo liberal e o feminismo radical ou cultural) e as que passaram a receber maior visibilidade (o feminismo negro, o feminismo lésbico, o ecofeminismo, o feminismo pós-colonial e outros)¹¹. As três primeiras perspectivas compuseram o que a autora denominou de os três títulos “originais” do feminismo, que gradualmente perderam influência frente a outras teorias que propuseram ampliar o escopo teórico da teoria feminista. Diz Eisenstein:

Muitos escritores agora se referem a “feminismos” (em vez de feminismo) para capturar a ideia de que o movimento das mulheres é, agora, uma série de movimentos nacionais e internacionais, e nem todos os ramos concordam entre si. A hegemonia dos próprios estudos das mulheres foi desafiada pelo surgimento da filosofia pós-moderna, com a desconfiança sobre as “narrativas mestres” e o uso de “mulher” como categoria, bem como pelo feminismo do Terceiro Mundo; que criticou os profissionais de estudos por homogeneizar todas as mulheres em vez de reconhecer as suas particularidades como parte de diferentes raças, etnias, religiões, para não mencionar sexualidades e níveis de habilidade ou deficiência (EISENSTEIN, 2009: 58, tradução nossa)¹².

¹⁰ De acordo com Hazel Carby (2012: 211-212), algumas categorias e suposições do pensamento feminista não deram conta das experiências das mulheres negras. O *patriarcado* é um exemplo, pois as mulheres negras não são oprimidas por uma única fonte e “o racismo determina que os homens negros não tenham as mesmas relações com as hierarquias patriarcais e capitalistas que os homens brancos”. As abordagens sobre a opressão do lar ou a dependência da mulher ao homem provedor, não estão de acordo com a realidade de muitas mulheres negras. Patricia Hill Collins (2012: 115) questionou como é possível “enquadrar” nesse perfil universal da mulher – dependente e dona-de-casa – as mulheres negras chefes de família ou que, devido ao sistema econômico que gera alto desemprego aos homens negros, não dependem da figura do homem provedor. Portanto, o feminismo negro sugeriu uma análise interdisciplinar e interseccional sobre a realidade da população negra. Isso levou a pesquisadoras desse campo a criar ou ressignificar ferramentas conceituais e escolher métodos de análise mais representativas das vivências não-brancas e/ou afetadas pelo colonialismo/imperialismo.

¹¹ Segundo descreveu Eisenstein (2009: 57-58), o feminismo socialista relacionou a emancipação das mulheres ao fim do capitalismo e à emergência do socialismo. As feministas liberais ou hegemônicas visualizavam a libertação das mulheres dentro do sistema econômico capitalista, a partir de reformas que ampliassem seus direitos. O feminismo radical situou a opressão das mulheres nas relações sociais entre homens e mulheres e propunha uma outra sociedade pautada nos interesses feministas.

¹² No original: “Many writers now refer to ‘feminisms’ (rather than feminism) to capture the idea that the womens movement is now a series of movements, national and international, not all branches of which agree with one another. The hegemony of womens studies itself was challenged by the rise of postmodern philosophy, with its suspicion of ‘master narratives’, and its querying of ‘woman’ as a category, as well as by Third World feminism; which critiqued womens studies practitioners for homogenizing all women instead of recognizing the particularities of women as members of differing races, ethnicities, religions, not to mention sexualities and levels of ability or disability”.

Com a chegada da década de 1970 e a convergência do capitalismo neoliberal, surgiram novas formas de conceber a função do Estado e a extensão de sua atuação, bem como o papel dos mercados na vida social. Segundo Fraser (2009: 21-22), se no imediato pós-guerra se “buscava usar a política para domesticar mercados (...) os proponentes desta nova fórmula propuseram usar mercados para domesticar a política”. No lugar de um Estado regulador, promoveu-se a privatização, a desregulamentação das economias, a crença no “efeito derrame” (*trickle-down*, em inglês)¹³ e de “responsabilização pessoal”. Esse momento, representado pela ascensão de governos neoliberais, ocorreu no mesmo passo em que o feminismo se alargava. De acordo com Fraser (*Ibidem*: 23-24), a articulação entre a ideologia neoliberal e parcelas do feminismo não ocorreu como uma junção de agenda, coesa e harmônica, mas o que sucedeu foi uma ressignificação dos interesses feministas (em conflito) dentro de programas de liberalização econômica.

Essa nova configuração econômica – o capitalismo neoliberal – decorreu de, segundo Eisenstein (2009: 23-24), uma mudança ideológica pela qual o capitalismo passou nas décadas de 1970 e 1980, em direção a uma perspectiva mais radicalizada sobre o *laissez-faire*. Os elementos que identificam essa doutrina econômica são, em geral, a ideia de menor atuação estatal na provisão direta de bens e serviços, a diminuição da regulação do mercado de trabalho, a privatização de empresas públicas e a retirada de limitações legais às corporações. Ou seja, nas palavras da autora (*Ibidem*: 25), “a retórica do neoliberalismo condenou o bem estar e o Estado de bem estar social, entendendo-os como prejudiciais à liberdade individualizada e à autodeterminação”. Nesse sentido, propositalmente confundiu a “dependência pessoal” com a “dependência do Estado”, e transformou a autonomia e a independência em virtudes. Esse novo programa político e ideológico impulsionou o que Pereira (2010: 242) denominou como “guinada liberal-conservadora brusca e consistente” na economia política internacional, promovida pelos governos de Margareth Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989).

Segundo Fraser (2009: 25), as críticas às estruturas políticas, econômicas e culturais do capitalismo foram fragmentadas e ressignificadas, o que reduziu o teor contestatório de movimentos e organizações políticas desse período. A crítica ao androcentrismo no mercado de trabalho foi transformada em exigência por igualdade salarial, o que substituiu a ideia de

¹³ Segundo definiu Fraser (2009: 21), a teoria do *trickle-down*, adotada por economias de viés neoliberal, entendia que os retornos ou os ganhos financeiros dos mais ricos, em algum momento, poderiam “respingar” para as demais camadas sociais. Nesse sentido, essa teoria sustentou que o crescimento econômico dos países se vincula ao acúmulo de riquezas de uma elite, cujos benefícios naturalmente atingem os substratos mais baixos da sociedade. Essa concepção partiu, segundo Pereira (2010: 134), da hipótese de Kuznets (1955), segundo a qual o ciclo econômico passa por uma fase de concentração de renda e depois passa por uma fase em que haveria o gotejamento dos benefícios do crescimento.

homem-provedor por dois assalariados na família. O mesmo ocorreu com as críticas ao estatismo, que deu lugar à atuação de ONGs “mais eficientes”. De fato, pontuou Fraser (2009: 24), essas organizações prestaram serviços às populações em situação de vulnerabilidade, mas o efeito causado foi o alinhamento dos interesses das mulheres aos interesses de organizações do “primeiro mundo”, além da despolitização e a substituição de programas de governo por parcerias público-privadas. Ademais, esses processos configuraram o que a autora chamou de “anti-westfalianismo ressignificado”. Por um lado, parcelas do feminismo se articularam em redes transnacionais e, por outro, se reuniram na arena política internacional, como a ONU, que passou a organizar grupos de mulheres e a deliberar sobre políticas públicas e acordos transnacionais. Além disso, essas arenas privilegiaram intelectuais e profissionais de língua inglesa.

Noutra perspectiva, Boltanski e Chiapello (2005: 200-201) notaram que, em maio de 1968 na França, ocorreu a associação entre duas formas de crítica, a “estética” e a “social”. A primeira, até então pouco influente dentro do ambiente de contestação (e mobilizada por intelectuais e artistas), tomou um caráter central nas revoltas francesas que mobilizaram setores estudantis e operários. Com base numa perspectiva de “libertação individual”, “autonomia” e “autogestão”, a crítica estética contestava os valores capitalistas e foi assimilada por estudantes, executivos e trabalhadores assalariados. Por outro lado, os operários articularam-se contra o que chamavam de “exploração capitalista”, “monopólios”, “egoísmo oligárquico” e “individualismo”, utilizando termos da crítica social voltada para as denúncias da miséria humana. Estudantes, recém graduadas/os e assalariadas/os enfrentaram um *boom* universitário, com o aumento de matrículas do ensino superior. Ao mesmo tempo, a diminuição de suas opções de empregos “autônomos” e “criativos” os fez elaborar uma crítica à alienação, com princípios da crítica estética. Essa crítica cobriu, de um lado, a esfera familiar, com questionamentos às formas de controle doméstico e reflexões sobre a “liberação” das mulheres; e, de outro, o ambiente de trabalho, com denúncias ao poder hierarquizado, o paternalismo, o autoritarismo e a divisão do trabalho.

Boltanski e Chiapello (*Ibidem*: 208) descreveram que o que se sucedeu entre 1960-1970 foi um “processo de racionalização do trabalho e de taylorização, acompanhado pelo aumento do tamanho das empresas e pela maior concentração do capital” (*Ibidem*). Nesse sentido, ocorreu um movimento duplo (e aparentemente contraditório): a perda de qualidade do trabalho e o aumento da qualidade das/os trabalhadoras/es. Foi nessa tendência que o autor e a autora observaram a entrada de engenheiros, técnicos e executivos em protestos no início da

década de setenta, posicionados criticamente contra as “formas de autoridade”. O momento político desses anos reivindicava a “liberdade” e a “criatividade” em todos os aspectos da vida, e o capitalismo não parecia uma via para tal. Mesmo em número reduzido (de participação e sindicalização), essa classe de profissionais recebeu visibilidade diante das empresas, atentas aos termos desses protestos sociais. Esses executivos pediam duas coisas: garantias e autonomia. Essa primeira reivindicação esteve relacionada ao temor da desvalorização profissional e da “proletarização de estudantes e executivos”.

Foi a partir dessas críticas que o “novo espírito do capitalismo” se munuiu de elementos de questionamentos que se proliferaram nesse momento. Mas também é necessário entender todo esse ambiente político, em meio às disputas dentro do próprio campo da esquerda, aonde esses dois tipos de crítica (social e estética) se aproximaram. Foi dessa coalizão que surgiram reflexões sobre a liberdade, como as contidas em movimentos feministas, LGBTs, ecologistas, antibelicistas, entre outros. De forma geral, essas duas críticas e suas aproximações estiveram presentes em movimentos contestatórios da época, o que culminou na inclusão de elementos desses questionamentos na estrutura organizativa das empresas, fazendo florescer uma gestão empresarial mais “aberta” e supostamente receptiva (*Ibidem*).

Boltanski e Chiapello nos fornecem elementos para entender como parte das críticas às formas de dominação encontrou aderência em setores não integrantes da força de trabalho assalariada. A partir disso, podemos entender essa “apropriação” de críticas como uma prática de legitimação do capital para sua continuidade. Segundo Fraser (2005: 25), observando a obra de Boltanski e Chiapello, foi a partir da absorção da crítica estética da Nova Esquerda ao capitalismo de pós-guerra que o “novo” espírito do capitalismo encontrou meios de legitimar o neoliberalismo. O que demonstra que o “aparato justificativo” do capital é capaz de se adaptar a novas questões postas pelas lutas sociais, pois não está “dado”. Apesar de arraigado, o capitalismo é frequentemente reconstituído e diariamente reproduzido para manter-se dominante.

Isto deve ser entendido conjuntamente com o que Fraser (2009: 25) chamou de entrada massiva de políticas de identidade na segunda onda do feminismo (em movimentos sociais e dentro de espaços acadêmicos), com uma perspectiva “excessivamente cultural” sobre a sociedade, que se sobrepôs à crítica à economia política. Nesse sentido, as feministas das décadas de 1950 e 1960 se afastaram das discussões sobre a luta de classes, e isto pode ser entendido a partir da mudança de composição da força de trabalho e a fragmentação dos interesses das/dos trabalhadoras/es. Todo esse momento coincidiu com o avanço do

neoliberalismo justamente em um momento em que o feminismo precisava se ater à crítica econômica (*Ibidem*: 17). De acordo com Fraser (*Ibidem*: 25), o espírito do capitalismo possui uma narrativa “masculinista” de um “indivíduo livre” – não abordada por Boltanski e Chiapello (2005) – e escapar desse modelo econômico “inautêntico” e “pouco criativo” representava o que os executivos e profissionais graduados almejavam à época. A ruptura de um capitalismo “patronal”, “familiar” “hereditário” ocorreu com a absorção dessas críticas e à suposta concessão das empresas que, em tese, tornaram-se “mais horizontais” (para os homens).

Para Fraser (*Ibidem*), a segunda onda do feminismo forneceu, involuntariamente, elementos-chave para o novo espírito do capitalismo: ressignificou suas narrativas, fazendo-as corresponder tanto aos interesses de mulheres das classes médias e profissionalizadas como os de trabalhadoras de baixa renda, domésticas, prostitutas, migrantes, funcionárias temporárias ou de meio período. Todas as críticas agrupadas por Fraser (ao economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalianismo) se tornaram ambíguas e suscetíveis ao aparato de justificações do capital. Fraser afirmou:

Afinal de contas, este capitalismo preferiria confrontar mais as reivindicações para o reconhecimento e não as reivindicações para a redistribuição, na medida em que constrói um novo regime de acumulação sobre a pedra angular do trabalho assalariado das mulheres, e busca separar os mercados de uma regulamentação social a fim de operar ainda mais livremente em uma escala global (*Ibidem*: 28).

Podemos ponderar, por outro lado, que esse movimento de ressignificação não apenas se pautou pela “cooptação” e “apropriação”, mas contraditoriamente abriu uma fresta política de negociação para se pautar os interesses das mulheres, a visibilidade das formas simbólica e física de violência (e, conseqüentemente, a conscientização sobre esses temas) e uma discussão mais ampla sobre saúde da mulher e da população LGBT. A maior liberdade sexual (e o *boom* da AIDS/HIV) também deve ser situada dentre desse período, que teve grande contribuição de mobilizações políticas de lésbicas, homossexuais e transexuais – que buscavam a desassociação de sua imagem das mazelas sociais.

O feminismo que se consolidou nos anos de 1970 criou ramos para além dos territórios dominantes, e em todo o mundo foi visto o crescimento de um feminismo institucional. No âmbito das organizações de desenvolvimento, Eisenstein (2009: 61) identificou um ativismo de mulheres representado pelo Ano Internacional da Mulher das Nações Unidas (1975), a criação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), em 1979, a I Década da Mulher da ONU (1976-1985) e, posteriormente, a IV

Conferência sobre as Mulheres, de Pequim (1995). Dentro desses espaços foi marcante a presença e propagação de ONGs para mulheres e, além disso, a participação de ativistas feministas em espaços decisórios, como nas conferências sobre o meio ambiente, direitos humanos, população, alimentação, entre outras. Esse momento foi considerado por Eisenstein (*Ibidem*) como o surgimento do feminismo internacional/global. Ou seja, o que se viu foi um alargamento das reflexões das mulheres, que saíram das experiências locais para arenas políticas mais amplas. O que a década de 1990 ofereceu foi a possibilidade de uma articulação internacional de movimentos, que incidiram sobre espaços antes não imaginados para o feminismo, como tribunais, debates e acordos internacionais e produção científica (*Ibidem*).

É possível entender, dessa forma, que a agenda feminista é repleta de contradições, pois o feminismo (ou os feminismos) é composto por grupos heterogêneos em constante conflito. Não é possível definir precisamente – e nem me propus a isto – como esse processo de aproximação entre determinada agenda feminista e interesses neoliberais ocorreu. Portanto, aponte ao logo deste tópico alguns caminhos para refletir sobre esse processo, mas que não encerram esta discussão.

Ao mesmo tempo que a afirmativa de Fraser (2009) sobre a “neoliberalização” do feminismo se faz necessária, não é possível entender as mulheres como um grupo coeso e passível de “apropriações”. De fato, as mobilizações políticas (e conquistas) do feminismo, localizadas na sua segunda onda, ocorreram dentro das relações econômicas capitalistas, mas através de muita luta das mulheres, que reivindicaram sua visibilidade e reconhecimento dentro dos direitos formais de cidadania.

O feminismo é rodeado de contradições. Mesmo que o capitalismo absorva as reivindicações das mulheres, esse sistema não é capaz de erradicar as assimetrias de poder de gênero, pois as classes são inerentes ao processo de acumulação, e as mulheres ocupam os empregos de menor valor (em dupla ou tripla jornada de trabalho). Ao mesmo tempo, pensar a igualdade de gênero sem considerar outras estruturas de poder que interferem nas identidades humanas, torna essa igualdade limitada. Ou seja, o objetivo de oferecer o poder de classe a determinadas mulheres, tornando-as privilegiadas social e economicamente, não reduz as opressões de classe, sexualidade, raça e as discriminações de gênero. É essencial pensar mecanismos que insiram cada vez mais as mulheres na academia e no mercado de trabalho, mas esses objetivos não encerram a luta feminista que é, fundamentalmente, luta política que visa refletir e agir sobre causas e mecanismos de reprodução da dominação masculina (MIGUEL; BIROLI, 2014: 17).

1.2 Mulheres nas burocracias internacionais: a coalizão para as estratégias Mulheres no Desenvolvimento (MnD) e Gênero e Desenvolvimento (GeD)

O feminismo é caracterizado como um movimento de ondas e, atualmente, reconhece-se o seu segundo momento (da década de 1960 a de 1980) como o período de maior radicalização, tanto em reivindicações frente ao Estado, como em teorias acadêmicas de alto teor contestatório às estruturas sociais. Na esteira dos processos de descolonização, movimentos antibelicistas, pelos direitos civis e contraculturais, o feminismo se organizou em torno de novos objetivos e interpretações sobre a subordinação das mulheres. Contestou-se a ideia de um “sujeito” universal feminino (pensou-se em classe, raça, gênero e sexualidade) e muito se pressionou por políticas públicas que atendessem a todas as mulheres. De acordo com Maria da Glória Gohn (2007: 10), essas décadas trouxeram *outras/os* sujeitas/os nas análises sociológicas, filosóficas e históricas e, conseqüentemente, o surgimento de novas categorias de análise, como o “gênero”, que ampliou o universo de perspectivas teóricas na contemporaneidade.

As reivindicações políticas feministas foram diversas e se alastraram para dentro dos espaços da cooperação internacional, tornando-se tema em conferências mundiais da ONU e parte de acordos internacionais sobre os direitos humanos. As décadas de 1970-1980 podem ser descritas como um período de coalizão entre mulheres de diferentes frentes políticas e atuação profissional. As reflexões em torno da condição feminina e as desigualdades de sexo/gênero nas sociedades capitalistas tiveram eco na Organização das Nações Unidas, que convocou, no ano de 1975, a sua I Conferência Mundial sobre as Mulheres, na cidade do México, e declarou os anos entre 1976 e 1985 como a I Década da ONU para a Mulher, concretizando a institucionalização do tema em sua agenda. Apesar dos divergentes posicionamentos sobre esse encontro, o ano de 1975 representou um marco no engajamento das organizações de cooperação internacional em uma agenda feminista (HERNANDEZ; RODRIGUEZ, 1996: 15).

Chandra T. Mohanty (1984: 334) refletiu sobre setores do “feminismo ocidental” interessados na produção de conhecimento sobre as “mulheres de terceiro mundo” e afirmou que suas pesquisas fizeram uso de categorias analíticas próprias das experiências de mulheres estadunidenses e europeias – e mesmo as mulheres não ocidentais e/ou não brancas se apropriaram de metodologias próprias dessa realidade. Esse posicionamento expôs as relações de poder nas próprias práticas acadêmicas feministas. Por vezes, pesquisas se propuseram a enfrentar a hegemonia de determinados setores e, por outras, reproduziram as próprias

hegemonias de poder, ao categorizarem as experiências das mulheres arbitrariamente (*Ibidem*: 335). Entender as práticas de dominação de um país a outro e as divisões de interesses dentro do feminismo – e seu caráter de classe – é importante para se pensar a persistência da agenda “feminista dominante”: como ela se estruturou e a partir de quais pressupostos teóricos e agentes (*Ibidem*: 334-335).

Segundo Anne Marie Goetz (2000: 30-34), não existiu um movimento de mulheres global e unificado, pois as mobilizações feministas ocorreram em diferentes localidades e temporalidades, em resposta às urgências de cada época. Em realidade, o feminismo diz respeito às distintas manifestações e estratégias de enfrentamento às estruturas de poder, protagonizado por mulheres conscientes ou não de sua capacidade de transformação. Contudo, na visão da autora, é possível utilizar o termo “movimento de mulheres” em referência a agentes nacionais e internacionais mobilizados pela agenda política e econômica da igualdade de gênero. Nesse sentido, as Assembleias Gerais da ONU, por defenderem valores como os direitos humanos e a paz, serviram como catalisadores de organizações de mulheres, que viram esses espaços como possíveis canais de pressão.

É importante destacar que, ao longo da história da ONU, ou melhor, da Liga das Nações (fundada em 1919) até a consolidação da Organização das Nações Unidas (1945), existiram grupos de mulheres envolvidos em determinados espaços decisórios. Segundo Hilikka Pietila (2002: 1), a criação da Liga das Nações foi um marco para a institucionalização de uma agenda intergovernamental no período entreguerras, como a criação de objetivos em comum a serem concretizados pelos Estados. Logo, grupos de mulheres tiveram motivos para reivindicar sua participação nas reuniões e conferências da Liga, primeiro, porque o fim da violência e a negociação de disputas eram compromissos que as contemplavam e, segundo, porque havia um entendimento de que a proximidade com mecanismos institucionais e acordos entre governos pudesse fazer avançar as demandas de mulheres de diferentes países (*Ibidem*).

De acordo com Pietila (*Ibidem*: 2-3), desde a Conferência de Paz em Paris, no ano de 1919, onde se discutiu a criação da Liga das Nações e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), grupos políticos de mulheres reivindicavam sua participação na tomada de decisões. Não à toa, partidárias e membros do movimento sufragista, mais especificamente, da Conferência Interaliada do Sufrágio (*Inter-Allied Suffrage Conference – IASC*), tiveram sua delegação aceita em determinados espaços desse encontro. As representantes solicitaram a sua permanência na Liga e propuseram que os Estados membros apoiassem o sufrágio universal e direitos básicos para as mulheres. Conjuntamente, mulheres sindicalizadas norte-americanas e

britânicas apresentaram suas exigências à OIT, cobrando por soluções aos problemas da classe trabalhadora, como a diminuição da carga horária de trabalho, o fim do trabalho infantil, pensões, benefícios para mães, seguridade social, igualdade salarial, além de salário mínimo para o trabalho doméstico. No entanto, segundo Pietila (*Ibidem*: 2), as demandas trabalhistas foram consideradas “radicais” naquele momento e desconsideradas, mas “resultaram na inclusão de uma referência a condições justas e humanas de trabalho para homens, mulheres e crianças na constituição da Organização Internacional do Trabalho”.

Durante a existência da Liga das Nações, essas organizações de mulheres participaram de reuniões, sob a justificativa de representarem grupos minoritários, cujo objetivo era estabelecer mecanismos de proteção e promover os direitos das mulheres. Essas articuladoras eram, em sua maioria, pertencentes às classes média e alta dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, organizadas dentro de seus próprios territórios, de onde definiam os temas a serem debatidos e incluídos na agenda internacional¹⁴. No entanto, os objetivos que consideravam centrais, como a melhoria educacional e médica, as relações trabalhistas, o desarmamento e direitos políticos (para além do voto) somente foram abordados a fundo entre os anos de 1945 e 1946, com o estabelecimento da ONU e a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), onde alguns dos temas que interessavam a essas mulheres receberam notoriedade (*Ibidem*: 4-5).

Conforme apontou Pietila (*Ibidem*: 8), ao se organizarem com a Liga das Nações, esses grupos de mulheres contribuíram para a criação de um modelo de cooperação com relevante participação de ONGs e organizações intergovernamentais, o que antes era impensável devido a restrição desses espaços a autoridades de Estado (ministros e diplomatas, em sua maioria homens). Com essa possibilidade, as mulheres puderam fazer suas declarações, interagir com

¹⁴ As organizações de mulheres citadas por Pietila (2002:4-6) foram: o Conselho Internacional de Mulheres (*International Council of Women - ICW*) fundado em 1888 nos EUA, que se intitula a primeira ONG global atuante pelos direitos internacionais das mulheres (<http://www.icw-cif.com>); a Aliança Internacional de Mulheres (*International Alliance of Women - IAW*) fundada em Washington, no ano de 1902, originalmente como “Aliança Internacional de Mulheres para o Sufrágio e Cidadania Legal”. Atualmente têm atuado em caráter consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (<http://womenalliance.org>); a Federação Internacional de Empresas e Profissionais Mulheres (*International Federation of Business and Professional Women - IFBPW* ou *BPW International*), uma rede internacional fundada no ano de 1930, em Genebra, cuja atuação é vinculada às Nações Unidas, além de afirmar-se como uma organização atuante no *lobby* para a formação da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) (<https://www.bpw-international.org>); a Associação Cristã Mundial de Jovens Mulheres (*World Young Women's Christian Association - WYWCA*) fundada no Reino Unido, em 1855, com o objetivo de defender os direitos das mulheres em quatro eixos estratégicos: fortalecimento de liderança de jovens, direitos humanos e na sustentação da própria organização (<http://www.worldywca.org>). Além desses grupos, a autora também citou a articulação de mulheres latino-americanas na Conferência Internacional dos Estados Americanos, em Havana, no ano de 1928, onde foi criada a Comissão Interamericana de Mulheres (*Interamerican Commission of Women - IACW*), o primeiro órgão intergovernamental a defender os direitos legais e civis das mulheres.

participantes, além de fazerem *lobby* político e fixarem suas demandas na agenda de cooperação internacional. E, mesmo com todas as limitações impostas, essa mobilização foi importante à época porque tornou a ONU um canal de pressão para as questões feministas. Esses “instrumentos intergovernamentais” favoreceram o avanço de uma agenda global para as mulheres, mesmo que restrita e conservadora em muitos aspectos. As organizações transnacionais ou, como denominou Nancy Fraser (2009), esse “westfalianismo” na história da ONU e das primeiras organizações de mulheres, tornou possível a criação de um elo entre funcionárias de governos, organizações de mulheres e membros importantes da Liga das Nações, que agiram “em consórcio para promover seus objetivos comuns” (PIETILA, 2002: 9).

A institucionalização da agenda feminista, ou melhor, a assimilação e ressignificação de elementos dessa agenda, possui uma trajetória vinculada às tendências gerais das políticas externas de potências mundiais entre 1950 e 1970. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, programas de assistência destinaram investimentos às mulheres pobres – classificadas como um grupo homogêneo – sob a justificativa de “inserir” metade da população mundial, um gigantesco “recurso improdutivo”, no mercado de trabalho assalariado. As abordagens direcionadas às mulheres apresentaram, ao longo desses anos, uma série de justificativas, tais quais: os “retornos financeiros” de se investir em escolarização de meninas e mulheres, planejamento familiar, redução da natalidade e a maleabilidade feminina em lidar com os malefícios (necessários) gerados por cortes de gastos públicos – com a finalidade de sanar a dívida externa e “suavizar” os desdobramentos das crises financeiras.

Podemos afirmar que as mulheres foram instrumentalizadas de duas formas dentro desses programas de assistência: primeiro, utilizadas como álibi para o baixo crescimento capitalista, pois alegou-se a ausência das mulheres no processo de desenvolvimento; segundo, por sua “capacidade natural” de criar mecanismos de sobrevivência ante crises financeiras, como subemprego, trabalho comunitário, voluntariado, doações. Em outras palavras, as mulheres eram úteis à acumulação capitalista ao inserirem-se no mercado de trabalho, investirem e se doarem por suas famílias e, ao mesmo tempo, passíveis de sacrifícios pelos “ajustes” de seus países (BESSIS, 2001: 10-11).

As burocracias internacionais entenderam a necessidade de se debater e modificar as relações sociais entre os sexos¹⁵, numa abordagem que ficou conhecida como estratégia “Mulheres no Desenvolvimento” (MnD) (*Women in Development* – WiD). A atenção

¹⁵ Por ora, farei uso da categoria sexo, pois considere mais adequado utilizar as terminologias empregadas naquele período. Apesar de já existirem discussões sobre as relações de gênero, entendo que este conceito apenas recebeu maior visibilidade dentro das burocracias internacionais, no final da década de 1980.

internacional a essa temática foi gradual e ocorreu por meio das profissionais que se situavam dentro de organismos de ajuda externa da América do Norte e da Europa Ocidental. Articuladas em rede, essas funcionárias exerciam algum tipo de cargo burocrático, como pesquisadoras, acadêmicas e missionárias no exterior. Partiam de uma premissa liberal para a resolução das desigualdades de sexo, e foi somente nos anos de 1970 que seus trabalhos e reivindicações ressoaram dentro de agências multilaterais. Nesse sentido, foi possível traçar uma linha do tempo a partir das primeiras políticas externas para as mulheres nas décadas de 1950 (momento pré-MnD) até a implementação da MnD dentro de burocracias internacionais, a partir da década de 1970 (RAZAVI; MILLER, 1995: 3; TASLI, 2007: 13; PEREIRA; RAMBLA, 2010: 49).

Caroline Moser (1993: 55) estabeleceu uma trajetória dos projetos e programas voltados às mulheres de “terceiro mundo”¹⁶, no período compreendido entre as décadas entre 1950 e 1990. A autora categorizou o que chamou de proliferação de políticas para as mulheres, entendendo-as dentro de tendências mais amplas das abordagens de políticas econômicas das grandes potências. Num primeiro momento, os projetos para as mulheres foram atravessados pelas abordagens de “bem-estar”, “equidade” e “pobreza”, entre 1950 e 1970, quando o desenvolvimento esteve associado à modernização industrial. Num segundo momento, as estratégias modificaram-se para abordagens de “eficiência” e “empoderamento”, em consonância com as políticas macroeconômicas da década de 1970 até 1990 quando foram concebidas as ideias de “crescimento acelerado”, estratégias de “necessidades básicas” e programas de ajuste estrutural. Além do mais, a autora notou que os projetos direcionados às mulheres, nesse período, foram concebidos de forma contraditória, desde a definição (ou indefinição) sobre os conceitos que motivaram as abordagens, até as formas como foram aplicadas. Agências e governos que passaram a integrar essas preocupações sob o título “Mulheres no Desenvolvimento” fizeram isto a partir de diferentes interpretações sobre a sua relevância (*Ibidem*: 55).

A primeira tendência das políticas para as mulheres foi localizada por Moser (1993: 58) entre as décadas de 1950 e 1960 nos países de “terceiro-mundo”. Os primeiros programas basearam-se na teoria da modernização, um ramo dos estudos sobre o desenvolvimento que teve grande relevância nos Estados Unidos. A principal ideia que definiu essa escola foi a tese do “homem econômico” ou do “indivíduo moderno”. Esse conceito de *homo economicus*, de

¹⁶ Utilizo a definição “terceiro mundo” entre aspas, pois as autoras de que faço uso se referem às mulheres de países pobres como um bloco. Não considero essa abordagem correta, e seu uso justifica-se pelo contexto histórico que essas autoras escreveram e nos países onde suas pesquisas foram publicadas. Para análises que partem do próprio “terceiro mundo” considero necessária a contextualização do termo e, se possível, a sua substituição por uma categoria mais adequada e menos pejorativa e homogênea.

maneira geral, representava a forma como os países ocidentais se enxergavam: como “homens avançados” em busca de expansão às regiões “atrasadas” do mundo. O método da modernização distinguia as sociedades em escalas evolutivas, desde as “subdesenvolvidas” às “modernas”. Nessa perspectiva, as sociedades situadas no momento “pré-moderno” ocupavam uma posição inferior por sua cultura “inadequada”, o que impedia o florescimento do capitalismo industrial e do “desenvolvimento das nações” (a modernidade) (ZABALA, 2005: 21-22).

O “homem econômico” da teoria da modernização e da economia liberal referia-se a um indivíduo cujos comportamentos eram motivados unicamente pela satisfação de suas necessidades materiais. Era um sujeito masculino, “inovador”, “dinâmico”, “racional” e “competitivo” (*Ibidem*: 26). Essa literatura pensou a evolução humana através do suprimento das necessidades individuais, alicerçada pela propriedade privada e o livre mercado. Ou seja, as influências “externas” aos comportamentos individuais foram desconsideradas. Portanto, a ideia do “homem egoísta” desassociado das esferas de relações sociais, como a família (local de tradições) tiveram, segundo Zabala (2005: 28), algumas implicações de gênero. Por sua vez, a família foi definida no feminino, como uma instituição social de onde saíam as tradições e as funções pertencentes às mulheres, entendidas como invisíveis, “irracionais” e desimportantes às necessidades econômicas individuais. Essa visão sobre as mulheres tinha duas definições contrapostas: a mulher enquanto vítima e a mulher protetora das tradições e costumes, o que refletiu diretamente sobre as estratégias para as mulheres – e, arrisco dizer, ainda se mantém em programas atuais.

A ajuda econômica aos países pobres herdou alguns dos pressupostos do apoio dado pelos EUA à reconstrução de países europeus afetados pela Segunda Guerra. O auxílio destinado aos países em conflito foi baseado em duas abordagens paralelas: a primeira, a ajuda financeira para o crescimento econômico e “modernização” dos países; e a segunda, a ajuda humanitária para grupos vulneráveis (em menor grau) (MOSER, 1993: 58). Posteriormente, a ajuda econômica destinada ao “terceiro mundo” foi voltada para a produção industrial, agrícola e a “aceleração do crescimento”, centrada no trabalho masculino. Já o bem-estar social tornou-se um investimento à parte, dirigido aos grupos “à margem”, identificados como mulheres, deficientes e doentes. Segundo Moser, a expansão da agricultura capitalista e o provimento de infraestrutura foram o carro-chefe de programas de modernização nas economias “atrasadas”. Já o auxílio aos grupos marginalizados ficou a cargo de setores públicos (como os extintos ministérios de bem estar social), do trabalho voluntário feminino em agências filantrópicas

privadas e fundos de agências internacionais, como o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) (MOSER, 1993: 59-60; ZABALA, 2005: 32).

Essa primeira premissa da estratégia MnD, ou melhor, esse momento pré-MnD, considerou o bloco “mulheres pobres” somente a partir de sua condição biológica reprodutiva, entendendo essa função como um pilar para a sua melhoria socioeconômica. Tal concepção converteu as mulheres em “agentes passivas do desenvolvimento” (e não participativas) e propunha conscientizá-las sobre saúde e planejamento familiar. O enfoque de bem estar social centrou no cuidado da família (a mulher como gestora dessa esfera), na educação nutricional (voltada para a relação mãe-filhas/os) e no planejamento familiar (mulheres como o problema da superpopulação e pobreza) (MOSER, 1993: 59-60). Além disso, a falta de oportunidades econômicas para as mulheres foi apontada como um empecilho à sua inserção integral na “esfera produtiva” da vida.

Esse enfoque à época de seu surgimento mobilizou pesquisas sobre os impactos da modernização industrial e agrícola em países de “terceiro mundo”, além de uma série de críticas aos estereótipos de programas de ajuda externa. Goetz (1994: 29) classificou as diferentes críticas sobre os impactos do capitalismo nas relações de gênero, as quais agrupou e nomeou “movimento MnD”. Foram três grupos de críticas que, direta ou indiretamente forneceram fundamentos para a MnD: o primeiro grupo foi o de mulheres do chamado “terceiro mundo”, mobilizadas em lutas anticoloniais entre as décadas de 1950 e 1960. Suas vivências possibilitaram analisar de perto as opressões de ordem sexual dentro das dinâmicas de poder das economias capitalistas. Já o segundo grupo, composto por funcionárias do sistema de ajuda internacional – pouco articuladas com as reivindicações do primeiro grupo –, interessou-se por ampliar o trabalho assalariado feminino, em reação aos protestos por “igualdade de oportunidades” e “cidadania” da segunda onda do feminismo. Por fim, o terceiro grupo, nomeado “revalorização feminista acadêmica”, interessou-se por pesquisas que analisassem as condições de existência e as disputas políticas das mulheres.

A agenda política desses três grupos críticos, apesar das diferenças, atrelava-se a um projeto interpretativo comum, segundo notou Goetz (*Ibidem*: 29): “o de refutar suposições sobre as assimetrias de poder de gênero como uma ordem inerente à condição humana, que sustentou padrões modernos (e pré-modernos) de avaliação social”. Essa coalizão culminou em projetos de pesquisa cujo objetivo era relacionar as influências da economia capitalista sobre as relações de gênero. Ou seja, as pesquisadoras afirmavam não existir uma condição “natural” de submissão, como sustentava a teoria da modernização – que afirmava a neutralidade do capital

sobre as divisões de classe e gênero –, mas que as mulheres experienciaram, historicamente “um declínio secular e observável em seu acesso a recursos sociais e materiais produtivos”, decorrente de ideologias de gênero de cada época (*Ibidem*)¹⁷.

O descontentamento com a perspectiva da modernização e seus desdobramentos sobre as mulheres mobilizou funcionárias posicionadas em agências de pesquisa, em cargos públicos e organismos multilaterais, que direcionaram esforços para o Congresso estadunidense e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)¹⁸. Somente mais tarde essas pressões resultaram na Emenda Percy (*Percy Amendment*) na Lei de Assistência Externa dos EUA de 1973, que exigiu atenção às mulheres e sua “integração” econômica em programas de assistência. Logo depois, em 1974, a USAID oficializou o seu próprio escritório MnD, voltado para a assistência técnica e pesquisas sobre as mulheres (MOSER, 1993: 61; RAZAVI; MILLER, 1995: 4-5).

Segundo Moser (1993: 61-62), apesar de ter intencionado estabelecer algumas mudanças, a abordagem de bem estar social manteve uma perspectiva pouco aberta sobre a autodeterminação das mulheres e seu controle sobre a reprodução biológica. A capacidade de gestação manteve-se central em programas populacionais, mas de forma instrumental. Ao mesmo tempo em que foram localizadas variáveis sobre o recrudescimento demográfico (como a influência da escolarização e a inserção na força de trabalho), as mulheres pobres continuaram a receber políticas públicas e auxílios voltados para a sua função materna e de gestão do lar. Presumia-se que seriam capazes de transformar seu comportamento reprodutivo em benefício do crescimento capitalista¹⁹. Nesse sentido, mulheres mais instruídas, saudáveis (fora do risco de morbidez materna), com menos filhas/os, dedicariam os seus anos “produtivos” para contribuir com a força de trabalho.

Autoras como Marianne Ferber e Julie Nelson (2004: 9-10) e Pamela Blackmon (2009: 215) afirmaram que a economia neoclássica preza por resultados objetivos e modelos

¹⁷ Os trabalhos de pesquisa citados por Anne Marie Goetz (1994) em seu artigo foram os seguintes: BOSERUP, Ester. *Women's Role in Economic Development*. London: George Allen and Unwin, 1970; BUVENIC, Mayra, et al. *Women-headed households: the ignored factor in development planning*. USAID, Washington, 1978; GERMAIN, Adrienne. *Women's Roles in Bangladesh Development: A Programme Assessment*. Dhaka: The Ford Foundation, 1976; TINKER, Irene. *The adverse impact of development on Women*. In: TINKER, I.; BRAMSEN, M.B. (eds.) “Persistent Inequalities and Scholars”. Oxford: Oxford University Press, 1976.

¹⁸ A USAID é uma agência do Departamento de Estado dos Estados Unidos, criada em 1961, cujo objetivo é a assistência externa dos países. Em seu próprio sítio eletrônico define-se como uma agência dos EUA “que trabalha para acabar com a extrema pobreza global e permitir que sociedades resilientes e democráticas realizem seu potencial” (<https://www.usaid.gov/who-we-are>).

¹⁹ Caroline Moser (1993: 61) frisou que no ano de 1984, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial afirmou que a redução da mortalidade infantil foi reflexo da educação parental (principalmente das mães), do aumento dos rendimentos, da entrada de mulheres no mercado de trabalho e das condições legais e sociais de países, o que contribuiu para o declínio da fertilidade.

matemáticos que evoca o que foi culturalmente estabelecido como qualidades do pensamento masculino. A Economia enxergou como trabalho produtivo as relações de trocas monetárias. Caso não houvesse o envolvimento de dinheiro, esse trabalho estava fora do mecanismo de preço e não poderia ter o seu valor mensurado – como o caso do trabalho reprodutivo, exercido gratuitamente por mulheres na esfera doméstica e/ou em atividades não reconhecidas e gratuitas na agricultura, no trabalho voluntário e comunitário. A Economia, predominantemente masculina, excluiu as mulheres de suas análises sob a alegação de “baixo valor agregado de suas funções” – justificativa essa que pode ser entendida se observadas as estruturas sociais em que essa ciência foi constituída, cujo poder decisório sempre coube aos homens.

As estratégias de bem estar social receberam um número relevante de críticas por invisibilizar o papel “produtivo” das mulheres, descrevendo-as somente como mães e beneficiárias passivas do desenvolvimento. A primeira estratégia que podemos associar à MnD foi a “equidade”, que evitou reforçar alguns desses estereótipos, apesar de ter preservado a hierarquia entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Essa abordagem, em tese, reconheceu a “participação” das mulheres na economia capitalista e, segundo Zabala (2005: 37), enxergou sua dupla jornada. A produtividade das mulheres em situação de pobreza foi considerada fundamental ao crescimento. Também essa abordagem via a maternidade como uma barreira às mulheres no mercado de trabalho e, por isso, propôs políticas compensatórias e redistributivas.

Esse enfoque previa a educação e a capacitação como ferramentas apropriadas para se igualar homens e mulheres. Conjuntamente, defendia a supressão de condutas discriminatórias e a redução das tarefas domésticas executadas por mulheres. Supôs-se que os investimentos a essa estratégia culminariam na entrada de mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, promoveriam a igualdade nas esferas privada e pública²⁰. De acordo com Zabala (2005: 38), essa abordagem conferiu total confiança ao mercado e, na contramão das expectativas, “na medida em que as tarefas domésticas não foram redistribuídas, o custo de uma maior autonomia econômica, quando ocorreu, foi uma carga de trabalho mais pesada para as mulheres”.

²⁰ Segundo a teoria feminista, a dualidade “esfera pública” e “esfera privada” foi constituída com base em relações de poder. Parte-se da concepção de que os homens, historicamente privilegiados, ocuparam a esfera pública (e política) e definiram o “outro”, ou seja, o privado como não político. As feministas afirmaram que o âmbito privado da vida foi historicamente preservado de qualquer intervenção externa, e manteve estereótipos e valores desiguais sobre as funções de cada pessoa. Dessa forma, em muitas realidades, a privacidade familiar e doméstica permitiu o funcionamento e a manutenção da dominação masculina (BIROLI, 2014: 32).

Pereira e Rambla (2010: 49) e Razavi e Miller (1995: 4) fizeram referências a uma obra de relevância para a constituição dessa estratégia: o livro da economista dinamarquesa Ester Boserup²¹, publicado em 1970, sob o título “O papel da mulher no desenvolvimento econômico” (*Women's role in economic development*). Em seu livro, onde analisou sociedades agrícolas da África (ainda em processo colonial), a economista criticou a marginalização das mulheres no desenvolvimento e os valores culturais que subestimavam as suas capacidades dentro do setor considerado produtivo da sociedade. Segundo a tese de Boserup, conforme notaram Lourdes Benería e Gita Sen (1981: 281-282), as desigualdades sociais de ordem sexual tiveram sua origem na exclusão das mulheres do sistema produtivo. Para superar essas discrepâncias, as mulheres precisavam se “integrar” ao sistema econômico. Mesmo à época da publicação e entre feministas de perspectivas diversas, o livro de Boserup teve pontos de divergência por afirmar a ausência das mulheres no desenvolvimento econômico dos países. As críticas a essa tese afirmavam que as mulheres já ocupavam posições no mercado de trabalho informal, além das responsabilidades domésticas e familiares. Ou seja, o estudo de Boserup não reconheceu a “esfera reprodutiva” da vida, o que a fez concluir que a solução estava somente no acesso aos espaços não-domésticos.

Nas palavras de Mohanty (1984: 15), políticas de desenvolvimento atingem as mulheres de formas diversas, pois suas identidades foram constituídas “através da complexa interação entre classe, cultura, religião e outras instituições e ferramentas ideológicas”. Tratar essas experiências como um bloco coerente e homogêneo pressupunha uma única opção de existência dessas mulheres: a de vítimas dependentes do mercado. Nesse caso, os conteúdos de textos que visavam definir as mulheres do “terceiro mundo” partiam do universalismo, utilizando um comportamento tido como opressivo às mulheres para generalizar todas as experiências – e a própria divisão sexual do trabalho – estruturada numa lógica binária, hierarquizada e fixa (*Ibidem*: 21). Análises como a de Boserup exprimem duas coisas: a noção de “desenvolvimento” como conquista material, ou seja, de que a exclusão do processo econômico ocorreu por falta de “sensibilidade” desse sistema; e o entendimento de que mulheres de “terceiro mundo” necessitam das mesmas estratégias políticas e possuem as mesmas necessidades e propósitos de vida.

Moser (1993: 63-64) afirmou que esse enfoque refletiu as experiências (e as contribuições) de mulheres do “primeiro mundo”, o que foi alvo de críticas de feministas do

²¹ Ester Boserup também foi consultora da ONU e membro do Comitê de Planejamento do Desenvolvimento das Nações Unidas (*UN Development Planning Committee*).

“terceiro mundo”, contrárias ou cautelosas às estratégias de bem estar para as mulheres. Outra questão destacada por Moser (*Ibidem*: 64) foi a inconsistência da definição dessa estratégia, cujos verbos variavam entre “integrar”, “aumentar”, “melhorar” e “atualizar” (*upgrade*) a participação das mulheres e as suas opções.

Além de sua retórica problemática, a estratégia da equidade logo cedo encontrou dificuldades práticas relacionadas a ausência de conceitos operacionalizáveis, capazes de mensurar resultados. Não existiam dados a serem computados sobre o *status* das mulheres. Essas barreiras – reflexo do histórico desinteresse da teoria econômica sobre as atividades das mulheres – foram de encontro com objeções de funcionários de burocracias internacionais à MnD, “precisamente por causa de sua intenção de atender não apenas às necessidades práticas de gênero, mas também às necessidades estratégicas de gênero, cujo próprio sucesso dependia de uma redistribuição implícita de poder” (*Ibidem*: 65-66)²². Todas essas dificuldades expuseram a realidade na qual a MnD se inseria. Sua execução não dependia somente das reflexões feministas, mas da reestruturação cultural da sociedade, na qual agências como Banco Mundial e USAID foram consolidadas (*Ibidem*: 66).

As abordagens para as mulheres geraram confusões conceituais, e isto foi comum tanto nas estratégias empregadas por governos, como nas próprias agências internacionais que as recomendavam. A abordagem geral “Mulheres no Desenvolvimento” respondia a conceitos diversos e destoantes. Além do mais, o repertório de conceitos dos estudos feministas acadêmicos – e toda a complexidade que apontavam sobre as relações de gênero – não eram facilmente traduzíveis pelas e para as burocracias. Essa falha de tradução fez com que a MnD tivesse dificuldades dentro das burocracias internacionais, que exigiam ferramentas simplificadas para atuar (*Ibidem*: 55).

Por sua vez, Goetz (1994: 27-28) apontou algumas das dificuldades dos planejadores de políticas em acomodar as estratégias MnD dentro da agenda econômica: o abismo entre as discussões acadêmicas e as agências internacionais sobre o tema gênero e poder, o que fez com que o assunto fosse tratado com desinteresse pelas burocracias e/ou como tema “não econômico”; o caráter burocrático dessas agências, que desconsideravam temas “políticos”; e o privilégio que as autoras ocidentais receberam dentro desses espaços. Na realidade, as mulheres que propunham políticas públicas junto às agências financeiras, tanto as que partiam dos mesmos pressupostos das burocracias internacionais, como as que rompiam com os

²² Necessidades práticas de gênero são as estratégias que pretendem resultados a curto prazo na condição socioeconômica das mulheres. Já as necessidades estratégicas se referem a mudanças sociais profundas nas relações de gênero.

paradigmas dominantes de desenvolvimento, tiveram suas propostas ressignificadas, pois de forma geral, viam a necessidade de transformações profundas das relações de gênero.

Segundo Goetz (*Ibidem*: 29), a MnD, mesmo não apresentando uma proposta de transformação social ampla – e elaborada dentro de espaços hostis à sua formulação – encontrou empecilhos, como o predomínio masculino dentro das agências e o temor da “exportação de ideias” derivadas de “uma ideologia cultural da igualdade de gênero para países não ocidentais”. Esta última justificativa representou uma preocupação com um “imperialismo cultural” específico, de caráter redistributivo de poder e direitos. No entanto, a autora considerou esse posicionamento contraditório, pois o controle demográfico desses anos, aplicado por agências de desenvolvimento, não foi visto como uma interferência cultural (*Ibidem*).

As burocracias internacionais, segundo Goetz (*Ibidem*: 32), homogeneizaram as experiências das mulheres e ignoraram as informações e estudos que discutiam a sua condição dentro das relações de gênero. Esse fato transformou as estratégias para as mulheres em uma questão isolada, com políticas específicas que pretendiam a “inclusão” no mercado, em lugar de transformações sociais urgentes. Segundo a autora, as pesquisas MnD documentaram separadamente os temas que envolviam as mulheres, como se fossem relevantes apenas para elas, e não para as análises e resultados econômicos. O fato de a abordagem MnD ter sido adaptada por agências internacionais e com base na perspectiva de mulheres de potências ocidentais a moldou, também, às dinâmicas de poder dos países.

Por fim, o que foi aceito da abordagem da equidade foi a preocupação com a igualdade legal entre os sexos, como direito ao divórcio, custódia de filhas/os, propriedade, crédito e voto. A equidade tornou-se uma estratégia moderada, e mesmo assim isto não garantiu a sua aceitação por parte dos países receptores (MOSER, 1993: 66). Somente a estratégia seguinte conseguiu maior adesão, pois foi configurada após o fracasso da Primeira Década do Desenvolvimento da ONU e a crescente preocupação mundial com a desigualdade social. Denominada de “antipobreza”, esta segunda estratégia MnD recebeu alguns ajustes das burocracias internacionais, que a tornaram mais branda em relação às disparidades de sexo e a pobreza feminina. Essa abordagem foi introduzida durante a década de 1970, no auge da crise do capitalismo nas economias avançadas. Nesse momento, afirmou-se a necessidade de as mulheres pobres “aumentarem sua produtividade”, pois essa condição havia se tornado um problema à continuidade do capitalismo (*Ibidem*: 67).

A estratégia antipobreza considerava a desigualdade econômica entre homens e mulheres a partir da sua renda, refletindo as preocupações gerais de agências multilaterais com

o fracasso da teoria da modernização. O combate à pobreza, a partir do suprimento de necessidades básicas e sociais (comida, abrigo, serviços básicos e direitos), tornou-se alvo das estratégias econômicas (*Ibidem*). As mulheres receberam destaque por dois motivos: primeiro, por reparação à sua “exclusão” do processo de desenvolvimento; segundo, por seu papel indispensável para as necessidades básicas familiares. Zabala (2005: 40) frisou que a estratégia pretendia menos o bem estar social das mulheres pobres e mais o estímulo à intensificação de seu trabalho. Ademais, a autonomia financeira reduziria as taxas de natalidade.

Zabala (*Ibidem*: 41-42) destacou alguns dos motivos de fracasso dos projetos de geração de renda, arquitetados dentro da lógica “antipobreza”, isto é, os projetos cuja finalidade eram o ensino e/ou aperfeiçoamento de uma função capaz de gerar rendas e ferramentas necessárias à “produção de bens” e “serviços comercializáveis”, segundo definiu Mayra Buvinic (1986: 653). Os pontos destacados foram: o baixo investimento e alcance, o que resultou em trabalho voluntário/não remunerado das próprias mulheres beneficiárias; o pré-requisito de tempo livre para a capacitação e geração de renda, o que fugia à realidade de muitas mulheres trabalhadoras (que foram excluídas); o fato de as funções exigidas nem sempre estarem de acordo com a realidade e as habilidades daquelas mulheres (característica de projetos elaborados por pessoas leigas àquelas vivências); a ideia de “produtividade” a curto prazo, o que era incoerente com esses projetos, pois demandavam tempo de adaptação; a ausência de um projeto correspondente para os homens, o que gerou uma disputa por recursos. Para as agências financiadoras e governos, o sucesso desses projetos foi o seu baixo teor crítico e os resultados objetivos. De fato, uma estratégia pouco interessada em apontar as contradições de se promover qualquer tipo de igualdade, mesmo que tímida, num sistema econômico de natureza desigual, agradou as partes envolvidas nesse processo – o que não incluía a própria classe de mulheres trabalhadoras²³.

De acordo com Moser (1993: 68), a perspectiva antipobreza pouco incluiu discussões e conceitos fundamentais elaborados por feministas, como o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo – e suas variações. Na verdade, a separação dessas esferas nas políticas públicas

²³ Idoe Zabala fez referência a duas organizações que promoveram projetos de bem estar sob essa lógica voluntária: a Conferência de Mulheres de Toda a Índia (*All India Women's Conference* - AIWC), fundada em 1926 por Margaret Cousins, com o objetivo de trabalhos de bem estar e educacionais para mulheres e suas/seus filhas/os (<http://www.aiwc.org.in>) e a Maendeleo Ya Wanakawe (MYWO), fundada no Quênia, na década de 1950 (mywokenya.org). Essa segunda organização, segundo Mayra Buvinic (1986: 657-658), era a maior associação voluntária do Quênia, criada por mulheres europeias na década de 1950. Nascida no contexto de programas de bem estar social de pós-guerra, seu objetivo era “promover o avanço das mulheres africanas e elevar os padrões de vida africanos”. Na década de 1980, passou a fazer uso de programas de geração de renda para voluntárias, em número reduzido.

manteve uma supervalorização do trabalho considerado produtivo (masculino), em detrimento das funções consideradas improdutivas, executadas por mulheres. Com isso, não se pensou nas dinâmicas de poder que atuavam para a sobrecarga das mulheres e muitas realidades em que a esfera reprodutiva dependia de sua permanência (como para a sobrevivência de membros dependentes). Além do mais, pouco se considerou as realidades de dependência ao sustento (portanto, autoridade) masculino. Concretamente, a separação entre “projetos de microempresa” para homens e de “geração de renda” para mulheres mostrou a hierarquização existente e aceita entre o trabalho *produtivo* masculino e o trabalho *produtivo* feminino.

A “antipobreza” desvalorizou todo o tipo de trabalho executado por mulheres, remunerado ou não. Segundo Maria Mies (1994: 116), isto ocorreu pelo fato do capitalismo necessitar de uma força de trabalho que sustente – de forma afetiva e voluntária – a força de trabalho global e seu exército de reserva, tanto de mulheres (as garantidoras dos sustentos) como a dos membros da família. A autora sugeriu que talvez fossem as mulheres a força de trabalho ideal para o capitalismo, e menos o proletariado masculino. Por isso, a necessidade de se reafirmar a sua condição de subalternidade e sua capacidade de procriação, pois, definindo-as dessa forma, as mulheres custariam menos tanto para a expansão capitalista, como para os investimentos direcionados à sua emancipação. Nesse sentido, Mies (*Ibidem*) afirmou: “É por isso que o Banco Mundial não está mais falando apenas de integração, mas de investir em mulheres”. Investir para que expressem todo o seu potencial reduzido pela falta de educação, profissionalização e comportamentos culturais “não-modernos” e “patriarcais”.

Ao longo da década de 1980, deu-se a crise da dívida externa dos países da América Latina e África após a implantação de políticas de estabilização econômica e ajustamento estrutural promovidos pelo FMI e pelo Banco Mundial. Os governos endividados tiveram de realocar recursos, com o fim de restabelecer o balanço de pagamento das dívidas, o que resultou no déficit dos recursos públicos sociais. Na realidade, Moser (1993: 71) pontuou que, ao contrário da transição da estratégia da “equidade” para a “antipobreza”, a transição para a terceira estratégia MnD, chamada de “eficiência”, foi quase inexpressiva. Seguindo a lógica de motivar o trabalho das mulheres pobres para compensar o declínio dos serviços sociais, o tempo/hora das trabalhadoras foi considerado elástico, principalmente frente às crises e reduções de subsídios públicos. Nesse entendimento, as mulheres de baixa renda deveriam aumentar a sua participação econômica, tornando-se utilizáveis enquanto recursos humanos.

As estratégias antipobreza e de eficiência responderam às diretrizes da ONU, que, nesse momento, passaram a enfatizar que as mulheres deveriam compor todo o processo de

desenvolvimento. Essa perspectiva criticava as abordagens passadas, por terem marginalizado as mulheres. Nas palavras de Zabala (2005: 42-43), “a ênfase mudou de uma equidade cujo valor era intrínseco, para uma equidade como meio de melhorar a eficiência econômica”.

O documento de política “Mulheres no Desenvolvimento” da USAID (1982), referente à “integração das preocupações das mulheres pobres” em programas da AID, abordou alguns dos conceitos que informaram sobre a transição das abordagens do período da “modernização” até as estratégias posteriores – como a de eficiência. Segundo o documento, o mandato legislativo da Emenda Percy (1973) e os apontamentos feitos pelas mulheres sobre a literatura de desenvolvimento, levantaram duas questões: primeiro, “a necessidade de os planejadores de desenvolvimento serem sensíveis às maneiras pelas quais a modernização pode afetar negativamente as mulheres”, o que as colocou como “beneficiárias do desenvolvimento”; segundo, o enfoque nas mulheres como “contribuintes ativas” e “agentes do desenvolvimento econômico”, ou seja, participativas (USAID, 1982: 4-5). A USAID enfatizou o argumento de aumento da produtividade feminina, que decorreria de seu acesso a recursos econômicos produtivos. Por esse motivo, a agência considerou que, apesar desses dois argumentos serem relevantes, era fundamental à AID:

Compreender plenamente que o ritmo do desenvolvimento e a qualidade de seus resultados dependem muito do grau em que mulheres e meninas cumprem sua contribuição potencial e compartilhem os ganhos da sociedade (*Ibidem*: 5, tradução nossa)²⁴.

A função de concretizar isso, no entanto, pertencia aos países receptores. Os doadores externos participariam do processo garantindo uma “estratégia eficaz” e “equilibrada” (ou seja, mantendo a economia de mercado). Portanto, era “essencial ao desenvolvimento um foco na participação econômica das mulheres” (*Ibidem*). Além disso, o documento manteve o uso da palavra “benefício”, mas ao lado de “oportunidades”, e alegou que o desafio para o desenvolvimento econômico era “fazer uso mais eficiente dos recursos escassos. Mulheres e meninas são recursos para o desenvolvimento, cuja contribuição já é substancial” (*Ibidem*).

Segundo Moser (1993: 70-71), “com o aumento da eficiência e da produtividade como dois dos principais objetivos das Políticas de Ajuste Estrutural, não foi coincidência que a eficiência tenha se tornado a abordagem da política para as mulheres”, tendo sido disseminada

²⁴ No original: “While both arguments are important and both serve to guide AID's interpretation of the women in development policy, AID's primary concern is to fully comprehend that the pace of development and the quality of its outcome is greatly dependent on the degree to which women and girls fulfill their potential contribution and share in society's gains”.

em agências internacionais e governos. Os efeitos dessas Políticas de Ajuste Estrutural (PAEs), materializados na redução de recursos para políticas sociais, com o objetivo de tornar as condicionalidades mais “eficientes”, impactaram em programas sociais de governo, nos serviços básicos (saúde e educação) e na aquisição de alimentos. Moser (*Ibidem*:71) apontou a existência de pressupostos de forte viés sexista, identificados nessa correlação entre “necessidades das PAEs” e “produtividade feminina”: primeiro, no entendimento de que o trabalho doméstico gratuito é capaz de manter os “recursos humanos”, ou seja, segundo Moser:

(...) refere-se ao grau em que as PAEs assumem implicitamente que os processos executados por mulheres em atividades não remuneradas como cuidado de crianças, coleta de recursos energéticos naturais [como lenha, carvão], preparo de alimentos, cuidado com os doentes, continuarão independentemente da maneira como os recursos são realocados (*Ibidem*, tradução nossa)²⁵.

Com base nessa afirmação, é possível argumentar que a perspectiva implícita adotada pelas PAEs sobre a maleabilidade das mulheres frente às crises financeiras ignorou as possibilidades em momentos de austeridade: acúmulo de trabalhos informais não remunerados, a dupla ou tripla jornada de trabalho, a aceitação de serviços gratuitos em troca de donativos e, mais drasticamente, a própria prostituição forçada e a situação de mendicância. Nas palavras de Moser (*Ibidem*: 72): “isto levanta a questão de saber até que ponto as PAEs só são bem-sucedidas às custas de trabalhos mais longos e duros para as mulheres, que são forçadas a aumentar o seu trabalho tanto no mercado como no agregado familiar”.

Em segundo lugar, a ideia do trabalho “elástico”, isto é, a realocação de tempo das tarefas de cunho reprodutivo para “atividades produtivas”, obrigou as mulheres a atribuírem funções domésticas e de cuidados (ou parte delas) a outros familiares, sobretudo mulheres. Essa realocação de tempo foi reflexo dos incentivos aos trabalhos comerciáveis (exportação) em detrimento de serviços não comerciáveis. Em alguns contextos, isso gerou desemprego para os homens (realocados para tarefas “não comerciáveis”) e trabalho extra para as mulheres em manufaturas de exportação (barateamento de serviços). Por fim, manteve-se a tese da família como “instituição social”, cuja distribuição interna de recursos é igualitária (*Ibidem*: 72).

Uma análise estritamente econômica sobre os ajustes estruturais desprezou as interferências diversas desses empréstimos nos agregados familiares, relacionadas a queda do

²⁵ No original: “It concerns the extent to which SAPs implicitly assume that processes carried out by women in such unpaid activities as caring for children, gathering fuel, processing food, preparing meals and nursing the sick will continue regardless of the way in which resources are reallocated”.

consumo, menor escolarização para as meninas, aumento de violência doméstica e problemas de saúde mental (*Ibidem*: 73). A crença na elasticidade do trabalho das mulheres definiu a estratégia da “eficiência”, que dependia da manutenção do papel reprodutivo e do acúmulo de funções e de serviços não remunerados das mulheres (*Ibidem*).

O surgimento das estratégias “antipobreza” e “eficiência”, com todas as suas limitações, responderam à radicalização dos movimentos de mulheres e/ou feministas das décadas de 1960-1970. Esse momento serviu de motor para o estabelecimento das estratégias MnD. Em primeiro lugar, os termos do feminismo liberal, como “igualdade de direitos”, “garantias de emprego” e “cidadania”, eram palatáveis às burocracias internacionais. Os argumentos que relacionaram a condição das mulheres aos processos de socialização foram centrais para se afirmar que a causa das desvantagens econômicas era proveniente, sobretudo, dos estereótipos de gênero. Por esse motivo, a ajuda às mulheres defendeu como solução a formação educacional, programas de incentivo à igualdade de emprego, mudanças legislativas e abertura comercial (em tese, oportunidades). Por sua vez, setores do feminismo considerados “mais radicais” e à esquerda, por posicionamentos críticos às condições trabalhistas, tiveram parte de sua agenda cooptada e despolitizada. As críticas à dualidade “trabalho produtivo” e “trabalho reprodutivo” serviram para apontar as desigualdades de renda entre homens e mulheres. No entanto, foram ignoradas as realidades de exploração das mulheres e as formas como o modo de produção capitalista atuou sobre as disparidades de gênero, raça e classe (RAZAVI; MILLER, 1995: 3-4; GRIFFIN 2009: 118).

Fora da ONU, Goetz (2000: 36-38) localizou outro grupo de críticas, o de antropólogas socialistas de diferentes países, que questionaram a exploração colonial e o imperialismo. Essa crítica, segundo a autora, expandiu-se até uma rede internacional de mulheres pesquisadoras do “Sul global”, chamada “Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era” (*Development Alternatives with Women for a New Era – DAWN*), fundada no ano de 1984 (e publicizada na Conferência sobre as Mulheres da ONU, em Nairóbi, em 1985)²⁶. Suas pesquisadoras partiam da premissa de que o “desinteresse” pelas mulheres não era resultado de sua exclusão do processo de desenvolvimento, mas das relações de classe. As críticas desafiaram os pressupostos da ciência econômica, que não reconheciam o trabalho reprodutivo,

²⁶ Além da DAWN, Goetz (2000: 38) citou outras redes de mulheres pesquisadoras, como a Rede de Política Econômica das Mulheres Africanas (*The African Women's Economic Policy Network – AWEAPON*), que voltou suas críticas aos impactos de políticas de ajuste estrutural; a Mulheres no Desenvolvimento da Europa (*Women in Development Europe – WIDE*), uma rede de ativistas e pesquisadoras de instituições de pesquisa e ONGs de desenvolvimento da Europa, que analisam, a partir de uma perspectiva de gênero, as políticas comerciais da União Europeia; e a Organização para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento das Mulheres (*Women's Environment & Development Organization – WEDO*), de Nova Iorque, com redes sobre questões de gênero e ambientais.

e ainda subestimavam as relações de poder domésticas, capazes de induzir as escolhas das/dos familiares. Goetz (*Ibidem*) pontuou que economistas como Diane Elson (1991), Gita Sen (1987) e Nancy Folbre (1986) elaboraram princípios para a economia feminista, na qual o trabalho das mulheres foi dotado de importância e onde foi ressaltado o papel central de estruturas de poder assimétricas nas relações de gênero. A crítica da economia feminista não considerou possível que as pessoas respondessem aos sinais do mercado “racionalmente” ou “livremente” sem a influência das relações sociais domésticas em que se inseriam (GOETZ, 2000: 36-38).

Foi a partir dessas discussões que surgiu a estratégia de “empoderamento”, criada por mulheres do “terceiro mundo”. Essa abordagem entendeu a situação das mulheres, considerando outras estruturas de poder, como o colonialismo e o neocolonialismo (MOSER, 1993: 74). Segundo Zabala (2005: 46) a estratégia de empoderamento foi estabelecida no final da década de 1970 e algumas de suas diretrizes foram elaboradas em um seminário organizado pelo Centro Asiático e do Pacífico para Mulheres e Desenvolvimento (*Asian and Pacific Centre for Women and Development*), ocorrido em Bangkok, em 1979. Nesse espaço, definiram-se os seguintes termos: a emancipação das mulheres representa igualdade e direito de escolha em todas as esferas; é necessária uma sociedade sem opressões e desigualdade econômica; e conscientização da “força interior” das mulheres e de sua capacidade de influência (*Ibidem*).

Segundo Moser (1993: 74), a estratégia de “empoderamento” se diferenciou das demais por quatro motivos: origens, causas, estruturas de poder identificadas e estratégias. Foi elaborada, portanto, por mulheres inseridas dentro das realidades de pobreza e “subdesenvolvimento” que, segundo a autora, enfatizavam “o fato de que as mulheres experimentam a opressão de modo diverso”. Sustentava, portanto, que as mulheres tinham de desafiar estruturas e situações opressivas simultaneamente e em diferentes níveis” (*Ibidem*). O empoderamento evocou a “capacidade” de autoconfiança, autodeterminação, manejo de recursos materiais, primando pela redistribuição de poder entre indivíduos/os e sociedades.

O conceito de empoderamento, segundo Cornwall e Rivas (2015:404) teve expressão em trabalhos interessados na transformação social, como educação popular, organização comunitária e psicologia comunitária. Assim, o debate sobre o empoderamento das mulheres foi articulado nas décadas de 1980 e 1990, com uma perspectiva radical sobre as relações de poder e as transformações das estruturas econômicas, sociais e políticas (*Ibidem*).

Segundo Magdalena León (1997: 7), a definição de empoderamento é contraditória, principalmente por ser uma palavra aparentemente autoexplicativa (adquirir poder sobre sua própria vida), o que faz sentido para determinados grupos. Para a autora, mesmo que variadas

disciplinas utilizem o conceito, foi dentro dos estudos sobre gênero e desenvolvimento e Mulheres no Desenvolvimento (MnD) que ele foi amplamente manuseado, mas sem uma definição fixa. Nesses estudos, o conceito foi utilizado em referência aos termos integração, participação, autonomia, identidade, desenvolvimento e planejamento, fugindo de sua origem emancipatória. De acordo com a autora, agentes sociais de tendências diversas fazem uso do conceito, como agências internacionais, representantes do Estado, fundamentalistas, educadores e empreendedores, grupos de desenvolvimento comunitário, ativistas e “mulheres em suas várias posições dentro do movimento (*Ibidem*: 8).

Para León (*Ibidem*: 8-9), o uso desse conceito pelo feminismo tem suas origens com a ideia de poder dos movimentos sociais, cujas raízes, por exemplo, estiveram no bojo das manifestações por direitos civis da população negra estadunidense, nos anos de 1960, quando foi reivindicado o poder para o povo negro como estratégia. Posteriormente, as mulheres – presentes na segunda onda do feminismo – reclamaram o conceito para si e o desenvolveram com base em suas próprias experiências. Foi no campo de estudos da MnD, “expressão do feminismo liberal”, que floresceram as críticas sobre as teorias do desenvolvimento e aos enfoques para as mulheres. Segundo a autora, pesquisadoras como Maxine Molyneux, Caroline Moser e Kate Young “estiveram na vanguarda das observações críticas, e seus aportes deram passos a uma reflexão diferente, ao ponto que o campo de MnD se abriu a uma nova classificação que se chamou enfoque do empoderamento” (*Ibidem*: 10).

Essa ala crítica à MnD elaborou dois conceitos sobre o processo de empoderamento: os “interesses práticos” e os “interesses estratégicos” de gênero. O primeiro conceito se referiu aos aspectos materiais e práticos necessários para a sobrevivência. O segundo se referiu à posição das mulheres em relação aos homens. Dentro das agências internacionais não havia uma conceituação que apreendesse o processo de empoderamento e considerasse as diferenças desses dois estágios. Ou seja, “como as urgências do desenvolvimento convergem com as necessidades práticas, pode parecer que as necessidades estratégicas das mulheres estão sendo atendidas, ou que representam a mesma coisa” (*Ibidem*: 11).

Essa estratégia recebeu outros contornos na década de 1990, quando foi incorporada por agências multilaterais, que definiram o empoderamento como “aumento das possibilidades e níveis de produtividade das mulheres individualmente (...)” (ZABALA, 2005: 47). Nessa perspectiva, o empoderamento se tornou sinônimo de acesso a microcrédito subvencionado, por ser uma modalidade de empréstimo “eficiente” às mulheres – reforçando o estereótipo de mulheres como “boas administradoras de dinheiro”. O empoderamento também foi definido

como “crescimento individual”. As agências mantiveram a desassociação entre as necessidades imediatas das mulheres e as necessidades estratégicas, entendendo o acesso aos bens materiais como empoderamento e o “acesso aos recursos” como maior igualdade de gênero.

Zabala (2005: 49), León (1997: 17) e Cornwall e Rivas (2015: 405) enumeraram algumas das definições do empoderamento, propostas por feministas. As mulheres que elaboraram a prática de empoderamento pensaram a necessidade de conscientização sobre as assimetrias de poder, além de uma atuação sobre as desigualdades de gênero, individual e coletivamente. O empoderamento como partilha de poder ou ação coletiva passava por três processos: o poder desde dentro (o processo de autoconfiança e autocompreensão); o poder “com”, que ressaltou a importância da solidariedade entre as mulheres; e o poder “para”, ou seja, a busca por transformações sociais e “autoconfiança coletiva”. Mas as interpretações foram diversas e os elementos mais individuais de “autoconfiança” e “autoconhecimento” tornaram-se fundamentais para as análises de viés liberal, como aquelas que entendiam a “coletivização do poder” somente através do mercado. A prática do empoderamento não foi elaborada para se alcançar uma reta final mensurável em números. As transformações legais, políticas e educacionais seriam resultados e não substitutas do empoderamento. Da mesma forma, pessoas e ações não seriam “empoderadoras/es”, mas “esclarecedoras/es” de obstáculos e fornecedoras/es de ferramentas para esse processo (CORNWALL; RIVAS, 2015: 405).

Apesar de toda a discussão, a estratégia apresentou pouco em termos de indicadores qualitativos, conforme afirmou Zabala (2005: 52). O grupo de gênero do Banco Mundial, por exemplo, procurou mecanismos para medir a agência das mulheres, com foco no poder adquirido, e menos no processo que leva ao empoderamento. Além disso, deu grande destaque às influências de “comportamentos sociais de gênero” e suas interferências nas sociedades analisadas. Noutras vezes mediu o “contexto individual”, destacando as dificuldades de se captar todo o processo de empoderamento. A ênfase nas mulheres pobres e sua localidade fizeram surgir questionamentos sobre o reducionismo analítico dessa estratégia, por descolar as experiências dessas mulheres das dinâmicas mais amplas de poder, ou seja, “das forças nacionais e globais que marginalizam alguns e aumentam o poder de outros” (*Ibidem*: 53).

O “empoderamento”, segundo o Banco Mundial no *sourcebook, Empowerment and Poverty Reduction* (Empoderamento e Redução da Pobreza), de 2002, editado por Deepa Narayan, possui variadas interpretações. De forma geral, essa publicação argumentou que termos como inclusão, autossuficiência, controle, autopoder, autoconfiança e escolha própria estiveram no centro das definições. Além do mais, o conceito pode ser utilizado a nível

individual e coletivo, e em referência a relações familiares, entre pessoas pobres e em relações de nível global. Nas palavras do Banco, o empoderamento é “a expansão da liberdade de escolha e ação”, isto é, o aumento da capacidade de “autoridade e o controle sobre os recursos e decisões” das pessoas. A causa da restrição ao “poder de escolha” foi definida como a falta de recursos materiais e de “poder” para “negociar” melhores condições (frente a instituições formais e informais). Em suma, o empoderamento para o *sourcebook* é a “expansão dos ativos e das capacidades de pessoas pobres” (BANCO MUNDIAL, 2002: 10-11)²⁷.

Por sua vez, a inscrição da categoria de gênero dentro das estratégias não ocorreu de forma linear e objetiva. O termo apareceu junto e confusamente com as categorias de “sexo” e como sinônimo de “mulher/mulheres”. Apesar de pesquisas terem sido realizadas em espaços acadêmicos e em diálogo com agências de desenvolvimento, seus impactos não foram imediatos no sistema de ajuda internacional, tampouco a categoria de “gênero” foi definida de maneira fixa, comprometida e coerente com determinada corrente dos estudos de gênero. Kaan Tasli (2007: 23) demarcou os anos de 1980 como o momento de emergência da abordagem “Gênero e Desenvolvimento” (GeD), em oposição à estratégia MnD. Porém, a autora afirmou que o surgimento da GeD teve suas raízes externamente à discussão sobre a MnD, pois o debate foi estabelecido por movimentos sociais críticos tanto às relações de poder de gênero, como às soluções de mercado para os “problemas da desigualdade”.

A corrente crítica que discorreu sobre o “gênero” no capitalismo apontou a constituição histórica das relações sociais entre homens e mulheres, expressa de forma particular e específica nas variadas sociedades. O que diferia dos conceitos manejados pela MnD, voltados para uma das partes das relações de gênero: as mulheres. Nesse sentido, a abordagem GeD surgiu para incluir as relações de gênero nos interesses do desenvolvimento, visando alcançar e transformar os âmbitos sociais, políticos e econômicos vigentes (*Ibidem*: 24). De acordo com Tasli (*Ibidem*), a dimensão de gênero proposta por essa abordagem entendeu que “as relações de gênero se correlacionam estreitamente com a distribuição socioeconômica e política do poder, bem como com a distribuição de recursos, riqueza e trabalho”. Por esse motivo, a estratégia GeD se opôs à MnD, pois questionou as estruturas de poder que interferem na posição socioeconômica e política das mulheres.

²⁷ No documento foi posto em negrito a definição do conceito: “O empoderamento é a expansão de ativos e capacidades de pessoas pobres para participar, negociar, influenciar, controlar e manter instituições responsáveis que afetam suas vidas”. No original: “*Empowerment is the expansion of assets and capabilities of poor people to participate in, negotiate with, influence, control, and hold accountable institutions that affect their lives*”.

No entanto, o conceito de gênero não é estável, pois existem diferentes interpretações – e instrumentalizações – dessa categoria. Para Tasli (*Ibidem*), o discurso do desenvolvimento transformou o “gênero” numa característica listada, dentre uma série de atributos ou qualidades que uma pessoa pode ter. Por esse motivo, o sistema de ajuda internacional calculou que o objetivo de “empoderar” pessoas igualmente “consertaria” a situação socioeconômica mundial (dentro de uma lógica de crescimento acelerado). Por isso, a paridade de gênero passou a ser utilizada como um pré-requisito e um meio para a manutenção da agenda econômica neoliberal.

Segundo Moser (1993: 3), embora se reconheça a diferença entre sexo e gênero, a distinção entre Mulheres no Desenvolvimento (MnD) e Gênero e Desenvolvimento (GeD) é complexa. Essas estratégias em muitos momentos foram confundidas, apesar de terem posições teóricas bem distintas. Enquanto a MnD focalizou nas mulheres e na necessidade de “incorporá-las” ao desenvolvimento, através do acesso a crédito e emprego, a abordagem GeD, em tese, se concentrou nas relações de gênero. A MnD, segundo Moser, foi pouco “ameaçadora” às estruturas de poder e, por seu caráter “integrador”, foi mais acolhida. Já a abordagem GeD, em teoria, foi elaborada para cumprir os objetivos da emancipação das mulheres, cujo foco principal de atuação estaria na reversão do seu papel subordinado.

Tasli (2007: 27) pontuou problemas sobre a inclusão do conceito GeD (que muito se assemelharam às questões levantadas sobre a MnD), como o “desvio” dos objetivos iniciais (originados das práticas feministas) e as próprias interferências que essas formulações receberam, por adentrarem em instituições em que os privilégios masculinos e de poder econômico estavam arraigados. Por isso, a confusão e o uso sinônimo desses enfoques precisam ser entendidos dentro dos objetivos das agências que fizeram uso dessas estratégias (MOSER, 1993: 3). Já para Zabala (2005: 58), classificar as abordagens MnD e GeD com início, meio e fim significa partir de uma simplificação da realidade. De fato, seria importante avaliar até que ponto a definição do conceito de gênero foi limitada pelos objetivos “fundadores” dessas burocracias, e até que ponto essas próprias burocracias se interessavam por romper com as estruturas de poder.

Tabela 1 – Elaboração nossa sobre a trajetória das estratégias MnD/GeD (com base na proposta de Caroline Moser, 1993).

	BEM ESTAR ²⁸	EQUIDADE	ANTIPOBREZA	EFICIÊNCIA	EMPODERAMENTO (GED)
Período	1950-1960 (pré-MnD)	1970	1970-1980	1980	1990
Surgimento	A partir da noção de desenvolvimento baseada na teoria da modernização (aplicada em países coloniais/ex-coloniais).	Após o fracasso da teoria da modernização, baseou-se nos pressupostos do feminismo liberal (Ester Boserup, Emenda Percy e a Década da Mulher da ONU).	Surgiu no auge da crise do capitalismo nas economias avançadas e o declínio do fordismo. Se baseou na lógica de “aumento da produtividade”.	Momento da crise da dívida externa dos países pobres e da realocação de recursos públicos nas economias em desenvolvimento.	A partir das críticas da Economia Feminista e de mulheres de países pobres. Partiu da ideia de que as mulheres eram oprimidas em diferentes níveis (econômico, político e cultural).
Objetivo	Com base na ideia de bem estar social, propôs tornar as mulheres <i>beneficiárias</i> da modernização econômica e do crescimento econômico acelerado.	Tornar as mulheres <i>participativas e integradas</i> no processo de desenvolvimento econômico.	Reparação da exclusão das mulheres no desenvolvimento e estímulo à sua <i>participação</i> (como provedoras das necessidades básicas familiares e da redução populacional).	Motivar o <i>trabalho produtivo</i> das mulheres pobres e <i>políticas de compensação</i> , frente ao declínio/supressão de subsídios públicos.	Maior <i>participação das mulheres em processos decisórios</i> e sua maior <i>autonomia e agência</i> no desenvolvimento econômico.
Alvo	Capacidade reprodutiva biológica das mulheres: maternidade, nutrição familiar, prevenção sexual e planejamento familiar.	Força de trabalho das mulheres, através do investimento em educação e capacitação profissional (tornando-as capazes de contribuir com o processo de desenvolvimento e a situação populacional).	Igualdade de renda entre homens e mulheres, a partir do provimento de necessidades básicas e sociais, programas de geração de renda e estímulo à produtividade do trabalho.	Força de trabalho (produtiva) das mulheres, manutenção de suas funções gratuitas na esfera reprodutiva (como forma de suportar e apoiar políticas de austeridade).	Necessidades práticas (investimento em capital humano e reforma legislativa para as mulheres), capazes de atender necessidades imediatas. Necessidades estratégicas (transformação social profunda).
Críticas	Mulheres como “agentes passivas” do crescimento econômico capitalista, enfoque excessivo no seu papel reprodutivo biológico e familiar.	Intensificação da exploração da força de trabalho das mulheres, redução dos problemas sociais à “normas/estereótipos” culturais, primazia de pesquisadoras/es ocidentais e a noção acrítica da dicotomia “trabalho produtivo” e “trabalho reprodutivo”.	Acúmulo de função das mulheres (com dupla ou tripla jornada de trabalho) e a responsabilização de pessoas pobres sobre os problemas sociais e econômicos (passou-se a falar de gastos sociais e não mais investimento em trabalhadoras/es).	Utilização do trabalho flexível das mulheres (e intensificação do trabalho produtivo e reprodutivo) em períodos de austeridade e a terceirização/delegação de funções domésticas de mulheres para outras mulheres.	Cooptação de pautas transformadoras, definição reducionista do conceito de “empoderamento” (somente como crescimento individual e aquisição de bens materiais) e reafirmação dos aspectos de ordem cultural (discriminação de gênero) como fator limitador do crescimento econômico.

²⁸ As definições das estratégias de bem estar e equidade seguiram as descrições feitas por Caroline Moser (1993: 56).

1.3 Aspectos principais a serem retidos

O feminismo é, antes de tudo, um movimento que impulsiona reflexões (e a autocrítica de determinadas práticas e categorias analíticas), mas é fundamentalmente composto por organizações em constante movimento, heterogêneo e reivindicado por uma gama de instituições e agentes políticos e econômicos. Foram atribuídas diferentes conquistas ao feminismo, por vezes ambíguas e que geraram uma série de debates e rompimentos. Tecer uma crítica ao que Eisenstein (2009) denominou feminismo hegemônico é uma tarefa complexa, pois mesmo essa categoria não apreende toda a diversidade de mulheres envolvidas em diferentes frentes políticas e que, de alguma forma, contribuíram para visibilizar pautas e reivindicações. A grande problemática foi a forma como determinados elementos da agenda feminista foram modificados servindo a interesses não relacionados à emancipação das mulheres.

A história de luta (e de perdas) das mulheres, pertencentes ou não às classes privilegiadas, se constituiu dentro de contradições. Mesmo a narrativa das ondas, que buscou construir uma identidade feminista, invisibilizou as escritas e as manifestações de um grande número de mulheres. O feminismo reflete toda a dinâmica de poder mais ampla, relacionada à geopolítica mundial. Primeiro, travando conflitos à parcela dita hegemônica do feminismo; segundo, disputando espaço nas tomadas de decisões nacionais e globais e buscando canais de negociação (dentro de uma ideia de concessão crítica): a reivindicação pela institucionalização de pautas urgentes, mesmo com a possibilidade de apropriação e ressignificação de propostas.

Parte da trajetória do feminismo estadunidense, brevemente abordada neste capítulo possibilitou entender as diferenças de classes que moldaram os interesses da luta política das mulheres. Além disso, informou sobre as brechas aproveitadas por feministas, que inseriram suas reivindicações dentro das prioridades políticas e econômicas de seus países ou a nível internacional. Entender a transformação da composição da força de trabalho das mulheres juntamente das rupturas do capitalismo é um dos vários caminhos para se compreender essa “perigosa aproximação” entre setores do feminismo e a agenda neoliberal. Por um lado, a entrada massiva de mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho aumentou o poder de pressão de movimentos feministas, ao mesmo tempo que fez parcelas se acomodarem à condição de classe conquistada e se desinteressarem – e até mesmo pouco se posicionarem – pela construção de uma agenda feminista inclusiva.

De fato, toda a reestruturação da economia global na década de 1970, com profundas consequências políticas, econômicas e culturais sobre a condição das mulheres, coincidiu com o interesse internacional pelo tema. Mas isto deve ser entendido dentro de mudanças mais amplas apontadas por Eisenstein (2009: 23), após a chamada Era do Ouro do capitalismo fordista entre 1945 e 1970. Nesse período, o capital passou por uma reorganização em seu modo de produção e na sua ideologia: saiu de uma ideia de bem estar, onde os trabalhadores precisavam ser investidos para “produzirem” ganhos, e passou a considerar a pobreza como investimento e gasto social. Essa mudança refletiu nas estratégias para as mulheres, que foram acomodadas nas contradições e tensões desses processos de ruptura e nas novas emergências políticas e econômicas.

CAPÍTULO II

Mulheres e igualdade de gênero nos relatórios do Banco Mundial: do paradigma da modernização à boa governança

O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir as políticas que o Banco Mundial direcionou para as mulheres no âmbito da relação entre “gênero” e “desenvolvimento”. Interessa compreender como o tema se tornou parte da agenda política, em quais pressupostos baseou as políticas para as mulheres e quais tem sido as críticas feministas ao seu aparato teórico. Entender os processos históricos pelos quais o Banco passou nos possibilita entender suas mudanças conceituais e políticas que dizem respeito à condição das mulheres na economia global.

Analisando os Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial (RDMs) e os documentos setoriais produzidos pelo Banco, publicados entre os anos de 1978 e 2006. Tal escolha se justifica pela importância das publicações do Banco, principalmente os RDMs, pois fazem parte dos documentos mais lidos do tipo. Esses RDMs são veiculados mundialmente e são impressos cerca de 50 mil exemplares anuais, traduzidos para sete idiomas ou mais. Essa publicação influencia formuladoras/es de políticas, instituições de pesquisa, universidades, ONGs, entre outras/os agentes especializadas/os na “promoção do desenvolvimento”. Os RDMs possuem relevância por conta da autoridade que o Banco alcançou na indústria internacional de assistência ao desenvolvimento. Além disso, a sua expertise é procurada mesmo por representantes de países que pouco precisam de seus empréstimos e/ou economias pouco interessadas na igualdade de gênero, mas que acessam o conteúdo dessas informações. Já os relatórios setoriais foram analisados pois condensam as recomendações mais gerais do Banco para o âmbito setorial. As prescrições para as mulheres e as relações de gênero foram e ainda são atravessadas por estratégias mais amplas que dizem respeito à redução da pobreza e aos objetivos de crescimento econômico (GRIFFIN, 2009: 23).

A análise dessa documentação tem como objetivo acompanhar as mudanças discursivas e conceituais da instituição que, ao longo de sua existência, passou por importantes transformações e deslocamentos de seu foco sobre a pobreza, em seu funcionamento interno e na sua relação com a sociedade civil. Considero a análise desses relatórios fundamentais para entender o movimento mais amplo do Banco de alargamento da sua agenda política e de subordinação dos temas sociais à sua agenda econômica.

Por fim, utilizo o termo “mulheres e/ou gênero” para demarcar a forma sinônima como esses termos foram empregados nos relatórios do Banco. Mantenho tal referência até o final das análises (2012), porque os relatórios que selecionei fazem uso desses conceitos, apesar da categoria de gênero ter sido inserida posteriormente. Com frequência, o termo gênero foi utilizado com referência às desigualdades culturais e materiais entre homens e mulheres, mas pouco utilizado como categoria relacional que denota poder, e não foi articulado com outras categorias como raça, sexualidade e classe. Já a categoria “mulher” foi relacionada a programas e estratégias específicas, vinculadas, de forma geral, à capacidade reprodutiva biológica.

2.1. Um breve histórico sobre o Banco Mundial (1944-1970)

O Banco Mundial foi fundado no ano de 1944, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, na cidade de Bretton Woods, em New Hampshire (Estados Unidos). Atualmente, concentra as suas atividades nos países de renda *per capita* baixa e média e possui, entre os seus membros, 189 Estados, funcionárias/os de mais de 170 nacionalidades e mais de 130 escritórios pelo mundo, o que o configura como a maior instituição financeira internacional de ajuda ao desenvolvimento. Internamente, o funcionamento do Banco se assemelha a uma “cooperativa” – segundo sua própria definição – e os países são representados por um Conselho de Governadores, os mesmos que formulam políticas. Esses governadores são ministros de finanças ou do desenvolvimento dos países membros, e se encontram uma vez ao ano. Esses que se reúnem atribuem funções a 25 diretores executivos do Banco – os 5 maiores acionistas indicam um diretor executivo, enquanto os demais países elegem representantes. Fica a cargo do presidente do Banco (que é escolhido pela Diretoria Executiva e renovado a cada cinco anos), presidir reuniões dos Conselhos de Administração e gerir o Banco, já os diretores executivos que fazem parte dos Conselhos de Administração, se reúnem semanalmente para avaliar o andamento das transações financeiras e demais negociações²⁹.

Apesar de carregar o status de agência econômica, e o seu estatuto o definir tão somente como uma entidade financeira e de assistência técnica, o Banco Mundial tem exercido crescente poder político. E isso não pode ser entendido observando-se apenas o seu papel de prestador, mas também pela difusão de concepções de mundo e teorias de desenvolvimento,

²⁹ Informações retiradas da página virtual do Banco Mundial. Acesso em 20 de dezembro de 2017, disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/who-we-are>>.

que abrangem os mais variados aspectos da vida social, contidos no grande número de publicações que produz anualmente.

Quando foi criado o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) – a primeira instituição que, mais tarde, passou a compor o Banco Mundial – a sua primeira função foi a de promover a reconstrução dos países da Europa ocidental atingidos pela Segunda Guerra Mundial. O Fundo Monetário Internacional (FMI), idealizado dentro dos mesmos acordos, recebeu a função de garantir a estabilidade financeira internacional, através da concessão de empréstimos em caso de desequilíbrio no balanço de pagamentos³⁰. Ambas as agências fizeram parte da configuração de uma nova ordem econômica mundial, que visou estabelecer um sistema econômico alternativo às políticas protecionistas do período de entreguerras. Os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido, os negociadores principais desse novo sistema econômico, concordavam com um dispositivo que garantisse a estabilidade financeira, o livre comércio e a autonomia dos Estados.

A criação do Banco Mundial e do FMI foi envolta pelas dinâmicas de poder entre os países. Dentro da academia existe um importante debate sobre a proeminência dos EUA na criação das instituições de Bretton Woods e a primazia dos interesses norte-americanos e ingleses nas negociações de 1944. A literatura sobre a criação do Banco Mundial destacou dois negociadores principais para a elaboração das “gêmeas” de Bretton Woods: John Maynard Keynes, assessor do Tesouro Britânico, e Harry Dexter White, subsecretário de Tesouro dos Estados Unidos. De acordo com José Antonio Sanahuja (2001: 47), de forma geral, os dois economistas planejavam criar uma cooperação econômica e estabelecer um novo sistema monetário e financeiro internacional, o que culminou no BIRD e no FMI.

Autores como George e Sabelli (1996), Sanahuja (2001), Eric Toussaint (2006) e João Márcio Mendes Pereira (2010) identificaram a sobreposição dos interesses norte-americanos nas decisões de criação e atuação do Banco Mundial e do FMI. Ao mesmo tempo em que ocorriam os acordos para a conferência de Bretton Woods, os EUA alcançavam uma posição favorável e sinalizavam o interesse em manter-se como a maior potência econômica e militar do mundo. Segundo Pereira (2010: 97), o governo estadunidense arquitetava um projeto que avalizasse o livre comércio para produtos americanos, com a supremacia do dólar e o acesso às matérias primas dos demais países e colônias.

³⁰ Apesar de o FMI não compor o Banco Mundial, a condição primeira para ser associado ao BIRD é vincular-se a ele.

De forma geral, White propôs a criação de um fundo de estabilização e um banco voltado para a reconstrução das Nações Unidas e Associadas, que atenderiam aos países atingidos pela guerra e os países mais pobres. Por sua vez, Keynes sugeriu um banco internacional que assegurasse a liquidez econômica, e um fundo para a reconstrução dos países atingidos pela guerra (a ser ampliado para um fundo de apoio ao desenvolvimento mundial).

Em meio a essa disputa, ainda no âmbito das negociações, os banqueiros norte-americanos exigiam maior espaço aos empresários no mercado internacional, a retirada da intervenção do Estado nos mercados e a competição com empresas públicas. Para os Estados Unidos, a ideia de um banco central e internacional retirava a sua soberania em política monetária. E, nesse momento, a criação de um fundo de cooperação monetária, como esboçou White, entusiasmava muito mais os maiores interessados nos acordos de Bretton Woods. Seria essa a instituição essencial para o pós-guerra. (GEORGE; SABELLI, 1996: 50; SANAHUJA, 2001: 50; PEREIRA, 2010: 98-99).

A criação de um banco nessa época não recebeu muita atenção dos envolvidos, pois não estava na ordem do dia o financiamento ao desenvolvimento. Seguindo o rascunho inicial de White, o que seria o Banco de Reconstrução das Nações Unidas e Associadas se tornou o Banco para a Reconstrução e Desenvolvimento, que atuaria em apoio aos países atingidos pela guerra. Seu caixa reduzido o fez insuficiente para tais objetivos em seus primeiros anos, e nem era interessante aos membros da reunião que tivesse maiores funções. Seria importante apenas que não competisse com os bancos comerciais e investisse em projetos que não fossem de interesse do capital privado (GEORGE; SABELLI, 1996: 35; SANAHUJA, 2001: 52-53).

A reunião de Bretton Woods, segundo Diane Elson (1994: 514), também debateu temas como bem estar, pleno emprego, prosperidade nacional e pobreza, refletindo as preocupações com o desemprego da Europa e América do Norte da década de 1930. Para a autora, esses debates tiveram um tom paternalista por dois motivos: a preocupação era sobre ofertas, e não sobre a autodeterminação dos trabalhadores; segundo, o incentivo ao emprego foi planejado para os homens que chefiavam suas famílias, supondo a dependência de mulheres e crianças aos maridos e pais.

Outro ponto de disputa foi o poder de voto dentro do Banco Mundial e do FMI, definido de acordo com a subscrição de capital, a renda *per capita* do país e a sua força política no sistema internacional. Ou seja, quanto maior a economia doméstica de um país, maior o seu poder de decisão dentro do Banco Mundial. Por isso, o BIRD e o FMI acabaram se tornando, na prática, independentes perante as Nações Unidas, embora constem como “organizações

especializadas” da ONU (PEET, 2004: 81; TOUSSAINT, 2006: 51-53; DENNIS; ZUCKERMAN, 2006: 5; PEREIRA, 2010: 119-125).

De um banco de reconstrução, a instituição gradativamente passou a atuar para “desenvolver” e “modernizar” as economias consideradas subdesenvolvidas. Para esses países – e somente aos que gozavam de antecedentes de créditos positivos e renda *per capita* média – o Banco concedeu empréstimos e proveu assistência técnica, com juros próximos aos do mercado financeiro internacional. Os ganhos obtidos com o reembolso desses empréstimos é uma das fontes que sustentam o BIRD, as outras formas são a subscrição de capital feita pelos Estados-membros, que leva em conta o PIB do país, e as relações financeiras que estabelece com o mercado internacional de capital, mediante emissão de títulos (cerca de 80% de seu caixa).

Ao longo da década de 1950, o Banco concedia empréstimos para a modernização das economias em desenvolvimento, o que significava investir em infraestrutura e energia. Ao mesmo tempo, a restrição do BIRD aos países mais pobres gerou contestações de clientes do Banco e das próprias economias afetadas por crises econômicas, que não conseguiam acessá-lo. Foi nesse contexto que se criou a AID para financiar economias não elegíveis ao BIRD, cuja finalidade era promover o desenvolvimento econômico dos países pobres. De acordo com Pereira (2010: 53-54), a criação da AID em 1960 transformou a natureza do Banco Mundial, alargando o seu raio de atuação e o conteúdo de suas operações. A instituição, apesar de ter o mesmo corpo administrativo do BIRD, concedia empréstimos a longo prazo e com baixas taxas de juros a países que, por terem uma renda *per capita* muito baixa, ficavam de fora dos financiamentos do BIRD. Assim como a AID, outras fontes de financiamento: doações voluntárias (a fonte mais importante) feitas a cada três anos por países ricos, ressarcimento dos créditos emprestados e, por último, a transferência de parte da receita líquida do BIRD e da Corporação Financeira Internacional (CFI)³¹ (TZANNATOS, 2006: 5; PEREIRA, 2010: 54-55).

Os empréstimos oferecidos pelo BIRD e pela AID têm diferenças em sua concessão. Pereira (2010: 44-45) os classifica em duas categorias: investimento e ajustamento. Essa primeira categoria é basicamente para financiamento de projetos de base social e econômica. A segunda categoria, o ajustamento (estrutural ou setorial), visam remodelar a política econômica ou as políticas setoriais do Estado cliente (*Ibidem*).

³¹ A CFI é a principal agência multilateral de financiamento ao setor privado nos países pobres e de renda média.

Algumas/alguns pesquisadoras/es dividem a trajetória do Banco em períodos, a fim de facilitar o entendimento sobre o seu mandato e apontar a sua dupla faceta *econômica e política*, e como elas se confundem e se integram. Idoe Zabala (2005: 90) considerou dois momentos do Banco Mundial: o primeiro, a partir de sua criação até os anos de 1950, quando a sua atuação se concentrou no financiamento de projetos para o crescimento econômico e a infraestrutura dos países; e o segundo, quando passou a abarcar novos temas em sua agenda, transformando-se numa “agência de desenvolvimento” voltada para temas mais amplos, principalmente na área social. A mudança de atuação do Banco posterior a 1960, portanto, ocorreu por conta da recuperação das economias atingidas pela guerra e do nascimento da AID (em 1960). Desde então, o Banco Mundial (BIRD e AID) conseguiu, com êxito, consolidar-se no mercado financeiro internacional e, ao mesmo tempo, adquirir importante *status* como formulador de políticas e agência de pesquisa para o desenvolvimento.

O período em que Robert McNamara (1968-1981) esteve à frente do Banco Mundial é de suma importância para entender o movimento expansivo da instituição e a mudança conceitual do desenvolvimento. A sua gestão passou por muitos percalços, principalmente no que se referia à transparência das operações do Banco e ao crescimento de críticas sobre a sua atuação nas áreas social e ambiental oriundas, sobretudo, do Congresso norte-americano. A partir disso, a instituição viu um caminho promissor no investimento de uma teoria econômica que embasasse e legitimasse suas operações financeiras, alvo de tantas reprovações.

O novo presidente havia sido Secretário de Defesa dos EUA no período da guerra do Vietnã e essa influência teve impacto na história do Banco, pois foi quando se relacionou a diminuição da pobreza à segurança. Para McNamara, a pobreza punha em perigo a segurança do “mundo livre”, ou, em outras palavras, a estabilidade política e a manutenção do capitalismo. O novo presidente se preocupava com as constantes tensões sociais no chamado terceiro mundo, principalmente por conta da derrota de seu país na guerra do Vietnã. Por esse motivo, ele afirmou ser necessário diminuir as causas das insatisfações e revoltas, melhorando as condições de vida degradantes e a privação material. Durante a presidência de McNamara, o Banco deu ênfase para a agricultura e o desenvolvimento rural, estimando que vivia no campo a maioria das pessoas em situação de pobreza extrema. Além disso, o Banco direcionou uma parte de sua carteira, ainda que pequena, a serviços básicos de saúde, educação e saneamento e, com o novo enfoque de “combate à pobreza”, apresentou-se como paladino do desenvolvimento (TZANNATOS, 2006: 18; PEREIRA, 2010: 178-183).

Se antes de McNamara o Banco Mundial era uma instituição com muitos técnicos especialistas, com a sua chegada à presidência, pela primeira vez, passou-se a relacionar o desenvolvimento com o alívio da pobreza, e não apenas ao aumento de empréstimos para infraestrutura e energia (GEORGE E SABELLI, 1996: 50-51). Nesse sentido, McNamara anunciou para os seus cinco primeiros anos de gestão a estratégia de redução da pobreza, cujo foco seria principalmente na agropecuária, porque acreditava que esse era o setor que mais traria benefícios para o crescimento econômico. Também, em menor grau, o foco recairia em empréstimos voltados para a área social e setores básicos no meio rural e urbano. No entanto, ao final de sua gestão, esses empréstimos sociais totalizaram apenas 10% na carteira do Banco (SANAHUJA, 2001: 75; PEREIRA, 2010: 179-183).

De acordo com Pereira (2010: 195-198), até os cinco primeiros anos da gestão de McNamara, o Banco Mundial não tinha uma teoria que orientasse os projetos. Isto apenas foi possível com a publicação do livro editado por Hollis Chenery, então economista-chefe do Banco, “Redistribuição com crescimento” (*Redistribution with Growth*), de 1974, que estabeleceu um núcleo teórico que instituiu a pobreza absoluta e os grupos-alvo como categorias operacionais legítimas para as políticas públicas.

No contexto da derrocada dos EUA na guerra fria e questionamentos da academia e da rede de ajuda internacional às políticas de desenvolvimento em curso, o Banco foi pressionado a buscar maior coerência entre o discurso e sua carteira de projetos (*Ibidem*). Por esse motivo, a estratégia central de Chenery foi o enfoque “orientado à pobreza”, cujo principal objetivo era prover financiamento externo para a criação de um terreno político e econômico favorável aos mercados. Com esse redirecionamento, McNamara consolidou um novo “mecanismo de justificação”, capaz de distinguir teoricamente o crescimento econômico e a redução da pobreza. No entanto, a nova teoria ao mesmo tempo que apontava as desigualdades sociais e a concentração de renda, não respondia a uma série de críticas e avaliações que contradiziam o papel da ajuda internacional na redução da pobreza (*Ibidem*: 200-201).

Conforme pontuou Dennis e Zuckerman (2006: 3), na virada da década de 1970 para os anos de 1980, os países em desenvolvimento enfrentavam um endividamento externo crescente, ocasionado por empréstimos irresponsáveis, que não consideraram a possibilidade de os devedores não terem caixa para reembolsarem os valores. Foi nessa esteira que o Banco foi altamente criticado, por contribuir para o endividamento das economias em desenvolvimento. A partir desse momento, começou a exigir que os países implementassem reformas políticas em troca de empréstimos. Em 1980 foi posto em prática o empréstimo de

ajuste estrutural, que exigia “políticas macroeconômicas e fiscais apertadas, diminuição das despesas públicas, redução do setor público, privatização de empresas estatais e liberalização do comércio” (*Ibidem*).

De acordo com Goetz (2000: 25), foi essa modalidade de empréstimos “com condicionalidades” que fez o Banco avançar para uma destacada posição de agência de desenvolvimento – ao mesmo tempo que ocorria o auge da crise da dívida, nos anos de 1980. A partir desse momento, o Banco adentrou no que Goetz (*Ibidem*) chamou de “momento controverso” de sua história de empréstimos, pois esse novo instrumento – ajustamento estrutural – teve um caráter fortemente político, que contrariava a pregação de “neutralidade” econômica sustentada até hoje pela agência.

A história do Banco Mundial mostra que a sua atuação não é monolítica nem descolada dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais. De acordo com Goetz (*Ibidem*: 26), a agência se divide em duas identidades: um banco com o imperativo de mover dinheiro para a acumulação capitalista (mantendo as desigualdades, que são imprescindíveis ao seu funcionamento) e uma agência com objetivos “sociais” de reduzir a pobreza, promover o crescimento econômico e o bem estar das populações vulneráveis. Para Griffin (2009: 2), como instituição internacional, o Banco possui um destacado papel nas políticas globais atuais, mas ele não é onipotente nem incontestável, pois ao longo dos anos se modificou e absorveu diferentes perspectivas em sua atuação, advindas de diferentes grupos sociais.

As preocupações do Banco Mundial em torno do chamado desenvolvimento humano e social tiveram a ver com uma reação mais ampla das agências multilaterais às críticas sobre as disparidades de classe, a desigualdade entre as economias nacionais e as crises econômicas dos países em desenvolvimento. Em meio a essa onda de questionamentos, as evidências sobre as desigualdades de gênero receberam alguma atenção e foi através de conferências internacionais da ONU que agências como o Banco Mundial se debruçaram sobre as “variáveis não econômicas” do desenvolvimento (BERGERON, 2003: 399).

Compreender os atuais esforços do Banco em torno da equidade de gênero exigiu um retorno em seu histórico de investimentos e pesquisas sobre o assunto, portanto, um recuo temporal se fez necessário. A estratégia para as mulheres ou, como conhecida atualmente, as estratégias para a igualdade de gênero não surgiram espontaneamente dentro das instituições multilaterais, mas foram incluídas, através de pressões de movimentos sociais e instituições humanitárias e de pesquisa.

2.1.1. O Banco Mundial e a estratégia MnD/GeD (1975-1990)

A década de 1970 pode ser entendida como o momento de consolidação do Banco Mundial. Apesar de não ser a única agência a se debruçar sobre a cooperação internacional, o Banco buscava se colocar na vanguarda dos temas de relevância ao desenvolvimento capitalista. Além disso, desde o final da década de 1960, aumentavam as críticas sobre o crescimento orientado pelo mercado, que partiam tanto de uma perspectiva anticapitalista, como de agências e pesquisadoras/es que nutriam grande expectativa no livre mercado. Idoe Zabala (2005: 139) citou alguns questionamentos: os estudos da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) sobre a necessidade da reforma agrária para reduzir a pobreza no campo; e estudos da OIT e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) sobre o problema do desemprego.

As discussões desse momento apontavam para a necessidade de se planejar políticas para o desenvolvimento não mais centradas no aumento do PIB, mas na pobreza, no emprego e na desigualdade³².

A agenda do Banco Mundial, desde o final da década de 1960, considerou duas dimensões de investimento: a manutenção do crescimento econômico e a redução da pobreza. A geração de emprego foi considerada uma das soluções e baseou-se na equação “mais trabalho, mais produtividade, igual a maior ajuda aos pobres” (ZABALA, 2005: 140-142). Essa abordagem sobre os “problemas da desigualdade” repercutiu na concepção do Banco sobre as mulheres, com isso, as estratégias e os planejamentos passaram a considerar a quantidade de mulheres em situação de pobreza e as funções que executavam no âmbito familiar. Essa orientação à “capacitação” das pessoas, em tese, considerou o crescimento econômico como um meio para a “satisfação” das necessidades das mulheres, principalmente se as famílias (e o seu tamanho) fossem atingidas com os benefícios.

De acordo com Sophie Bessis (2001:10), por décadas o Banco Mundial colocou-se como o laboratório das teorias de desenvolvimento, atuando como aplicador e experimentador de fórmulas econômicas para o “problema da desigualdade”. Porém, nos trinta anos que

³² Zabala (2005: 140) destacou alguns eventos e publicações nos anos de 1970 que mobilizaram as agências de desenvolvimento em torno de novos objetivos sobre a pobreza: a 11ª Conferência Mundial da Sociedade Internacional de Desenvolvimento de Nova Deli, em 1969, em que foi apresentado o esboço de um enfoque social sobre a pobreza, que deu lugar às “necessidades básicas” (maior atenção a investimentos em setores estratégicos, como o trabalho, e menos no PIB); a publicação do informe Pearson, em 1969, que fez um balanço de vinte anos do desenvolvimento e lançou críticas ao pouco investimento educacional (e o reflexo dessa defasagem no mercado de trabalho) e a Conferência Anual do Desenvolvimento, da Universidade de Cambridge, em 1970, que também abordou o emprego e a queda de importância do PIB.

sucederam à criação do Banco, a condição das mulheres não recebeu destaque, tampouco projetos que atendessem às suas necessidades. A função principal do Banco, depois da reconstrução do pós-guerra foi promover o desenvolvimento capitalista, através de investimentos em projetos de infraestrutura, transporte e energia. Por esse motivo:

O Banco podia argumentar, nos seus primeiros anos, se alguém perguntasse os motivos desses investimentos, que suas políticas beneficiavam a todas as pessoas de um país, e que seu planejamento era técnico e, portanto, os efeitos eram neutros nas relações entre homens e mulheres (ZABALA, 2005: 134, tradução nossa)³³.

No entanto, as relações de gênero acompanharam a história do Banco e demais agências internacionais, como em seu próprio corpo de funcionárias/os, composto por homens, em sua maioria concentrados em áreas como engenharia e economia. O número de funcionárias do Banco representava apenas 6,3% no ano de 1968, e a maioria das/dos funcionárias/os do BIRD eram estadunidenses (220) e britânicos (133), do total de 705 profissionais. Deste ponto de vista, o Banco era uma agência alvo das críticas feministas e foi questionado, ao longo da Década da Mulher, pelo desequilíbrio de gênero entre funcionárias/os e pelos impactos de suas atividades sob as mulheres (*Ibidem*: 134-135).

Sophie Bessis (2001: 11) sugeriu que o interesse da maior instituição multilateral de financiamento por temas relacionados às mulheres e as relações de gênero afirmou a capacidade do Banco de impactar na expectativa de vida em países pobres. Junto a isso, a imagem que o Banco buscou promover de si foi a de vanguarda das discussões sobre desenvolvimento. Por isso, ter adiado uma aproximação com as temáticas levantadas por feministas o tornou vulnerável publicamente, pois a visibilidade desse assunto e o avanço de outras agências multilaterais nessa matéria despertaram um receio “de ficar atrás do bloco neste tópico de debate recentemente importante, e de ser ultrapassado por outras instituições em uma área que adquiriu o *status* de questão socioeconômica fundamental” (*Ibidem*). Na perspectiva de Nuket Kardam (1997:136), a resistência às estratégias MnD pode ser justificada por uma combinação de fatores relacionados à estrutura organizativa do Banco e à sua ideologia.

A presidência de Robert McNamara foi fundamental para a ampliação do caráter político do Banco, afirmou Pereira (2010: 177-181). O vocabulário e os conceitos sobre a

³³ No original: “*El Banco podía haber argumentado, si en esta primera época alguien se lo hubiera pedido, que estas inversiones en infraestructura beneficiaban a todas las personas de un país, que su diseño era técnico y que tenían efectos neutros en las relaciones entre hombres y mujeres*”.

pobreza foram ampliados, assim como os investimentos que passaram a abarcar as necessidades básicas da população, como saúde, educação, nutrição, planejamento familiar, urbanização e desenvolvimento rural. Zabala (2005: 143) distinguiu três momentos da presidência de McNamara: de 1968 a 1973, quando se esforçou em convencer as/os funcionárias/os do Banco, prestamistas e sistema financeiro sobre a estratégia antipobreza; no decorrer da década de 1970, quando essa abordagem se materializou nos empréstimos do Banco, redefinindo-o como uma agência financeira de desenvolvimento; por fim, quando esse enfoque se deteriorou em vista das crises econômicas e surgiram os empréstimos de ajuste estrutural em 1980.

Nos primeiros anos de sua gestão, McNamara considerou o controle populacional e o planejamento familiar como estratégias centrais de combate à pobreza. Para Pereira (2010: 196), o novo presidente partiu de um viés neomalthusiano, ao afirmar que o crescimento demográfico de países pobres era um empecilho aos objetivos de crescimento.

Os temas que figuraram no primeiro quinquênio da gestão de McNamara não se tornaram financiáveis, como emprego, nutrição, saúde e demais áreas consideradas “sociais”. Mesmo que educação e urbanização (fornecimento de água e esgoto) tenham consumido parte de empréstimos do Banco, muitos dos temas levantados para atender as necessidades básicas apareceram, em alguns momentos, como essenciais ao combate à pobreza, no entanto, não se consolidaram como tais (*Ibidem*: 197).

O Banco se manteve engajado às questões macroeconômicas e à promoção do crescimento capitalista, investindo em treinamento de quadros, assistência técnica e expertise. Dentro da agência e dentre suas/seus funcionárias/os, a crença na combinação entre crescimento e alívio da pobreza era mantida, mesmo após declarações de McNamara sobre as urgências em torno da miséria e da desigualdade social. Também os projetos que tocavam em temas como antipobreza, controle populacional, nutrição e geração de emprego despertavam receios de países receptores, por aparentarem certo “assistencialismo”. Concretamente, as áreas apontadas como alvos (como serviços básicos) não foram levadas à frente, primeiro pela ausência de uma teoria que embasasse um programa de combate à pobreza e, segundo, pela falta de um instrumento operacional que aplicasse esses objetivos e avaliasse os retornos possíveis (ZABALA, 2005: 145-146; PEREIRA, 2010: 198)

De acordo com Kardam (1997: 137) e Moser (1993: 67), foi ao longo da década de 1970, com as evidências da desigualdade de renda dos países em desenvolvimento e o desencanto com as teorias liberais, que o Banco Mundial mudou o seu foco sobre a pobreza, tema esse que, na literatura do Banco, aparecia vagamente associado à beneficência e ao

assistencialismo. Segundo Pereira (2010: 206), antes de McNamara, a agenda “extra-econômica” do Banco falava de necessidades sociais e não sobre pobreza.

No primeiro quinquênio da gestão do presidente, o Banco não teve uma postura sólida sobre a questão da pobreza, o que fez a agência investir em um enfoque baseado em uma abordagem teórica mais consistente e, além disso, operacionalizável, capaz de permitir sua ampla reprodução. Isso foi possível com o livro de Chenery, “Redistribuição com crescimento” (1974), quando o Banco incluiu em suas preocupações econômicas os objetivos de erradicação da pobreza absoluta e abriu algum espaço para temas como “redistribuição”, “desenvolvimento orientado à pobreza” e “necessidades básicas” (KARDAM, 1997: 137).

Segundo Pereira (2010: 198-199), a guerra fria, o insucesso dos EUA no Vietnã, movimentos políticos diversos, fizeram com que se tornasse central a discussão de temas como distribuição e redistribuição. Internamente, o Banco pontuou o fracasso da teoria da modernização em políticas distributivas e principalmente na crença do “gotejamento” (*trickle-down*) de benefícios aos grupos vulneráveis. Nesses anos, a perspectiva do Banco foi impactada pelas diretrizes da OIT que, através de pesquisas a políticas industriais e comerciais em países em desenvolvimento, passou a relacionar a pobreza ao desemprego, “segundo uma abordagem aparentemente asséptica do ponto de vista ideológico ancorada na teoria neoclássica” (*Ibidem*).

Foi a partir da OIT que o “problema do emprego” se difundiu. Pesquisas e estudos de caso argumentaram que a desigualdade não estava atrelada às taxas de crescimento econômico, o que impactou diretamente na liderança intelectual e moral do Banco, segundo pontuou Pereira (*Ibidem*: 200). Na década de 1970, David Moser, o diretor geral da OIT entre os anos de 1958 e 1970, durante a VII Conferência sobre Desenvolvimento de Cambridge, “denominou a perda de confiança no crescimento econômico nacional como meio suficiente para reduzir a pobreza”, em outras palavras, declarou a “derrocada do PIB” (*Ibidem*: 200-201).

O enfoque “orientado à pobreza” (*poverty-oriented approach*) proposto por Chenery, se consolidou em meio a esse cenário e também em meio às mudanças da política de ajuda externa dos EUA. As críticas acadêmicas ao Congresso estadunidense sobre a condução da política externa do país, centrada na guerra do Vietnã geraram grande pressão ao governo. Por esse motivo, em 1973 foi aprovada pelo Congresso o *Foreign Assistance Act*, alicerçado na ideia das “necessidades básicas”. A função era reduzir a “pobreza extrema” através de empréstimos que estimulassem a “produtividade” do trabalho rural (PEREIRA, 2016: 130). Essas discussões influenciaram na retórica de McNamara sobre a pobreza, que o fez, juntamente

de sua equipe, buscar maior coerência entre a “retórica *pro-poor*” e a carteira de projetos do Banco (*Ibidem*).

Esse enfoque abandonava as discussões em torno da “equidade” e da “distribuição” para se pensar a “pobreza absoluta” como unidade de análise operacional, dando ênfase no aumento da renda, na reorientação de investimentos para grupos alvos (educação, acesso a crédito, obras de infraestrutura), redistribuição de renda e aumento de consumo. A tese do livro se assentava na ideia de que a redução da pobreza absoluta não era incompatível com o crescimento econômico e, apesar de criticar o efeito derrame, a equipe de McNamara não superou esse paradigma dominante. Ou seja, “sua premissa consistia na assimilação subordinada da pobreza ao esquema político-financeiro posto em prática desde sempre pelo Banco” (*Ibidem*: 206).

O que Chenery possibilitou foi a institucionalização e a imposição da pobreza como unidade de análise legítima, além de tornar o assunto uma exigência para qualquer iniciativa da assistência ao desenvolvimento. Pesquisas, disseminação de dados, formação de técnicos para o tema da pobreza constituiu um campo de pesquisa no Banco. Uma “ciência da pobreza” ou a “ciência da gestão da pobreza”, capaz de “interpretar e categorizar a realidade social, como também a questão social” (*Ibidem*: 207-208).

Posteriormente, entre 1976 e 1979, o Banco se envolveu com o debate sobre as “necessidades básicas” que, em realidade, foi uma suposta redefinição do enfoque orientado à pobreza, mas que entendia a “necessidade” como critério de projetos e para a liberação de recursos (*Ibidem*: 219-221). Essa mudança esteve em consonância, novamente, com o enfoque da OIT, “Emprego, crescimento e necessidades básicas” (do mesmo ano), que tornou essa a abordagem dos programas sobre a pobreza. Mas essa ideia de “necessidades sociais” já existia dentro do vocabulário do Banco e também figurava em políticas de assistência bilateral dos EUA. Esse enfoque, portanto, não reduziu o de Chenery, tampouco a teoria do derrame, pois tratava-se de, segundo Pereira, “complementar, por meio de ações variadas, o gotejamento que, em tese, ocorreria numa velocidade então politicamente inaceitável” (*Ibidem*).

Zabala (2005: 166) frisou que a proposta do livro de Chenery diferia do enfoque das necessidades básicas impulsionado por McNamara. Para a autora, a “redistribuição com crescimento” conciliou o progresso econômico com os objetivos de redução da pobreza, no entanto, desassociou as taxas de crescimento econômico (e a concentração de riquezas) dos indicadores de pobreza e da igualdade de sexos. A lógica era “crescer primeiro e redistribuir depois” (*Ibidem*: 166). Já o enfoque das necessidades básicas direcionou, em tese, esforços ao

“desenvolvimento orientado para as pessoas” como políticas econômicas e sociais, consumo de bens e serviços, participação política e direitos humanos.

Esse enfoque, segundo Pereira (2010: 221), transformou a saúde e a educação em áreas abertas de investimento nos países pobres, o que as subordinou aos imperativos políticos da redução da pobreza absoluta (e à reformulação dos gastos públicos). No final de 1979, McNamara criou o Departamento de População, Saúde e Nutrição o que permitiu empréstimos exclusivamente à saúde (antes componente de projetos de desenvolvimento rural e urbano e planejamento familiar). Nesse mesmo momento, o Prêmio Nobel de Economia para Theodor Schultz alçou o conceito de capital humano na agenda educacional do Banco, que enfatizou a educação básica como uma prioridade. Segundo Pereira, “gestavam-se, naquele momento, as coordenadas principais de um modelo de política social que se tornaria hegemônico uma década depois, centrado na formação de capital humano” (*Ibidem*).

Foi durante os anos de 1970 que as mulheres começaram a receber visibilidade, pois as pesquisas sobre a pobreza e formas de superá-la começavam a dividir os “grupos alvos” por sexo. Vinculou-se as mulheres às necessidades básicas de suas famílias e também à diminuição do número de membros. Nesse sentido, as políticas voltadas para a educação básica de meninas e mulheres e saúde reprodutiva (com ênfase no planejamento familiar) tiveram como motivação a redução da fertilidade (ZABALA, 2005: 183).

O Banco não teve uma política estável sobre a pobreza, e as estratégias para as mulheres foram diversas e difíceis de serem classificadas. O enfoque de combate à pobreza teve concepções variadas que foram se esgotando, ao mesmo passo em que as crises econômicas e a dívida externa colocaram outras urgências para o sistema financeiro internacional. No entanto, o que ficou evidente no enfoque sobre as mulheres durante a década de 1970 foi a preocupação com o crescimento demográfico (*Ibidem*:187-188).

Indiretamente, as mulheres foram alvos do Banco, mesmo antes do estabelecimento da estratégia MnD, pois o controle populacional fazia parte do tipo de planejamento que o Banco valorizava. Por esse motivo, pode-se afirmar que, ao longo da gestão de McNamara, apesar de as mulheres não terem sido nomeadas como alvos, os seus corpos foram objeto de controle, tanto para reduzir a mortalidade infantil como para diminuir os riscos de uma superpopulação. Apesar das políticas para as mulheres oscilarem, as preocupações com a sua capacidade reprodutiva eram constantemente reafirmadas.

Segundo Goetz (1994:29-30), a desassociação da fertilidade de seu contexto social e a “patologização” da grávida, através de uma abordagem cientificista e invasiva, foi amplamente

questionada pelas feministas, que consideravam um equívoco as políticas populacionais e a “gestão das tecnologias reprodutivas”. Contraditoriamente, esse tópico de discussão foi a brecha encontrada para que doadores e Estados adentrassem no terreno “privado” da vida. Porém, a perspectiva pouco aberta às relações entre homens e mulheres responsabilizou as mulheres pela gestação, prevenção e sexualidade, excluindo os homens desse processo, o que adiou qualquer discussão sobre temas como relações de poder e redistribuição de recursos.

Anna Bosch (1996: 12) questionou se, de fato, essas estratégias baseadas em uma concepção neomalthusiana deram voz e escolha às mulheres. Para a autora, os programas de controle de natalidade quiseram adaptar, sem qualquer discussão e consulta prévia, determinado comportamento reprodutivo biológico às condições econômicas vigentes. Kardam (1997: 139-140), que entrevistou funcionárias/os sobre o desempenho da MnD no Banco, ressaltou que a estratégia foi considerada principalmente como investimento em população, saúde, nutrição e educação, visto que a agência relacionou o aumento da educação de mulheres e a redução da fertilidade à possibilidade de expansão dos mercados. Além do mais, enquanto esses temas se referiam indiretamente aos corpos das mulheres, como programas de geração de renda e planejamento familiar, foram poucas as objeções às suas condicionalidades, pois não aparentavam ser assuntos “políticos” ou “assistencialistas”.

Segundo Moser (1993: 67), as mulheres tornaram-se alvos desse enfoque devido ao fracasso de políticas anteriores, resultantes de projetos pouco interessados em suas necessidades, e por serem tradicionalmente associadas às “necessidades básicas” de suas famílias. A abordagem que situou as mulheres em políticas de combate à pobreza se centrou no seu papel “produtivo”, por entender que a redução da desigualdade de renda e o crescimento econômico dependiam da “produtividade” de lares de baixa renda. O efeito dessa perspectiva foi o de planejar empregar as mulheres pobres, fazê-las acessar “recursos produtivos” e gerar rendimentos. Além disso, pressupôs-se que educação e o mercado de trabalho seriam meios para garantir a produtividade e a redução da fertilidade.

Após a I Conferência Mundial sobre as Mulheres no México, no ano de 1975, outros encontros aconteceram, como a II Conferência sobre as Mulheres em Copenhague (1980), a III Conferência em Nairóbi (1985) e a última em Pequim (1995). Essa sequência de eventos mostrou que o interesse das Nações Unidas – e dos demais órgãos da ajuda internacional – ocorreu de forma lenta, apesar de progressos em determinadas discussões. Nas duas últimas conferências (1985 e 1995), Hernández e Rodriguez (1996: 28) notaram uma maior abertura sobre temas relacionados à situação das mulheres na globalização, o que diferiu da I

Conferência, cujo interesse esteve somente na “integração” econômica das mulheres e no combate às discriminações.

Na Conferência do ano de 1975 participaram 133 delegações de países, mais de 200 oficinas foram organizadas e os temas sobre “mulheres” e “desenvolvimento” geraram algumas discordâncias, relacionadas ao peso que cada participante atribuía às prioridades internacionais. Apesar disso, o Plano de Ação estabelecido no México elencou nove objetivos, dentre eles o sufrágio, o reconhecimento do trabalho das mulheres e a ampliação de serviços de bem estar, como saúde, saneamento, nutrição e educação (*Ibidem*: 16-17).

Durante os primeiros anos da gestão de McNamara, a estratégia MnD figurou de maneira informal dentro do Banco. Desde o ano de 1972, quando se criou o primeiro Grupo de Trabalho sobre a Condição das Mulheres, esse GT analisou a condição das mulheres no Níger (1974) e em Togo (1975). Com o anúncio pelas Nações Unidas da conferência do México, o Banco designou duas mulheres para o Departamento de Relações Internacionais para que comparecessem ao evento com um documento da própria instituição. O texto deveria informar os benefícios dos novos projetos do Banco para as mulheres. No entanto, não foi concluído a tempo e acabou se tornando, em 1975, um folheto de relações públicas chamado “Integrando as Mulheres no Desenvolvimento” (*Integrating Women into Development*)³⁴. O texto prescreveu as formas como os projetos poderiam melhorar as condições das mulheres em países em desenvolvimento e criticou as primeiras elaborações da MnD, por considerá-los parciais (ZABALA, 2005: 291-292).

Durante esse período, o Banco promoveu iniciativas internas para incluir em sua agenda o tema das mulheres. A institucionalização da MnD (posteriormente GeD) passou por algumas fases: o primeiro momento foi defensivo e, com reservas, o Banco incluiu algumas das sugestões deliberadas internacionalmente (*Ibidem*: 283). No ano de 1977, por exemplo, criou o cargo de conselheira da estratégia MnD, “a fim de aumentar a atenção às questões das mulheres nas atividades do Banco” (*Ibidem*). O cargo foi ocupado por Gloria Scott, ex-chefe da Sessão de Planejamento Social das Nações Unidas. De acordo com a própria Scott, a sua função se restringiu a capacitar as/os funcionárias/os e receptoras/es de crédito e a melhorar as relações públicas do Banco, mesmo com o baixo orçamento recebido para essas tarefas. Posteriormente, no ano de 1987, o Banco criou a Divisão Mulheres no Desenvolvimento, dentro de seu Departamento de População e Recursos Humanos, cuja chefia coube a Barbara Herz,

³⁴ O documento *Integrating Women into Development* não foi encontrado para consulta, por esse motivo, ele não faz parte dos arquivos do Banco analisados neste capítulo.

especialista em políticas educacionais para meninas, com trajetória na USAID e no Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 1994: 40; KARDAM, 1997: 144; SCOTT, 2004: 21; GOETZ, 2000: 42).

Segundo Kardam (1997: 141), o cargo de conselheira/o do Banco é sensível e, no caso da MnD, não fugia à regra. Em entrevista com uma assistente do Banco sobre essa estratégia, a autora destacou que muitas críticas foram evitadas para que o escritório MnD não parecesse um empecilho³⁵. A inserção dessas críticas também foi difícil, já que a equipe MnD revisava projetos na fase de avaliação, e não na sua construção. Segundo Kardam (1997: 141-142), “há consenso generalizado de que, se a MnD fosse levada a sério pela administração, sua operacionalização na estrutura organizacional do Banco seria muito diferente”. Quando realizou sua pesquisa, Kardam também destacou que o escritório da equipe MnD era composto somente por conselheiro/a, assistente e secretário/a de meio período, o que não garantia e “efetividade” das avaliações, principalmente com baixos recursos recebidos:

Os membros da equipe sentiram que não havia recompensas para considerar as mulheres, nem quaisquer pedidos, em geral, da administração para incluir a MnD em seus programas de trabalho. O pouco tempo dedicado pela equipe e a produção organizacional em termos de dólares emprestados, foram mencionadas pela equipe como desincentivos para considerar as mulheres. Em suma, o posto de conselho na MnD foi visto como uma posição política, como uma vitrine que funcionou como uma boa estratégia de relações públicas para mostrar que o Banco estava fazendo alguma coisa. Na verdade, alguns viram isso como uma tática que deixou a gerência fora do gancho sem ter que fazer nada mais substancial (*Ibidem*, 142, tradução nossa)³⁶.

Essas dificuldades internas foram de encontro com a resistência de governos mutuários. De acordo com Kardam (1997: 145-146), após a avaliação de um projeto, o passo seguinte era o estabelecimento de acordos entre o Banco e o governo receptor, momento que possibilitaria a inserção de propostas sobre as mulheres. Porém, as/os entrevistadas/os da autora mostraram dúvidas sobre esse interesse do Banco, pois os países consideravam esses fatores “a

³⁵ Nuket Kardam (1997) não revelou o nome de suas/seus entrevistadas/os, somente o cargo. Nesse trecho, ela informou ter entrevistado uma funcionária do escritório do Conselho Mulheres no Desenvolvimento, no ano de 1986. Segundo consta em suas notas, as entrevistas aconteceram na sede do Banco Mundial, em Washington, DC, entre abril e maio de 1986, totalizando cinquenta depoimentos. As entrevistas se basearam em uma amostra estratificada, que pretendia abranger o corpo de funcionárias/os da administração, de escritórios regionais, departamento de projetos, departamento de políticas operacionais e de avaliação de operações.

³⁶ No original: “*The staff members felt that there were no rewards for considering women, nor any requests in general from management to include WID in their work programs. The shortage of staff time and the definition of organizational output in terms of dollars loaned were mentioned by the staff as disincentives to consider women. In short, the post of WID adviser was seen as a political position, as window dressing that functioned as a good public relations ploy to show that the bank was doing something. In fact, some saw it as a tactic that let the management off the hook without having to do anything more substantial*”.

seu próprio ritmo”, e não como condição. Segundo Kardam (*Ibidem*: 146), o envolvimento da MnD dependia dos governos mutuários e, em determinados casos, havendo acordo sobre as condicionalidades da MnD, era difícil monitorar sua execução.

Apesar de ter promovido algumas ações para as mulheres e ter aberto um canal de diálogo com funcionárias e especialistas de organizações internacionais, o Banco Mundial, nos primeiros Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM), relacionou as mulheres somente ao controle demográfico. Na primeira edição do RDM, em 1978, avaliou-se o endividamento externo dos Estados clientes e se anunciou, como duplo objetivo da instituição, a aceleração do crescimento econômico e a redução da pobreza. Tanto o RDM de 1978 como o de 1979 reforçaram a ideia de mulheres como reprodutoras biológicas. No entanto, nessa segunda edição há considerações sobre o pouco apoio às mulheres no mercado de trabalho. Os programas de planejamento familiar apareceram como medidas complementares dos projetos de infraestrutura, pois a diminuição da pressão populacional dos países pobres reduziria o número de trabalhadoras/es (principalmente masculinos), o desemprego e o subemprego. Dessa forma, segundo o Banco:

O lento crescimento da população não apenas ajudaria a conter futuras dimensões do problema do emprego, pois sem isso é provável que para muitos países as imensas demandas de infraestrutura social e econômica constituam uma carga crítica sobre os orçamentos e planejamentos do setor público (BANCO MUNDIAL, 1979: 68, tradução nossa)³⁷.

O RDM de 1979 também vinculou a diminuição das taxas de fecundidade à melhoria das condições sociais e econômicas. De acordo com a instituição, os programas de planejamento familiar variavam em suas práticas, desempenhando um papel importante na população de um país, desde a redução de benefícios para famílias grandes até o aumento da idade legal de casamento. Somado a isso, esses programas também forneceram informações sobre contracepção e serviços como esterilização a custos de mercado, ou inferiores³⁸.

Conforme afirmou Zabala (2005: 300), o argumento do controle demográfico figurou na maior parte das pesquisas do Banco entre 1978 e 1984, o que fez a instituição insistir em projetos, como educação de meninas e controle de fecundidade, que aproveitassem o

³⁷ No original: “*El crecimiento más lento de la población no solamente ayudaría a contener las dimensiones futuras del problema del empleo; sin ello, es probable que para muchos países las inmensas demandas de infraestructura social y económica constituyan una carga crítica sobre los supuestos y la capacidad de planificación del sector público*”.

³⁸ Os casos citados pelo relatório sobre a redução de benefícios em famílias grandes ocorreram nas Filipinas e em Cingapura. O aumento da idade legal do casamento era recomendado pela instituição e, naquele momento, havia sido adotado pela República da Coreia (BANCO MUNDIAL, 1979: 67).

“potencial” das mulheres. Nesses anos, não foram questionados os papéis de gênero, mas foi apontada a necessidade da “eficiência” das mulheres no trabalho “produtivo”, pois sua força de trabalho “subutilizada” precisava se tornar “útil” ao pleno funcionamento dos mercados.

O relatório setorial *Recognizing the “Invisible” Woman in Development: The World Bank’s Experience* (Reconhecendo a mulher “invisível” no desenvolvimento: a experiência do Banco Mundial) foi publicado pelo Banco em outubro de 1979 e reuniu algumas abordagens utilizadas pela instituição para a “melhoria da capacidade econômica das mulheres”. O primeiro documento formal sobre o assunto também foi uma resposta e um posicionamento do Banco aos debates internacionais promovidos pela Década da Mulher das Nações Unidas. Nas palavras do relatório, não foi possível ignorar que as mulheres compunham o universo de pessoas em condições de pobreza, e se elas continuam “a ser deixadas de fora do *mainstream* do desenvolvimento e privadas de oportunidades para realizar o seu potencial, as ineficiências no uso dos recursos serão sérias e persistirão” (BANCO MUNDIAL, 1979: 1).

De forma geral, esse documento listou algumas estratégias para a educação, o desenvolvimento rural, o emprego, a geração de renda e a saúde. O Banco reafirmou a existência de uma desigualdade “competitiva” entre homens e mulheres no mercado de trabalho, ocasionadas pelo baixo acesso educacional das meninas, pela divisão desigual das tarefas domésticas e por empregos de “baixa produtividade” (*Ibidem*: 12). O relatório trouxe as preocupações sobre as mulheres dentro de suas estratégias de “combate à pobreza” atrelando-as à necessidade do controle reprodutivo. Nesse sentido, as preocupações e os grupo-alvos foram delimitados com base nas suas recomendações anteriores. O que mudou foi que se considerou que as mulheres também compunham, junto aos homens, o contingente mundial de pobres.

Segundo Moser (1993: 68), mesmo que o Banco tenha apresentado críticas aos enfoques exclusivos no trabalho das mulheres e expressado a necessidade de se modificar a divisão sexual do trabalho (mantendo certo “equilíbrio de poder” nos lares), suas estratégias foram direcionadas às mulheres em situação de pobreza, especialmente em áreas em que essa condição esteve concentrada. Em sua maioria, os projetos buscavam o “aumento de produtividade”, mas em tarefas já ocupadas pelas mulheres. Evitou-se ampliar sua participação em outras áreas de serviço.

Apesar do enfoque das “necessidades básicas” ter previsto a “participação”, na prática, pouco se traduziu em mecanismos participativos para as mulheres. Ignoraram-se as condições de desigualdade no acesso aos recursos e centrou-se na “capacidade das mulheres” das

economias em desenvolvimento. Outra crítica destacada por Moser (*Ibidem*: 69-70) foi ao fato das estratégias antipobreza terem encoberto algumas discussões conceituais em torno da separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e suas consequências, como a sobrecarga de trabalho das mulheres, a sua baixa participação na renda doméstica, a pouca possibilidade de “empreenderem” (por falta de garantias de créditos) e a separação de “projetos de microempresa” para homens e “projetos geradores de renda” para mulheres, subentendendo-se uma hierarquia entre os ganhos de homens e de mulheres.

Desde finais dos anos de 1970, segundo Zabala (2005: 42), a visão do Banco sobre as mulheres passou por um giro: se inicialmente se afirmava que elas haviam sido marginalizadas do desenvolvimento – desconsiderando-se a importância do trabalho doméstico e não pago para a economia capitalista – posteriormente considerou-se que o desenvolvimento necessitava delas, tanto em ocupações “produtivas” como na continuidade de suas funções “reprodutivas”. Diferente de publicações anteriores, o RDM de 1979 afirmou que a condição das mulheres impactava nos resultados econômicos. Essa virada para o reconhecimento das mulheres deve ser entendida como parte da estratégia de “combate à pobreza”, cujos próprios pressupostos variavam, apesar de ser possível notar que ora a abordagem das “necessidades básicas” era evocada, ora a de “eficiência” (de caráter legal). Essa estratégia foi construída sob a visão de que o aumento da entrada das mulheres na economia poderia gerar uma sociedade mais equânime.

Além disso, com bem apontou Maria Mies (1994: 116), o argumento do Banco de “aumentar a produtividade das mulheres” pode ser traduzido como exploração do trabalho das mulheres “para a produção de valores de troca, de mercadorias para um mercado externo que pode gerar um lucro. O termo ‘produtividade do trabalho’ está claramente relacionado ao processo de acumulação de capital”. Ademais:

Também significa aumentar a produção dessa mão de obra em um determinado momento e por um determinado custo. Portanto, aumentar a produtividade das mulheres significa, acima de tudo, do ponto de vista da acumulação de capital, economizar custos e ligar o trabalho das mulheres à economia monetária, afastando-as da produção de subsistência. Porque enquanto as pessoas só produzem o que precisam, o dinheiro não pode 'gerar' mais dinheiro (*Ibidem*, tradução nossa)³⁹.

³⁹ No original: “It also means to increase the output of this labour in a given time and for a given cost. Hence, to increase women’s productivity means above all, from the point of view of capital accumulation, to save costs and link women’s labour to the money economy, to draw them away from subsistence production. Because as long as people only produce what they need themselves, money cannot ‘breed’ more money”.

Baseada numa concepção econômica neoclássica, essa abordagem concebeu as mulheres como um “recurso” subexplorado. Logo, o desenvolvimento (leia-se, acumulação do capital) precisava garantir a sua maior “eficiência” e “efetividade”. Seguindo um receituário neoliberal, a abordagem entendeu o desenvolvimento em termos de taxas de lucro que, nesse caso, atrelava os retornos econômicos ao aumento da renda monetária de pessoas pobres. Essa urgência em inserir as mulheres no mercado de trabalho ignorou a existência de atividades informais, como as tarefas domésticas e os serviços domésticos remunerados nas casas de alta e média renda. Portanto, “promover o trabalho produtivo das mulheres” sem reconhecer as funções que essas mulheres já exerciam na agricultura, na manufatura, no domicílio, as sobrecarregou de responsabilidades e as conduziu a um mercado de trabalho informal, desprotegido legalmente e mal remunerado (VALIMA, 2004: 25; ZABALA, 2005: 45).

Na interpretação de Mies (1994: 116), a “descoberta” das mulheres do “terceiro mundo” pelo capital internacional não somente como força de trabalho, mas também como donas de casa e cuidadoras familiares, significou que, por realizarem esse trabalho não pago e não podendo se retirar dessa esfera, as mulheres se sujeitaram a remunerações inferiores às suas necessidades, engrossando o contingente de trabalhadoras/es baratas/os e “flexíveis”, num contexto de reestruturação produtiva do capitalismo.

2.2. O Banco Mundial e a agenda de igualdade de gênero (1995-2012)

No decorrer da década de 1980, os objetivos das mulheres encontravam maiores dificuldades, com as crises econômicas dos países em desenvolvimento – avaliadas como problemas de liquidez, e não de solvência – e a ascensão de plataformas políticas neoliberais nos Estados Unidos, com Reagan (1981-1989) e no Reino Unido, com Thatcher (1979-1990). No final da gestão de McNamara, o Banco consolidou um instrumento financeiro orientado a políticas, e não a projetos. O empréstimo de ajustamento estrutural, iniciado em 1980, deveria enquadrar países endividados aos padrões da economia internacional e manter, junto ao FMI, o serviço das dívidas, o que condicionaria os países a reduzir o investimento público, aumentar o incentivo à exportação e cortar recursos públicos para políticas sociais (SANAHUJA, 2001:116; PEREIRA, 2010:233).

Essa modalidade de empréstimo contribuiu para o endividamento de países pobres, ao mesmo tempo que alçou o Banco como liderança político-intelectual da liberalização econômica nos países clientes.

Zabala (2005:213) apontou estudos que relacionavam a condição de pobreza aos empréstimos de ajuste estrutural. O relatório da UNICEF *Engendering Adjustment for the 1990s. Report of a Commonwealth Expert Group on Women and Structural Adjustment* (Gerando ajustes para a década de 1990. Relatório do grupo de peritos da *Commonwealth* sobre Mulheres e Ajustes Estruturais) de 1989, relacionou alguns dos efeitos do ajuste econômico, como o aumento da carga de trabalho das mulheres, os cortes de serviços públicos (que reduziram o número de profissionais e os atendimentos), a evasão escolar e o aumento dos trabalhos gratuitos e de cuidados, executados por mulheres e meninas. Em relação à alta de preços, houve um impacto na nutrição da população e na saúde de crianças, o que aumentou a mortalidade infantil de muitos países pobres no começo da década de 1980 (*Ibidem*: 215-216).

Ao final dessa mesma década, o Consenso de Washington⁴⁰ (1989) surgiu como uma série de recomendações cuja proposta central foi o enquadramento de economias em desenvolvimento a um programa político. O Consenso não apenas representou um acordo entre o governo estadunidense e Wall Street, mas também se estendeu – principalmente – aos países da América Latina (PEREIRA, 2010: 277-278). Diferente da economia de mercado praticada pelos países ricos, que mantiveram suas políticas protecionistas, o Consenso preconizava a liberalização econômica e a remodelagem do papel do Estado como “garantidor” da segurança dos negócios privados (*Ibidem*: 191). Na América Latina, as principais forças políticas, intelectuais e partidos se alinharam a esse receituário, o que possibilitou que plataformas políticas neoliberais se elegessem em toda a região, na virada dos anos de 1990 para a década seguinte, como Salinas de Gortari no México (1988), Alberto Fujimori no Peru (1989) e Collor de Mello no Brasil (1989).

Duas décadas após as Nações Unidas terem iniciado uma série de conferências internacionais sobre as mulheres, realizou-se a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim, no ano de 1995, mais uma vez assinalando as mudanças de prioridades políticas da ONU em torno do desenvolvimento econômico e social. Findava a guerra fria e surgiam novos desafios globais que exigiam reflexões. Não por acaso, os encontros abordaram temas diversos, como meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento, população, migrações e pobreza⁴¹.

⁴⁰ Foram dez as áreas de reforma estabelecidas pelo Consenso de Washington: disciplina fiscal, reorientação dos gastos públicos, reforma tributária, taxas de juro, taxas de câmbio, liberalização comercial, abertura ao capital estrangeiro, privatização, desregulamentação da economia e direitos de propriedade (privada) (PEREIRA, 2010:276-277).

⁴¹ As autoras se referiram às seguintes conferências: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), ocorrida no ano de 1992, no Rio de Janeiro; a Conferência de Direitos Humanos, em Viena, no ano de 1993; a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo,

Ocorrida em meio à instabilidade econômica mundial, como os efeitos da crise da década de 1980, a dívida externa e o avanço do capitalismo neoliberal globalmente, a Conferência de Pequim se tornou atrativa para as organizações de mulheres debaterem suas propostas. Mulheres de todo o mundo se reuniram e, diferentemente dos encontros anteriores, as ONGs⁴² foram incorporadas no processo de elaboração da Plataforma de Ação de Pequim⁴³.

O encontro de Pequim contou com 189 delegações de governos (mais do que em outras conferências) e cerca de 5 mil pessoas em delegações oficiais. Variados posicionamentos políticos e ideológicos foram defendidos. Mas a relação entre as/os participantes do evento e as decisões tomadas não se basearam em consenso, considerando que nem todas as organizações feministas estiveram de acordo com esse espaço, tampouco sobre as prioridades globais para as mulheres. Além do mais, a presença de setores conservadores e grupos fundamentalistas, com forte presença em todos os espaços decisórios do evento, interferiram em resoluções e compromissos já aprovados em anos anteriores e em outras conferências. Dessa forma, os conceitos centrais para as organizações de mulheres ali presentes, como “gênero” foram afetados em suas definições. De maneira apenas descritiva, o conceito deliberado ali não incorporou as relações de poder, o que gerou protestos entre as feministas (HERNANDEZ; RODRIGUEZ, 1996: 33; LÓPEZ, 2005:10-11; PIETILA, 2002:58; ZABALA, 2005: 56).

O uso do conceito de “gênero”, nas últimas décadas, foi bastante debatido entre as /os acadêmicas/os, não somente como uma categoria que apontou a desigualdade de poder entre homens e mulheres, mas que também questionou a relação entre a anatomia humana e papéis sociais. A categoria surgiu, para um grande número de pesquisadoras/es, como uma ferramenta analítica abrangente, por pensar as relações sociais e de poder e questionar a rigidez com que as identidades humanas foram definidas. “Gênero”, como foi definido nos encontros da ONU

em 1994; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague, no ano de 1995 (no mesmo ano do encontro em Pequim); e a Conferência sobre Assentamentos Humanos, em Istambul, no ano de 1996.

⁴² Segundo Pereira (2015:468), desde o final da década de 1980 o Banco prestigiava o papel das ONGs para a “boa governança”, e a década de 1990 foi o período de maior articulação entre o Banco e essas organizações. Esse processo se deu “à medida que a competição, a institucionalização e a profissionalização se impunham como imperativos no campo da ajuda ao desenvolvimento”. Isto ocorreu no mesmo momento em que se expandiu o ajuste fiscal e foram reformuladas as políticas de Estado, o que abriu possibilidades para as ONGs ocuparem as funções em que o serviço público recuou (sob a condição de terceirizadas). Foi a partir desse momento que ativistas se tornaram especialistas e gestores de projetos com credenciais para negociar fundos para as suas organizações (*Ibidem*: 469).

⁴³ A Plataforma de Pequim definiu doze objetivos comuns para a igualdade de gênero e o desenvolvimento: a redução da pobreza entre as mulheres; o progresso de mulheres e meninas na educação; a melhoria do acesso das mulheres ao atendimento médico, principalmente mães; atuação contra a violência às mulheres; a participação de mulheres em acordos de paz; o acesso das mulheres ao emprego; aumento do poder político entre as mulheres; atuação em mecanismos institucionais; direitos humanos; representação das mulheres nos veículos de comunicação; a participação das mulheres na tomada de decisões ambientais; e melhoria de vida das meninas (ONU, 1995).

e, de forma mais ampla, na arena internacional, referiu-se à construção cultural dos papéis sociais baseada nas diferenças biológicas. E, apesar desses espaços terem (em tese) reconhecido as assimetrias de poder, em geral, as relações de gênero foram consideradas como parte de “manifestações culturais” de uma sociedade, sem interferências maiores e diretas das relações econômicas capitalistas.

Conforme afirmou Griffin (2009:123), para entender a forma como o conceito de gênero foi instrumentalizado por agências multilaterais deve-se considerar que, além desta ser uma categoria utilizada de variadas maneiras (e estar em constante tensão), organizações como o Banco Mundial operacionalizam conceitos evitando qualquer teor crítico externo. Ou seja, “lutam contra conceptualizações avançadas e difusas de gênero, baseando-se em definições essencialistas, binárias e limitadoras como igualdade de gênero e empoderamento das mulheres” (*Ibidem*). Isso se explica pelo “enquadramento de eficiência” praticado por essas instituições internacionais, ou seja, quando utilizam conceitos matematizáveis, passíveis de aferição estatística. Por isso, a definição passa a ser “crua”, o que transforma as relações de gênero em sinônimo de mulheres e empoderamento, pois dessa forma é operacionalizável, tornando-se índice estatístico – como o acesso de meninas e mulheres à educação, saúde e oportunidades de emprego (*Ibidem*).

Apesar de todas as divergências, o encontro de Pequim foi considerado marcante, primeiro como espaço de criação de uma Plataforma de Ação, com a participação, por vezes limitada, de fóruns de discussão feministas; segundo, por atrair o interesse internacional para as estratégias de gênero (HERNANDEZ, RODRIGUEZ, 1996: 35). Foi a partir desse encontro e de seus desdobramentos que o conceito de gênero se tornou central na criação de uma nova abordagem para políticas externas e em estratégias de ajuda internacional. Denominada “Gênero e Desenvolvimento” (GeD), a abordagem diferiu da MnD por contestar a centralidade das mulheres em estratégias específicas e por apontar a necessidade de uma “reorientação de gênero” transformadora, em lugar de políticas voltadas à “igualdade de acesso a recursos” (PIETILA, 2002: 65). Segundo Pietila (*Ibidem*: 68), o enfoque GeD entendia que as mulheres “precisavam tomar iniciativas como parceiras iguais em um processo de desenvolvimento participativo e de baixo para cima” (*Ibidem*). Para tanto, a estratégia deveria ser dupla: por um lado, estabelecer o gênero no centro da agenda global e, por outro, conscientizar (ou empoderar) as mulheres sobre políticas econômicas e sociais.

Foi às vésperas da Conferência de Pequim, no ano de 1994, que o Banco Mundial publicou o relatório *Enhancing Women's Participation in Economic Development: a World*

Bank Policy Paper (Melhorando a Participação das Mulheres no Desenvolvimento Econômico), que demarcou a virada conceitual de suas políticas direcionadas às “mulheres” para o “gênero”. Estruturado em cinco capítulos, esse relatório abordou a persistência das disparidades de gênero, os “retornos financeiros” de se investir em igualdade, a experiência do Banco nesse tipo de investimento e o papel de governos e agências para esse fim. Além disso, neste mesmo ano o Banco declarou a dimensão de gênero (OP 4.20) em sua *Operational Policy* (Política Operacional - OP), ou seja, a inserção das preocupações de gênero em seu “mandato” para reduzir a pobreza, por meio do aumento da “produtividade” econômica das mulheres.

O encontro de Pequim representou um marco para o Banco Mundial, pois pela primeira vez a agência enviara um presidente a uma Conferência Mundial sobre as Mulheres que publicamente formalizou o comprometimento em torno da igualdade de gênero. O então presidente James Wolfensohn (1995-2005) posicionou-se sobre as críticas às condicionalidades de empréstimos do Banco e propôs uma participação “eficaz” na promoção da Plataforma de Ação de Pequim. Em seu discurso Wolfensohn afirmou:

(...) É bem possível que no passado, nossos paradigmas de desenvolvimento não tenham sido eficazes (...) e para atingir o tipo de metas que as pessoas aqui estão procurando, devemos trabalhar juntos, em parceria e com um sentimento de confiança e compromisso mútuos. (...) O desenvolvimento é um negócio sistêmico. É preciso ter uma abordagem global. Mas o que eu acho que é solicitado nesta conferência, e o que é claro para nós, é que as questões das mulheres não sejam apenas uma questão complementar (...) Mas que elas sejam centrais para essa solução sistêmica. (...) Nós, nas instituições de desenvolvimento, podemos desempenhar um papel muito importante no investimento em mulheres. Sabemos que os programas de reforma econômica especificamente dirigidos à população feminina pagam um retorno mais eficaz para toda a sociedade. (...) Vamos trabalhar com os governos e com outras instituições para tentar gerar um aumento na doação para este setor específico. Nós estaremos aumentando nossa própria participação nele, nosso próprio pessoal (...). (BANCO MUNDIAL, 2005: 23-27).

Criticado pela falta de respostas às reivindicações tanto das mulheres como das relações de gênero, o Banco, durante sua trajetória foi definido como “inacessível e indiferente aos movimentos de mulheres” (GRIFFIN, 2009: 125). Mesmo com a visibilidade do tema desde a década de 1970 e dos inúmeros estudos sobre a condição das mulheres no capitalismo (e sob políticas de ajuste), somente em 1994 o “gênero” tornou-se parte da Política Operacional da instituição (*Ibidem*). No entanto, é importante citar o presidente Wolfenshohn, pois foi em sua gestão que os diálogos com o movimento de mulheres tomaram outro rumo. O tema gênero coube até em seu discurso em reuniões anuais do FMI, quando destacou a importância da

educação de meninas na redução da pobreza. Após os compromissos em Pequim criou o Grupo Consultivo Externo de Gênero (1996) para “fortalecer as relações” entre o Banco e ONGs (como a *Women’s Eyes on the World Bank* e *African Women’s Economic Policy Network*) e o Conselho de Gênero e Desenvolvimento, para reunir representantes do tema de todos os departamentos (BLACKMON, 2009: 218-219; GRIFFIN, 2009:124).

O discurso de Wolfensohn pareceu a muitos o surgimento de políticas “mais abertas” do Banco. No entanto, Suzanne Bergeron (2003:399) afirmou que o Banco não sinalizou novas abordagens, mas sim reproduziu tendências já existentes dentro da agência. Ou seja, os temas de caráter mais “social” foram agregados tendo-se em vista o cenário econômico, a constatação das desigualdades sociais e o fracasso de políticas anteriores. Junto a isso, as pressões das mulheres e as conferências da ONU, que haviam apresentado estudos e pesquisas sobre o progresso das questões de gênero, influenciaram o Banco a se posicionar. Mas esta não foi a primeira vez que o Banco mudou o seu enfoque e declarou novos compromissos: no período de McNamara, as “variáveis não econômicas” receberam atenção, por pressões de movimentos sociais e ONGs (*Ibidem*: 399-400).

Esse comprometimento do Banco Mundial e, de forma mais ampla, das demais organizações internacionais, não decorreu unicamente dos canais de pressão abertos pela ONU, mas também de uma convergência de questionamentos, como as reflexões geradas pela comemoração dos 50 anos de Bretton Woods; as crises econômicas e o endividamento externo da América Latina; os efeitos negativos das políticas de ajustamento estrutural; a publicação do Relatório Wapenhans⁴⁴ e a pressão internacional por maior transparência das atividades financeiras do Banco. O envolvimento da agência com temas como conflitos sociais, desigualdade, sustentabilidade e grupos marginalizados foi uma reação às críticas às suas políticas adotadas até então, a partir da qual Wolfensohn postulou a necessidade de “renovação” da instituição (BERGERON, 2003: 399; ZABALA, 2005: 339; PEREIRA; RAMBLA, 2010: 50; PEREIRA, 2010: 331-333). Em outras palavras, uma maior investida em práticas que

⁴⁴ O relatório Wapenhans foi uma avaliação interna do Banco solicitada pelo então presidente Lewis Preston, a um dos vice-presidentes do Banco, William Wapenhans, em 1992. Foram 1.300 projetos em curso analisados, em 113 países, entre os anos de 1981 e 1991. O relatório detectou graves problemas na aprovação de empréstimos: 37,5% dos projetos apresentaram resultados “satisfatórios”, e os projetos em agricultura, abastecimento de água e saúde fracassaram acima de 40%. Também, somente 22% dos compromissos firmados pelo Banco com os países estavam dentro das normas da própria instituição, e em 78% dos contratos, as regras não foram respeitadas. Os avaliadores apontaram a “cultura da aprovação” do próprio Banco como responsável por esse desempenho, visto que a equação de “quanto mais projetos aprovados, mais dinheiro e promoções de carreira”, fez com que os funcionários buscassem cumprir mais metas e concedessem maior número possível de empréstimos, sem a preocupação com as avaliações e as normas do próprio Banco (SANAHUJA, 2001: 251; ZABALA, 2005: 237; PEREIRA, 2010: 310-311).

desmobilizassem parte de seus críticos, por dois motivos: as mulheres já representavam um tema “social” de grande relevância na agenda internacional, não apenas pelas críticas feministas, e ainda representavam mais da metade da população capaz de integrar a força de trabalho assalariada.

Em uma análise ampla sobre os processos de mudanças do Banco Mundial, Pereira (2010: 233-368) e Sanahuja (2001: 236) afirmaram que a gestão de Wolfensohn esteve voltada em reconstruir a imagem pública da instituição, através de propaganda e construção/ampliação de alianças com acionistas, prestatários, agências públicas e privadas, ONGs e opinião pública. O presidente visitou cerca de 40 países em um ano para selar compromissos com Estados prestatários, além de ter se debruçado sobre reformas internas na instituição, para que o Banco se tornasse mais transparente e mais próximo de seus clientes⁴⁵. Essa investida ocorreu após cobranças – de dentro e fora da indústria de ajuda internacional – sobre os temas do meio ambiente, direito das mulheres e desenvolvimento, que não se cumpriram nas ações do Banco e nos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Por conta disso, investir numa aliança estratégica e em um novo discurso da ajuda internacional foi o caminho encontrado pela gestão do novo presidente⁴⁶.

Em seu primeiro ano de mandato, Wolfensohn desenvolveu um programa estratégico entre doadores, investidores e receptores para garantir recursos aos mais pobres de forma “eficiente” e “transparente”, isto é, uma abordagem supostamente ampla e integrada ao desenvolvimento; fortalecimento, expansão de parcerias globais e locais; e mudanças na cultura do Banco, prezando a “excelência” e “resultados”. Nesse momento, o que se propôs foi uma

⁴⁵ Conforme destacou Zabala (2005: 237-238), as mudanças do Banco Mundial não ocorreram somente no âmbito discursivo, mas internamente Wolfensohn propôs reformas para tornar o Banco mais “eficiente” e “produtivo”. Além das alianças estratégicas, o presidente queria uma instituição de resultados satisfatórios, ou melhor, criar uma “cultura de resultados”, o que o levou a criar redes técnicas setoriais dentro do Banco, que funcionaram segundo demandas dos departamentos nacionais. Além disso, os salários das/dos funcionárias/os foram definidos de acordo com o volume de recursos contratados, o que manteve a “cultura da aprovação”, tão contestada e criticada anteriormente. (SANAHUJA, 2001: 251; PEREIRA, 2010: 341)

⁴⁶ Pereira (2010: 323-324) distinguiu os críticos do Banco Mundial desse momento em dois grupos: a direita ultraliberal dos Estados Unidos e os movimentos sociais e ONGs. Esse primeiro grupo reprovou a pouca atenção do Banco aos investimentos privados e argumentou sobre a necessidade de tornar o capital privado o objetivo central da instituição. Também criticaram a fuga do Banco de quaisquer responsabilidades socioambientais de seus projetos. Apesar de movimentos sociais terem uma crítica mais radical sobre a existência do Banco e os ajustamentos econômicos, o mais grave para as instituições de Bretton Woods foram os questionamentos da direita ultraliberal, pois partiam dos mesmos pressupostos teóricos e ideológicos que os seus. Essa crítica, de dentro do *establishment* capitalista entrava em concordância com os movimentos sociais, em relação aos baixos resultados obtidos pelo Banco no combate à pobreza. No entanto suas soluções apontavam para um papel mínimo da agência na provisão de empréstimos aos Estados (por considerar a ajuda internacional um desperdício de recursos) e destacavam a necessidade de reformas liberalizantes. Além de todas essas cobranças, o congresso norte-americano ameaçava reduzir as contribuições à AID, e a UNICEF e redes de ONGs pressionavam por uma solução para a crise da dívida externa dos países pobres, pois surgiam novas denúncias ao histórico socioambiental do Banco (SANAHUJA, 2001: 212-213; SOGGE, 2002:32).

coalizão de aliados e esforços. O Banco tornar-se-ia, além de uma agência “catalisadora” de recursos para o desenvolvimento, um parceiro para o capital privado com o objetivo de impulsionar reformas nos países pobres. Além disso, a sua proposta de liderar uma nova parceria global de conhecimento pareceu a Paul Cammack (2004: 194-196) uma forma de disseminar um discurso hegemônico da “doutrina do desenvolvimento”. Em outras palavras, o que Wolfensohn propôs foi promover “um conjunto abrangente de formas sociais, culturais e institucionais que criariam um ambiente para a reprodução sustentável do capitalismo” (*Ibidem*).

Essa investida ocorreu no mesmo período em que os próprios intelectuais do Banco apontaram as falhas das políticas de estabilização e ajuste dos anos de 1980 e 1990, e constataram que a renda *per capita* nos países em desenvolvimento apresentou zero de crescimento entre 1980 e 1998 (o auge dos empréstimos de ajuste), em comparação a 2,5% do período de 1960 e 1979 (BRYM *et al*, 2005: 95). As críticas feministas também mencionaram os impactos desses programas de empréstimos para as mulheres que, segundo elas, não identificaram nem eliminaram os preconceitos masculinos dentro do modelo econômico em que esses empréstimos foram criados, além de não terem sido feitas considerações sobre as diferentes divisões de gênero do trabalho (no âmbito familiar e no mercado formal de trabalho). Não se considerou as muitas vivências em que as mulheres são as únicas responsáveis pelos cuidados domiciliares-familiares, além de serem as mais prováveis a reverter sua renda às necessidades diárias da casa. Diante dessas realidades, os ajustes e as suas condicionalidades tiveram grande potencial de afetar negativamente o nível de vida das mulheres, através da elevação dos preços de alimentos, dos cortes do orçamento público e da queda de seus rendimentos mensais (*Ibidem*: 96-97).

O Banco não apenas incorporou as críticas recebidas sobre a sua estratégia de redução da pobreza, mas também absorveu parte da crítica feminista aos seus programas de empréstimos. A nova roupagem dada às estratégias contra a pobreza impactou nos objetivos sobre a igualdade de gênero, que acompanhou toda essa mudança discursiva do Banco, culminando na doutrina da boa governança e na teoria das capacidades humanas⁴⁷. Se, em períodos anteriores, a boa governança significou parte das condicionalidades de empréstimos para a dívida externa dos países da América Latina e da África, nesse momento a pobreza foi

⁴⁷ Segunda Tatiana Maranhão (2016), o Banco passou por três processos de deslocamento em sua perspectiva: a primeira vez foi no marco da guerra fria (entre as décadas de 1950 e 1960), quando deslocou a atenção para os países da “periferia capitalista”; a segunda, com a atuação do presidente McNamara, que criou mecanismos de atuação direta no “combate à pobreza” e no estímulo à “produtividade da força de trabalho”; e a terceira, através do presidente Wolfensohn na década de 1990.

colocada no centro das reformas promovidas pelo Banco e desvinculada da produção/acumulação de riqueza (ELSON, 2009: 35, MARANHÃO, 2016: 15).

O caráter “inclusivo” anunciado pelo Banco pôde ser visto tanto nas relações públicas que estabeleceu, a fim de tornar-se uma instituição mais transparente em suas operações, como também através da linguagem empregada em seus documentos. Franco Moretti e Dominique Pestre (2015: 84-85) localizaram, a partir dos anos de 1990, uma mudança nos conceitos utilizados pelo Banco. A partir dessa década, o vocabulário se voltou muito mais para os termos do mundo financeiro. O “discurso da gestão”, como classificaram os autores, passou a fazer parte das análises e recomendações sobre a pobreza. As palavras utilizadas para referenciar a infraestrutura e atividades agrícolas e industriais nos anos de 1950 e 1960 foram substituídas pelas palavras “estratégias”, “programas”, “políticas”, “chave”, “gestão”, “enfoques”, “projetos”, “governança”, entre outras (MORETTI; PESTRE, 2015: 88). A governança, segundo Moretti e Pestre (2015: 88), apareceu nos relatórios do Banco Mundial nos anos de 1990 e seu emprego foi frequente nos anos seguintes. O termo foi utilizado tanto em conjunto com palavras positivas, como “reformas”, “ajuda”, “transparência”, “progresso”, “estabilidade”, “sustentável”, “acesso”, “eficácia”, como também com os verbos “fortalecer”, “melhorar”, “incluir”, “promover”, “ajudar”, “construir”.

Esse deslocamento de perspectiva, conforme apontou Maranhão (2016: 16), concretizou-se com o “consenso” político entre as Nações Unidas e o Banco Mundial sobre o enfoque das “capacidades humanas”, elaborado pelo economista indiano e ganhador do prêmio Nobel, Amartya Sen. A literatura do Banco Mundial desses anos acompanhou o primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD (1990), mais atento aos aspectos sociais e fatores “extra econômicos” do desenvolvimento – o que trouxe, também, o interesse pelas relações de gênero. Conforme pontuou Diane Elson (1994: 512), o conceito de “desenvolvimento humano” foi definido pelo relatório como o “processo de ampliação das escolhas e das pessoas”, que ocorre via dois processos: a formação de suas capacidades e o uso dessas capacidades. Esse conceito, desenvolvido por Sen, deslocou a ênfase da renda como fator central de desenvolvimento econômico para o direito das pessoas e as suas capacidades de escolha.

Dois processos, segundo Maranhão (2016: 16), levaram a essa convergência entre a ONU e o Banco Mundial: as críticas internas ao Banco sobre a sua agenda de reforma econômica, o que levou à doutrina da boa governança; e a redefinição, na ONU sobre a noção de desenvolvimento humano, mais atento nesse momento a temas sociais e culturais. A teoria

da “boa governança” surgiu a partir de revisões sobre as políticas de reforma empregadas pelo Banco e sobre a maneira mais adequada de aplicá-las. De acordo com Maranhão (*Ibidem*), a doutrina da boa governança foi a “nova estratégia” do Banco nos anos de 1990 e “é a maneira pela qual novas táticas de estabilização social e política são empreendidas para garantir a continuidade das reformas de liberalização dos mercados”, desde as condicionalidades dos ajustes estruturais até a manutenção da balança de pagamentos das dívidas (o Consenso de Washington). Assim, o “gênero”, segundo Griffin (2009:118), “encontrou uma presença explícita nas políticas de desenvolvimento e governança global durante a era do ‘ajuste estrutural’ como um reconhecimento da necessidade de ‘ajudar’ as mulheres pobres”.

O RDM de 1990 intitulado “Pobreza” foi, segundo Cammack (2004: 191), uma declaração em que se subordinou a prestação de serviços sociais aos pobres ao objetivo dominante de “aumento da produtividade do trabalho”. Ao contrário da concepção de redução da máquina pública, que figurou nessas décadas, o programa político do Banco sobre a pobreza abraçou, de acordo com Cammack (*Ibidem*), relações e instituições sociais e governamentais. A estratégia tinha dois elementos que se complementavam: “incentivos de mercado, instituições sociais e políticas, infraestrutura e tecnologia” para extrair ao máximo a produtividade do trabalho dos pobres; e investimentos em necessidades básicas de saúde, planejamento familiar, nutrição e educação básica para que os pobres mantivessem sua capacidade de “fornecer o trabalho produtivo necessário” (*Ibidem*).

Nesse relatório, a desigualdade de renda foi atribuída à “incapacidade” das pessoas em obter condições “adequadas” de vida (ou seja, investimento em necessidades básicas/capital humano), pois lhes faltariam “estímulos” e acesso a oportunidades (lê-se incentivos de mercado). Por esse motivo, as estratégias recomendadas pelo Banco deveriam gerar empregos e direcionar investimentos às políticas sociais⁴⁸. O relatório argumentou que o “baixo investimento em capital humano”, ou seja, os serviços básicos para “capacitar” as/os indivíduos/os, possibilitou que as mulheres reproduzissem mais e corressem maior risco de morte durante e após a gestação; e recomendou o trabalho como forma de garantir o bem estar familiar⁴⁹.

⁴⁸ “Nos países que adotaram ambos os elementos da estratégia, o progresso foi maior. A utilização produtiva da mão-de-obra deu oportunidades aos pobres, e o investimento em saúde e educação permitiu-lhes aproveitarem plenamente as oportunidades criadas” (BANCO MUNDIAL, 1990: 3).

⁴⁹ “Um dos melhores meios de reduzir a fecundidade é dar mais instrução às mulheres. Se as mulheres puderem receber melhores salários, a fecundidade baixará e haverá outras vantagens. Se as mulheres trabalham fora, os pais verão que não precisarão ter tantos filhos homens para sustentá-los na velhice; e se as mães recebem salários razoáveis, será relativamente alto o custo de ter mais um filho” (*Ibidem*: 86).

Essa argumentação se repetiu, por exemplo, no RDM de 1995, intitulado “Trabalhadores em um mundo integrado”. Esse relatório identificou como crucial uma política interna dos países, baseada em crescimento dos mercados (que podem gerar mão de obra, crescimento rápido, “expansão das habilidades” da força de trabalho, aumento da produtividade e novas oportunidades internacionais). Nesse sentido, o relatório propôs duas estratégias para as mulheres: mais investimentos em educação e informação; e maior participação jurídica e política, como forma de romper as “normas culturais”. A primeira estratégia manteve o pressuposto de que mulheres informadas cuidam melhor de sua saúde e família, e que investir na sua “capacitação” produz resultados sobre as taxas de fecundidade, no adiamento da gravidez, na diminuição do número de filhas/os e na saúde familiar⁵⁰. Já a segunda estratégia afirmou que foram as instituições externas ao mercado que prejudicaram as oportunidades das mulheres e os resultados econômicos.

Nesses relatórios a pobreza foi utilizada como parte da retórica da “boa governança”, e o mesmo sucedeu com as políticas de igualdade de gênero. Se as “oportunidades” tinham a ver com o acesso (ou a falta dele) de homens e mulheres ao mercado, a medida encontrada pelo Banco para inibir as desigualdades de gênero foi incentivar o acesso das mulheres aos serviços básicos. Griffin (2009: 80) notou que as preocupações da década de 1990 giravam em torno das formas como a globalização poderia “trabalhar para todos”, principalmente os pobres. Na leitura dos relatórios, essa melhoria das relações de gênero, ou seja, da condição socioeconômica das mulheres, foi relacionada à diminuição da pobreza e a melhores padrões de vida, crescimento sustentável e “governança efetiva e responsável” (*Ibidem*). A “participação” das mulheres e sua igualdade de oportunidades foi subordinada aos objetivos de crescimento econômico, o que instiga a questionar, conforme o fez Griffin (2009:81), se o gênero continuou sendo tratado como “variável” analítica, que pode ser adicionada ou retirada das estratégias, ou se o gênero “existe como uma externalidade para a condicionalidade da ‘boa governança’, e não como um componente intrínseco”.

⁵⁰ “São necessários esforços especiais para compensar a tendência de as meninas receberem menos educação do que os meninos. Além dos benefícios que oferece às mulheres no mercado de trabalho, a educação está ligada à menor fertilidade, menor mortalidade materna e melhor saúde, nutrição e educação das crianças. Estes podem não ser plenamente realizados sem uma forte intervenção pública. Os objetivos de combater a discriminação, reduzir a pobreza e promover a equidade, portanto, justificam ações governamentais para promover o acúmulo de capital humano, especialmente entre os pobres” (*Ibidem*: 38). No original: “*Special efforts are often needed to offset the tendency for girls to receive less education than boys. Beyond the benefits it offers women in the labor market, education is linked to lower fertility, lower maternal mortality, and better health, nutrition, and education of children. These may not be fully realized without strong public intervention. The goals of combating discrimination, reducing poverty, and promoting equity therefore justify government action to promote the accumulation of human capital, especially among the poor*”.

As mulheres tornaram-se parte da garantia do crescimento econômico e da boa governança, porque investidas de capital humano se capacitam para compor a força de trabalho. Essas terminologias, somadas a “empoderamento” e “capacitação”, fizeram parte de um vocabulário de “encorajamento” dos pobres em agirem sobre sua própria situação. As respostas do Banco se modificaram com o passar das décadas, mas apenas em seu discurso alternativo e menos nos seus conceitos fundamentais, como “mercantilização”, “privatização”, “flexibilização” e “desregulamentação” (*Ibidem*: 103). De acordo com Griffin (*Ibidem*:114), desenvolvimento, segurança e gênero são temas reconhecidos na agenda de boa governança. No entanto, o Banco esteve mais interessado no empoderamento das mulheres do que pensar as relações de poder da própria governança, ou seja, pensar o “gênero” como uma dimensão da globalização neoliberal e da própria governança.

No documento *OP 4.20 – Gender and Development*, revisado em 2015⁵¹, o Banco reafirmou sua função de prestador de ajuda a países pobres, inclusive formulando e implementando metas. Ao mesmo tempo, destacou que o apoio ao crescimento econômico “sustentável” ainda estava limitado pelas disparidades de gênero. As estratégias recomendadas nesse documento foram avaliações periódicas e diálogos políticos, que localizassem os problemas e interviessem em áreas carentes de projetos para as mulheres (BANCO MUNDIAL, 2015: 1-2).

No relatório *Enhancing Women’s Participation...*, no entanto, as prioridades do Banco foram mais bem delimitadas, respondendo tanto o que Moser (1993) classificou como estratégia de “eficiência” como o enfoque “antipobreza”, propostos pelos grupos MnD/GeD do sistema de ajuda internacional. Nessa publicação, o Banco utilizou em seu vocabulário termos e palavras como “produtividade”, “recursos”, “ganhos inter-geracionais”, “justiça social”, “barreiras culturais” e “programas promissores”, reproduzindo toda sua política mais ampla de redução da pobreza. Para além disso, entendeu a necessidade de “investir politicamente” no trabalho “produtivo” das mulheres, como forma de garantir retornos para as gerações futuras.

O Banco também se comprometeu a apoiar, monitorar e avaliar a implementação de projetos que abordassem as questões de gênero. Além de ter sugerido a ampliação da abordagem “mulheres no desenvolvimento” em direção a uma estratégia de “gênero e desenvolvimento”, afirmou que as estratégias a longo prazo – que melhorassem as condições

⁵¹ No ano de 2003, o Banco revisou a OP 4.20 e emitiu o *Bank Procedure* (Procedimento do Banco - BP) 4.20. Ambos foram revisados em junho de 2015 e, como observação em destaque, o Banco afirmou que os documentos OP/BP 4.20 disponibilizados *online* foram preparados para as/os funcionárias/os, e não representam uma discussão completa.

das mulheres –, dependiam de mudanças nas ações e atitudes dos homens (BANCO MUNDIAL, 1994: 7). Porém, investir nas mulheres – destacou o relatório – reduz a pobreza, acelera o crescimento econômico, aumenta a eficiência; além de garantir a redução da fertilidade e o retorno para as próximas gerações⁵². Esse relatório abordou a “justiça social” em investimentos para as mulheres, entendendo que as barreiras ao seu “desenvolvimento produtivo” vinham das condições culturais de seus países, que as faziam ter baixa escolaridade e pouco acesso a serviços básicos e atendimentos legais (capital humano).

A estratégia que o relatório propôs a governos mutuários, instituições e doadores externos (coalizão de agentes) se centrou em três temas: 1) educação adequada à cultura local, bolsas de estudo e horários flexíveis para meninas estudantes; 2) nutrição familiar, planejamento familiar, saúde materno-infantil, suplementação alimentar para grávidas e direito ao aborto; 3) remoção de barreiras legais no trabalho, redução das limitações de tempo das mulheres, informações sobre oportunidades de emprego e assistência governamental (direitos, participação política, treinamentos, acesso a crédito e poupança) (*Ibidem*: 9-13).

A “oportunidade” foi definida pelo Banco somente como o acesso (ou a falta dele) ao mercado neoliberal. Nas palavras de Griffin (2009:115), “as mulheres devem ser educadas para aproveitar melhor as oportunidades de mercado; devem receber melhores cuidados de saúde e, assim, estar em forma e suficientemente fortes para aceder a oportunidades de mercado” (*Ibidem*). Nessa lógica, não existe outra possibilidade para as mulheres que não o mercado e o lucro individual.

Nos relatórios que se seguiram nesses anos, o Banco trouxe mais elementos sobre as mulheres, tanto dentro de suas prescrições de combate à pobreza como no número de projetos aprovados. Segundo o relatório de avaliação *Advancing Gender Equality: World Bank Action since Beijing* (Promover a igualdade de gênero: ação do Banco Mundial desde Pequim), publicado em 2000, desde os anos de 1970 o Banco se atentou às questões de gênero em seus programas de empréstimo, o que o fez emprestar aproximadamente US\$ 3,4 bilhões para projetos de educação de meninas (desde o encontro de Pequim) e tornar-se o maior financiador multilateral de programas para saúde, nutrição e população em países de baixa e média renda.

Além de ter incorporado em seus projetos as microfinanças para as mulheres e inserido o gênero nos empréstimos de ajustamento, o Banco reforçou o seu compromisso com grupos

⁵² Apesar desse relatório ter afirmado a necessidade do envolvimento dos homens nos processos de mudança social, as suas recomendações propuseram horários flexíveis para as meninas matriculadas em escolas, para que pudessem concluir suas tarefas domésticas antes ou depois do horário de aula. Portanto, apesar da virada conceitual demarcada no início desse documento, o Banco continuou a reforçar, dentro da estratégia de educação, os papéis culturalmente delimitados para homens e mulheres (BANCO MUNDIAL, 1994: 32)

de mulheres e ONGs e esforços para tornar a sua equipe de funcionárias/os paritária⁵³ (BANCO MUNDIAL, 2000: 5-7).

Internamente, o Banco apontou que o número de projetos que deu relevo às questões de gênero dobrou, entre 1995 e 1999, para mais de 40% em todos os projetos, e afirmou que as consultas à sociedade civil⁵⁴ cresceram de 35% em 1995-1996, para 75% em 1998-1999. Outro esforço foi promover mudanças organizacionais para aumentar o número de mulheres na alta administração, em diretorias, presidências e no corpo de funcionárias/os em geral, o que foi em parte concretizado com a criação do Grupo de Gênero e Desenvolvimento, articulado com a já existente *Poverty Reduction and Economic Management Network* (Rede de Redução da Pobreza e Gestão Econômica), a fim de “facilitar a integração das questões de gênero no centro dos negócios do Banco” (*Ibidem*: 18-24).

Entre os anos de 1990 e 2000, além de os RDMs pouco se deterem ao aumento da renda como indicativo de desenvolvimento, o Banco sublinhou as “fragilidades” de suas políticas econômicas e a necessidade de articulações entre Estados e mercados. Porém, de forma muito delimitada. Conforme destacou Zabala (2005: 241-242), as instituições estatais deveriam atuar no incentivo às atividades econômicas, nos direitos (de propriedade, paz, ordem, regras e investimentos) e na garantia de serviço básicos e infraestrutura para a atividade econômica. Nesses anos, o reducionismo econômico nas soluções do Banco – em tese – foi deixado de lado, e as estratégias se tornaram “múltiplas”, e não mais defendiam as políticas de liberalização econômica como único fator para o bem estar das pessoas.

Outro ponto que foi destacado por Sanahuja (2001: 265) sobre a aproximação das Nações Unidas e do Banco Mundial foi a atuação do vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz. De acordo com o autor, durante o ano de 1998, Stiglitz propôs uma nova política econômica para o Banco, denominada “pós-consenso de Washington”. O economista-chefe criticou as políticas do FMI e afirmou que a privatização e a liberalização eram os meios para o desenvolvimento, e não o seu fim. Segundo Maranhão (2016: 21), as críticas de Stiglitz convergiram com a abordagem de Amartya Sen nos relatórios do PNUD e assim o desenvolvimento passou a ser definido como “‘ambiente de oportunidades’ para que o *homem* desfrute dos benefícios da globalização mediante a expansão e o exercício de suas capacidades” (*Ibidem*, grifo meu).

⁵³ O Banco percebeu um aumento de 28% para 34% desde 1995, na quantidade de profissionais mulheres (BANCO MUNDIAL, 2000:5-7).

⁵⁴ Para o Banco Mundial, a sociedade civil, além de fundamental à boa governança, foi definida como uma esfera exterior ao Estado e como sinônimo basicamente de “associações voluntárias” e ONGs (vulgo, Terceiro Setor). Sindicatos, movimentos populares, camponeses e indígenas foram desconsiderados (PEREIRA, 2015:468).

Pereira (2015:462) distinguiu, entre os anos de 1989 e 1995, quatro coordenadas estabelecidas pelo Banco com o objetivo de expandir seu programa de liberalização econômica. Foram elas: a criação de um modelo de política social para o alívio da pobreza, mas em coerência com o ajuste macroeconômico; a reaproximação do Estado com mercados (garantindo a segurança dos investimentos privados e apaziguando movimentos sociais); a incorporação do meio ambiente na agenda política; e a ampliação das reformas através de uma nova abordagem teórica, a “governança”. Essa quarta coordenada articulou todas as anteriores e, no RDM de 1992 foi definida como “a maneira pela qual o poder é exercido na administração de recursos sociais e econômicos de um país para o desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 1992:1 *apud* PEREIRA, 2015:466-467). Nessa definição, o Banco estabeleceu que para um funcionamento satisfatório da gestão pública era imprescindível a interação entre setores estatais e organizações sociais, ou seja, a sociedade civil (ONGs e entidades voluntárias sem fins lucrativos).

A crítica de Stiglitz ao Consenso de Washington (CW) e ao que chamou de “fundamentalismo de mercado” coincidiu com a declaração de Wolfensohn (1998) sobre o fim do Consenso, que sinalizou, em tese, uma agenda “inclusiva” e “participativa”. A partir desse momento, Pereira identificou duas correntes em disputa: os partidários de uma agenda que complementasse e aprofundasse o CW, com reformas institucionais; e a vertente mais “heterodoxa”, cujo maior defensor foi Stiglitz, que propôs o Pós-Consenso de Washington. Para este último, alguns termos do CW se tornaram defasados e incapazes de ampliar os novos termos sobre o desenvolvimento do Banco Mundial, como: metas de equidade social, educação, tecnologia, sustentabilidade ambiental, capital humano, redes de proteção aos pobres, mecanismos de participação social e melhoria do funcionamento dos mercados (PEREIRA, 2015: 480). No entanto, essas medidas apenas se concretizariam mediante um enfoque “flexível” do Estado e dos setores sob seu controle e controle privado. Nas palavras de Pereira:

Assim, partindo do pressuposto de que ao Estado cabe, antes de tudo, complementar os mercados, propôs que o Estado corrigisse falhas de mercado quando necessário, atuando temporariamente como um “catalisador” para resolver problemas de escassez de oferta de determinados bens e serviços. Porém, assim que os problemas fossem sanados, a atividade deveria ser concedida ou devolvida ao setor privado (*Ibidem*).

Essa perspectiva se fez presente na primeira página do RDM de 2000: o Banco afirmou que a população pobre vive “sem liberdade fundamental” de ação e escolha, portanto, seu acesso à alimentação, moradia, educação, saúde e outras “privações” se tornaram limitadas

(BANCO MUNDIAL, 2000: i). No entanto, o relatório garantiu que, através da promoção de oportunidades (geradas pelo crescimento econômico), da boa governança, do investimento privado, do apoio governamental em infraestrutura; e de uma sociedade mais participativa, essa condição seria superada. E para isso, o Estado era central, tanto na provisão de recursos básicos, como na oferta de segurança em momentos de crise econômica e conflitos civis (*Ibidem*).

Essa espécie de argumento se baseou numa ideia de economia com “indivíduos informados imperfeitamente, coordenada de maneira também imperfeita pelo mercado, mas que *pode e deve* se aproximar do modelo neoclássico de concorrência perfeita”, desprezando conceitos como classe, poder e estrutura social, segundo pontuou Pereira (2015:481, grifos no original). A perspectiva se Stiglitz pouco ofereceu uma “saída teórica e política para a camisa de força imposta pela restauração liberal-conservadora”, posicionou-se pela “regulação pragmática dos mercados”, e não para a construção de uma possibilidade efetiva ao neoliberalismo (*Ibidem*). O desenvolvimento foi reduzido à ampliação e disseminação de metas e empregos, não pensando em transformações estruturais das relações de poder vigentes.

Maranhão (2016:23) notou que os RDM de 2000 e 2001 imprimiram a perspectiva de Stiglitz de que o desenvolvimento significa “transformação das relações sociais tradicionais em relações modernas”, ou seja, a ideia de uma “economia eficiente”. Esse argumento responsabilizou as supostas “sociedades tradicionais” por sua baixa propensão a mudanças e determinou que as transformações da sociedade devem tornar o corpo social “mais responsável” sobre seu destino e sua “integração” no mundo globalizado (*Ibidem*). De acordo com a autora, a ideia de desenvolvimento como “expansão de liberdades” de Amartya Sen se aproximava dos termos de Stiglitz, pois Sen argumentou, em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade* (1999), que, para as pessoas viverem as suas vidas a partir de suas escolhas, é necessária uma “expansão das capacidades”, para a qual a ação do Estado é fundamental. Para esse ponto de vista, a baixa renda é um fator limitador das liberdades, mas é a ausência de “capacidades”, ou a “privação” dessas capacidades, que determina a continuidade da pobreza (*Ibidem*: 32).

Essa ideia esteve presente no relatório setorial de gênero de 2001, intitulado *Engendering Development: Through Gender Equality in Rights, Resources and Voice* (Gerando Desenvolvimento: Através da Igualdade de Gênero em Direitos, Recursos e Voz)⁵⁵. Esse foi o primeiro documento de pesquisa das políticas de gênero do Banco. Com um grande número de páginas (346), o relatório abordou a discriminação de gênero no âmbito legal e no mercado de

⁵⁵ O relatório foi publicado em espanhol, no ano de 2004, com o título *Hacia la Integración de Géneros en el Desarrollo Económico: Mediante la Igualdad de Derechos, Recursos y Voz*, mas foi veiculado originalmente em 2001, em inglês. O texto utilizado para a análise foi a publicação em espanhol.

trabalho. Também anunciou uma abordagem mais ampla sobre as relações de gênero, entendendo-as como “um objetivo fundamental por si mesmo”. A publicação definiu a igualdade de gênero como igualdade legal, de oportunidades (trabalho, remuneração e acesso a capital humano) e de expressão política, e afirmou que essa igualdade possui variações relacionadas ao seu contexto:

Em primeiro lugar, as diferentes culturas e sociedades podem perseguir a igualdade de gênero por caminhos distintos. Em segundo lugar, a igualdade implica que mulheres e homens tenham a liberdade de eleger papéis diferentes (ou similares) e obter resultados diferentes (ou similares) de acordo com suas preferências e metas (BANCO MUNDIAL, 2004: xxiii)⁵⁶.

Por trazer uma perspectiva de gênero “mais ampla”, considerando, por um lado, as diferenças de escolhas e papéis sociais entre homens e mulheres e, por outro, entendendo a “liberdade” de “eleição” e “preferências” à parte das dinâmicas sociais de poder, o relatório desconsiderou as variáveis que atravessam as identidades e que impossibilitam as “escolhas racionais”. Essa crítica aos paradigmas do Banco não é nova: a economia feminista já considerava impossível que as pessoas respondessem aos sinais do mercado “racionalmente” ou “livremente”, sem a influência das relações sociais e econômicas em que se inseriam (GOETZ, 2000: 36-38).

Esse relatório manteve-se fiel em suas resoluções: mais mercado para a geração de oportunidades. Dentro dessa lógica, o Estado foi entendido como central para a liberalização dos mercados, ao crescimento econômico, a garantia de direitos e contra a violência de gênero. De acordo com a publicação, as desigualdades entre homens e mulheres provieram das populações pobres, e tanto a pobreza como as diferenças entre homens e mulheres limitaram o bem estar e o desenvolvimento: “as desigualdades de gênero impõem elevado custo sobre a saúde e o bem-estar de homens, mulheres, meninos e meninas e afetam suas capacidades de melhorar de vida” (*Ibidem*: xxvii). O Banco afirmou não ter sido possível localizar os custos, mas que existem evidências de que sociedades com alta desigualdade de gênero “pagam o preço” de maior pobreza, como alta mortalidade de mulheres, analfabetismo de meninas, baixo nível de escolaridade de mulheres, falta de saúde e informações sobre cuidados, propagação de doenças, estresse/ansiedade masculina e alta taxa de desemprego (*Ibidem*).

⁵⁶ No original: “*En primer lugar, las diferentes culturas y sociedades pueden perseguir la igualdad de género por distintos caminos. En segundo lugar, la igualdad implica que mujeres y hombres tienen la libertad de elegir roles diferentes (o similares) y obtener resultados diferentes (o similares) de acuerdo con sus preferencias y metas*”.

A mesma equação se repetiu no RDM de 2006, intitulado “equidade e desenvolvimento”. No prefácio escrito pelo presidente do Banco, Paul D. Wolfowitz (2005-2007), a equidade foi definida como oportunidades iguais (independente de etnia, gênero, história social, familiar e nascimento das pessoas) e prevenção de privações (como acesso a serviços básicos e ao consumo). A equidade foi vinculada à eficiência econômica – o que já ocorria em relatórios anteriores – e o RDM considerou que a “maior equidade sugere uma operacionalidade econômica mais eficiente, redução do conflito, maior confiança e melhores instituições, com benefícios dinâmicos para o investimento e crescimento” (BANCO MUNDIAL, 2006: 3). O RDM de 2006 reafirmou que comportamentos discriminatórios estão, principalmente, em ambientes “tradicionais” e em sociedades não-ocidentais e/ou com grande índice de pobreza. A ideia de um mercado “neutro” influenciado por “normas culturais” e que, portanto, reduzem a “eficácia”, sustentou todo o argumento do Banco sobre as “falhas” de mercado. O Banco manteve, em suas análises, a separação entre as causas dos problemas sociais – associados à cultura – e as políticas econômicas encaminhadas aos países prestatários. Em suas palavras:

A desigualdade de gênero é, então, o resultado de um conjunto de desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas, sobrepostas, que se reforçam mutuamente. Estas são as causas de as mulheres terem menos acesso a direitos de propriedade, riqueza e educação – e limita o seu acesso aos mercados de trabalho e às esferas de atividade externas às suas casas. Isto, por sua vez, restringe a sua capacidade de influenciar nas decisões do lar. Outra coisa que limita esta influência são as assimetrias de informação no lar e o uso da violência para controlar o comportamento da mulher. Tudo isso mantém claramente demarcados os papéis da mulher e do homem, os quais se reproduzem naturalmente de uma geração à outra (*Ibidem*: 39-40)⁵⁷.

Segundo Bergeron (2006: 132), apesar do foco “multidisciplinar” sobre as relações de gênero, o relatório não respondeu como fatores de ordem cultural e social impactaram nos resultados obtidos. Tampouco a persistência dessas desigualdades, o que demonstrou sua limitação teórica em abordar assuntos como “agência social” e movimentos sociais. As soluções encontradas para seus “paradoxos” – os baixos resultados de desigualdade de gênero e, ao mesmo tempo, as persistências dessas desigualdades mesmo com investimentos econômicos –

⁵⁷ No original: “*La desigualdad de género es, entonces, el resultado de un conjunto de desigualdades económicas, sociales, culturales y políticas superpuestas que se refuerzan mutuamente. Éstas son causa de que la mujer tenga menos acceso a derechos de propiedad, riqueza y educación –y limita su acceso a los mercados laborales y a esferas de actividad por fuera de su casa–. Esto, a su vez, restringe su capacidad para influir en las decisiones del hogar. Otra cosa que limita esta influencia son las asimetrías de información en el hogar y el uso de la violencia para controlar el comportamiento de la mujer. Todo esto mantiene claramente demarcados los roles de la mujer y del hombre, los cuales se reproducen naturalmente de una generación a otra*”.

se resumem a investimentos de mercado, o que naturalmente não abrange assimetrias de poder de gênero. A ausência de discussões sobre o estabelecimento dos papéis sociais, a partir de relações de poder diversas, inclusive a geopolítica mundial, o racismo e a exploração de classes, tornam determinados temas impossíveis de serem resolvidos pelo Banco. Em realidade, acusam-se as interações sociais por limitar as capacidades humanas e gerar a desigualdade social. Nessa lógica, não existe uma “vontade” ou “tomada de decisão” consciente: apenas com o mercado e o capital humano isto pode ser revertido.

Segundo Bergeron (2006: 132), mesmo o Banco tendo anunciado esforços mais amplos, na prática manteve-se fiel aos pressupostos da economia neoclássica, conforme a qual se interpretou os homens como “cogumelos hobbesianos” que “emergem” subitamente formados. De acordo com a autora, essa perspectiva do relatório mostra um “apego” à teoria da escolha racional e à associação estabelecida pela macroeconomia, entre crescimento do PIB e bem estar universal. Isto exprime a ideia de que a agência, como entendida pelo Banco, considera os resultados das estratégias de gênero benéficas à todas as mulheres, mesmo quando os investimentos financeiros são aplicados a uma parcela do globo: o que é bom para uma, necessariamente é bom para todas, direta ou indiretamente (*Ibidem*).

2.3 Aspectos principais a serem retidos

Desde sua fundação, o Banco passou por modulações referentes às dinâmicas de poder entre os países, por um lado, e tensões geradas pelas críticas ao seu *modus operandi*, tanto de atores do *establishment* como de movimentos sociais e opinião pública, por outro. A partir da década de 1960, o Banco passava de um banco de reconstrução para consolidar-se no mercado financeiro internacional e, ao mesmo tempo, adquirir importante *status* como formulador de políticas e agência de pesquisa. Foram dois momentos em que a presidência do Banco passou por rupturas, que serviram como força expansiva de sua atuação. O primeiro se deu das décadas de 1960 até 1970, com a presidência de McNamara e o paradigma das “necessidades básicas”, quando seu núcleo teórico distinguiu o crescimento econômico da pobreza mundial. Com isso recaía sob as mulheres duas estratégias vinculadas, i) tornar as mulheres participativas através de serviços sociais e ii) refrear o crescimento demográfico. O segundo momento foi partir da presidência de Wolfensohn e a reconstrução da imagem pública do Banco, através da coalizão de “parceiros” (agências financeiras, sociedade civil, governos) e da convergência com a ONU, de onde se definiu i) a igualdade de gênero nos critérios da boa governança, ii) o capital humano como elemento central para se avaliar o crescimento econômico (capacidade de escolha e justiça social).

As estratégias de McNamara às mulheres foram uma forma de responder à plataforma de ação da Conferência do México e, de forma mais ampla, às constatações sobre a desigualdade de renda e as disparidades entre países ricos e pobres. No Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD de 1992, notou-se que, entre 1960 e 1989, houve um aumento da diferença de renda entre países, pois em 1960 a renda média de países onde viviam os 20% mais ricos da população mundial era 30 vezes maior que a renda média dos países onde viviam os 20% mais pobres. No ano de 1989, tornou-se 60 vezes (PNUD, 1992: 86). No caso da América Latina, no ano de 1970 mais de 110 milhões de pessoas viviam na pobreza, aproximadamente 40% da população, e um quarto delas vivia em extrema pobreza – que aumentou em 1985 para 150 milhões (PNUD, 1990: 57).

Não à toa, o argumento do controle demográfico figurou na maior parte das pesquisas do Banco entre 1978 e 1984, o que fez a instituição insistir em projetos, como educação de meninas e controle de fecundidade, que aproveitassem o “potencial” das mulheres (ZABALA, 2005: 300). Esse motivo pode ser visto de dois ângulos: o primeiro, de que se necessitava de mais força de trabalho informal; e o segundo, de que o “proveito” de todo o potencial das

mulheres deveria gerar menores índices demográficos. Desde o final da década de 1970, o interesse sobre as mulheres passou por mudanças de justificativa: antes, eram “marginalizadas”, mas na década de 1990 tornaram-se “produtivas”, sob uma visão de que o aumento da sua inserção no mercado de trabalho podia gerar uma sociedade mais equânime.

Quando o Banco se alçou no final da década de 1970 à liderança político-intelectual da indústria internacional da ajuda ao desenvolvimento, o endividamento dos países pobres acelerou-se. No ano de 1982, o México declarava moratória da dívida e o mesmo sucedeu com os demais países vizinhos. Os empréstimos contraídos pela região a juros baixos coincidiram com a crise do petróleo, que exigiu dos EUA medidas econômicas mais drásticas, como o aumento das taxas de juros e a restrição de créditos aos países da América Latina.

O Consenso de Washington (1989) surgiu para propor um “enquadramento” das economias da América Latina, baseando-se na liberalização e redução da regulação sobre os mercados. Esse decálogo pareceu atrativo aos governos endividados, que aplicaram as recomendações dessa “nova” estratégia. Em meio a crise da dívida, o fim da guerra fria e o avanço do capitalismo neoliberal, ocorria a Conferência de Pequim (1995), de onde se definiam acordos e estratégias políticas para as mulheres e a igualdade de gênero. Em resposta, a abordagem para as mulheres no Banco entendeu o desenvolvimento em termos de taxas de lucro que, nesse caso, atrelava os retornos econômicos ao aumento da renda monetária de pessoas pobres. Não era uma novidade, mas nesse momento, os termos que envolviam as mulheres passaram pelo “enquadramento de eficiência”, ou seja, a transformação de igualdade de gênero em um índice calculável, com base no capital humano investido.

O Banco transformou suas abordagens e conceitos, dentro das tendências já existentes. As respostas do Banco e o arcabouço teórico sobre a pobreza variavam, mas apenas como um “discurso alternativo”, e menos nos conceitos fundamentais, como mercantilização, privatização, flexibilização e desregulamentação (GRIFFIN, 2009: 103). Ou seja, os temas sociais tornaram-se operacionalizáveis em resposta a determinado cenário econômico. Junto a isso, as pressões das mulheres e conferências da ONU, que apresentaram estudos e pesquisas sobre o progresso das questões de gênero, influenciaram o Banco a se posicionar. Mas esta não foi a primeira vez que o Banco mudou o seu enfoque e declarou novos compromissos: desde o período de McNamara, as “variáveis não econômicas” receberam atenção, por pressões de movimentos sociais e ONGs (BERGERON, 2003: 399-400).

Além da subordinação do alívio da pobreza aos imperativos econômicos de mercado, duas ideias mantiveram-se intocáveis dentro da agência: as mulheres enquanto

receptoras de políticas de controle demográfico e a persistência de “normas sociais” em culturas “atrasadas”. Essa segunda ideia presumia que a macroeconomia existia num terreno à parte das relações sociais e, portanto, as desigualdades de gênero pertenciam às tradições “não modernas”. Logo, o mercado era capaz de conduzir melhorias para as sociedades. Por trazer uma perspectiva de gênero “mais ampla”, considerando, por um lado, a existência de diferenças de escolhas entre homens e mulheres e, por outro, entendendo a “liberdade” de “eleição” e “preferências” à parte das relações de poder, o relatório desconsiderou as variáveis que atravessam as identidades e condicionam as chamadas “escolhas racionais”.

Na gestão de McNamara, apesar de as mulheres não terem sido escolhidas como alvos, os seus corpos foram objeto de controle, tanto para reduzir a mortalidade infantil como para diminuir os riscos de uma superpopulação. Apesar das políticas para as mulheres oscilarem, o mesmo não ocorria com a possibilidade de gravidez, pois o controle de natalidade era constantemente reafirmado. Nos anos de 1990, com base no programa estratégico de Wolfensohn, a abordagem sobre as mulheres – em tese, igualdade de gênero – entendia a formação de capital humano destinado das mulheres como forma de fazê-las acessar melhores oportunidades de mercado. Esse “acesso” também seria capaz de gerar retornos intergeracionais, como a redução de sua capacidade reprodutiva biológica: menor número de filhas/os, mais horas dedicadas ao trabalho, maior tempo de profissionalização e acesso a informações “modernas” sobre culturas ocidentais.

Com regularidade, os relatórios do Banco reiteraram a ideia da persistência de comportamentos discriminatórios em sociedades “tradicionais”, não-ocidentais e/ou com alto índice de pobreza. Ideia essa que reafirmou uma suposta neutralidade dos mercados, cujas falhas decorreriam de “normas culturais” e interações sociais limitadoras dos interesses capitalistas e redutoras da “eficácia” das transações financeiras. Com isso, reafirmou-se uma perspectiva neoclássica há muito conhecida que é da separação das causas dos problemas sociais – atribuídos à “cultura” – e as políticas econômicas encaminhadas aos países prestatários.

Se, para Boltanski e Chiapello (2005), o capitalismo legitimou-se através de justificações – visto que a coação direta não bastava –, Ellen M. Wood avaliou esse fenômeno através da separação conceitual da esfera “econômica” e da esfera “política” no capitalismo, que funcionou como um mecanismo de defesa da sua preservação. De forma prática, o capital utilizou-se desse mecanismo para mascarar o seu próprio conteúdo político – o monopólio de classe sobre o quê e como produzir – utilizando-se do aparato estatal (ou seja, político) para

preservar os interesses da classe de expropriadores. Com a privatização do excedente/lucros, toda a organização da produção – e das/os indivíduos/os inseridos nessa dinâmica – tornou-se responsabilidade direta do capital. A dimensão política, nesse sentido, não agiu diretamente sobre as relações capitalistas, mas forneceu todo um aparato que possibilitou a continuidade da apropriação (e sua intensificação) de mais valor.

O que se desprende das publicações do Banco é a receita “mais mercado para a geração de oportunidades”. Dentro dessa lógica, o Estado foi entendido somente como mediador de conflitos, agindo pela preservação da acumulação capitalista. Portanto, somente os empréstimos com condicionalidades não eram suficientes para o Banco se promover como agência de desenvolvimento. Era necessário justificar a agenda de liberalização econômica. Em seu primeiro ano de mandato, Wolfensohn se voltou para isto, através de uma ação estratégica, onde previu a interação entre doadores, investidores e receptores para avaliar os mais pobres, vistos como “recursos produtivos”.

Propôs-se então um Banco “catalisador” de recursos para o desenvolvimento, um parceiro para o capital privado, capaz de aplicar reformas aos países pobres. O anseio de Wolfensohn em tornar o Banco uma agência líder de uma nova parceria global de conhecimento pareceu, a Cammack (2004: 194-196), uma “intenção de produzir e disseminar um discurso hegemônico” e “reorientar o Banco como uma fonte autorizada de doutrina de desenvolvimento”. Ou seja, Wolfensohn propôs “promover do Banco Mundial um conjunto abrangente de formas sociais, culturais e institucionais que criariam um ambiente para a reprodução sustentável do capitalismo”, e as mulheres entraram no centro disto, como parte de uma economia inteligente: um diferencial competitivo e um meio para a sustentabilidade econômica das empresas.

CAPÍTULO III:

A igualdade de gênero no RDM de 2012: permanências e reformulação seletiva

Este capítulo possui três momentos: o resumo do RDM de 2012; um balanço das autoras que discutiram o relatório e, por fim, uma análise (também) crítica sobre essa publicação. Esta última discussão foi um esforço em entender alguns dos pressupostos que nortearam o relatório, como suas contradições, permanências e reformulações seletivas.

As agências internacionais, dentre as quais o Banco Mundial, possuem grande peso em fóruns e acordos globais de decisões. Produzem, veiculam e disseminam conhecimentos, dentro de uma equipe própria de funcionárias/os e/ou através de redes transnacionais que identificam e dão novos sentidos a questões emergentes ou com potencial de adquirirem o *status* de questão socioeconômica fundamental (NAY, 2014: 213).

O documento de maior peso e difusão do Banco é o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM) de 2012. O tema foi “a igualdade de gênero e desenvolvimento”. De acordo com o relatório, dois motivos influenciaram na escolha do assunto: por ser um direito humano fundamental para a capacidade de escolha e porque contribui, instrumentalmente, para a eficiência econômica.

O RDM de 2012 foi um extenso trabalho que compilou vinte anos de pesquisas e recomendações do Banco. Dividido em nove capítulos e com um grande número de páginas (458), o documento abordou os avanços e as persistências da desigualdade de gênero em diferentes âmbitos da vida social. Por vezes repetitivo, pretendeu mostrar resultados e, a partir disto, prescrever ações que garantissem a continuidade do crescimento econômico, mas em conjunto do objetivo da igualdade de gênero.

Assim como no ano de 2012, os demais documentos analisados ao longo dos capítulos tiveram uma recepção e veiculação ampla, pois foram escritos por e para atores sociais engajados com a agenda internacional de desenvolvimento capitalista. Portanto, esses textos propõem, selecionam e, por vezes, omitem temas. O produto final é disseminado para uma gama de agentes. O peso dessas publicações joga um papel importante na arena internacional, pois suas informações são amplamente veiculadas e replicadas. Por esse motivo, analisar e refletir sobre o RDM de 2012 e demais publicações do Banco é fundamental (i) para se entender as estratégias dominantes para as mulheres e (ii) a construção dessas documentações dentro das contradições e tensões entre o sistema de ajuda internacional e o movimento feminista.

Figura 1 – Sumário resumido do RDM de 2012 (Banco Mundial, 2011b: 46)

Sumário do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012

Prefácio
Agradecimentos
Abreviações e notas sobre dados

Visão Geral

Introdução

PARTE I AVALIAÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

- 1 Uma onda de progresso
- 2 A persistência da desigualdade de gênero

Capítulo 1 Caminhos das mulheres para o empoderamento: todos os caminhos levam a Roma?

PARTE II O QUE CONDUZ O PROGRESSO? O QUE O IMPEDE?

- 3 Educação e saúde: Onde as diferenças de gênero são realmente importantes?
- 4 Promoção da capacidade de decidir das mulheres

Capítulo 2 O declínio do chefe de família: o homem no século XXI

- 5 Diferenças de gênero no local de trabalho e por que elas são importantes
- 6 Impacto da globalização na igualdade de gênero: O que aconteceu e o que é necessário

Capítulo 3 Mudança de idade, mudança de corpo, mudança de tempo — meninos e meninas adolescentes

PARTE III O PAPEL E O POTENCIAL PARA A AÇÃO PÚBLICA

- 7 Ação pública para a igualdade de gênero
- 8 A economia política da reforma de gênero
- 9 Uma agenda global para maior igualdade de gênero

Nota bibliográfica

Referências

Indicadores selecionados

Indicadores selecionados do desenvolvimento mundial

Índice

A mensagem central do relatório é que a igualdade de gênero – direito humano fundamental – é capaz de contribuir para o crescimento econômico global. O RDM indicou quatro áreas de ação prioritárias: redução da discriminação de gênero (no acesso ao capital

humano); o acesso a oportunidades econômicas; representatividade política (“voz” e “agência”) e contenção de preconceitos e estereótipos (para que não ultrapassem as gerações). Nessa publicação assentou sua argumentação numa perspectiva “multidisciplinar”, ou seja, evidenciando as variadas formas por onde ocorre a discriminação de gênero e seus desdobramentos.

Na visão do relatório, o crescimento continua a ser um objetivo fundamental para a igualdade social. Porém, não é o único caminho para esse fim, pois a ação simultânea entre *mercados, instituições e domicílios* é fundamental para se obter a igualdade plena. Ao mesmo tempo, o relatório considerou que a persistência das desigualdades foi/é mantida por instituições formais (setor público) e informais (normas sociais) e pela esfera familiar, o que afeta o objetivo de crescimento econômico sustentável.

O relatório, em sua introdução, afirmou a dupla importância da igualdade de gênero: (i) intrinsecamente, porque é um direito humano e (ii) instrumentalmente, porque contribui para a eficiência econômica e gera retornos ao desenvolvimento (afinal, as mulheres representam 40% da força de trabalho global) (BANCO MUNDIAL, 2011a: 3). Porém, para além disso, a igualdade de gênero foi definida pelo RDM como uma “economia inteligente” (*smart economy*), cujo pressuposto é o de que o “potencial explorado” das mulheres contribui para o crescimento. Nesse sentido, políticas “inteligentes” devem focalizar em mulheres pobres, pois elas investem em suas/seus filhas/os e podem adquirir a capacidade de barganhar (poder) em seus lares e comunidades. Com isso, ganha-se em redistribuição de recursos e de poder entre homens e mulheres e aumenta-se o constrangimento de práticas sociais que limitam o desenvolvimento (*Ibidem*: 35-36).

O primeiro capítulo argumentou que a melhoria na condição das mulheres pôde ser notada em países que tiveram um crescimento sustentável. Na área da saúde, houve um aumento da expectativa de vida das mulheres, o declínio da fertilidade e do número de filhas/os em países pobres, diminuindo o risco de vida na gravidez e no parto⁵⁸. Segundo o relatório, esses resultados na saúde impactaram diretamente no investimento em capital humano das mulheres, o que é positivo, pois estas reverterem seus benefícios para si e suas/seus filhas/os (*Ibidem*: 62-64). Na educação, o RDM apontou uma diminuição da desigualdade de gênero nas escolas, de

⁵⁸ Segundo informações do RDM (com base nos dados da *World Health Organization*, UNICEF e UNFPA, no relatório de 2010 *Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2008*), entre 1960 e 2008 houve uma redução da taxa de fertilidade e da mortalidade materna. De uma média de 5 nascimentos por mulher (registrada em 1960), o número reduziu para 2,5 no ano de 2008, o que impactou de forma direta na redução da mortalidade materna que, de 147 países listados, 90 apresentaram uma queda de 40% ou mais na mortalidade materna (entre 1990 e 2008) (*Ibidem*: 62-63).

forma geral⁵⁹. Tal avanço ocorreu por conta do crescimento de renda dos países, o que gerou aumento nos serviços públicos. Por outro lado, o crescimento da renda familiar possibilitou que pais investissem nos estudos de filhas e filhos (não mais privilegiando os filhos homens nessa escolha). Já o aumento das oportunidades de empregos para as mulheres incentivaria o investimento na formação das filhas (*Ibidem*: 61- 62).

Para o Banco, as melhorias nos índices de expectativa de vida e na educação tiveram relação com o aumento da força de trabalho das mulheres, que mostrou considerável crescimento desde a década de 1960⁶⁰. As oportunidades geradas pelo mercado de trabalho resultaram em investimento no capital humano de meninas, mesmo quando outros fatores continuaram a limitar suas capacidades, como a pobreza, o custo e a distância para as escolas. Assim, em lugar de políticas que reduzam as normas sociais (que afetam o investimento em capital humano), os resultados obtidos pelo Banco apontaram a necessidade de expansão das oportunidades econômicas e o capital humano de meninas. Isto porque os mercados podem afetar positivamente as dinâmicas dos lares, mesmo com a persistências de normas sociais discriminatórias (*Ibidem*: 65- 67).

O Banco definiu a relação das mulheres (investidas de capital humano) com suas/seus filhas/os como “impacto intergeracional”. Esse impacto, segundo o relatório, extrapola o âmbito doméstico, pois a melhoria institucional que atinge a educação das mulheres (a qual, por sua vez, afeta as próximas gerações) consegue levar mudanças para o mercado (como escolas privadas e emprego para as mulheres). Com relação às normas sociais, as mulheres têm cada vez mais saído de um *status* de (somente) donas-de-casa, para tornarem-se agentes sociais capazes de se igualar aos homens em educação e qualificação profissional. Por esse motivo, o RDM propôs uma ação conjunta, abarcando todas as dimensões da igualdade de gênero, como o crescimento econômico e a alteração de leis que reduzam os efeitos das normas sociais.

O segundo capítulo mapeou em quatro áreas a persistência da desigualdade de gênero nos países pobres (e entre mulheres pobres) e apresentou alguns dados sobre essa situação. Em

⁵⁹ As evidências constatadas pelo Banco mostraram que, entre 1950 e 2010, a escolaridade média das mulheres com mais de 15 anos e em países de baixa renda aumentou de 1,5 anos para 6,5 anos, em comparação com o aumento de 2,6 anos para 7,6 anos dos homens. No ensino superior, em todo o mundo, o número de mulheres aumentou em sete vezes em relação aos homens e, entre 1970 e 2008, o número subiu de 10,8 milhões para 80,9 milhões, enquanto os homens quadruplicaram, de 17,7 milhões para 77,8 milhões (*Ibidem*: 60). O Banco fez uso de um estudo de Robert J. Lee Jong-Whe, *A New Data Set of Educational Attainment in the World, 1950–2010*, que recolheu dados de 146 países, de 5 em 5 anos, considerando as relações de gênero, idades, taxas de mortalidade e de conclusão de escolaridade.

⁶⁰ Os dados de 2011 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) informaram que, entre 1980 e 2008, a taxa global de mulheres na força de trabalho assalariada aumentou de 50,2% para 51,8%, enquanto a masculina caiu de 82% para 77,7%. (*Ibidem*: 65).

educação, saúde, mercado de trabalho e exercício da agência, as mulheres ocuparam um lugar subalterno dentro das relações de gênero. Apesar dos avanços nos direitos civis, os espaços conquistados não foram tão abertos às mulheres, e isto, de acordo com o relatório, foi resultado da lentidão de dinâmicas institucionais e fatores estruturais, visto que apenas o crescimento econômico não resolveu tais problemáticas. Nesse capítulo, o RDM argumentou que a soma de preferências pessoais, as falhas de mercado, as restrições institucionais e normas sociais contribuem fortemente para as relações desiguais entre homens e mulheres, mesmo em países desenvolvidos (*Ibidem*: 73).

Em todas as áreas destacadas, as mulheres encontraram obstáculos associados à cultura de seus países. Esses fatores tiveram relação com o que o relatório denominou de “capacidade de agência” ou “capacidade de escolha”. Essa falta de capacidade refletiu diretamente na vida dessas mulheres, como nos usos de seus rendimentos, violência doméstica (resultado de relações de poder assimétricas) e recursos políticos (tomada de decisão e acesso ao poder). O relatório assegurou que esses exemplos podem ser vistos em leis que ainda persistem em países como a América Latina e África, relacionadas ao direito à propriedade de terra, muitas das vezes limitado ou proibido às mulheres⁶¹; a maior incidência de violência doméstica em países que não reconhecem os direitos das mulheres – o que limita a sua escolaridade e contribui para a sua dependência financeira⁶² – e a sua escassa representação política⁶³ (*Ibidem*: 81-84).

Em relação ao mercado de trabalho, apesar de resultados positivos, as mulheres ainda ocupam um espaço específico na esfera econômica, com poucos avanços. Segundo informações reunidas pelo RDM, as mulheres tendem a executar atividades de “menor produtividade” no setor informal; além disso, a preferência de homens e mulheres por empregos (nos setores

⁶¹ De acordo com dados do relatório, a propriedade de terra refere-se à maior parte dos bens domésticos, principalmente de famílias pobres e rurais. Mas essa distribuição e participação é desigual pois, segundo apontam os números: no Brasil, 11% das mulheres possuem terra e no Paraguai, 27%. No Quênia, apenas 5% das mulheres têm registro de proprietárias e, em Gana, o tamanho das propriedades dos homens extrapolou em três vezes o tamanho da extensão de terra das mulheres (*Ibidem*: 82). Dados de DEERE & DOSS (2006), *Gender and the Distribution of Wealth in Developing Countries*, documento de pesquisa da Universidade das Nações Unidas.

⁶² Em relação à escolaridade, as meninas localizadas em regiões pobres e pertencentes a minorias étnicas têm menor acesso à educação, além de desvantagens em relação aos meninos. Tanto na África do Sul como na Ásia constatou-se que meninas pertencentes à minorias e regiões afastadas possuem menor índice de escolaridade ou estão fora dos espaços de ensino (*Ibidem*: 74-75)

⁶³ O relatório apontou que, em pesquisa da World Values Surveys (uma rede global de pesquisa de impacto de valores sociais), na última década houve uma evolução de perspectiva sobre a igualdade de gênero na política. Porém, os homens continuaram a ocupar a figura de “líder” no imaginário das pessoas, além de terem vantagens nas eleições (*Ibidem*: 84).

informal ou formal)⁶⁴ ainda difere, assim como as consequências desta preferência⁶⁵. Contudo, apesar das mulheres adentrarem no mercado de trabalho, o serviço doméstico continuou sob sua responsabilidade e essa dedicação ao domínio privado manteve-se desproporcional em relação aos homens, aos quais culturalmente e historicamente “pertencentes” ao domínio do trabalho produtivo⁶⁶ (*Ibidem*: 79-80).

A pouca capacidade de agência, a violência doméstica e a ausência de representação nas decisões políticas, para o RDM, deixaram as mulheres com menos poder. Em primeiro lugar, as mães, esposas e filhas, em muitos países, não decidem sobre gastos domésticos e heranças (principalmente quando envolvem propriedade de terra); em segundo lugar, são mais suscetíveis a violências de parceiros ou outras pessoas⁶⁷; em terceiro, a representatividade política é escassa e, mesmo quando existe, muitas vezes é subestimada⁶⁸.

O último tópico desse capítulo ocupou-se de trazer informações sobre os impactos de “choques externos” nas relações de gênero que podem trazer “reversões” de resultados satisfatórios. Esses choques externos possuem, de acordo com o relatório, uma “natureza multifacetada”: o seu impacto pode ser curto e gerar perdas, podendo ser revertido, noutros casos pode ser irreversível, principalmente quando influenciam nos primeiros anos de vida das pessoas. Por esse motivo, o Banco ressaltou que “a proteção contra os choques deve ser uma parte fundamental de qualquer política de desenvolvimento, e se uma lente de gênero é

⁶⁴ Segundo a definição do Banco, os mercados são dispositivos por onde ocorrem os intercâmbios de produtos e serviços e estão sujeitados às normas sociais. O mercado é influenciado por instituições formais e informais. Já as instituições formais são “todos os aspectos que pertencem ao funcionamento do estado”: leis, regulamentos, prestação de serviços do estado (jurídicos, policiais, infraestrutura, saúde e educação). As instituições (“sociais”) informais, para o Banco, são “mecanismos, regras e procedimentos que moldam as interações sociais, mas não pertencem ao funcionamento do estado” (BANCO MUNDIAL, 2011b: 8).

⁶⁵ Segundo o Banco, as mulheres são mais inclinadas a optar por serviços comunitários, públicos, de varejo e no comércio, enquanto que os homens se inserem nas áreas de mineração, construção, transporte e indústria pesada (*Ibidem*: 79).

⁶⁶ Conforme apontaram as evidências de seis países (em 2011), inseridos em diferentes estruturas econômicas e tradições culturais, em média, as mulheres destinam de uma ou três horas a mais no trabalho doméstico diário. E trabalham de duas a dez vezes mais diariamente nos cuidados de crianças, idosos e doentes. Além disso, dedicam de uma a quatro horas a menos às atividades do mercado, e o casamento foi um fator determinante para o aumento das horas trabalhadas nos serviços domésticos e de cuidado. Os países pesquisados foram Paquistão, Camboja, Sul da África, Bulgária, Suécia e Itália (BANCO MUNDIAL, 2011a: 80-81).

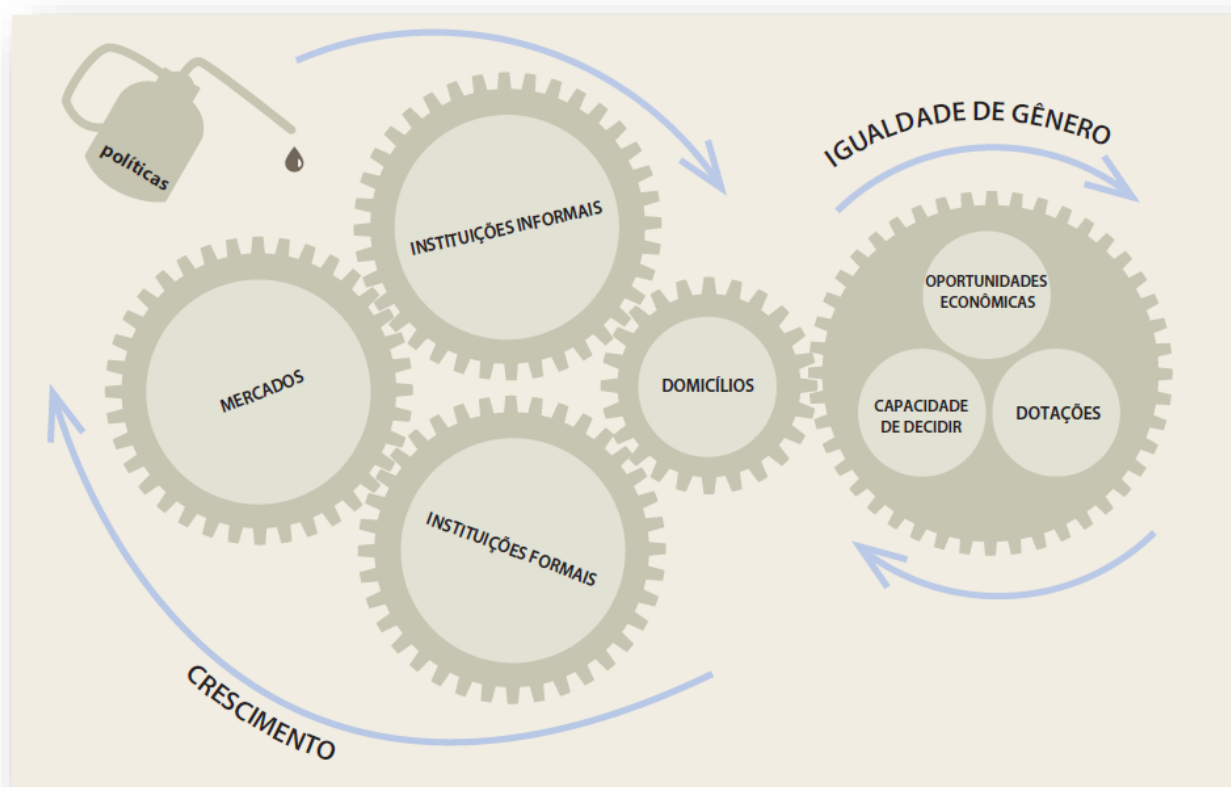
⁶⁷ Houve um aumento de países que legislam sobre a violência de parceiros íntimos. No ano de 2006, 60 países já tinham em sua legislação artigos específicos para lidar com essa forma de violência, e 89 países alguma forma de dispositivo legal. No entanto, muito países que avançaram nesse quesito foram os de renda *per capita* elevada. Em outras regiões, as barreiras legais se mantiveram.

⁶⁸ O Banco apontou que o número de parlamentares mulheres é baixo: em 1995, elas representavam 10% dos membros e, em 2009, 17%. Mesmo com a mudança de percepção sobre a participação política das mulheres, o relatório salientou que os homens ainda são vistos como superiores nessa função e possuem maior vantagem de votos nas eleições (*ibidem*: 85) Amostra do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (não há indicação de referências bibliográficas).

apropriada, isso depende do contexto”, pois mulheres e homens são afetadas/os de formas distintas por falhas de mercado, restrições institucionais e normas sociais (*Ibidem*: 85).

A segunda parte do relatório se deteve sobre os temas introduzidos anteriormente, como o capital humano das mulheres, a sua capacidade de agência, as diferenças de gênero no mercado de trabalho e os impactos da globalização nas relações de gênero. Essa escolha se justificou pela hipótese do RDM de que, se as políticas públicas considerarem as interações entre lares, mercados e instituições (formais e informais), os resultados das relações de gênero poderão ser satisfatórios. Tal estrutura baseou-se em três premissas: i) o lar possui uma diversidade de preferências, necessidades e “habilidades” que influenciam em decisões; ii) os mercados e instituições afetam a relação entre desenvolvimento econômico e relações de gênero; iii) mercados e instituições são condicionados pela sociedade. Nesse sentido, somente o crescimento econômico não consegue atenuar as desvantagens. Portanto, as políticas podem atuar no fortalecimento da relação entre igualdade de gênero e crescimento econômico e enfrentar falhas do mercado e restrições institucionais (*Ibidem*: 99-102).

Figura 2 – Elaboração do Banco Mundial (2011b: 9) sobre as engrenagens capazes de funcionar pela igualdade de gênero: domicílios, mercados e instituições



A figura 2 é uma afirmação de que as engrenagens funcionam em busca de uma maior igualdade de gênero, “(...) o impacto de uma maior igualdade de gênero sobre o crescimento é, por sua vez, capturado pela seta da ‘igualdade de gênero’ que retorna ao crescimento mais elevado” (*Ibidem*, 2011b: 9). A interação satisfatória entre instituições, mercados e domicílios (lubrificada por políticas, como as propostas pelo RDM) atuam para a melhoria da situação social (oportunidades, decisões e capital humano) e isto, por sua vez, impacta nas quatro primeiras engrenagens. O crescimento impulsiona a igualdade de gênero e a igualdade de gênero favorece o crescimento econômico.

As famílias definem o número de membros e o quanto gastar com filhas/os e distribuem as tarefas (dentro e fora do seio familiar), capazes de afetar os resultados de gênero. Isto ocorre com base nas preferências das famílias, que respondem ao poder (ou não) de barganha entre os membros. Essas preferências são moldadas por instituições informais, ou seja, os papéis de gênero (comportamento normativo de cada sexo, aprendidos e socializados); normas sociais e redes sociais (relações e vínculos sociais de cooperação em benefício mútuo). Os incentivos vêm do mercado (de trabalho, terra, crédito e bens), que direciona os investimentos em resposta às decisões familiares. Dessa forma, as políticas somente avançam através da interação adequada de decisões familiares, mercados e instituições formais e informais.

O capítulo três abordou dois assuntos que perpassaram todos os capítulos e relatórios anteriores: o capital humano. A educação e a saúde, segundo o relatório, moldam a habilidade individual de mulheres e homens e as/os capacita a atingir o seu potencial na sociedade. Por esse motivo, desde a infância, o capital humano é capaz de tornar meninas e meninos em adultas/os mais capazes. Conforme pontuou o Banco, os retornos conseguidos através dos investimentos financeiros em saúde e educação para mulheres e meninas importa por três motivos: para melhorar o papel de mães (mães mais educadas beneficiam a educação e saúde de filhos e filhas); para diminuir a mortalidade materna e infantil; e para reduzir a discriminação por gênero no nascimento e nas preferências familiares. Assim, o relatório propôs uma ação conjunta de investimentos na educação de meninas, capazes de remover barreiras institucionais e incentivo ao crescimento de renda nos lares (*Ibidem*: 105-106). A barreira a ser rompida é apenas uma, afirmou o Banco, e é a partir da remoção dos hiatos de gênero em saúde e educação que se pode melhorar os resultados dentro dos lares, mercados e instituições (*Ibidem*: 105-106).

Segundo o RDM, homens, meninos, mulheres e meninas carregam consigo capacidades desiguais em exercitar a *agência*, ou seja, “(...) a capacidade de um indivíduo (ou

grupo) para fazer escolhas e transformar essas escolhas em resultados desejados” (*Ibidem*: 150). A partir desse conceito, o quarto capítulo se dedicou a selecionar resultados aproximados sobre a capacidade de escolha das mulheres. Tais resultados estão vinculados ao funcionamento e à interação entre crescimento econômico, instituições formais e informais e mercados. O relatório apontou quatro evidências sobre essa relação: a de que o crescimento econômico pode fornecer condições materiais para o exercício da agência (maiores rendas, acesso a serviços e aumento de infraestrutura); o aumento de direitos pode promover a agência dentro de domínios, como a família; a redução das normas sociais pode aumentar essa capacidade de agência (através de reformas em mercados e instituições, melhoria da oferta de serviços, provisão de informações e criação de redes); e a agência coletiva de mulheres consegue transformar a sociedade, influenciando sobre seu próprio espaço.

Apesar do crescimento econômico apresentar resultados satisfatórios para a melhoria da autonomia das mulheres e, conseqüentemente, o constrangimento de formas de violência, ele, por si só, não garante mudanças definitivas, destacou o RDM. Mas alguns impactos puderam ser notados, como o aumento das rendas, que foi capaz de remover restrições às mulheres e impactar no adiamento da gravidez e matrimônio (ex.: programas de transferência de renda e subsídios em educação); a barreira da mobilidade física pôde ser diminuída, possibilitando o acesso das mulheres a serviços e oportunidades de emprego; as oportunidades de lucro conseguiram impactar no poder de barganha das mulheres e seus lares; e o crescimento do salário feminino e seu acesso a ativos (propriedade de terra e pensões)⁶⁹ impactaram na menor incidência de violências doméstica (assim como, contraditoriamente, provocou outras formas de violência) (*Ibidem*: 151-153).

Nesse capítulo, a agência individual das mulheres foi relacionada diretamente à sua capacidade de promover o bem estar coletivo (doméstico e social). Em primeiro lugar, o relatório considerou que o acesso das mulheres a oportunidades que contribuem para o seu próprio benefício, pode atingir de maneira positiva suas/seus filhas/os e familiares. Em segundo, o RDM avaliou que mulheres que conseguem promover mudanças pessoais podem

⁶⁹ O Banco reservou algumas palavras sobre o direito à terra e pensões para ilustrar a desigualdade de gênero dentro de esferas institucionais. Segundo o relatório, uma pesquisa de 2003 em seis países da América Latina (Brasil, Chile, Equador, México, Nicarágua e Peru) evidenciou que os mercados foram o segundo canal mais importante de aquisição de terras por parte das mulheres, mas ainda assim um canal menos frequente do que para os homens. Ainda de acordo com o relatório, em locais com grande participação do Estado, os homens comumente se beneficiam do mercado de terras e gozam de facilidades para acessar créditos. O mesmo ocorreu com as evidências do sistema de pensões que, por ter relação com o tempo trabalhado, privilegiou os homens, considerando que, ao redor do mundo, as mulheres ainda têm menos horas de trabalho contabilizadas (*Ibidem*: 154-155).

articular-se para beneficiar outras mulheres, através de grupos de pressão que reivindicuem mudanças legislativas, políticas, culturais e institucionais, o que seria benéfico para a agência individual de todas as mulheres (*Ibidem*: 151-152). A partir dessa constatação, e da reafirmação do impacto de normas culturais no exercício da agência, o relatório descreveu como tradições mantidas principalmente em instituições estatais (sistemas legislativos e jurídicos, como juizados, tribunais, polícias, agência financeiras, órgãos administrativos, cartórios e corpo de funcionárias/os) podem afetar ou apoiar a capacidade de escolha das mulheres. O RDM sugeriu formas de modificar as normas sociais, sendo uma delas através de *incentivos de mercado*: se os salários e as transferências sociais condicionadas à escolaridade forem grandes, pode haver incentivos para as mulheres ingressarem no mercado de trabalho e os pais investirem na educação de suas filhas, mesmo em regiões em que persistem normas sociais limitadoras.

O Estado, de acordo com o relatório, é a instância formal por meio da qual as leis e os serviços públicos são garantidos a toda a sociedade. E mesmo dentro dessa esfera persistem muitos elementos das normas sociais, tanto que muitas leis foram promulgadas com base em concepções desiguais sobre os papéis de gênero. A justiça institucional é a que mais resiste a mudanças nos direitos das mulheres, pois mantém uma baixa representatividade feminina nos cargos jurídicos, o que acarreta a falta de sensibilidade a essas questões e pouca credibilidade às mulheres vítimas. Nesse sentido, a representatividade e a informação são fatores fundamentais, pois incentivam a participação das mulheres e garante o conhecimento sobre outras culturas e diferentes relações de gênero. Tais informações, segundo o Banco, são capazes de acelerar o processo de agência (*Ibidem*).

O capítulo cinco se debruçou sobre a persistência das diferenças de gênero no emprego e constatou que, apesar de relevante progresso no trabalho feminino, ainda há barreiras salariais e de produtividade, barreiras essas que não possuem relação com a capacidade das mulheres em exercer tarefas, mas com as diferenças de atividades exercidas por homens e mulheres.

Logo na primeira página, o relatório afirmou que um foco exclusivo na participação das mulheres na força de trabalho assalariada mascarou as diferenças de gênero na natureza e dinâmica do trabalho. O Banco considerou necessário levar em conta as normas sociais que responsabilizam as mulheres pelos serviços de cuidado familiar e doméstico e as colocam em empregos de “baixa produtividade” do setor informal, que é o mais desprotegido legalmente e com menor custo. O relatório localizou três fatores para esse problema: diferenças de gênero no “uso do tempo”, no acesso a ativos produtivos e “falhas” de mercado e institucionais.

De acordo com o RDM, houve aumento no acesso das mulheres ao mercado de trabalho, ainda que em setores pouco produtivos, e isso foi resultado da combinação entre a participação de mulheres na educação e o declínio das taxas de fecundidade. Mas o relatório argumentou que as normas sociais ainda ocupam papel determinante na desigualdade de emprego e salarial e, em consequência, na produtividade e nos ganhos tanto dos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Para o RDM, o mundo globalizado, ao mesmo tempo em que modificou a estrutura do trabalho, concentrando a maior parte da mão de obra na prestação de serviços e no trabalho assalariado, manteve normas sociais prejudiciais ao exercício de autonomia econômica e social das mulheres⁷⁰. Mesmo com a inserção feminina em papéis de comando dentro de empresas, propriedades e no trabalho assalariado, ainda é possível encontrar manifestações contrárias ao exercício de suas atividades e violência de gênero (*Ibidem*: 198).

No primeiro tópico do capítulo, o relatório abordou as diferenças de gênero na produtividade e nos resultados. Dentre trabalhadoras/es da agricultura, independentes ou assalariadas/os e empresárias/os, as mulheres permaneceram com menor produtividade e remuneração, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Contrariamente, no setor público essas lacunas apresentaram números inferiores de desigualdade. Foram três as possíveis explicações dadas pelo Banco para essa persistência: diferenças na característica das/dos trabalhadoras/es; diferenças nos tipos de atividades e empregos de homens e mulheres; e diferenças nos retornos. Porém, o relatório ressaltou que são principalmente as diferenças nos empregos as causadoras da persistência de lacunas. Na educação e aquisição de experiência (capital humano), as mulheres permaneceram menos educadas em alguns países e mais suscetíveis a abrirem mão de suas carreiras, principalmente por conta da maternidade. Tanto a educação como a experiência de trabalho são “insumos valiosos” para a produção, conforme afirmou o Banco, e enquanto persistirem desigualdades nessas dimensões, as disparidades em produtividade e ganhos continuarão (*Ibidem*: 201-203).

No que foi possível o RDM constatar, a estrutura do emprego se modificou em escala mundial. Ocorreu um aumento de emprego em serviços, em detrimento de empregos na agricultura e indústria, assim como o crescimento do emprego assalariado. O relatório afirmou que homens e mulheres estão passíveis a deixar os empregos na agricultura conforme a

⁷⁰ Para o Banco, o aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho fechou parcialmente a lacuna de gênero. Entre 1980 e 2009, a taxa global de participação aumentou de 50,2% para 51,8%, enquanto a taxa masculina caiu de 82% para 77,7%. A força de trabalho feminina é reduzida no Oriente Médio e Norte da África (26%), Sul da Ásia (35%) e alta no Leste da Ásia e Pacífico (64%) e na África Subsaariana (61%). Na América Latina e Caribe aumentou de 36% para 52%.

economia do país aumenta, porém, as evidências sugeriram que as mulheres têm maior probabilidade em mudar de trabalho não remunerado para remunerado, e que os homens mudam de emprego assalariado para o mesmo tipo de emprego. Essas tendências, segundo o Banco, “sugerem que o desenvolvimento econômico – em vez de eliminar a segregação de gênero pelo *status* de emprego – altera a natureza dessa segregação” (*Ibidem*:212). Com relação aos impactos da indústria, o Banco verificou que são dados silenciosos, pois maiores rendimentos não garantem menor segregação – inclusive afirmou que os autores que consultados argumentaram que o desenvolvimento econômico é capaz de acentuar essas segregações (*Ibidem*: 211-214).

O Banco afirmou que a segregação no emprego possui raízes em sistemas econômicos e institucionais (formais e informais) que se assemelham em diferentes contextos sociais. As segregações estão presentes nos usos do tempo, no acesso a insumos produtivos, em falhas de mercado e instituições, e “trajetórias educacionais”, o que conduz as mulheres a determinadas áreas do mercado de trabalho. Segundo o RDM, “onde os mercados e as instituições estão alinhados para fornecer sinais consistentes para a mudança, os agregados familiares respondem a esses sinais, e há mais progressos (...)” (*Ibidem*).

No tópico seguinte sobre gênero, usos do tempo e segregação no trabalho, o relatório afirmou que “o tempo é um recurso” investido em atividades produtivas, no âmbito doméstico e familiar e em atividades pessoais. O RDM se propôs a discutir, nessa parte, as diferenças de gênero em três aspectos: atividades domésticas, atividades de cuidado e trabalho remunerado. Em relação às atividades de cuidado e do lar, os usos do tempo diferem para homens e mulheres e, conforme constatou o relatório:

Em todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento, na amostra, as mulheres dedicam mais tempo do que os homens ao trabalho doméstico e à assistência à infância (...) mas em nenhum país as mulheres investem tantas horas quanto os homens no mercado de trabalho (*Ibidem*: 217, tradução nossa)⁷¹.

Os usos do tempo afetam as mulheres que, responsáveis pela função de cuidado, buscaram regular os horários de trabalho com as tarefas do lar. O tempo parcial tornou-se uma opção, pois combinou os horários de serviços com a quantidade de tarefas domésticas, porém, conforme o RDM constatou, na maioria dos países desenvolvidos, esse tipo de contrato de

⁷¹ No original: “*In all developed and developing countries in the sample, women devote more time than men to housework and child care But in no country do women invest as many hours as men in market work*”.

trabalho possui penalidades, que em geral foram identificadas como salários mais baixos e menor crescimento salarial. Além do casamento, os filhos de menor idade são outro motivo de interrupções de carreira das mulheres, o que lhes resulta em menor acúmulo de experiência “real” e grande possibilidade de menores remunerações após o afastamento: “Esta ‘armadilha de mamãe’ (*mommy-trap*) deixa claro que o duplo papel das mulheres como trabalhadoras e mães, as coloca em uma carreira diferente dos homens”, ou seja, com insegurança, menos independência econômica e acesso reduzido às redes de proteção social (*Ibidem*: 220-221).

Na visão do Banco, quando os mercados de trabalho funcionam bem, “as necessidades de mão de obra doméstica podem ser atendidas através da contratação para o emprego, em vez de reorganização dos recursos domésticos”, o que também depende das respostas das mulheres (em reduzir o tempo dedicado ao ambiente doméstico) e das normas sociais. Segundo o relatório, subsídios ao cuidado (de crianças e idosos) apontam maior quantidade de horas “produtivas” trabalhadas e, em países pobres, essa assistência gratuita é fundamental para o trabalho das mães. Junto a isso, a prestação de serviços (saneamento e transportes) pode interferir na execução e no tempo das tarefas domésticas, como por exemplo, as tecnologias que garantem menor tempo na preparação de alimentos e no gerenciamento dessas atividades. No entanto, frisou o RDM, essa “maior produtividade do lar” teve um impacto silencioso sobre a relação dos usos do tempo e a entrada de mulheres no mercado de trabalho. As normas sociais na esfera econômica ainda impactam na garantia de emprego das mulheres que, tradicionalmente, têm menores oportunidades de trabalho e acessam profissões opostas às dos homens (*Ibidem*: 222).

Segundo o RDM, as interações entre mercados, instituições e famílias conseguem explicar as diferenças de gênero no acesso a insumos produtivos. Em relação a esses insumos, o Banco destacou as diferenças de acesso a terras e ao crédito. Segundo constatou, as mulheres agricultoras e empresárias detêm menor acesso à propriedades e mecanismos de crédito do que os homens. Sobre isso, o relatório identificou que o crescimento das microfinanças agiu sobre as restrições de crédito às mulheres⁷², mesmo que, por outro lado, tenham persistido as restrições às/aos agricultoras/es e empresárias/os para investir e obter benefícios das novas oportunidades. Porém, a extensão de terra das mulheres, por ser menor, influenciou para a sua

⁷² Esse argumento foi sustentado pelo Banco a partir das seguintes evidências: “em 2007, as organizações de microfinanças atingiram 154,8 milhões de clientes, sendo 106,6 milhões entre os mais pobres (quando tomaram seu primeiro empréstimo), e 83,4% de mulheres. Não é claro, no entanto, o quanto a microfinança aumentou o acesso a serviços financeiros formais (por exemplo, ajudando as/os indivíduos/os a criar um registro de crédito), ou se, dada a pequena dimensão dos empréstimos, elevou as restrições para as mulheres que desejam emprestar montantes um pouco maiores (*Ibidem*: 226).

invisibilidade e baixo acesso a insumos e maquinários. Tais limitações tornaram as mulheres menos capazes de acessar mercados e oportunidades econômicas e em abrir/investir em negócios. No lado institucional, os mercados de terra e crédito podem ser prejudiciais às mulheres, por conta de heranças (sistemas patrilineares), matrimônios (mulheres em situação de tutela) e titulação de terras (benefícios de redistribuição de terras direcionados aos homens)⁷³. Esse último item ilustrou, segundo o RDM, que “as diferenças de gênero podem ser mitigadas através da reforma política” (*Ibidem*: 225-230).

Mercados e instituições apresentam falhas vindas das/os próprias/os indivíduos/os que interagem nessas esferas – afirmou o RDM (*Ibidem*: 230). As informações que circulam entre pessoas podem ser escassas ou desiguais (alguns terem mais informações do que outros), o que pode contribuir para a segregação, quando, por exemplo, um empregador evita contratar mulheres com alguma especialização, em ambientes de trabalho majoritariamente masculinos, por ter poucas informações sobre seus desempenhos. Essa escassez de informação sobre o trabalho das mulheres, segundo o RDM, se explica através de seu baixo ou inexistente acesso a alguns mercados. O mesmo sucede com o mercado de terras e a pouca informação sobre o desempenho das mulheres como mutuárias e sua capacidade de reembolso. Nesse sentido, o RDM sugeriu que políticas de ação afirmativa dos Estados podem promover essa aprendizagem e apoiar o emprego de grupos minoritários (*Ibidem*, 231).

Com relação às instituições econômicas formais, o RDM afirmou que existem diferenças de gênero não intencionais, pois a sua forma de funcionar é produto das desigualdades existentes. Esse é o caso do acesso a serviços de extensão agrícola (serviços de consultoria, treinamento e insumos), que beneficiam principalmente os homens e onde o corpo de funcionários é masculinizado e tendencioso⁷⁴. Com relação à legislação trabalhista, o Banco afirmou que deus dispositivos – e outros mecanismos que regulam o funcionamento do mercado

⁷³ Segundo evidências do Banco, na Etiópia e nas Filipinas, as mulheres casadas tiveram seus bens (como terras) transferidos para os familiares homens. E na América Latina, os maiores beneficiários foram os homens (cerca de 11% a 12% das mulheres foram contempladas). Conforme destacou o relatório, “na maioria dos casos, os desequilíbrios de gênero no acesso podem ser atribuídos à estrutura institucional desses programas - que tendem a alvejar chefes de família (no passado, unicamente identificado como masculino), às vezes restringindo as famílias a um beneficiário (talvez para evitar a fraude), de modo que os homens eram muito mais propensos a serem titulares (*Ibidem*: 230).

⁷⁴ As evidências do relatório apontaram uma desigualdade no acesso aos programas de extensão, mesmo as mulheres exercendo atividades relevantes no setor agrícola: no Vietnã, o RDM registrou que as mulheres gastavam 30% de esforço a mais no emprego (autônomo) agrícola, em comparação com 20% dos homens, mas apenas 25% delas participaram de programas de treinamento em criação de animais e 10% no cultivo agrícola. Em Karnataka (Índia), 29% de proprietários, cujos chefes-de família eram homens, receberam uma visita de extensão, diferente dos agregados chefiados por mulheres, onde 18% delas receberam a visita. Em Gana (um dos países africanos com maior corpo de funcionárias de extensão), 12% das famílias chefiadas por homens receberam visitas de extensão, em contraste com 2% de famílias chefiadas por mulheres (*Ibidem*: 234).

– pode ocasionar em impactos nas relações de gênero, como legislações que delimitam o tempo de trabalho, a geração de emprego e a licença parental. Para além disso, as leis dos países podem impactar de maneira negativa no emprego das mulheres, como a existência de leis em países da África, onde as mulheres precisam de permissões masculinas (pai ou marido) para ocupar o espaço público (trabalho fora de casa ou para operar uma conta bancária) (*Ibidem*: 234-235).

Essas três barreiras analisadas pelo capítulo – segregação de gênero no acesso a oportunidades econômicas do mercado de trabalho (agricultoras, empresárias, trabalhadoras assalariadas), nos usos do tempo (como funções de cuidado) e diferenças de gênero no acesso a insumos produtivos (terra e crédito) – ilustraram que as segregações em cada uma dessas esferas podem ser capazes de robustecer as demais. Já as “falhas” de mercados e institucionais podem reforçar-se mutuamente, retardando a igualdade de gênero. Esse ciclo foi classificado pelo Banco como “armadilha de produtividade das mulheres”, que precisa de intervenções para aumentar o acesso a insumos e controlar falhas de mercado. Para tanto, “as intervenções bem sucedidas dependerão de identificar e direcionar adequadamente a restrição mais vinculante em cada contexto, reconhecendo o problema das múltiplas restrições, talvez por políticas sequenciadas” (*Ibidem*: 236).

O sexto capítulo trouxe uma discussão sobre a globalização e os seus impactos na igualdade de gênero. De acordo com o relatório, a globalização – a combinação entre integração econômica, difusão tecnológica e acesso à informação, serviços, mercadorias – opera através de mercados, instituições formais e informais (que buscam maior igualdade de gênero) e beneficiam mercados domésticos e globais. Como resultado desse processo, diz o Banco, a abertura comercial e as novas tecnologias da informação contribuíram para geração de emprego e oportunidades econômicas para as mulheres, ao mesmo tempo que dissolveu algumas funções e exigiu maior qualificação das/os trabalhadoras/es. Ademais, o Banco afirmou que a desigualdade de gênero tem mais custos em um mundo integrado, e o maior acesso a informações permitiu a circulação de conteúdo entre os países, relativos a diversas culturas e papéis sociais diversos das mulheres. Concentrando-se na dinâmica entre inovação e difusão tecnológica, circulação de informações e respostas do mercado de trabalho sobre os impactos comerciais e tecnológico, o capítulo se propôs a trazer evidências da integração econômica, as suas lacunas e os focos de ação para a igualdade de gênero (*Ibidem*: 255).

O Banco identificou que em setores como exportação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) aumentou a demanda por trabalhadoras mulheres. E dentre os benefícios do crescimento de empregos em exportação (mas nem sempre), estão o aumento salarial e a

possibilidade de empresas transnacionais e transportadoras pagarem salários elevados – maiores do que empresas locais ou do mercado interno (mas os valores não são mais altos do que em países desenvolvidos). Além disso, as/os trabalhadoras/es podem receber proteção da legislação trabalhista de seus países e usufruírem de benefícios, quando sindicalizadas/os (*Ibidem*: 258). Por esse motivo, o Banco afirmou com evidências na China (mas não mostrou dados, apenas o estudo), de que trabalhadoras recebem salários mais altos nas novas indústrias orientadas para a exportação, do que antigas indústrias estatais. O mesmo no México, entre 1990-1995, com menor disparidade salarial em setores orientados à exportação e em Bangladesh e Marrocos, com redução da discriminação salarial nas exportações têxteis (sem dados)⁷⁵.

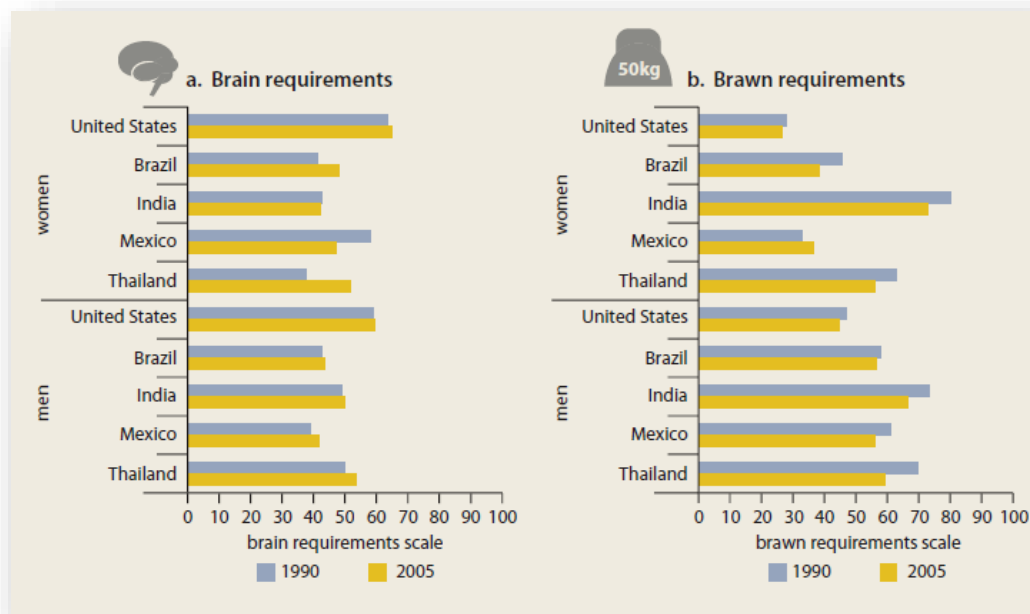
O relatório atentou para o fato de que nem todos os aspectos da integração trouxeram benefícios. No box 6.2 (p. 259) sobre esses impactos em países desenvolvidos, o Banco constatou que os trabalhadores homens foram os que mais sofreram perdas, pois estavam mais concentrados nas indústrias e em ocupações mais afetadas pela competição estrangeira. Também enfrentaram a falta de especialização e qualificação para os novos serviços, que resultaram da liberalização econômica e do aumento de investimentos estrangeiros (o RDM não discriminou os tipos de investimento). Os trabalhadores do Reino Unido reportaram a sua insegurança com os setores de investimento externo. E trabalhadores americanos relataram maior necessidade por redes de proteção legal. Em alguns desses casos, o Banco sublinhou que esses ganhos e perdas puderam desafiar a noção de homens provedores, pois maiores oportunidades para as mulheres e a diluição dos trabalhos em setores predominantemente masculino ajustaram, muitas vezes, o equilíbrio de poder nas famílias (*Ibidem*: 259).

Os dados recolhidos em países como Brasil, Índia, México e Tailândia, entre 1950 e 2005, sugeriram que as atividades sem força física (ou intelectuais) aumentaram mais para as mulheres, além de terem reduzido as diferenças salariais. No Brasil, México e Tailândia, as mulheres inicialmente estiveram em funções com menor requisito físico do que homens, e na Índia os requisitos eram semelhantes para cérebro e força física, devido à alta participação de mulheres na agricultura. No México, em contraposição, as maquiladoras, com empregos de baixa qualificação, mostraram que as necessidades do cérebro diminuíram, em detrimento das

⁷⁵ As referências utilizadas para essas contatações foram: DAVIN, Delia. *The impact of Export-oriented Manufacturing on Chinese Women Workers*. New York: United Nations Research Institute for Social Development, 2001; ARTECONA, R.; CUNNINGHAM, W. “Effects of Trade Liberalization on the Gender Wage Gap in Mexico”. *Gender and Development Working Paper Series 21*, Washington D.C.: World Bank, 2002; JOEKES, Susan. “A Gender-Analytical Perspective on Trade and Sustainable Development”. *Paper presented at the United Nations Conference on Trade and Development*, Geneva, 1999.

atividades braçais. Também em países desenvolvidos, a TIC demandou maior uso de atividades cerebrais, o que possibilitaria às mulheres maior acesso aos computadores (favorecendo-as), mesmo com a persistências de desvantagens no acesso a tecnologias de informática (*Ibidem*: 260-261)⁷⁶.

Figura 3 – Elaboração do Banco Mundial (2011a: 261) sobre o aumento das exigências cerebrais e a queda das exigências de força física.



Para o Banco, a abertura comercial trouxe difusão tecnológica e informações, assim como influenciou na redução de normas sociais, pois tornou-se custoso, segundo o relatório, manter discriminações de gênero nos mercados de trabalho. Somado a isso, os acordos internacionais pela igualdade de gênero, como a CEDAW e de membros de zonas econômicas, passaram a cobrar melhorias nos índices de igualdade de gênero dos países. Segundo o Banco, as pressões de meios de comunicação e de consumidores de países desenvolvidos também agiram para que fossem oferecidas melhores condições de trabalho em países pobres. Além dos retornos comerciais, a igualdade de gênero no mercado de trabalho também foi capaz de tornar as mulheres mais capazes em mudar de *status* e interferir nos papéis de gênero em suas famílias. Porém, o mesmo não ocorreu com as mulheres na agricultura, e nem todas as mulheres de países não agrícolas (onde os serviços de exportação foram mais disseminados) lograram esses benefícios (*Ibidem*: 262- 267)

⁷⁶ O relatório utiliza dois termos para definir algumas funções do mercado de trabalho: *brain requirements* (na tradução literal, “exigências do cérebro”) e *brawn requirements* (“exigências de força física”).

Mudanças de ordem cultural também foram possíveis, como no caso de redes de mulheres ativistas, que usaram da internet para divulgar informações sobre a desigualdade de gênero. Porém, há um outro lado dessa história que não teve a ver com avanços, mas com a reprodução de velhos padrões de segregação em novos ambientes de trabalho. O relatório questionou o motivo de, mesmo com a diminuição das brechas educacionais, ainda persistirem diferenças no acesso a determinados empregos e salários. As explicações encontradas pelo RDM foram: as desigualdades de gênero presentes no currículo escolar, nas divisões de tarefas por gênero e na maior “flexibilidade” das mulheres no mercado de trabalho, onde a rotatividade e a instabilidade são maiores para elas (*Ibidem*: 269-270).

De acordo com o RDM, a abertura comercial (e a difusão das TIC), as mudanças tecnológicas no emprego (exigências de menor esforço físico e mais atividades cerebrais) e a expansão de informações (maior exercício de agência) possibilitaram maiores oportunidades salariais e de emprego, o que inseriu as mulheres na competição mercantil. Em sua conclusão, o Banco ressaltou que evidências sugeriram que empregos no setor de exportação e em TIC são opções interessantes às mulheres pobres, por ser possível garantir algum retorno. Mesmo com elementos desfavoráveis, os empregos no setor de exportação são alternativos com atributos positivos (*Ibidem*: 271).

A terceira e última parte do RDM de 2012 volta-se para recomendações, tais como a escolha de políticas em prol da igualdade de gênero, a forma de implementá-las com eficácia e as contribuições da comunidade internacional. O Banco Mundial sugeriu quatro áreas prioritárias de atuação: nos excessos de mortalidade feminina (na infância, primeira infância e em “idade produtiva”); na produtividade e rendimento de homens e mulheres; nas diferenças de gênero na família e sociedade; e na transmissão geracional de informações discriminatórias. O relatório se propôs a formular políticas adequadas, tornando-as bem-sucedidas e informando maneiras pelas quais a comunidade internacional pode doar esforços.

O sétimo capítulo – que abriu essa sessão – se propôs a informar sobre políticas públicas de igualdade de gênero em áreas consideradas mais críticas. O RDM argumentou que a igualdade de gênero assume diferentes formas, que estão relacionadas com mercados (impostos e subsídios), instituições formais (mudanças legais ou regulatórias e prestação de serviços públicos) e instituições informais (esforços para mudar normas sociais). O que o relatório denominou como “multiplicidade de possíveis intervenções” tende a gerar dúvidas nos investidores quanto às políticas a serem aplicadas. Por isso, o objetivo desse capítulo foi encontrar caminhos que tornassem a intervenção mais “tratável”, daí porque a abordagem foi

tripla “e ilustra como uma melhor análise, que se baseia em nossa estrutura, pode ajudar” (*Ibidem*: 288):

Em primeiro lugar, as disparidades abordadas anteriormente delinearão as brechas de gênero de maior preocupação, nas quais os países precisam intervir. Elas importam por reduzir uma série de índices (como de mortalidade de mulheres e infantil), fechar “lacunas de produtividade” para mulheres e homens e limitar a reprodução da desigualdade de gênero. Mas nem todos os temas expostos receberão a mesma – e devida – atenção dos países e em todos os níveis da sociedade, admitiu o Banco. Inclusive, cada país, com suas dinâmicas próprias, responderá de forma própria às “políticas corretivas” (*Ibidem*).

Em segundo lugar, o Banco ressaltou a importância de projetar políticas, levando em conta determinantes subjacentes às diferenças de gênero, ou seja, a forma como as desigualdades “emergem do funcionamento e interações dos mercados, instituições e famílias”. Por fim, argumentou sobre a importância de entender que o crescimento de renda não reduz ou acaba com as lacunas. A intervenção conjunta precisa identificar “se uma única restrição é mais saliente para um problema particular ou se existem múltiplas restrições. E se essas restrições devem ser abordadas de formas simultânea ou sequencial” (*Ibidem*). Nesse sentido, são três as lacunas prioritárias para a ação: “dotações” (capital humano), “oportunidades econômicas” e “agência”.

O relatório argumentou que lacunas educacionais e de saúde precisam de atenção, pois as famílias manifestam preferências por gênero aos membros que terão acesso a esse capital humano. Portanto, a resolução está no aumento de renda (para que os pais invistam em meninos e meninas) e em incentivos e oportunidades de emprego. O Banco pontuou a necessidade de saneamento e atenção às mulheres grávidas (e no puerpério), através da melhoria das instituições que as atendem, do investimento em “provedores comunitários” e setor privado (em parceria com estados), programas de seguro de saúde, transferência de dinheiro condicionada (para aumentar o acesso aos serviços) e melhoria das instituições políticas, em vista de agendas políticas pouco interessadas, principalmente, na saúde materna (*Ibidem*: 289-295).

Em relação às oportunidades do mercado de trabalho, o RDM identificou lacunas nas formas como homens e mulheres acessam as oportunidades econômicas, na atividade econômica em si e nas respostas das famílias a todos esses fatores. Nesse sentido, o relatório pontuou a necessidade de investir contra as restrições de tempo das mulheres, no estímulo ao acesso a insumos e mercados, e nas falhas institucionais. Dito isso, as barreiras às mulheres, vinculadas a normas e crenças sobre os papéis de gênero, podem ser dissipadas com maior

acesso à assistência à infância, políticas de licença parental, investimento em infraestrutura que “libere” o tempo das mulheres e facilitação do acesso ao mercado, com auxílio de tecnologias e transportes (*Ibidem*: 296- 297).

Segundo o relatório, a tarefa de cuidados das/os filhas e filhos, principalmente nos primeiros anos, é um dos fatores que mais restringe as mulheres no acesso às oportunidades econômicas. Por esse motivo, a assistência à infância diminui a restrição de tempo das mulheres. O serviço pode ser fornecido pelo Estado, pelo setor privado ou por ONGs, “possivelmente com subsídios e regulamentos públicos (*Ibidem*: 297).

Ao abordar a licença parental, o Banco considerou a outra parte afetada das relações de gênero. Segundo o relatório são três fatores que determinam a “eficácia da licença parental” no mercado de trabalho para as mulheres: a oferta igualitária do benefício, pois quando oferecida a licença somente para as mães (e os empregadores sustentam esses custos), as mulheres tornam-se menos solicitadas para serem empregadas, o que implica nos subsídios públicos. Em segundo lugar, os homens com cobertura salarial elevada para esse benefício se tornam mais sensíveis e incentivados em aceitar a licença (pois gera retornos). Por fim, a duração da licença influencia na decisão dessa escolha, pois quando são longas, as/os funcionárias/os temem perder habilidades. A solução seria permitir o trabalho em tempo parcial durante a licença, o que reduziria a carga de responsabilidade das mulheres e influenciaria na participação econômica das mulheres (*Ibidem*: 298-299).

O investimento em infraestrutura pode reduzir as responsabilidades das mulheres em diversas tarefas domésticas e aumentar o tempo para outras atividades, como o mercado de trabalho e lazer. A eletricidade e a água são investimentos possíveis, não apenas para reduzir o gasto de hora das mulheres, como para que os homens participem ou as mulheres direcionem horas para o seu lazer. Outro modo de facilitar o acesso às oportunidades econômicas são os transportes (investimento em melhorias) e estradas (ampliação de estradas gera empregos). Junto a isso, a internet e telefones celulares conectam as mulheres a informações e possibilidades de negócios, e o investimento para essas tecnologias precisa atingir as persistentes barreiras que as impedem de acessar tecnologias (*Ibidem*: 299).

O capítulo oito debruçou-se sobre a implementação de políticas públicas de gênero, “sintonizada” com os atores da sociedade civil e o ambiente político. O capítulo enumerou o papel dos atores sociais: primeiro, ações coletivas de instituições informais (mobilização em redes sociais e sociedade civil; coalizões para apoios e resistências); segundo, atuação dos mercados (articulação comercial para a igualdade, responsabilidade social corporativa com

clientes e investidores, “diferencial” de empresas que aderem à igualdade de gênero); e, por fim, a capacidade do aparato estatal de defender, projetar e implementar políticas e leis de igualdade de gênero (Estados como garantidores de mecanismos necessários para a participação igualitária das mulheres).

As reformas, segundo o relatório, devem seguir as demandas sociais, como “aspirações coletivas” e vontades de atores sociais. Quando as políticas a serem implementadas captam as mudanças de mercados e normas sociais, as transformações podem ser “sustentáveis”. Mas não podem resumir-se a isto: as reformas de governos precisam ser “transformadoras”, alterar as “dinâmicas sociais” e mover países e sociedades a um “equilíbrio mais equitativo”. Nesse sentido, pontuou o Banco, mulheres e homens são parceiros para a igualdade de gênero e “a ação efetiva do governo exige a construção de coalizões de base ampla com atores locais, nacionais e internacionais para defender e produzir reformas”, mas dentro de uma perspectiva de gênero que avalie e crie “estruturas institucionais sólidas para a implementação e execução, aproveitando as janelas de oportunidades para gerar mudanças e equilibrando o ritmo das mudanças com o risco de reação” (*Ibidem*: 330-332).

Por fim, o capítulo nove trouxe um panorama geral das ações políticas para a igualdade de gênero e concluiu que os níveis doméstico e global devem se complementar nesse objetivo. Esse capítulo discutiu como o Banco Mundial, parceiros internacionais e a sociedade civil podem apoiar os países para promover a igualdade de gênero. A partir disso, o relatório agrupou três tipos de atividades para um plano de ação: fornecimento de apoio financeiro (oferta de água potável, saneamento, saúde, redução da mortalidade feminina nos países em desenvolvimento); promoção de inovação e aprendizagem (através de experimentação e avaliação de resultados, contextos e expansão de experiências); e parcerias e coalizões dentro e fora das fronteiras (academia, *think tanks* e setor privado). Os princípios para a concepção de políticas, de acordo com RDM, são quatro: diagnóstico de gênero, com aprofundamento nas interações familiares, de mercados e instituições formais (inclusive os impactos de normas sociais nesses âmbitos); a observação de projetos e políticas para além dos resultados (a necessidade de identificar e intervir em restrições do mercado e esferas institucionais); integração estratégica do gênero em programas nacionais e setoriais; e adaptação das políticas (desde o seu esboço) aos atores que as receberão e em sintonia com a economia política da reforma (*Ibidem*: 361-362).

Considerando os três tipos de atividades para o plano de ação (apoio financeiro, inovação e aprendizagem e parcerias) e os princípios das políticas a serem aplicadas (diagnósticos abrangentes, identificação de restrições e integração estratégica), o capítulo

enumerou cinco prioridades, as formas de executá-las e por que executá-las e apoiá-las. Em tópicos, o Banco agrupou os modos como os recursos financeiros podem ser manejados, os benefícios das tecnologias de informação e inovações, e os resultados que as parcerias podem alcançar. De forma geral, a agenda global de ação do RDM de 2012 recomendou investimentos financeiros – principalmente de setores privados e da comunidade internacional – às prioridades elencadas. Além disso, pontuou a necessidade de reformas para fortalecer a governança. Ou seja, os objetivos relacionados ao gênero (e urgentes de resoluções) fizeram parte de uma agenda de reformas direcionada aos países em desenvolvimento.

Tabela 2 – Elaboração do Banco Mundial (2011b: 38) sobre a agenda de ação global

Área prioritária	Iniciativas novas/adicionais que necessitam de apoio	Orientações para a comunidade de desenvolvimento global		
		Fornecimento de apoio financeiro	Promoção da inovação e da aprendizagem	Aproveitamento de parcerias
Preenchimento dos hiatos de gênero nas dotações humanas	Aumento do acesso à educação entre os grupos desfavorecidos	√		√
	Aumento do acesso à água limpa	√	√	
	Aumento do acesso aos serviços maternos especializados	√	√	√
	Fortalecimento do apoio à prevenção e ao tratamento de HIV/AIDS	√		√
Promoção do acesso das mulheres a oportunidades econômicas	Aumento do acesso aos creches e ao desenvolvimento na primeira infância	√	√	
	Investimento nas mulheres das áreas rurais		√	√
Preenchimento do hiato de gênero em termos de voz e da capacidade de decidir	Aumento do acesso das mulheres ao sistema judicial		√	
	Mudança de normas relativas à violência contra mulheres		√	√
Prevenção da reprodução da desigualdade de gênero entre as gerações	Investimento nas meninas e meninos adolescentes		√	
Apoio à ação pública baseada em evidências	Geração de novas informações	√		√
	Facilitação da troca de conhecimentos e aprendizagem		√	

De acordo com o RDM, a coalizão de forças da comunidade internacional de desenvolvimento, do setor privado, da sociedade civil, instituições acadêmicas e “grupos de reflexão” é capaz de promover o acesso e o funcionamento de serviços inovadores (como redes de telefonia e difusão de informações). No que cabe aos Estados, o relatório recomendou o fortalecimento de leis e o monitoramento de sua execução, além da representatividade feminina em cargos decisórios (o que, teoricamente, implica a sensibilização sobre as denúncias de violência de gênero).

As cinco prioridades repetem, de forma resumida, os temas de capítulos anteriores e detalham os investimentos específicos de cada lacuna de gênero: em dotações humanas

(educação, saúde e saneamento); no acesso a oportunidades econômicas (usos do tempo⁷⁷, mobilidade física, remuneração e acesso a bens materiais); no exercício de agência (direitos, mecanismos de denúncia, monitoramento de leis, esforços para reduzir normas sociais, conscientização); inibição da transmissão de valores discriminatórios (investimento e apoio a redes de adolescentes, na educação de jovens, em políticas específicas para o mercado de trabalho, em programas de aprendizagem e subsídios salariais); e apoio à ação pública (parcerias internacionais e apoio financeiro para o diagnóstico de problemas e circulação de informações) (*Ibidem*:361-370).

O RDM de 2012 se estruturou da seguinte forma: apresentou os ganhos e perdas relacionados à desigualdade de gênero (primeira parte); as áreas mais críticas dessa desigualdade e, por fim, a necessidade de uma ação global (em parcerias) nos principais focos da desigualdade de gênero (terceira parte). Todos os capítulos abordaram o que o relatório classificou de “normas sociais” (às vezes utilizando os termos “barreiras”, “hiatos” ou “lacunas”). O assunto esteve presente em todos os tópicos, que abordaram as limitações impostas às mulheres no mercado, em instituições formais e informais e na esfera familiar, destacando a importância desses aspectos na persistência das desigualdades de gênero, mesmo com políticas públicas de acolhimento e assistência, oportunidades, garantias financeiras, reformas institucionais e a globalização.

Nesse sentido, entendo o RDM de 2012 como um trabalho denso sobre os “desafios da igualdade de gênero”. No entanto, considero que o Banco Mundial se manteve firme – e muitas vezes repetitivo – em enfatizar as desigualdades de gênero dentro das dinâmicas culturais, o que, ao meu ver, o fez distanciar-se – previsivelmente – de entender o modo de produção capitalista como parte de relações sociais de poder. Ou seja, a ciência econômica e os atores que a veiculam e reproduzem, possuem práticas e discursos profundamente “generificados”, porque reproduzem e reforçam as hierarquias de gênero, que afetam mais ou menos indivíduos/os que são atravessados por outras estruturas sociais, como classe, raça, sexualidade, colonialidade, geopolítica, entre outros.

Existem pelo menos duas formas de entender o conceito de gênero do Banco Mundial: no âmbito das formulações teóricas, ou seja, discutindo a gênese conceitual e quais os tipos de pressão social, política e econômica o Banco Mundial respondeu; e a partir da análise de alguma política de gênero específica, que possa ser remetida ao Banco. O primeiro caso é o que mais

⁷⁷ Refere-se às desigualdades na divisão dos trabalhos domésticos, o que impacta diretamente na vida das mulheres, ou seja, na sua disponibilidade para o mercado de trabalho, no valor de seu salário, no acesso às informações, entre outros.

interessa à presente pesquisa que, concentrada na análise de publicações do Banco em um recorte histórico específico, buscou refletir sobre o arcabouço teórico e normativo que essa instituição produziu sobre as relações de gênero.

3.1 As críticas ao RDM de 2012: gênero *oculto* e gênero na *prática*

Em sua experiência como consultora do RDM de 2012, Sylvia Chant (2012: 204-205) listou alguns entraves durante a elaboração do relatório relacionados à resistência das burocracias internacionais em lidar com assuntos considerados políticos e/ou sociais. No processo de concepção do documento, Chant (*Ibidem*) sugeriu temas como trabalho não-remunerado, as variadas configurações da esfera privada, os homens e as relações de gênero, a crise financeira de 2008, a instrumentalização das mulheres na “economia inteligente” (*smart economics*)⁷⁸ e o papel controverso do gênero em programas de redução da pobreza.

O texto preliminar do relatório propôs-se a dar destaque aos direitos, pois considerava um tema maior do que a “economia inteligente”. Nesse sentido, o gênero foi posicionado como uma questão central para o desenvolvimento e, conforme o próprio relatório final, “um objetivo central por si mesmo”. Porém, na leitura de Chant (*Ibidem*), mantiveram-se elementos persistentes da visão de “economia inteligente”, pois os direitos tornaram-se “referência direta à instrumentalidade do gênero (lê-se, mulheres) para o desenvolvimento”. Apesar disso, a autora considerou a iniciativa positiva, por se deter sobre a literatura de gênero e desenvolvimento, e em consultar um número relevante de pessoas com experiência na área.

Outro ponto notado por Chant (*Ibidem*: 203) foi a participação de muitos homens (a maioria economistas) no projeto. O equilíbrio de gênero nas hierarquias de funcionárias/os também chamou sua atenção, pela quantidade de homens economistas na Equipe Principal (*Core Team*), na Equipe Estendida (*Extended Team*) e no Conselho Consultivo (*Advisory Board*). A Equipe Principal foi composta por 13 membros, dos quais havia apenas uma especialista em gênero. Aliás, não havia, em termos de “raça”, representantes da África Subsaariana ou do Sudeste Asiático. Essa predominância masculina e/ou de especialistas em

⁷⁸ A ideia de Economia Inteligente, ou *Smart Economics* surgiu na década de 1980, quando as evidências apontaram para uma situação desfavorável das mulheres em países sob políticas de ajuste estrutural: desemprego e subemprego masculinos, menor poder de compra e de rendimentos familiares, cortes em serviços públicos, intensificação do trabalho doméstico não remunerado, empregos femininos informais e voluntários. Essa economia inteligente foi utilizada no RDM de 2012, segundo Chant (2012: 199) como “racionalização de investimentos” em mulheres e meninas para “resultados efetivos”. Ou seja, o reconhecimento da “utilidade” do trabalho das mulheres (40% da força de trabalho global) e da necessidade de expansão de oportunidades econômicas.

economia elevava-se nos níveis mais altos de responsabilidade, como se notou no próprio corpo do Conselho Consultivo do RDM de 2012.

Segundo Chant (*Ibidem*: 210), a versão final, publicada em setembro de 2011, trouxe em seu vocabulário a *smart economics*. Porém, de forma “mais silenciosa”, ainda que não menos marcante. O RDM também fez referências ao trabalho doméstico não remunerado, mas utilizando como base os próprios documentos do Banco (e não pesquisas já consolidadas na área). Além disso, a centralidade de meninas e mulheres no esboço do documento cedeu lugar, na publicação final, a referências a meninos e homens (ex.: tópicos sobre o significado de “boa esposa” e “bom marido” e masculinidades e relações de gênero).

Por fim, Chant (*Ibidem*) destacou que a crise financeira de 2008 ocupou um espaço muito reduzido, limitando-se a comentários sobre a redução dos empregos, o que não deveria ter ocorrido, justamente pela quantidade de economistas na equipe do RDM. Já em relação à sexualidade, o assunto apareceu apenas como parte da lista dos fatores que diferenciam as mulheres, mas não foi abordada em sua profundidade. Houve uma primazia dos Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁷⁹ referentes às metas de número 3 (igualdade de gênero e autonomia das mulheres) e 5 (saúde das gestantes), e pouca atenção a outros indicadores estratégicos sobre as mulheres. Sequer foi dada relevância à ONU-Mulheres e à Comissão da ONU sobre a Condição das Mulheres (*Commission on the Status of Women - CSW*) (existente desde 1946), cuja atuação é reconhecida globalmente (*Ibidem*).

A economia inteligente a qual o Banco se referiu em seu relatório importa, em primeiro lugar, pelos rendimentos das mulheres e, em segundo lugar, no que esses rendimentos podem influenciar em outras áreas do desenvolvimento. Em seu texto, o RDM afirmou que somente o crescimento econômico não foi capaz de diminuir as desigualdades de gênero, porque existem comportamentos que mantêm tais disparidades, como os fatores externos ao mercado.

Essa perspectiva, que associou a igualdade de gênero ao crescimento econômico, expandiu-se até outras organizações da indústria da ajuda ao desenvolvimento e foi utilizada em políticas, campanhas, publicações e meios de comunicação. Nesse sentido, Chant (*Ibidem*)

⁷⁹ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram estabelecidos no ano de 2000, na Cúpula do Milênio, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. Foram reunidos 189 países-membros para definir respostas às crises e estabelecer as prioridades para a paz, segurança, pobreza, meio ambiente e direitos humanos. Os ODMs estabeleceram a meta de, até o ano de 2015, apresentar resultados em oito áreas: 1) erradicação da extrema pobreza e da fome; 2) ensino básico universal; 3) igualdade de gênero e autonomia das mulheres; 4) redução da mortalidade infantil; 5) melhoria da saúde materna; 6) combate ao HIV/AIDS, malária e outras; 7) sustentabilidade ambiental; 8) Parceria Mundial para o desenvolvimento. Informações disponíveis em <https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9540.htm>. Acesso em 22 de out. de 2017.

questionou se investir em mulheres tinha a ver com a promoção da igualdade de gênero ou apenas um meio de facilitar a liberalização econômica. Para a autora:

Um dos principais problemas com a “economia inteligente” é a sua instrumentalização do gênero, com as mulheres usadas explicitamente, ou mais geralmente, como um “caminho para a política” a serviço dos outros, especialmente das crianças. Isto tem sido especialmente notável nos programas de transferência condicional de dinheiro (TCD) e nas iniciativas de microfinanças, que, ao confiar em essencializar os estereótipos de gênero, e esperar tipos particulares de contribuições das mães, muitas vezes levam a um aumento dos encargos laborais e à perpetuação do “altruísmo feminino” (CHANT, 2012: 202, tradução nossa)⁸⁰.

Ademais, o RDM de 2012 se baseou em duas premissas cravejadas em dois projetos do neoliberalismo: o Consenso de Washington (CW) e o Pós-Consenso de Washington (PCW). A primeira entendeu o mercado como “meio e objetivo final do desenvolvimento”, e a segunda (onde repousa sua concepção de igualdade de gênero) considerou a ação do Estado em determinadas circunstâncias, como na “correção” de “falhas de mercado” e em políticas econômicas e sociais (ROBERTS; SOEDERBERG, 2012:954)

Shahra Razavi (2011: 2) considerou a publicação do RDM de 2012 como uma oportunidade bem-vinda e ao mesmo tempo perdida. Segundo a autora, a ausência de análise sobre as relações desiguais de gênero em políticas macroeconômicas no processo de globalização, e a redução de políticas sociais a transferências monetárias, fizeram do RDM um documento parcial sem as adequadas respostas políticas aos problemas de gênero. Apesar disso, a autora destacou a importância da mudança discursiva do Banco, pois a perspectiva geralmente instrumental em torno da igualdade de gênero dividiu espaço com a afirmação de que a igualdade de gênero importa “por si mesma”, por ser um direito humano básico. Na visão de Razavi (2011: 3-4), o RDM atentou-se ao “valor intrínseco da igualdade de gênero”, demarcando seu interesse em um “projeto político participativo”.

Apesar de considerar as discussões do Banco sobre as mulheres como um avanço contraditório e restrito, por abordar temas antes marginalizados de suas pesquisas, não considero que esteja preocupado com um “projeto político participativo”. Em primeiro lugar, o Banco associou as “falhas de mercado” a comportamentos culturais; em segundo, a “coalizão

⁸⁰ No original: “One of the key problems with ‘smart economics’ is its instrumentalization of gender, with women used explicitly, or more usually implicitly, as a ‘conduit for policy’ in the service of others, especially children. This has been especially notable in conditional cash transfer (CCT) programmes and microfinance initiatives, which, in relying on essentializing gender stereotypes and expecting particular kinds of contributions from mothers, often lead to increased labour burdens and the perpetuation of ‘female altruism’”.

de parceiros” que ele propôs considerou o “empoderamento” das mulheres uma ferramenta de conscientização, ou seja, uma forma das mulheres se mobilizarem em prol das “correções” legais. O pressuposto do Banco Mundial de que as mulheres, ao beneficiarem a si, beneficiam as/os suas/seus filhas/os foi então ampliado para uma ideia de que, se suas capacidades são investidas de capital humano e produzem algum valor, elas podem auxiliar (por e para si mesmas) em dimensões maiores do desenvolvimento capitalista.

Ou seja, o Banco se retirou de qualquer responsabilidade sobre as desigualdades sociais de gênero – pois, de fato, não é a única instituição que representa os interesses neoliberais – no entanto, ao agir dessa forma, atribuiu funções às mulheres, primeiro, para que investissem em suas/seus filhas/os, eximindo os homens dessa função e, segundo, sugerindo o acesso a informação como forma de capacitá-las para organizarem-se politicamente e romperem com as barreiras da desigualdade. Não foi apenas uma ideia maternal e de “cuidado” com a família e a sociedade, mas uma responsabilização: mulheres investidas de capital humano *devem* se tornar produtivas, investir em suas/seus filhas/os e manter a engrenagem do desenvolvimento econômico. Na perspectiva do RDM, os mercados não funcionam por falhas ocasionadas por normas sociais, ou seja, a desigualdade de gênero pode ser combatida com a mobilização de mulheres, pedidos por representatividade, aprendizado sobre culturas “avançadas” e a aquisição de conhecimento sobre direitos.

Essa concepção de mulheres “investidas” para o mercado estimulou, dentro das empresas privadas, a ideia de que 1) a igualdade de gênero é um “traço desejável” e “diferencial” das empresas e 2) as mulheres são capazes de investir e consumir.

Adrienne Roberts e Susanne Soederberg (2012: 949-950) argumentaram que o RDM de 2012 não documentou as implicações das grandes corporações financeiras com políticas de igualdade de gênero. Para ambas, esse relatório forneceu dois elementos para estudar essa questão: por ser a publicação anual de maior peso do Banco, que relacionou a igualdade de gênero à eficiência econômica; e por valer-se da literatura de relevantes corporações financeiras – no caso, o banco de investimentos Goldman Sachs – para sustentar o discurso da “economia inteligente”, que “constrói as mulheres como (...) fonte fundamental de crescimento” (*Ibidem*: 950). Assim, a proposta da “economia inteligente” firmou a “cidadania corporativa” como uma característica inerente ao desenvolvimento, pontuando que as iniciativas do mercado podem criar oportunidades e gerar retornos para homens e mulheres.

Para Roberts e Soederberg (2012: 950-951), um exemplo concreto disto foi a união de um poderoso banco de investimentos com o mais poderoso banco multilateral de

desenvolvimento (o Banco Mundial), e a concepção que as duas agências instituíram: o papel decisivo da igualdade de gênero e do alívio da pobreza para uma economia inteligente. No argumento das autoras, o RDM de 2012 foi “uma tentativa do Banco Mundial e seus parceiros corporativos de aprofundar e consolidar os valores e princípios fundamentais dos interesses capitalistas” (*Ibidem*: 951)⁸¹.

Roberts e Soederberg (2012: 957) analisaram a convergência do Banco Mundial com o Goldman Sachs (GS) ocorrida no mesmo período da crise financeira mundial. As autoras afirmaram que o GS, entre 2004 e 2006, teve relevante atuação na criação e venda de títulos garantidos por hipotecas (também de risco), vendendo bilhões em empréstimos a credores hipotecários, atingindo US\$ 184 bilhões em titularizações. Com altas taxas de lucro, foi nesse momento que o Goldman Sachs e o Banco Mundial, sob a presidência de Robert Zoellick (ex-diretor do GS), institucionalizaram sua parceria com o Plano de Ação de Gênero (*Gender Action Plan* – GAP). Tal plano delineou o “caso de negócios para a igualdade de gênero”, que fora abordado pelo GS em 1999 como estratégia no Japão, para avaliar o poder de compra das mulheres. Nessa experiência, a igualdade de gênero foi concebida como elemento da política macroeconômica, capaz de “reforçar” o crescimento econômico. A partir disso, o Goldman Sachs compreendeu a importância das mulheres como consumidoras e investidoras de serviços financeiros e de crédito – inclusive de hipotecas (*Ibidem*: 958).

Essa mesma experiência aplicada aos Estados Unidos foi despolitizada, afirmaram Roberts e Soederberg (*Ibidem*), pois o GS lucrou com hipotecas de risco vendidas às mulheres, principalmente negras e hispânicas (cujas famílias dependiam de suas rendas) que não conseguiram cobrir os custos dos juros elevados. Nesse momento, as mulheres tornaram-se alvos para a expansão dos lucros empresariais, ou seja, um recurso “subutilizado” no mundo. As agências de classificação foram pressionadas a admitir o fracasso dos modelos de avaliação de risco que haviam elaborado (para avaliar os títulos hipotecários), mas, apesar disso, o GS e os demais bancos de investimento continuaram a vender esses títulos, acumulando US\$ 6 bilhões de lucro (ROBERT; SOEDERBERG, 2012: 957- 959).

⁸¹ Segundo informações de Robert e Soederberg (2012: 959), a abordagem do Goldman Sachs-Banco Mundial sobre a igualdade de gênero foi expressa no Plano de Ação de Gênero de 2007, intitulado “Igualdade de Gênero como Economia Inteligente” (*Gender Equality as Smart Economics*), cujo objetivo foi melhorar oportunidades econômicas das mulheres, em prol de benefícios maiores. Com quatro anos de duração, foi financiada pelo Banco e pelos governos de Austrália, Canadá, Dinamarca, Alemanha, Islândia, Noruega, Espanha, Suécia, Itália e Reino Unido, além da fundação Nike. Também no ano de 2008, o Fórum Econômico Mundial criou o Grupo Global de Paridade de Gênero (*Global Gender Parity Group*), cujo objetivo era reduzir desigualdade de gênero, e a Goldman Sachs era um dos parceiros desse Fórum.

O *business case of gender equality*, dentro do que foi entendido como “economia inteligente”, consolidou-se pelas mesmas corporações que tiveram relevante papel na crise financeira global, que impactou diretamente o cumprimento dos ODMs. Para Roberts e Soederberg (2012: 960), a igualdade de gênero, segundo o Banco Mundial, serviu para melhorar a imagem de empresas e atrair a atenção pública. Diversas corporações se engajaram nessa perspectiva de gênero, pois a “cidadania corporativa” foi apresentada como um recurso natural e racional no desenvolvimento, capaz de obter recompensas tanto para mulheres como empresas. Dessa forma, buscaram se afastar da imagem pública de “fornecedoras da crise”:

Roberts e Soederberg (2012: 956) também constataram que a presença empresarial – em diferentes âmbitos da vida das pessoas em países pobres – foi uma construção das Nações Unidas que, em busca de direcionar esforços para o financiamento do desenvolvimento, reuniu, pela primeira vez, Estados, organizações da sociedade civil e corporações em torno do Consenso de Monterrey (2002), que teve como ponto central a participação de empresas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU. Esse comprometimento, de acordo com as autoras, chamou-se Pacto Global da ONU (*Global Compact – GC*), traduzido na ideia de “responsabilidade social” das corporações com o mundo. O novo milênio inaugurou a “cidadania corporativa”, expressa no tratamento dado à igualdade de gênero dentro da esfera empresarial, que transformou esse objetivo em um “traço desejável aos clientes e investidores”. Nesse sentido, “a responsabilidade social corporativa é uma avenida para as empresas melhorarem a sua competitividade, através da diferenciação de produtos e da captura da lealdade do crescente poder de mercado das mulheres” (*Ibidem*: 956).

Segundo Andrea Cornwall e Althea-Maria Rivas (2015: 398), os ODMs da ONU tiveram uma natureza *top-down* (de cima para baixo), segundo a qual indivíduos/os não afetadas/os por tais metas as definiam a partir do escritório das Nações Unidas. Essas metas deram centralidade ao papel de meninas e mulheres em projetos e iniciativas, e menos nas “questões de poder de gênero”. Em outras palavras, “fazer as mulheres trabalharem para o desenvolvimento, no lugar de fazer o desenvolvimento trabalhar pela sua igualdade e empoderamento” (*Ibidem*).

Esse caráter instrumental, pouco interessado na dimensão estrutural das relações de gênero – que se desdobra em violências, redução de direitos sexuais e reprodutivos –, prosseguiu numa agenda pouco desafiadora às persistentes desigualdades. Apesar de pressões para que as questões das mulheres recebessem visibilidade, os ODMs relacionados às mulheres e às relações de gênero fizeram uso de uma “retórica da inclusão” em lugar de “desafiar os

discursos dominantes problemáticos e as prescrições políticas” (*Ibidem*: 398-399). Ao mesmo tempo em que os compromissos pós-2015 colocavam a emancipação das mulheres no cerne do processo de desenvolvimento, os objetivos de redução da pobreza previam a abertura de mercados para “produzir sociedades abertas”.

Outra crítica de Cornwall e Rivas (*Ibidem*: 399) às metas da ONU diz respeito ao enquadramento dessa “nova agenda” na “linguagem antiga”. Ao mesmo tempo em que pesquisadoras, acadêmicas, funcionárias, ativistas feministas questionaram o discurso de “empoderamento” e “igualdade” dos ODM – e, de forma geral, as estratégias para as mulheres no âmbito internacional –, os pressupostos da economia neoclássica não foram questionados em sua raiz. A interrogação analítica e política desses significados é fundamental para a mudança de paradigmas. Ignorando isto, essas estudiosas, segundo as autoras:

(...) sucumbem a um consenso assumido sobre o que significam [essas ideias] e o conforto sedutor de mitos e narrativas de gênero que se baseiam em essencialismos, muitas vezes pintando as mulheres como os sujeitos merecedores das atenções do desenvolvimento por suas qualidades inerentes (*Ibidem*, tradução nossa)⁸².

As qualidades naturais seriam trabalhar mais, serem mais cuidadosas, responsáveis e conscientes do que os homens: “as virtudes das mulheres fazem parte da narrativa que as apresenta, junto às meninas, como um bom ‘investimento’ para o desenvolvimento” (*Ibidem*).

Segundo Anne Marie Goetz (2000: 48-49), existem lacunas nas premissas fundamentais do Banco Mundial. Uma delas é o fato de o capitalismo neoliberal ser objeto de análises macroeconômicas centradas na “melhoria de eficiência” do mercado, através de intervenção estatal limitada, propriedade privada e liberalização do comércio. Tais analistas baseiam-se na lógica da “racionalidade” e da “maximização de vantagens”. Por sua vez, a economia feminista inicia suas análises na microeconomia e na busca por mudanças dentro dos lares, e pensa a justiça de gênero na divisão do trabalho, no acesso à educação e emprego e na autodeterminação das mulheres. As mudanças entendidas pela economia feminista precisam atingir as relações familiares, os mercados e o Estado, este último central para os interesses das mulheres. Quando essas duas teorias se reuniram, Goetz afirmou:

Nas interações entre os defensores da igualdade de gênero e o Banco, os termos do discurso são definidos pelo Banco, por ser o interlocutor mais

⁸² No original: “(...) they succumb to an assumed consensus about what they mean and the enticing comfort of gender myths and narratives that rest on essentialisms, often painting women as the deserving subjects of development’s attentions because of their inherent qualities”.

poderoso, obrigando as críticas feministas a trabalhar com a efetividade no âmbito da preocupação neoliberal (*Ibidem*: 48, tradução nossa)⁸³.

Para Goetz (*Ibidem*: 49), quando o Banco começou a se interessar sobre investimento em mulheres, foi o capital humano que determinou a “eficácia” de se debruçar sobre o assunto. Os retornos gerados em investimentos nas “externalidades sociais” (ou seja, a queda das taxas de natalidade, a expectativa de vida, a nutrição e o aumento dos níveis educacionais) convenceram o Banco Mundial em aumentar a sua carteira de empréstimos em saúde e educação de meninas e mulheres. Entre 1980 e 2000, Goetz (*Ibidem*) constatou que, de 615 projetos do Banco (de 5.000) que tiveram algum componente relacionado ao gênero, 46% estavam nos setores de saúde, população e educação, áreas essas “relativamente não controversas para investir” e que são socialmente aceitas por enfatizar as “virtudes” das mulheres, como a reprodução biológica.

Em relação à literatura de gênero e às discussões acerca das dimensões da igualdade, os empecilhos foram maiores (*Ibidem*: 49-50). Os programas de microcrédito para as mulheres receberam adesão por manter a coerência com a “efetividade da redução da pobreza”. No entanto, dois problemas foram identificados nesse tema: primeiro, o quadro cognitivo do Banco, que sugeria que as desigualdades de gênero seriam superadas através da correção das imperfeições do mercado. Esse ponto de vista desprezou outros aspectos que incidem sobre as relações de gênero, como os que – na linguagem do Banco – induzem as/os indivíduos/os à menor produtividade; ou seja, não se constatou, tampouco agiu sobre os trabalhos reprodutivos das mulheres:

Em um ambiente político que se recusa a legitimar ou a diminuir os custos de compensação pela perda do investimento doméstico das mulheres, as mulheres deverão trabalhar mais em arenas "produtivas" e "reprodutivas", reduzindo sua produtividade em ambos. Assim, os argumentos às vezes oferecidos pela igualdade de gênero que defendem que "investir na produtividade das mulheres é economicamente eficiente", ou que o "crescimento econômico exige a participação das mulheres" são pouco convincentes (*Ibidem*: 50, tradução nossa)⁸⁴.

⁸³ No original: “*In interactions between gender equity advocates and the Bank, the terms of discourse are set by the Bank, as the more powerful interlocutor, obliging feminist critics to work within the framework of the neoliberal concern with efficiency*”.

⁸⁴ No original: “*In a policy environment which refuses to legitimate or to finance the costs of compensating for the loss of women's investment household reproduction, women will be expected to work harder in 'productive' and 'reproductive' arenas, depleting their productivity in both. Thus the arguments sometimes offered by gender equity advocates that 'investing in women's productivity is economically efficient', or that 'economic growth requires women's participation' are a little unconvincing*”.

O segundo problema apontado por Goetz (*Ibidem*: 51) teve a ver com a interpretação – oportuna – do Banco sobre “ética” e “ideologia”, ou seja, o que para a agência representava os limites de se intervir em outras culturas. Essa ideia sugeriu que as feministas partiram de uma visão ocidental para avaliar o que pode ou não ser feito sobre as diversas formas de relações sociais de gênero no mundo. Portanto, o Banco avaliou determinados temas como uma “interferência de ordem cultural”, e apontou sua cláusula: “o pessoal está autorizado a pagar o ‘devido respeito’ à sensibilidade cultural” (*Ibidem*). Essa afirmação, segundo Goetz, ignorou o fato de que suas “intervenções” impactam fortemente diversas sociedades. Isto sem mencionar a “natureza ideológica” de seu quadro cognitivo, amplamente adepto de uma “economia pragmática” (*Ibidem*). No RDM de 2012 essa ideia foi reiterada, quando o Banco afirmou ter adotado uma “abordagem pragmática” e a continuidade de sua “tradição” de trabalho no que chamou de “economia de gênero” (BANCO MUNDIAL, 2011b: 12).

Suzanne Bergeron (2006: 131), em sua análise do relatório de 2001 *Engendering Development*, considerou que a proposta de abordagem multidisciplinar do Banco foi um passo além da “estreiteza do economicismo anterior”, mas as limitações persistiram. O relatório de 2001 – que deu as bases para o RDM de 2012 – manteve-se distante de discussões “pós-coloniais” sobre as mulheres e sua agência. A ideia do Banco de que a agência das mulheres (de todos os países) é conquistada através de crescimento econômico reflete o seu apego à teoria da escolha racional e à macroeconomia.

Segundo afirmaram Roberts e Soederberg (2012: 965): “(...) ao apresentar a igualdade de gênero como economia inteligente, o RDM de 2012 reforçou a ortodoxia neoliberal de que as corporações, os Estados capitalistas e os pobres do sul global” possuem as mesmas motivações em enfrentar a desigualdade de gênero. Além disso, a “economia inteligente” do Banco manteve-se parcial, pois não visualizou os homens e meninos como agentes da promoção da equidade de gênero, o que ignorou o aspecto relacional do próprio gênero (CHANT; SWEETMAN, 2012: 527).

O mercado de trabalho não foi abordado como uma esfera imersa nas dinâmicas de poder de gênero, que, por exemplo, agiu sobre o menor acúmulo de experiência das mulheres (mantendo estereótipos). A suposta neutralidade que a literatura econômica dominante atribuiu ao mercado de trabalho dificultou a inclusão de reflexões fundamentais sobre esse espaço, como o entendimento de que esse mercado também é uma instituição social que opera com base em normas sociais de desigualdade de poder, como o racismo e o sexismo. Nesse sentido, para Razavi:

O fato de as regras e normas do mercado de trabalho “contribuírem para a segregação do emprego” não é indicativo de “falha no mercado”, mas parte de como os mercados reais (em oposição ao mercado abstrato de livros didáticos neoclássicos) operam. A solução, então, não é que as mulheres abandonem a enfermagem para se tornarem engenheiras (porque a enfermagem é um setor dominado pelas mulheres que não é “valorizado” pelo mercado), mas a criação de mecanismos sociais que reduzam as diferenças salariais por meio de instituições efetivas que representem os interesses de diferentes grupos de trabalhadores (RAZAVI, 2012: 5, tradução nossa)⁸⁵.

Razavi (2012: 5-7) afirmou que, apesar de referências às pessoas que não têm emprego formal, o RDM pouco reconheceu as mudanças no mercado de trabalho mundial, como o aumento da exploração feminina, que acompanhou mudanças nos tipos de trabalho e a ampliação de empregos informais e desprotegidos (a “feminização da pobreza”)⁸⁶. No entanto, a autora considerou o RDM de 2012 importante por demarcar uma virada no pensamento do Banco sobre a igualdade de gênero, reconhecendo esse objetivo como valor intrínseco e um direito humano fundamental, diferentemente de documentos anteriores, que pontuaram a igualdade de gênero somente como algo necessário ao crescimento econômico.

Idoye Zabala (2005: 345) também considerou os esforços do Banco. No entanto, a autora destacou que a instituição necessita de uma ampla reforma em sua visão de desenvolvimento para, de fato, contribuir com a igualdade. Dessa forma, Zabala (*Ibidem*: 35-36) enumerou as formas como o gênero poderia ser incorporado pela instituição, como: recursos financeiros aos objetivos mais gerais das mulheres, colocando-as na agenda política existente (e não em comissões específicas); um enfoque relacional, e não apenas um conjunto de estratégias direcionadas a um grupo (o que tem a ver com a ambiguidade do conceito de gênero utilizado pela instituição); setores mais bem aparelhados, com funcionárias/os fixas/os que trabalhem com os temas de gênero e temáticas mais amplas sobre o desenvolvimento humano.

⁸⁵ No original: “*The fact that labour market rules and norms “contribute to employment segregation” is not indicative of “market failure”, but part of how real markets (as opposed to the abstract market of neo-classical textbooks) operate. The solution then is not for women to give up nursing in order to become engineers (because nursing is a female-dominated sector that is not “valued” by the market), but to create social mechanisms that reduce wage gaps through effective institutions that represent the interests of different groups of workers (solidarity wage-setting)*”.

⁸⁶ O conceito de “feminização da pobreza” se tornou conhecido através um estudo de Diane Pearce (1978), que abordou padrões de gênero na evolução das taxas de pobreza nos EUA, entre a década de 1950 e a década de 1970. A autora utilizou o conceito de duas formas: a primeira, em referência à elevação do número de mulheres pobres; e a segunda, em relação ao aumento de famílias chefiadas por mulheres em situação de pobreza. Posterior a isso, outros estudos fizeram uso da categoria, definindo a “feminização da pobreza” como o aumento da pobreza em famílias chefiadas por mulheres em relação às famílias chefiadas por homens, ou o aumento da pobreza entre as mulheres em relação aos homens pobres. Os usos são variados em pesquisas que buscam resultados em um recorte delimitado (MEDEIROS; COSTA, 2008: 115).

Por outro lado, Roberts e Soederberg (2012: 954-955) afirmaram que as relações de dominação do capitalismo são fluidas, desiguais e contraditórias e o gênero, como constructo social, está intimamente ligado ao desenvolvimento histórico do capitalismo. Também a natureza desigual e exploradora do capitalismo alimentou e se nutriu de construções sociais de gênero e raça, utilizadas historicamente para criar divisões de classe e manter a reprodução de uma ordem social hierárquica. No entendimento das autoras, a sociedade capitalista, assim como o gênero, são construções sociais, normalizadas “através das relações de classe e do poder dos Estados capitalistas e, por extensão, organizações internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional” (*Ibidem*: 955).

Nesse sentido, para as autoras, se o capitalismo é construção social baseada na exploração de classe, com crises periódicas, o RDM deve ser visto como normalizador (ou despolitizador) da desigualdade socioeconômica suscitada por mercados. Junto a isso, a publicação buscou aumentar as formas de exploração das mulheres, através de recomendações sobre parcerias público-privadas e objetivos de “melhorar a produtividade” e “eficiência dos mercados”; ou seja, a “economia inteligente”. Esse fator deve ser entendido como “parte da trajetória histórica da reestruturação do neoliberalismo, que cedeu papel central às corporações empresariais” (*Ibidem*: 956).

3.2 Discussão crítica sobre o RDM de 2012

Trouxe, no tópico anterior algumas das discussões que considerei fundamentais sobre o RDM de 2012 e seus pressupostos, pois é importante compreender os posicionamentos a respeito dos objetivos e das estratégias de luta presentes no vasto e heterogêneo campo do pensamento feminista. Por um lado, há àquelas/es que se opõem radicalmente às iniciativas dominantes relativas às desigualdades sociais, e há as/os que consideram o Banco um agente de transformações positivas, ainda que dentro de suas próprias contradições.

Considero o RDM de 2012 conservador, porque entende as mulheres e meninas enquanto instrumentos para o desenvolvimento, não pessoas com necessidades e interesses diversos. As mulheres apenas se tornam relevantes – ou munidas de agência – quando isto se torna interessante aos fluxos de investimento, o que pode ser identificado na persistência de políticas voltadas à contenção populacional e no investimento em capital humano como forma de tornar as trabalhadoras “produtivas”. São essas as funções que estão no centro das políticas

públicas para as mulheres – e as variáveis observáveis mais importantes. A produtividade das mulheres importa, portanto, para o crescimento econômico e a acumulação do capital, e menos para a sua própria existência, enquanto pessoas que se expressam, sentem necessidades diversas e possuem vínculos afetivos – ou seja, possuem humanidade.

Com base nisto, entendo o RDM de 2012 como uma publicação contraditória e complexa pois percebi, ao longo de seu texto, dois posicionamentos: *permanências* e *reformulação seletiva*. O primeiro se refere aos temas recorrentes em relatórios do Banco; o segundo posicionamento diz respeito a temas relevantes sobre as mulheres, mas que pouco historicizam e localizam o capitalismo enquanto dinâmica de poder inserida em relações sociais. Para tanto, considero importante pontuar as observações de Olivier Nay (2014: 211) acerca da produção e reprodução de conhecimentos de agências internacionais como o Banco Mundial que, longe de ser um ator neutro e engajado, é capaz de absorver, filtrar e reorganizar demandas específicas das lutas sociais. O que o configura como um ator em disputa por hegemonia no campo das formulações sobre o desenvolvimento.

De acordo com Chant (2012: 207-208), a construção do RDM de 2012 foi rodeada de controvérsias desde as primeiras reuniões que definiram os temas a serem abordados pela publicação: a existência de um documento prévio mesmo antes da reunião com consultoras/es; e as contradições sobre a associação direta entre crescimento econômico e a igualdade de gênero. Além disso, para a autora, faltaram referências e indicadores de outras organizações de desenvolvimento (que discutiam o assunto). Chant (*Ibidem*), que fez parte do grupo de consultoras/es do relatório, questionou a ausência de um número mais amplo de acadêmicas/os, ativistas, e ainda apontou o uso de uma vasta bibliografia sobre o tema que omitiu os posicionamentos de autoras/es e pesquisadoras/es. O que ilustra os conflitos em torno da produção de conhecimento sobre a igualdade de gênero e, principalmente, as restrições que determinadas discussões encontram dentro desses espaços.

As organizações internacionais aplicam ideias, as monitoram, revisam e avaliam. O Banco Mundial possui um relevante papel na disseminação de conceitos e teorias – que prontamente se tornam legítimas, por sua capacidade de recomendar e criar condicionalidades políticas. A atuação de agências como o Banco Mundial não se limita a transações financeiras para a “ajuda” ao desenvolvimento, mas também se debruça sobre a produção de documentos, livros e guias técnicos sobre conceitos e ideias relacionados ao desenvolvimento. Esse sistema de ajuda se articula em redes transnacionais que formulam e reformulam os temas de interesse global, desenvolvendo “padrões, normas informais, abordagens, indicadores estatísticos e

pontos de referência para o uso de tomadores de decisão, especialistas e profissionais” (NAY, 2014: 214).

Mas as organizações internacionais não são coesas, tampouco suas ideias são homogêneas. Na realidade, elas representam, segundo Olivier Nay (*Ibidem*: 215), arenas institucionais compostas por membros individuais, clubes de países e grupos interessados em *lobby* político e por influenciar tomadas de decisões internas. São distintas visões sobre os objetivos globais, nacionais e sobre a produção de conhecimento que se conflitam e fragmentam. Nesse sentido, o conhecimento materializado em publicações deve ser observado como “resultado final” dessas dinâmicas que incluem tensões internas e atores externos (mas somente aqueles com recursos para acessar tais discussões) (*Ibidem*).

Mapeei, a partir da análise do RDM de 2012 alguns temas que, em primeiro, persistiram ao longo dos relatórios do Banco desde a década de 1970 e, em segundo, foram apropriados e reformulados dentro dos interesses políticos da agência. Classifiquei esses temas em dois grupos: *permanências* e *reformulação seletiva*, este último grupo se refere às ideias e conceitos que foram adequados às preferências e visões ideológicas do Banco, através de uma “apropriação seletiva” e adaptação (*Ibidem*: 221).

No primeiro grupo identifiquei três argumentos que atravessaram todos os relatórios do Banco desde a década de 1970: (a) a já mencionada capacidade reprodutiva biológica das mulheres e sua associação com o controle populacional; (b) o enquadramento econômico das relações sociais, o que coloca a interação mercados-instituições-família como uma dinâmica coesa e facilitadora da igualdade de gênero (omitindo dimensões de poder como o racismo, o heterossexismo, a classe e a geopolítica); (c) a disputa pela narrativa feminista e da igualdade de gênero, definindo as origens, os pontos de saída e pontos de chegada para as mulheres.

Identifiquei na *reformulação seletiva* três argumentos do Banco: (a) quando afirmou que o capital humano (acesso a serviços básicos sociais) é capaz de influenciar na maior autonomia das mulheres; (b) as críticas às legislações discriminatórias, que legalizam interdições às mulheres (como a necessidade de permissões do marido e mecanismos de denúncia sob responsabilidade de homens) além da falta de representação política; (c) o diálogo, ainda que seletivo, com consultoras e especialistas em estudos de gênero.

De acordo com Nay (2014: 212), os conceitos globais surgem de “comunidades epistêmicas” antes de serem apropriados e disseminados. O autor sugeriu que os conceitos associados à assistência internacional não são politicamente ou ideologicamente neutros. Esses conceitos podem funcionar para estruturar, disseminar e manter visões de mundo hegemônicas.

Em outras palavras, são “estruturas de conhecimento” fundamentais para legitimar relações de poder. Também, os conceitos não são estáticos, e sim passíveis de interpretações diversas em “sucessivos processos de ressignificação (...) são objeto de diversas apropriações ideológicas e várias formas de resistência” (*Ibidem*).

As *permanências* se inserem no pressuposto do Banco que relaciona a redução da pobreza ao controle populacional. Nessa perspectiva, quanto maior a população, maiores os gastos com o bem estar social, maiores os impactos sobre o meio ambiente e menores os gastos sociais. Na década de 1970, o Banco afirmava a necessidade de um enfoque integrado entre crescimento econômico, redução das taxas de natalidade e sustentabilidade nos planos de ação (FONSECA, 1998: 3). A partir da década de 1990, passou a fazer uso de um discurso sobre investimentos em capital humano como forma de influenciar o tamanho das famílias e estimular a autonomia das mulheres para o trabalho “produtivo”.

Uma nova roupagem foi dada aos argumentos sobre o controle populacional e redução das taxas de natalidade, tão recorrente nos relatórios da década de 1970. No entanto, percebo que o “empoderamento” e a “agência” foram utilizados de três formas: como meios de reduzir o tamanho das famílias, os gastos sociais, e enquadrar as diversas necessidades das mulheres em uma lógica de progresso individual, o que sugere, implicitamente, as formas como as mulheres devem se organizar para tornarem-se “empoderadas”. Essa ideia do RDM de 2012, que representa outra *permanência*, tem disputado com o feminismo uma narrativa sobre a emancipação das mulheres: localizando o problema, apropriando-se de discussões, definindo e disseminando um novo conhecimento.

Em sua tese, Nay (2014) notou os momentos da produção de conhecimento na arena internacional. O autor distinguiu em três: *normalização*, ou seja, a repetição do conceito publicamente e em documentos de política, sua utilização como ferramenta de análise para o monitoramento de dados, por fim, a implementação de políticas e a disseminação da informação em variados públicos e redes de discussão sobre o tema. No segundo momento ocorre o processo de *fragmentação* ocasionado pela normalização, que é quando ocorrem os “desvios” e as “distorções” dos significados, que se tornam estranhos à interpretação inicial. Isto passa pela sofisticação da análise, que pode gerar múltiplos significados, apropriações divergentes e a resistência de atores ao novo conceito e sua aplicação. O último momento, a *assimilação*, é a “incorporação de visões heterodoxas no paradigma dominante” sem, de fato, revisá-las.

No entanto, esse processo não é espontâneo e, no caso da agenda de igualdade de gênero, a consciência sobre o tema ocorreu no mesmo momento do “abrandamento” da postura

macroeconômica do Banco – como pôde ser visto em dois momentos, com Robert McNamara (1968-1981) e James Wolfensohn (1995-2005) (BERIK, 2017: 564).

Segundo Elisabeth Prügl (2016: 16), o conceito de “agência” é recente nos documentos do Banco sobre gênero. No RDM de 2012, o conceito se baseou no livro de Amartya Sen, *Desenvolvimento como Liberdade*, lançado em 1999. Nesse texto, Sen (2000: 18) argumentou que para as pessoas viverem as suas vidas a partir de suas escolhas, seria necessária uma “expansão das capacidades”, cuja ação do Estado é fundamental. Nessa perspectiva, a renda pode ser um fator limitador dessas liberdades, mas a ausência de “capacidades”, ou a “privação” dessas capacidades é um elemento central para a continuidade da pobreza (*Ibidem*: 32). Dentro dessa ideia, as mulheres surgem como “portadoras de direito”, o que justifica a frase inicial do RDM de 2012, que a “igualdade de gênero importa por si mesma”.

A agência representa uma “liberdade básica” de desenvolvimento e, no discurso do Banco, tornou-se uma forma de as mulheres acessarem oportunidades econômicas. Por sua vez, o empoderamento foi definido como uma expansão da agência ou da “liberdade de escolha”. (PRÜGL, 2016: 16).

O “empoderamento é um tipo de autodeterminação ou autonomia que permite que as mulheres busquem todos os tipos de metas, não apenas aquelas ligadas à participação no mercado” (*Ibidem*). Ou seja, essa possibilidade, no argumento do Banco, é fornecida pela globalização e a veiculação de informações sobre mulheres de distintas culturas – como a ocidental: mais “aberta” às trabalhadoras femininas, à liberdade sexual, à expressão política e menos condescendentes a determinadas violências de gênero. Assim, segundo Prügl (*Ibidem*: 17), especialistas em gênero do Banco “adotaram compreensões feministas de empoderamento combinando recursos, agência e sucesso e abrindo espaço intelectual para interrogar o poder de várias maneiras: controle sobre recursos, autodeterminação e capacidade de gerar mudanças” – ou seja, foi feita uma *reformulação seletiva* do conceito, que focalizou na pessoa e não no processo de empoderamento.

O Banco Mundial, desde os relatórios da década de 1990 tem anunciado a igualdade de gênero nos objetivos do crescimento econômico e, mais recentemente, tem disseminado novos conceitos em torno dessa igualdade, como “agência”, “voz”, “capacitação/empoderamento”. O RDM de 2012 sugeriu que a desigualdade de gênero se reduziria com investimento em igualdade de oportunidades, no reconhecimento das necessidades específicas e na diminuição das barreiras institucionais (*Ibidem*: 265).

O relatório entendeu que a “economia política da reforma de gênero” deve considerar políticas públicas (“sintonizadas” com a sociedade civil) e o ambiente político. O Estado seria o garantidor de mecanismos necessários à participação das mulheres no processo de desenvolvimento: através de provisão pública para assistência, investimento em ensino básico e saúde, representatividade política, relações familiares mais justas. Isto é, o relatório incorporou determinadas demandas presentes no feminismo de segunda onda, especificamente aquelas relacionadas ao âmbito legal.

Essa aparente postura de “rompimento”, se distanciou de ideias filantrópicas ou de preocupação social com a desigualdade de gênero. Foi uma *reformulação seletiva*. Em meio às críticas feministas que apontavam as contradições de se reduzir as desigualdades dentro do paradigma dominante, a instituição manteve-se firme sobre sua orientação para o crescimento econômico capitalista. O RDM de 2012 recomendou as formas como os recursos financeiros podem ser manejados para promover a igualdade de gênero: investimentos financeiros (de setores privados e da comunidade internacional), reformas no Estado (garantindo a governança) e, conseqüentemente, a reformulação de políticas públicas nacionais.

Na ideia do Banco, a igualdade de gênero está presente em países mais ricos, portanto, as discriminações fazem parte (principalmente) de sociedades “atrasadas culturalmente”. A partir dessa ideia, a agência conseguiu conciliar o crescimento econômico à igualdade de gênero. No entanto, a escassez de evidências, segundo Prügl (2016: 6), motivou a instituição a investir em pesquisas que pudessem mostrar uma “conexão positiva” entre igualdade e crescimento econômico. Segundo a autora, o Plano de Ação de Gênero entre 2007 e 2008 gastou o total de US\$ 4,2 milhões de dólares em 56 trabalhos analíticos em sintonia com países membros e os seus programas políticos específicos, almejando “construir o *business case* para a igualdade de gênero” (*Ibidem*).

Diferentes posições ao RDM de 2012, como a de Chant (convidada à consultoria) e Roberts e Soederberg (com perspectivas mais radicais sobre a atuação do Banco), apontaram a incompatibilidade dos pressupostos econômicos com as ideias feministas de igualdade de gênero. Além de omisso às políticas de austeridade e sobre o redirecionamento dos gastos públicos, Berik (2017: 566) também apontou que o RDM de 2012 foi seletivo e ambíguo em suas pesquisas. No caso, as brechas salariais entre homens e mulheres em setores de produção e exportação não foram consideradas como uma vantagem para o crescimento desejado – o que era importante ao Banco – pois em sua argumentação, os serviços de exportação advindos da globalização e dos avanços tecnológicos são caminhos para o crescimento de países pobres e a

inserção das mulheres no mercado de trabalho (e sua conseqüente autonomia) (*Ibidem*). O “não reconhecer” foi plausível para que o Banco fizesse uso da associação “igualdade de gênero na educação” e “crescimento” e omitisse a relação “desigualdade de gênero no salário” e “crescimento” (*Ibidem*)⁸⁷.

De acordo com Prügl (2016: 9), a “cooptação” do feminismo pelo neoliberalismo é incompleta, enquanto, por um lado, se aproxima de temas e conceitos importantes (e caros) ao feminismo (acomodando-os à ortodoxia neoliberal), ao mesmo tempo manteve-se firme sobre a centralidade da igualdade de oportunidades. Na perspectiva da autora (*Ibidem*), “a desigualdade de gênero continua sendo, de longe, o problema mais saliente identificado em publicações do Banco voltadas para o gênero”. A agenda de igualdade de gênero do Banco é limitada tanto pela sua definição do conceito de gênero, como seu entendimento sobre a igualdade. Esta última, assentada na tradição neoclássica: igualdade como uma questão de oportunidades.

No RDM de 2012, o Banco indicou os passos necessários para se aplicar uma “economia política da reforma de gênero”, ou seja, como as políticas públicas podem se “sintonizar” com a sociedade civil e o ambiente político: em primeiro lugar, através de ações coletivas de instituições informais, como redes sociais e sociedade civil; em segundo lugar, através da atuação de mercados (responsabilidade social corporativa, articulação comercial); por fim, por meio do Estado enquanto garantidor de mecanismos necessários à participação igualitária das mulheres (BANCO MUNDIAL, 2011a: 360-362).

É interessante notar, a partir dessa informação, que o Banco pretendeu se colocar no papel de prescrever as formas mais adequadas de se atingir mudanças concretas na situação das mulheres rumo à igualdade de gênero, o que ficou evidente quando distinguiu entre “feminismo” e “movimento de mulheres”. Na perspectiva do RDM, o movimento de mulheres é uma força motriz que atuou para estender o debate sobre as necessidades das mulheres e

⁸⁷ Segundos dados da OIT de 178 países, a diferença de gênero no emprego diminuiu 0,6 pontos entre 1995 e 2015. Em média, as mulheres recebem 77% do valor recebido pelos homens e trabalham mais horas (no trabalho remunerado e não remunerado). Nos países desenvolvidos, as mulheres gastam, em média, 4 horas e 20 minutos a mais no trabalho não remunerado por dia, em comparação com 2 horas e 16 minutos dos homens. Nos países em desenvolvimento, gastam 4 horas e 30 minutos por dia em trabalho não remunerado, em comparação com 1 hora e 20 minutos dos homens. Em termos de pensões, as desvantagens persistem. Globalmente, as mulheres representam cerca de 65% das pessoas acima da idade de aposentadoria (60-65 anos ou mais) sem qualquer pensão regular: cerca de 200 milhões de mulheres nessa faixa etária vivem sem rendimento regular em comparação aos 115 milhões de homens. Nas estimativas do relatório, considerando as pequenas mudanças ocorridas sobre as diferenças salariais, seriam necessários mais 70 anos para acabar com a disparidade salarial de gênero (dados da OIT sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho global, com base no relatório “Mulheres no Trabalho: Tendências de 2016”. Disponível em <http://www.ilo.org/brasilianoticias/WCMS_458115/lang--pt/index.htm>. Acesso em 2 de maio de 2018.

igualdade de gênero, preparando o terreno para reformas (*Ibidem*: 334). Já o feminismo é um movimento político voltado para mudanças sociais (que obteve ganhos nesse sentido), constituído por uma variedade de grupos e distintas estratégias de ação. Portanto, o feminismo é um movimento que “não contém um conjunto de objetivos fixos, continuidade, unidade e coordenação – como fazem alguns outros movimentos sociais” (*Ibidem*).

O movimento de mulheres definido pelo RDM se reuniu em torno das conferências da ONU – diferente da história das ondas feministas. É coeso e composto por mulheres de diferentes países, que criaram “interesses comuns e estratégias de ação em todo o mundo”. O alcance desse movimento foi tal, que a cada ano o Banco estimou que aumentou o número de ONGs de mulheres (300 ao ano). Portanto, esse movimento defende metas e compromissos para “promover as preocupações das mulheres na sociedade”, baseando-se em sucessos passados. Dessa forma, o relatório descreveu o movimento de mulheres como uma coalizão que se fortaleceu nacional e internacionalmente, reunindo as mulheres em torno de um tema comum.

Figura 4 – “Feminismo em perspectiva” (Banco Mundial, *box* 8.2, 2011a, p. 334)⁸⁸

Women’s movements have long been a driving force for social change. They have given voice to the cause of gender equality, creating a space for public debate and setting the stage for change and reform.

Women mobilize as political actors and social agents for a wide variety of causes—social, political, economic, environmental. For example, the Mothers of the Plaza de Mayo in Argentina—mothers demanding the safe return of their children who disappeared during the military dictatorship—are organized around a nongender equality issue.

Feminism (and the women’s movement associated with it) refers to groups organized around women’s inequalities and disadvantages deriving from their gender. The feminist movement is a political movement concerned with changing social conditions. Awareness of disadvantage and rejection of the prevalent social order is a central pillar of its politics. The feminist movement is made up of several groups and strands with a common concern—women’s position in society—but with different priorities, identities, and strategies for action. So as a movement, it does not contain a set of fixed common objectives, continuity, unity, and coordination—as some other social movements do.

Feminism as a social movement began in the early 1920s—the “first wave” in the United States and Europe—seeking to reform specific laws perceived as holding women in a subordinate position. Focusing on suffrage, the right to own property, and access to the justice system, it engaged women politically, won legal recognition of women, and challenged legal barriers to gender equality.

The second wave, radical feminism, recognized that legal equality was not enough to change women’s subordination in society. Organized around the slogan, “the personal is political,” a new agenda aimed at transforming the social and economic status of women. Focal areas included control over women’s own bodies—particularly reproduction—equal pay claims, and domestic violence. The emphasis on subordination and difference was articulated around “intersectionality” and the interrelations among sex, race, and class oppression.

The third wave, postfeminism, shifts attention from legal rights and group identity to emphasize (and act on) a new concept of equality that disregards all fundamental differences between men and women. Rejecting all possible factors that unite women as a class or a group, as well as all homogenizing definitions and generalizations, postfeminism focuses instead on cultural and individual rights.

Perspectives and points of public action have shifted over time, but the women’s movement has solidified, nationally and internationally. The international, or global, women’s movement can be derived from the national organizations that came together around the 1975 declaration of the Decade of Women by the United Nations and its four international conferences—Mexico City (1975), Copenhagen (1980), Nairobi (1985), and Beijing (1995). These conferences were the first to bring together women from developed and developing countries, creating common interests and strategies for action the world over.

The number of women’s international nongovernmental organizations (WINGOs) has swelled, with more than 300 new groups founded each year around the world. They espouse a broad variety of goals but share a commitment to advancing women’s concerns in society. Their focus, priorities, and means of action have also shifted from one decade to another, building on past successes and responding to new social realities.

Two forces are at constant play: controversy and coalition. Coalition has given the movement strength in the international and national sphere when it has managed to bring women together around a common topic. Controversy—as the recognition of differences within the movement—gives the movement life.

⁸⁸ As referências consultadas pelo RDM de 2012 para esse *box* foram: ANDREASEN, Tavo et al. *Moving on: New perspectives on the Women’s Movement*. Aarhus: Aarhus University Press, 1991; ANTROBUS, Peggy. *The Global*

Se esta distinção é cabível para o Banco, destaco alguns pontos contraditórios nessa definição e diferenciação entre o “feminismo” e um suposto “movimento de mulheres”. Em primeiro, desconfio dessa separação elaborada pelo Banco, pois além do feminismo ser um movimento heterogêneo com pautas diversas (e muitas vezes opostas), existem mulheres que ocupam funções e cadeiras em academias, organizações internacionais, grupos políticos e consultorias – exceto aquelas que recusam o título de feminismo e se posicionam como “antifeministas” – que mantêm (e afirmam uma abertura) a diálogos em diferentes espaços políticos. Portanto, compartilho da definição de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014:7) de que o feminismo, corrente plural e diversa, é obrigatoriamente político. Nesse sentido, não é uma luta “localizada”, mas reflete e cria estratégias através das relações de gênero que atravessam toda a sociedade, cujos efeitos não se restringem às mulheres.

Segundo Connell (2014:14-15), foi a partir da crítica feminista que o gênero foi entendido como uma estrutura das relações sociais, daí a defesa de feministas por justiça social – e a disputa pela definição de uma agenda onde caibam as necessidades das mulheres e desafie as estruturas sociais que as oprimem – ou seja, pede por reparação da desigualdade. Mas é preciso reconhecer os múltiplos fatores que constituem as pessoas, pois mesmo os homens, a quem se associa todo o poder de dominação, “não compartilham de forma igualitária do dividendo patriarcal. Divisões de classe, privilégio de raça, exclusão, diferenças rurais/urbanas, além de outras forças, produzem hierarquias de riqueza e pobreza” (*Ibidem*).

Percebo que essa distinção do RDM de 2012 entre o feminismo e o movimento de mulheres – o único momento em que mencionou diretamente o feminismo – tem feito parte da produção e reprodução de conhecimentos mobilizados por organizações internacionais. O RDM de 2012 se apropriou dos termos do feminismo, repetindo-os e normalizando-os (ou despolitizando-os) ora como empecilhos (“a desigualdade de gênero afeta o crescimento econômico”) ora como garantias para o desenvolvimento e a redução da pobreza (“a igualdade de gênero é capaz de transformar as trabalhadoras em cidadãs mais produtivas”). Dessa forma, entendo que o Banco *fragmentou* – como na teoria de Nay – a igualdade de gênero, disputando o seu sentido político.

Women's Movement Origins, Issues and Strategies. New York: Zed Books, 2004; BASU, A.; MCGREGORY, E.C. (eds) *The Challenge of local Feminisms: Women's Movements in Global Perspective*. Boulder, CO: Westview Press; HOOKS, Bell. *Feminist Theory. From Margin to Center*, 2ed. Cambridge: South End Press, 2000; FERREE, M.M.; HESS, B.B. *Controversy and Coalition The New Feminist Movement across Four Decades of Change*. New York: Routledge, 2000; PAXTON, P.; HUGHES, M. *Women, Politics and Power: A Global Perspective*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 2007; WHELEHAN, Imelda. *Modern Feminist Thought: From the Second Wave to 'Post-Feminism'*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995.

O feminismo de segunda onda, mesmo organizado em diferentes frentes, considerou fundamental a transformação profunda das estruturas sociais. Parte da agenda feminista que reivindicava por proteções legais teve suas pautas ressignificadas, sofisticadas e disseminadas por especialistas técnicos, o que pode ser atribuído – em menor grau – a setores do feminismo interessados em ocupar os espaços de decisão da arena internacional. E, em um grau mais elevado ainda, a capacidade do capital em reformular seu “aparato justificativo”, adaptando-se às novas questões postas pelas lutas sociais. Apesar de arraigado, o capitalismo é frequentemente reconstituído e diariamente reproduzido para manter-se dominante. No momento da década de 1970 e, principalmente, nos anos de 1990, o fato do Banco ter adiado uma aproximação com as temáticas levantadas por feministas o tornou vulnerável publicamente, pois a visibilidade desse assunto passou a constranger a instituição publicamente, primeiro, frente aos atores externos que cobravam respostas, segundo, dentro do sistema de ajuda internacional.

Segundo Nay (2014: 212-214) existem algumas formas de se entender o peso das discussões internacionais e a disseminação dos conhecimentos abordados por essas frentes: primeiro, organizações internacionais atuam como fóruns de política e estão em constante diálogo com atores estatais e não estatais, como ONGs e setor privado (voltados para a formulação e a contribuição do fluxo de “padrões e normas políticas”); segundo possuem uma estrutura administrativa, com unidades, departamentos e especialistas em políticas, envolvidos com a produção de conhecimento especializado voltado para programas políticos: selecionam e reformulam ideias e se conectam em “redes intelectuais transnacionais” em contato com “comunidades epistêmicas” (analistas, consultoras/es privados, acadêmicas/os, ativistas, jornalistas) capazes de, segundo Nay: “identificar questões emergentes e controversas que podem ser integradas na agenda das organizações, emprestando a essas ideias maior legitimidade e impulso político ao categorizá-las e codificá-las em uma perspectiva” (*Ibidem*: 213)

No RDM de 2012, tanto o feminismo como a proteção legal e a representatividade política (justiça) foram inscritos nos próprios termos do Banco. O discurso é aparentemente, simples: “dar voz” e “dar agência”, o que foi questionado por Cornwall e Rivas (2017: 409). Para as autoras, “não se trata apenas de inserir as mulheres em espaços criados por outros”, trata-se de pensar toda a extensão das relações sociais, como no caso de relações opressoras entre homens e mulheres – e, completo, entre homens e homens, mulheres e mulheres (que oprimem em razão da classe, da raça/etnia, do gênero, da sexualidade e da religião) e entre

pessoas cisgêneras/os e pessoas transexuais, travestis e não binárias (o que também inclui racismo, heterossexismo e discriminação religiosa).

O RDM de 2012 argumentou que a justiça institucional é um empecilho aos investimentos e resultados em capital humano, como a falta de representatividade e informações legais, que mantiveram/mantém as mulheres distantes de mecanismos de denúncia. Também a ineficácia das leis em países com fortes tradições culturais impediu mulheres de conhecerem e recorrerem sobre seus direitos. Segundo o Banco, a justiça institucional é a que mais resiste às mudanças nos direitos das mulheres, pois mantém uma baixa representatividade feminina nos cargos jurídicos, o que acarreta a falta de sensibilidade a essas questões e pouca credibilidade às mulheres vítimas (BANCO MUNDIAL, 2011: 152-153).

De fato, existem legislações discriminatórias e que apresentam empecilhos à autonomia das mulheres, além de legitimarem violências de gênero. Na *reformulação seletiva* do RDM de 2012, se afirmou a existência de estruturas de poder que afetam as relações de gênero. Também, parcelas do feminismo reconheceram as variáveis que se sobrepõem e interferem sobre as relações de gênero, tornando essas desigualdades mais ou menos profundas, como raça e sexualidade. Mas essa afirmação do Banco aparentemente “culturalista” – e ambígua – ocorreu dentro de uma *permanência* de seu discurso, o que esvaziou de sentido esse argumento. O RDM de 2012, ao mesmo tempo que afirmou a existência de distintas formas pelas quais as mulheres enfrentam a falta de justiça, como tradições culturais, baixa renda, discriminação no mercado de trabalho (somente em relação ao seu gênero), não estabeleceu um paralelo – como o fizeram as feministas – entre políticas macroeconômicas (como ajustes estruturais, cortes públicos, períodos de austeridade e crises financeiras) e a desigualdade de gênero.

Essa *reformulação seletiva* não representou um comportamento incoerente do Banco: suas políticas e recomendações se assentam em ideias que não apreendem a realidade social, justamente porque o Banco entende-se como uma esfera neutra das interações sociais e incapaz de interferir negativamente em vidas humanas. Todo o conteúdo do relatório e suas conclusões – a que chamo de *permanências* no RDM de 2012 – consideraram a situação sociocultural dos países como o grande empecilho do desenvolvimento capitalista; ou seja, se os “resultados de gênero” ficaram abaixo do planejado, foi porque indivíduos (ou grupos sociais) e comportamentos dessa “coalizão de agentes” falharam.

Ao assumir que o crescimento econômico não garante a igualdade de gênero no mercado de trabalho e no acesso à saúde e à educação, o Banco, segundo Prügl (2016: 12)

desenhou uma “nova economia institucional”, sugerindo que a discriminação se localiza em leis e instituições. Esse foco na reforma institucional com o fim de “criar mercados equitativos” deu relevo ao papel do poder público (*Ibidem*).

Para o RDM, as instituições formais foram criadas dentro de uma estrutura de “preconceitos” de gênero e, portanto, sem uma reforma intensa reproduzem o sexismo; como consequência, o mercado falha (pois não é capaz de agir sem uma ação pública “eficiente”) e as barreiras culturais que se originam nos lares (e expandem por toda a localidade) impedem o avanço do crescimento econômico. Por esse motivo, sem uma ação “eficaz”, a agência das mulheres é comprometida. O que fica evidente, nessa argumentação, é que as mulheres se encontram num ciclo vicioso, pois existem as políticas para empoderá-las (padronizadas para todos os países), os programas são aplicados – e, por vezes, resultam em melhorias de suas condições de vida –, no entanto, em algum momento as barreiras de gênero se sobressaem (dentro das instituições públicas e de mercados), atrapalhando todo o investimento econômico.

Para Cammack (2002: 112), o Banco em lugar de “atacar” a pobreza ataca os pobres. No caso das mulheres, as culpabiliza por sua condição. Ou seja, elas têm sido incapazes de responder ao funcionamento dos mercados. Porém, só podem se emancipar dentro das relações econômicas capitalistas, aguardando o “conserto” de comportamentos culturais discriminatórios que tanto interferem nos objetivos da igualdade de gênero.

Como mostra Donna Haraway (1995), o saber que se pretende neutro é irracional, pois ele busca ocultar o lugar de sua produção. Isto é, o Banco Mundial, em nome de um suposto saber técnico, esconde ou camufla que a sua visão de mundo é heterocentrada, pois perpetua a divisão social entre homens e mulheres; é masculinizada e, ainda, imperialista. Abordar a relação do Banco com pautas feministas demanda categorias e argumentos que apontem o que representou a ofensiva do Banco sobre os movimentos feministas.

Deste modo, e a partir do exposto, compreendo que a relação entre o Banco Mundial e setores do feminismo é contraditória, marcada por disputas internas (no sistema de ajuda internacional) e externas (ONGs e movimentos sociais) em torno da formulação teórica e conceitual das necessidades das mulheres. Com efeito, essa relação precisa ser vista, percebida e analisada em sua historicidade, evidenciando que o Banco não ficou imune às críticas e reivindicações dos movimentos de mulheres e, conseqüentemente, dos feminismos.

Segundo Cammack (2004: 218), toda a trajetória do Banco selecionando e reinterpretando temas “sociais” representou na verdade um “interesse de longo prazo global”, ou seja, de aprofundar um neoliberalismo para a transformação social e não simplesmente uma

desregulamentação econômica e a abertura dos mercados. Com isso, neste capítulo busquei evidenciar os usos e abusos do Banco sobre as contribuições das consultoras/es do RDM de 2012 e as formas como se apropriou de discursos e práticas atravessadas por conflitos e tensões dentro do próprio movimento feminista. Atentei para as investidas ideológicas neoliberais, entendendo-as como uma estratégia refinada e singular de expandir e instaurar sua visão de mundo em nome de um suposto combate às desigualdades de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Me propus com esta pesquisa, discutir e refletir sobre pressupostos, contradições e limites do Banco Mundial, mas não me restringi a somente selecionar e analisar suas publicações. Entender sobre a agenda de igualdade de gênero do Banco não se reduz a filtrar dados e conceitos, mas localizar essas documentações dentro das tensões políticas e econômicas do momento em que foram produzidas. Entendo que os períodos de transformações por quais a instituição passou responderam às dinâmicas de poder mais amplas, principalmente relacionadas às lutas políticas. As organizações internacionais, mesmo as que se definem “de fora” ou externas às interações humanas não se omitem das relações sociais, pois se inserem nelas, atuam, produzem e reproduzem conhecimento.

A atuação do Banco Mundial não se limita a transações financeiras, mas também produz ideias e busca consolidá-las em todos os aspectos da vida social. Apesar de ser uma agência multilateral consolidada (desde 1944), manter uma alta captação de dinheiro e de receber o título de mais poderoso banco de desenvolvimento (principalmente a nível de pesquisa), a sua trajetória mostrou a necessidade de apoio público ao seu funcionamento. A institucionalização de ideias exige do Banco a criação de um terreno sólido (ou, em suas palavras, sustentável) para estabelecer relações em uma gama de âmbitos (político, empresarial, científico e social), exercitar sua influência e se reproduzir em escala ampliada (PEREIRA, 2010: 344).

Por outro lado, entender as tensões e a consolidação do feminismo como um movimento de base ampla, transnacional e reivindicado por uma gama de atores foi uma tarefa igualmente complexa – e não encerrada. O feminismo – ou os feminismos – é plural, composto por uma constelação de grupos políticos que reivindicam para si e atribuem a todo o movimento, bandeiras e pautas relacionadas às mulheres e à igualdade de gênero. Não é possível definir uma vertente e classificá-la (como um grupo homogêneo e coeso) – feministas socialistas, feministas anarquistas, feministas liberais, feministas negras, feministas lésbicas, transfeministas – pois são títulos que não apreendem toda a diversidade de posicionamentos. Mesmo dentro de uma vertente existem tensões e contradições. No entanto, é possível refletir sobre as hierarquias entre determinadas pautas e o que ocasionou a fragmentação ou a dispersão desse movimento em frentes políticas tão diversas (muitas das vezes contraditórias aos objetivos de igualdade social e emancipação).

A primeira crítica a que tive acesso sobre as estratégias do Banco Mundial sobre as mulheres foi a da ecofeminista Anna Bosch (1996) que, contrária às formas como se desenharam as políticas de controle de natalidade, questionou as bases da aplicação e veiculação de métodos contraceptivos (e esterilizações) às mulheres pobres. Partindo de uma perspectiva neomalthusiana, instituições como o Banco Mundial se interessaram por interferir em determinado comportamento reprodutivo biológico e torná-lo “adequado” às condições econômicas vigentes. Contraditoriamente, o controle populacional foi a brecha por onde as mulheres inseriram pautas de interesse coletivo: investimento em bem estar social, geração de emprego, igualdade salarial, proteção trabalhista, descriminalização do aborto, representatividade política.

O feminismo de segunda onda impulsionou conquistas fundamentais para as mulheres, principalmente dos países da América do Norte e Europa Ocidental. Foi nesse mesmo momento que Fraser (2009) localizou as relações perigosas entre determinadas pautas feministas e a agenda neoliberal. Parte da trajetória do feminismo estadunidense, brevemente abordada nesta pesquisa, possibilitou entender as diferenças de raça e classe que moldaram as prioridades da luta política feminista: foi dada visibilidade às mulheres brancas e de classes abastadas – o que conduziu a um rompimento de interesses entre as mulheres trabalhadoras. Posteriormente, a trajetória das estratégias para as mulheres (MnD e GeD) expuseram as frestras aproveitadas por feministas que, mobilizadas em espaços decisórios (através do poder de pressão do movimento, mas também do privilégio de algumas mulheres) inseriram determinadas reivindicações dentro das prioridades políticas e econômicas globais.

Entender as divisões de classe dentro do movimento feminista não significa reduzir a importância das suas lutas sociais, mas apontar as contradições e também as “concessões críticas” para a institucionalização de pautas e reivindicações. As mulheres privilegiadas e brancas acessaram espaços restritos – e inimagináveis de representação feminina –, deram visibilidade e buscaram construir uma agenda de igualdade de gênero, mesmo dentro das contradições e limitações da arena internacional. Por outro lado, ao mesmo tempo em que essa mobilização ocorria, um grande número de mulheres pobres, negras/os e imigrantes viam declinar (ou se agravar) suas condições de vida e de trabalho. Segundo os dados do PNUD de 1995, a “pobreza tem o rosto de mulher”: havia 1.3 bilhões de pessoas em situação de pobreza no mundo, e 70% delas era mulher. Entre 1970 e 1990, o relatório afirmou que a participação da força de trabalho feminina aumentou somente 4% (em vinte anos), de 36% para 40%. Nesse meio tempo, mesmo com um aumento de mulheres e meninas alfabetizadas escolarizadas, a

participação na força de trabalho permaneceu pequena (PNUD, 1995: 4). Em relação à força de trabalho assalariada, o aumento foi de somente 3,9% entre 1970 e 1990 (de 35,6% para 39,5%) (*Ibidem*: 36).

Quando o Banco Mundial se alçou no final da década de 1970 à liderança político-intelectual da indústria internacional da ajuda ao desenvolvimento, o endividamento dos países pobres acelerou-se. Em meio à crise da dívida externa, o fim da guerra fria e o avanço do capitalismo neoliberal, ocorria a Conferência de Pequim (1995), de onde foram definidos acordos e estratégias políticas para as mulheres e a igualdade de gênero. Em resposta, a abordagem para as mulheres no Banco (entre as décadas de 1970 e 1990) entendeu o desenvolvimento em termos de taxas de lucro que, nesse caso, atrelava os retornos econômicos ao aumento da renda monetária de pessoas pobres. Não era uma novidade, mas nesse momento, os termos que envolviam as mulheres passaram pelo “enquadramento da eficiência”, ou seja, a transformação da igualdade de gênero em um índice calculável, com base no capital humano investido.

As aproximações do Banco com as reivindicações das mulheres devem ser entendidas como um processo: apropriações contraditórias, esterilização de ideias e, por conseguinte, a disseminação de novas teorias e conceitos reescritos dentro dos critérios de aceitabilidade da organização. Apesar de inconciliáveis, as pautas feministas de transformação social e as recomendações do Banco em matéria de gênero, constituíram, em parte, uma estratégia apenas aparentemente progressista. Para Cammack (2004: 105), “longe de constituir um giro ou um distanciamento sobre a revolução neoliberal, é um meio de complementá-la” (*Ibidem*). Para tanto, o autor destacou os seguintes processos empreendidos pelo Banco para os seus objetivos: a proletarização das/dos trabalhadoras/es, obrigando-as/os a venderem sua força de trabalho à produção de mercadorias; a orquestração de pessoas munidas de saúde e educação (capital humano) para serem exploradas; por fim, o convencimento de que a globalização pelo mercado é a única forma de se reduzir a pobreza (*Ibidem*: 106).

Isto pode ser entendido quando pensadas as estratégias para as mulheres, principalmente no RDM de 2012. Foi recomendo às mulheres políticas que as capacitasse (como o investimento em capital humano), tornando-as “apropriadas” ao trabalho assalariado em seus “anos produtivos” (reduzindo o número de filhos e de tarefas). A partir disso, é possível afirmar que as mulheres foram instrumentalizadas de duas formas: primeiro, utilizadas como álibi para o baixo crescimento capitalista, pois alegou-se que a desigualdade de gênero interferiu

no processo de desenvolvimento; segundo, por sua “capacidade natural” de criar mecanismos e redes de proteção familiar em períodos de austeridade.

O pressuposto do Banco Mundial de que as mulheres, ao beneficiarem a si, beneficiam suas/seus filhas/os foi então ampliado para uma ideia de que, se suas capacidades são investidas de capital humano e produzem algum valor, elas podem auxiliar (por e para si mesmas) em dimensões maiores do desenvolvimento capitalista. Foi ampliada a ideia de que as mães que protegem e investem em seus filhos (no âmbito domiciliar) podem, no âmbito global, promover mudanças. Essa perspectiva consolidou a ideia de que a melhoria econômica das mulheres e a sua capacidade de investir e comprar tornarão viáveis os objetivos globais de desenvolvimento que, de acordo com o RDM de 2012, serão benéficos a todos. Parte-se de uma ideia maternal de que as mulheres são motores de melhorias, por sua capacidade afetiva de beneficiar mais indivíduos/os, através de doações e trabalhos comunitários/voluntários, sendo mais responsáveis com os pagamentos de créditos, investindo em melhorias familiares e sociais, prevenindo-se sexualmente, exercendo a maternidade, articulando-se politicamente com demais mulheres (para aumentar o seu poder de barganha). Em suma, tornando-se as responsáveis por desafiar as desigualdades de gênero, mas apenas aquelas que interferem nas taxas de lucro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVIN, Rose-Marie. "Engendering Development: A critique". In KUIPER, E.; BARKER, D. *Feminist Economics and the World Bank: History, theory and policy*. London: Routledge, 2006.
- BENERIA, L.; SEN, G. "Accumulation, Reproduction, and Women's Role in Economic Development: Boserup Revisited". *Signs*, v. 7, n. 2, pp. 279-298, 1981.
- _____. *The World Bank and gender inequality*. Cornell University: Global Social Policy, 2012.
- BERGERON, Suzanne. "The post-Washington Consensus and Economic Representations of Women in Development at the World Bank". *International Feminist Journal of Politics*, 5:3, pp. 397-419, 2003.
- _____. "Colonizing knowledge: Economics and interdisciplinary in Engendering Development". In KUIPER, E.; BARKER, D. *Feminist Economics and the World Bank: History, theory and policy*. London: Routledge, 2006.
- BERIK, Gunseli. "Beyond the rhetoric of gender equality at the World Bank and the IMF". *Canadian Journal of Development Studies*, 38: 4, pp. 564-569, 2017.
- BESSIS, Sophie. "The World Bank and Women: Instrumental Feminism". In PERRY, S.; SCHENK, C. *Eye to Eye: Women practicing development across cultures*. London e New York: Zed Book, 2001.
- BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BLACKMON, Pamela. "Factoring Gender into Economic Development: Changing the Policies of the International Monetary Fund and The World Bank". *Womens Studies: An inter-disciplinary journal*, 38:2, pp. 213-237, 2009.
- BOLTANSKI, L. ; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo : Martins Fontes, 2009.
- BORDO, Susan. "A feminista como o Outro". *Estudos Feministas*, Ano VIII, 2000.
- BOSCH, Anna. "¿ En manos de quién está la reproducción humana? Una crítica ecofeminista del 'problema de la población' ". *Ecología Política*: Barcelona, v. 12, pp. 9-18, 1996.
- BOSERUP, Ester. *Women's Role in Economic Development*. London: George Allen and Unwin, 1970.
- BUVINIC, Mayra, et al. *Women-headed households: the ignored factor in development planning*. USAID, Washington, 1978.
- _____. "Projects for Women in the Third World: Explaining their Misbehavior". *World Development*, v. 14, n. 5, pp. 653-664, 1986.
- CAMMACK, Paul. "What the World Bank Means by Poverty Reduction, and why it Matters". *New Political Economy*, v. 9, n. 2, pp. 189-211, 2004.
- _____. "Ataque a los pobres". *New Left Review*, nº 13, pp. 104-112, 2002.
- CARBY, Hazel V. "Mujeres blancas, escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina". In JABARDO, Mercedes. *Feminismos negros: una antología*. Traficantes de Sueños (mapas), 2012.
- CHANT, Sylvia. "The disappearing of 'smart economics'? The World Development Report 2012 on Gender Equality: Some concerns about the preparatory process and the prospects for paradigm change". *Global Social Policy*, 12: 98, pp. 198-219, 2012.
- CHANT, S.; SWEETMAN, C. "Fixing women or fixing the world? Smart economics, efficiency approaches, and gender equality in development". *Gender & Development*, 20:3, pp. 517-529, 2012.

- CHIBBER, Viveck. “Asistencia a los débiles : un análisis sombrío”. *New Left Review*, 90, pp. 144-151, 2015.
- COLLINS, P.H. “Rasgos distintivos del pensamiento feminista”. In. JABARDO, Mercedes. *Feminismos negros: una antología*. Traficantes de Sueños (mapas), 2012.
- CONNELL, Raewyn. “Questões de gênero e justiça social”. *Rev. De Ciências Sociais, Século XXI*, v. 4, n. 2, pp. 11-48, 2014.
- CORNWALL, A.; RIVAS, A.M. “From gender equality and women’s empowerment to global justice: reclaiming a transformative agenda for gender and development”. *Third World Quarterly*, 36:2, pp. 396-415, 2017.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016
- _____. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DENNIS, S.; ZUCKERMAN, E. *Gender guide to World Bank and IMF Policy-Based Lending*. Heinrich Boll Foundation, 2006.
- EISENSTEIN, Hester. *Feminism Seduced : how global elites use women’s labor and ideas to exploit the world*. United States: Paradigm Publishers, 2009.
- ELSON, Diane. “Gender Equality and Economic Growth in the World Bank: World Development Report 2006”. *Feminist Economics*, vol 15, n 3, pp. 35-39, 2009.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2007.
- FONSECA, Marília. “O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro”. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 24, n. 1, 1998.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERBER, M.A.; NELSON, J.A. *Más allá del hombre económico: Economía y Teoría Feminista*. Ediciones Cátedra, Universitat de València, Instituto de la Mujer, 2004.
- FRASER, Nancy. “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História”. Londrina: *Rev. Mediações*, v. 14, n. 2, pp. 11-33, 2009.
- FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1971.
- GEORGE, S.; SABELLI, F. *La religion del credito: El Banco Mundial y su Imperio Secular*. Barcelona: Intermon, 1996.
- GERMAIN, Adrienne. “Women's Roles in Bangladesh Development: A Programme Assessment”. Dhaka: *The Ford Foundation*, 1976.
- GOETZ, A.M. “The World Bank and women’s movements”. In O’BRIEN; GOETZ, A.M.; et al. *Contesting Global Governance. Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements*, pp. 24-66. Cambridge University Press: Cambridge, 2000.
- _____. “From feminist knowledge to data for development: the bureaucratic management of information on women and development”. *IDS Bulletin*, v. 25, n. 2, pp. 27-36, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. “Apresentação” In _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2007.
- GIDDENS, Anthony. “O Partido Trabalhista e a política britânica”. In _____. *Em defesa da sociologia. Ensaio, interpretações e réplicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- GRIFFIN, Penny. *Gendering the World Bank: neoliberalism and the gendered foundations of Global Governance*. New York: Pallgrave Macmillan, 2009.
- GROWN, C.; SEN, G. *Development, Crises and Alternative Visions: Third World Women’s Perspectives*. London: Earthscan Publications, 1988.

- HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva”. *Cadernos Pagu*, nº 5, pp. 7-41, 1995.
- HERNÁNDEZ, I.; RODRIGUEZ, A. “Igualdad, Desarrollo y Paz: luces y sombras de la acción internacional por los derechos de las mujeres”. *Cuadernos de Trabajo de Hegoa*, n 17, 1996.
- HOOKS, Bell. *Feminism is for everybody: passionate politics*. Cambridge: South End Press, 2000.
- JAHAN, Rounaq. “The elusive agenda: mainstreaming Women in Development”. *The Pakistan Development Review*, n 35, pp. 825-834, 1996.
- KARDAM, Nüket. “The Adaptability of International Development Agencies: The response of the World Bank to Women in Development”. In. STAUDT, Kathleen. *Women, International Development and Politics: the bureaucratic mire*. Philadelphia: Temple University Press, 1997.
- LEON, Magdalena. “El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo”. In ____ (compil.) *Poder y Empoderamiento de las Mujeres*. Coedição Terceiro Mundo ed., Fondo de Documentación Mujer y Género da Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 1997.
- LONG, Carolyn. “An assessment of efforts to promote gender equality at the World Bank” . In KUIPER, E. BARKER, D. *Feminists Economics and the World Bank: history, theory and policy*. London: Routledge, 2006.
- LÓPEZ, Irene. “Género en la agenda internacional del desarrollo: Un enfoque de derechos humanos”. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, n. 2, pp. 1-36, 2005.
- MARANHÃO, Tatiana. “Amartya Sen e a responsabilização dos pobres na agenda internacional”. *Contemporânea*, v. 6, n. 1, pp. 13-26, 2016.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, n.11, p.67-75, 1998.
- MEDEIROS, M; COSTA, J. “Is there a Feminization of Poverty in Latin America?” *World Development*, Elsevier, v. 36, n. 1, pp. 11-127, 2008.
- MOHANTY, Chandra T. “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses”. *Boundary 2*, v. 12, n 3, pp. 333-358, 1984.
- MIES, Maria. “‘Gender’ and global capitalism”. In SKLAIR, Leslie (ed.). *Capitalism and Development*. London e New York, Routledge, 1994.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MORETTI, F.; PESTRE, D. “Jerga bancária”. *New Left Review*, pp. 81-108, 2015.
- MOSER, Caroline. *Gender Planning and Development: theory, practice & training*. London: Routledge, 1993.
- NAY, Olivier. “International Organisations and the Production of Hegemonic Knowledge: how the World Bank and the OCDE helped invent the Fragile State Concept. *Third World Quarterly*, 35:2, pp. 210-231, 2014.
- O’NEILL, William L. *The Woman Movement: Feminism in the United States and England*. Chicago: Quadrangle, 1969.
- PEET, Richard. *La maldita trinidad: El Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y la Organización Mundial de Comercio*. Pamplona: Zed Book, 2004.
- PEREIRA, João M.M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. “Continuidade, Ruptura ou Reciclagem? Uma Análise do Programa Político do Banco Mundial após o Consenso de Washington”. Rio de Janeiro: *Rev. Dados*, v. 58, n. 2, pp. 461-498, 2015.
- _____. “Assaltando a pobreza: política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014). *Revista História*, São Paulo, nº 175, pp. 235-265, 2016.

- PEREIRA, R.S.; RAMBLA, F.X. “Pensamento Econômico Feminista sobre Desenvolvimento: breve viagem através do tempo”. *Revista Política Pública*, v. 14, n.1, pp. 47-57, 2010.
- PERONA, Ángeles. “El feminismo liberal estadounidense de posguerra: Betty Friedan y la refundación del feminismo liberal”. In AMORÓS, C.; MIGUEL, A. *Teoría feminista de la Ilustración a la globalización. Del feminismo liberal a la posmodernidad*. Madrid: Minerva Ediciones, vol. 2, 2007.
- PERROT, Michelle. “Introdução”. In _____. *As mulheres ou os silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- PIETILA, Hilikka. *Engendering the global agenda: The story of Women and the United Nations*. Geneva: UN Non-Governmental Liaison Service, 2002.
- PRÜGL, Elisabeth. “Neoliberalism with a Feminist Face: Crafting a new Hegemony at the World Bank”. *Feminist Economics*, pp. 2-24, 2016.
- RAZAVI, S.; MILLER, C. “From WID to GAD: Conceptual Shifts in the Women and Development Discourse”. *Occasional Paper*, 1, pp. 1-57, 1995.
- RAZAVI, Shahra. “World Development Report 2012 : Gender Equality and Development : An Opportunity Both Welcome and Missed (An extended commentary)”. *United Nations Research Institute for Social Development*, 2011.
- ROBERTS, A.; SOEDERBERG, S. “Gender Equality as Smart Economics? A critique of the 2012 World Development Report”. *Third World Quarterly*, vol. 33, n 5, pp. 949-968, 2012.
- ROWBOTHAM, Sheila. “Lo malo del patriarcado”. In SAMUEL, R. (ed.) *Historia Popular y Teoría Socialista*. Barcelona: Crítica, 1984.
- SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANAHUJA, José Antonio. *Altruismo, Mercado y Poder: El Banco Mundial y la lucha contra la pobreza*. Barcelona: Intermón Oxfam, 2001.
- SCHILD, Verónica. “Feminismo y Neoliberalismo in América Latina”. *New Left Review*, n 96, 2016.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99, 1995.
- _____. Joan. “Entrevista com Joan Scott”. [Tradução Emmanuel Ramalho de Sá Rocha] São Paulo: *Revista Mandrágora*. Entrevistadora: Fernanda Lemos, pp. 161-164, 2013.
- SCOTT, G. “Breaking new ground at the UN and the World Bank” In FRASER, A.S.; TINKER, I. *How Women Transformed International Development*. New York: Feminist Press, 2004.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TASLI, Kaan. *A conceptual framework for Gender and Development Studies: from Welfare to Empowerment*, 2005, 98 f. Tese. Fundação Austríaca de Pesquisa para Ajuda ao Desenvolvimento (OFSE): Universidade de Economia de Viena, 2007.
- TEDESCHI, Losando Antonio. *As mulheres e a história: uma introdução teórico-metodológica*. Mato Grosso do Sul: UFGD, 2012.
- TINKER, Irene. “The adverse impact of development on Women”. In: ____; BRAMSEN, M.B. (eds.) *Persistent Inequalities and Scholars*. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- SOGGE, David. *Dar y tomar: qué sucede con la ayuda internacional?* Barcelona: Icaria Editorial, 2002.
- TZANNATOS, Zafiris. “The World Bank, development, adjustment and gender equality”. In KUIPER, E.; BARKER, D. *Feminists Economics and the World Bank: history, theory and policy*. London: Routledge, 2006.

- TOUSSAINT, Eric. *Banco Mundial: el golpe de Estado permanente*. Madrid: El Viejo topo, 2006.
- UGÁ, Vivian. “A categoria ‘pobreza’ nas formulações de política social do Banco Mundial”. *Revista Sociologia Política*, n. 23, pp. 55-62, 2004.
- VÄLIMAA, Anne. *Approaches on Gender Equality in Development Cooperation: a comparison between the International, National and Project Levels*, 2004, 69 f. Dissertação (mestrado em Política Social). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia: Universidade de Jyväskylä, Finl
- WOOD, Ellen M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ZABALA, Idoe Errazti. *La perspectiva de género en los análisis y en las políticas del Banco Mundial: su evolución y sus límites*, 2005, 473 f. Tese (doutorado em Economia Aplicada) Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais: Universidade do País Basco, Bilbao, 2005.

Fontes documentais

- BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el Desarrollo Mundial*, Washington D.C., 1978.
- _____. *Recognizing the “invisible” Woman in Development: The World Bank’s Experience*, 1979.
- _____. *Informe sobre el Desarrollo Mundial*, Washington D.C., 1979.
- _____. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1992 – Desenvolvimento e Meio Ambiente: indicadores do desenvolvimento mundial*. Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- _____. *Enhancing Women’s Participation in Economic Development – A World Bank Policy Paper*, 1994.
- _____. *Social Capital : Conceptual Frameworks and Empirical Evidence – An Annotated Bibliography*. Social Capital Initiative, Working Paper n 5, Washington DC, 1999.
- _____. *Advancing Gender Equality: World Bank action since Beijing*, 2000.
- _____. Relatório do Banco Mundial sobre pesquisas relativas à políticas de desenvolvimento: *Hacia la integración de sexos en el desarrollo económico: Mediante la igualdad de derechos, recursos y participación*. Espanha: Edições Mundi-Prensa, 2001.
- _____. *O.P. 4.20 Gender and Development*, 2003.
- _____. *Voice for the World’s Poor: Selected Speeches and Writings of World Bank President James D. Wolfensohn, 1995–2005*. Washington, D.C., 2005.
- _____. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – Desenvolvimento e Mudança Climática*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- _____. *World Development Report 2012: Gender Equality and Development*. Washington D.C.: The World Bank, 2011a.
- _____. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2012: Igualdade de gênero e desenvolvimento*. Washington D.C.: The World Bank, 2011b.
- NARAYAN, Deepa (ed.). *Empowerment and Poverty: A Sourcebook*. Washington D.C.: The World Bank, 2002.
- ONU. *Informe de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer*. Beijing, Nações Unidas, 1995.
- PNUD. *Human Development Report*. New York: Oxford University Press, 1990.
- _____. *Human Development Report*. New York: Oxford University Press, 1992.
- _____. *Human Development Report*. New York: Oxford University Press, 1995.
- USAID. *AID Policy Paper: Women in Development*. Washington, D.C., 1982.